

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

SUZETE DE CÁSSIA VOLPATO STOCK

Entre a paixão e a rejeição: A trajetória dos CIEPs no
Estado de São Paulo – Americana

Campinas
2004

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

SUZETE DE CÁSSIA VOLPATO STOCK

Entre a paixão e a rejeição: A trajetória dos CIEPs no
Estado de São Paulo – Americana

Dissertação apresentada à
Faculdade de Educação para
obtenção do título de Mestre
sob a orientação da Prof^a
Dra. Àgueda Bernadete
Bittencourt.

Campinas
2004

Lista de ilustrações

Gráficos

Gráfico I – Gráfico da evolução do número de alunos matriculados no período integral e noturno no CIEP Zanaga no período integral.	141
--	-----

Tabelas

I - Número de alunos matriculados no CIEP Zanaga no período integral	153
II -Número de professores III convocados pelo primeiro concurso por especificidade e que permanece na Rede Municipal	160
III - Número de professores I e III ingressantes e que permanecem nos CIEPs	161
IV – Número de professores das EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental e que foram professores da Rede de CIEPs	163

Figuras

Figura 1 – Lateral do CIEP Samuel Wainer (CIEP Compacto)	41
Figura 2 - Corredor interno do CIEP Samuel Wainer	41
Figura 3 – Interior do CIEP Presidente Agostinho Neto	42
Figura 4 – Merendeira do CIEP Samuel Wainer	42
Figura 5 – Horário de almoço no CIEP Presidente Agostinho Neto	43
Figura 6 – CIEP Padrão	43
Figura 7 – Fábrica de escolas	44
Figura 8 – CIEP em construção	44
Figura 9 – Logotipo do Programa Especial de Educação	45
Figura 10 – Fechamento da Fábrica de Tecidos Carioba	65
Figura 11 – Bambuzal de Carioba	66
Figura 12 – Entrada do bairro Carioba	66
Figura 13 – Igreja São João Batista em Carioba	66
Figura 14 – Grupo Escolar de Carioba	66
Figura 15 – Vila operária de carioba	67

Figura 16 – Clube de regatas e natação de Carioba	67
Figura 17 – Usina Hidrelétrica de Carioba	67
Figura 18 – Banda Musical de Carioba	67
Figura 19 – Sistema do CIEP lembra o extinto Vocacional	78
Figura 20 – CAIC Professor Silvino Chinelato de Americana	87
Figura 21 – Obra faraônica	89
Figura 22 – Inauguração I	91
Figura 23 – Inauguração II	92
Figura 24 – Inauguração III	93
Figura 25 – Inauguração IV	93
Figura 26 – Inauguração V	96
Figura 27 – Waldemar Tebaldi e os vereadores de Americana	99
Figura 28 – Denominação do CIEP Zanaga	105
Figura 29 – Sra Oniva de Moura Brizola	107
Figura 30 – CIEP do bairro Antonio Zanaga em 1991	122
Figura 31 – CIEP do bairro São Jerônimo em 1991	122
Figura 32 – Logotipo EMEF	123
Figura 33 – Bairro Jardim da Paz	147
Figura 34 – CIEP Zanaga I	156
Figura 35 – CIEP Zanaga II	156
Figura 36 – Vista aérea do CIEP Zanaga	157
Figura 37 – Logotipo dos CIEPs de Americana	158
Figura 38 – Apresentação do CIEP Zanaga em 7 de setembro de 2001	175
Figura 39 – Apresentação de uma EMEF em 7 de setembro de 2001	175
Figura 40 – Professora Telma Miriam Mesgrawis	176
Figura 41 – Professor Herb Carlini	176
Figura 42 – Apresentação do CIEP São Jerônimo em 7 de setembro de 1997	176
Figura 43 – Desfile do CIEP Zanaga em 7 de setembro de 1998	177
Figura 44 – Horário de almoço	179
Figura 45 – Tratamento dentário	179
Figura 46 - Biblioteca	179

Figura 47 – Sala de brinquedos	179
Figura 48 – Horta de escola em 1993	179
Figura 49 – Aula de Educação Física	179
Figura 50 – Alfabetização em sala de aula I, 1999	180
Figura 51 – Alfabetização em sala de aula II, 1999	180
Figura 52 – Oficina de Artes, 2000	180
Figura 53 – Atividades em sala de aula, 1996	181
Figura 54 – Atividades em sala de aula, 2001	181
Figura 55 – Atividades em sala de aula, 2002	181
Figura 56 – Atividades de reforço, 2002	181
Figura 57 – Oficina de xadrez, 2001	181
Figura 58 – Oficina de flauta, 2001	181
Figura 59 – Coral da oficina de inglês, 2001	182
Figura 60 – Coral em comemoração ao Natal, 2001	182
Figura 61 – Fanfarra em 7 de setembro, 2003	182
Figura 62 – Fanfarra em apresentação no CIEP, 2003	182
Figura 63 – Dentistas na Semana Bucal, 2003	183
Figura 64 – Instrutor de teatro no Dia do Circo, 2003	183
Figura 65 – Professora de Educação Física no Dia da Páscoa	183
Figura 66 – Visita ao Parque Ecológico de Americana, 2002	183
Figura 67 – Visita a EPTV Campinas	183
Figura 68 – Jogos Municipais	183
Figura 69 – Laboratório	184
Figura 70 – Sala de informática	184
Figura 71 – Oficina de tramas e fios	184
Figura 72 – Lazer, 2003	184
Figura 73 – Maurício de Souza	184
Figura 74 – Brincadeiras nos intervalos I	184
Figura 75 – Brincadeiras nos intervalos II	184
Figura 76 – Dança indígena, 1997	185

Figura 77 – Peça Morte e Vida Severina, 1997	185
Figura 78 – Peça Nos Tempos da Repressão, 1992	185
Figura 79 – Dança Africana, 1996	185
Figura 80 – Peça Fábulas, 2003	185
Figura 81 – Mapa de localização dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro	213
Figura 82 – Mapa de localização dos CIEPs no município do Rio de Janeiro	213

Sumário

INTRODUÇÃO	1
-------------------	----------

CAPÍTULO I

O Centro Integrado de Educação Pública do Estado do Rio de Janeiro (CIEP)

Panorama social/político/educacional que originou os CIEPs	10
O plano de Governo de Leonel de Moura Brizola para a educação no Estado do Rio de Janeiro	17
A implantação das escolas de turno único	23
Projeto dos CIEPs	38
A Proposta Pedagógica	48
Os CIEPs Hoje	57

CAPÍTULO II

O Centro Integrado de Educação Pública do Estado de São Paulo (CIEP)

Município de Americana

Americana e a estrada de bambus	60
De Carioba (estrada de bambus) ao Zanaga (Ipê amarelo)	69
Entre o sonho e a realidade: a educação em Americana	75
A implantação dos CIEPs	79
A divulgação dos CIEPs	82
Os CIACs e CAICs	85
A construção dos CIEPs	88

As inaugurações	91
As denominações dos CIEPs	93
A eficiência dos CIEPs medida pela administração municipal	108
A crença em uma educação redentora	110
A resistência aos CIEPs	111
Waldemar Tebaldi – prefeito de Americana	113

CAPÍTULO III

A construção de uma identidade: as idéias, as imagens do CIEP em Americana

Uma escola que não seja escola. Imagem tradicional de escola	115
O Projeto do CIEP – Educação redentora	118
O Projeto dos CIEPs	119
A Proposta Pedagógica	126
Como se posicionaram os políticos do PDT e de oposição ao projeto do PDT - CIEP	131
Como reagiram os professores da Rede Estadual, Municipal e dos Centros Integrados de Educação Pública	137
Como se manifestou a comunidade da Região do Zanaga e demais regiões de Americana	145
Transformações no Projeto: Os centros Integrados de Educação Pública	153
Inovações no Projeto Pedagógico	158
O novo direcionamento político dos CIEPs	168
CIEP Zanaga em imagens	179

CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
-----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	190
---------------------	-----

Anexo I - Entrevistas	196
Anexo II – Legislação Municipal	209
Anexo III – Mapas do Rio de Janeiro	212
Anexo IV – Poema	214

Resumo

A presente pesquisa tem como tema principal os Centros Integrados de Educação Pública, escolas em tempo integral, construídos em Americana, cidade que pertence à Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo.

O objetivo deste trabalho é sistematizar as informações que envolveram toda a implantação e funcionamento dos CIEPs desta cidade, principalmente o CIEP localizado no bairro Antonio Zanaga.

Vale destacar, que uma das motivações do trabalho é tentar compreender a implantação deste CIEP, gestado em meio a polêmicas discussões, e, os motivos, que o levaram a ser rejeitado pela comunidade. Rejeição iniciada no primeiro ano de seu funcionamento e que perdurou até o final de 1997.

Na medida que o estudo avançava, houve a necessidade de conhecer os CIEPs do Estado do Rio de Janeiro, os quais, são os originários do projeto introduzido na cidade paulista de Americana. Esta comparação ajudou a compreensão das discussões que envolvem todo o processo de implantação do projeto destas escolas.

Trata-se de um texto que procura contribuir para o estudo das escolas em tempo integral e das políticas públicas implantadas no país.

Abstract

The present research has as main theme the Integrated Centers of Public Education, integral time schools, built in Americana city, that belongs the metropolitan area of Campinas in São Paulo state.

The objective of this work is to systematize the information that involved whole implantation and operation of CIEPs in this city, mainly the CIEP located in the Antonio Zanaga neighborhood.

It is valid to highlight, that one of the motivations of this work is try to understand the implantation of the CIEP, born between polemic discussions, and, the reasons, that took it to be rejected by the community. Rejection begun in the first year of the operation and during until the end of 1997.

While that the study moved forward, there was the necessity to know CIEPs from Rio de Janeiro state, the ones which, they are original of the project introduced in Americana city of São Paulo state.

This comparison helped to understanding the discussions that involved the whole process of implantation of these schools projects.

It is a text that tries to contribute for the study of the integral time schools and the public politics implanted at the country.

Introdução

A presente pesquisa tem como tema principal o Centro Integrado de Educação Pública – CIEP Professora Oniva de Moura Brizola, localizado no bairro Antonio Zanaga, em Americana, cidade que compõe a Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo.

Este CIEP foi o primeiro a ser inaugurado no município (juntamente com o CIEP localizado no bairro São Jerônimo) e, também, a primeira escola em tempo integral - nos moldes concebidos no Estado do Rio de Janeiro - a entrar em funcionamento no Estado de São Paulo. Neste sentido, Americana é pioneira na implantação de escolas em tempo integral e na formação de uma rede própria de ensino fundamental, já em 1991.

O objetivo deste trabalho é sistematizar as informações que envolveram toda a implantação e funcionamento dos CIEPs, principalmente, o CIEP Zanaga de Americana. Vale destacar que uma das motivações do trabalho é compreender a implantação deste CIEP, gestado em meio a polêmicas discussões e a uma rejeição ferrenha da comunidade desde seu primeiro ano de funcionamento – rejeição esta que perdurou até o final de 1997.

Construído em uma região de alta densidade demográfica - o bairro Antonio Zanaga - e evidente potencial político/eleitoral, esta escola foi alvo e palco de inúmeros conflitos a maioria deles envolvendo interesses do jogo político partidário. Originalmente formado por casas populares construídas pela extinta COHAB¹, este bairro foi povoado por trabalhadores de Americana. As terras loteadas acabaram por agregar espaços adjacentes, formando o que é conhecida hoje como a Região do Zanaga. Abriga atualmente, 25.500 habitantes e é dotada de toda infra-estrutura², provocando devido a estas dimensões, relativa “cobiça” de políticos locais, pois a mesma, até a última eleição para prefeito e vereadores, em 2000, é o maior colégio eleitoral da cidade, capaz de definir as eleições no município.³ Fato que

¹ Companhia Habitacional do Estado de São Paulo.

² Embora a dimensão territorial de Americana seja pequena, já se ouviu afirmações de que o Zanaga pretenderia ser independente da cidade.

³ O bairro Zanaga possui quatro locais de votação que abrangem 14.520 eleitores. Neles, se inclui o CIEP Zanaga com 4.024 eleitores. A zona 384^a, a qual pertence a Região do Zanaga em 2003, terá 71.092 eleitores e ainda será a maior zona eleitoral da cidade.

realmente parece ter ocorrido, pois em todas as eleições para a prefeitura de Americana em que se candidatou Waldemar Tebaldi (PDT) - eleito quatro vezes para este cargo – ele foi maciçamente votado na Região do Zanaga. O prefeito Waldemar Tebaldi, no seu último pleito eleitoral, em 2000, foi reeleito com 45.000 votos em um universo de 105.050 votos válidos. Nesta última eleição, Americana contava com 128.262 eleitores. Há necessidade de se ressaltar que como a cidade não possui no mínimo 200.000 eleitores, as suas eleições majoritárias não têm dois turnos. Portanto, os prefeitos são eleitos pela maioria dos votos conseguidos, já no primeiro turno das eleições. No ano de 2000, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no seu censo, apontava 182.593 habitantes no município de Americana, sendo alfabetizada 96% de sua população de dez anos para cima.

É preciso salientar ainda, que o bairro possui uma história muito peculiar: as terras que foram loteadas e o formaram, abrigando grande parte de seus moradores, pertenceram a antigos proprietários de um outro bairro, já extinto, que marcou muito a memória do povo americanense – o bairro Carioba.⁴

Contado em prosa e versos, Carioba está mais presente do que se imagina na região do *Zanaga*. Alguns de seus antigos moradores continuam se encontrando e mesmo aqueles que nunca mais se viram, sabem identificar cada membro e cada família de Carioba, como se fossem uma irmandade – dizem que mantêm amizade duradoura pela própria comunidade que tinham. Todos que passaram por esta comunidade, mesmo nas épocas mais difíceis, a enaltecem e fazem questão de mencionar a vida comunitária que experienciaram. Era um espaço onde todos se conheciam, um ajudava o outro e havia momentos inesquecíveis de lazer (teatro, competições esportivas, bailes, cinema), enfim, uma comunidade rica social e culturalmente. É interessante notar que estas questões associavam-se ao trabalho operário, pois todos os moradores, até crianças em idade própria⁵, exerciam uma atividade na fábrica e, para os cariobenses, o seu bairro era motivo de orgulho. Além da ênfase cultural e

⁴ Carioba, na língua tupi, quer dizer *pano branco*. Sua história é principalmente protagonizada pelos áureos anos em que pertenceu à Família Müller – início do século XX. O Comendador Müller manteve suas terras, a fábrica de Tecidos e os moradores da vila operária numa tênue linha entre o socialismo e o paternalismo. Nos anos em que a Família Müller foi proprietária destas terras houve projeção do Carioba internacionalmente, e a ela é creditado, por historiadores da cidade, o papel de precursora da vocação têxtil de Americana.

Os donos posteriores das terras de Carioba, não conseguiram manter a mesma linha de trabalho e “fecharam as portas da fábrica” na década de 70, extinguindo-se o bairro na década de 80, de forma dolorida e cruel, como classificam seus ex-moradores.

⁵ Esta expressão, eu ouvi de vários moradores de Carioba que foram operários da fábrica de tecidos. Na realidade, assim que terminavam a escola primária, por volta dos 10 ou 11 anos, as crianças já iam trabalhar na fábrica e lá as horas diárias de serviço eram as mesmas que de um adulto.

esportiva, Carioba é lembrado por seus moradores como um local paradisíaco: paisagem privilegiada e relações humanas ímpares. Reinavam entre a classe operária: a igualdade, o respeito humano e a solidariedade.

Os moradores antigos do Zanaga afirmam que este bairro deveria ser chamado de *Nova Carioba*.

Com tantas avaliações favoráveis em termos de memória, quando me propus a pesquisar o CIEP Zanaga, a primeira questão que surgiu foi: Qual o motivo da rejeição desta escola pela comunidade, já que era uma comunidade oriunda de ideais e prática social, de um bairro operário memorável – Carioba, e que dava muito valor à cultura e à educação. Ressalte-se que havia uma ligação muito estreita entre a população do bairro e o prefeito Waldemar Tebaldi (PDT)⁶ – que trouxe os CIEPs para Americana – escolas teoricamente igualitárias, voltadas para o povo e que priorizavam as manifestações culturais e a educação dos menos privilegiados socialmente.

A região, a sua origem, os seus moradores, os interesses políticos e o próprio CIEP, foram os fatores que me levaram a questionar os motivos desta hostilidade com a escola. A imagem que se formou do CIEP antes da sua implantação e a posterior ao seu funcionamento foram buscadas e compuseram, juntamente com o momento social e político de Americana, a história destas escolas na cidade. A imagem negativa, que perdurou por muitos anos, e a reversão deste fato, também foi pesquisada. Surgiram dados interessantes.

O fato que gostaria de destacar é que, no início deste trabalho, eu acreditava ser extremamente fácil este estudo: primeiro, porque vivi todas as questões apontadas e fiz parte da história deste CIEP e, segundo, porque pensava conhecer praticamente todos os motivos que levaram à construção da imagem da escola.

Engano. Tive que fazer um exercício constante de desprendimento afetivo com o objeto estudado. Busquei a comparação com outros CIEPs de Americana e do Rio de Janeiro para obter parâmetros que fundamentassem minhas hipóteses.

Por outro lado, as ações, os sentimentos e a construção coletiva vivenciadas dia-a-dia neste meio estudado, proporcionam uma visão ímpar para qualquer pesquisador e, a compreensão dos fatos pareceu mais simples e mais real.

⁶ Partido Democrático Trabalhista

Assim, a grande motivação para iniciar esta pesquisa veio dos questionamentos feitos após a reversão da imagem negativa da escola frente à comunidade. Revertida essa imagem, quase que intuitivamente compreendi que somente um trabalho mais sistematizado e orientado me levaria a compreender os fatos que a construíram. Para tanto, foi preciso entrar no *mundo das idéias* e definir *conceito* (autores e conceitos pedagógicos foram consultados nesta ânsia de descobrir o “mistério”).

Um dos exemplos de descobertas desta trajetória foi em relação às diferenças conceituais entre educação integral e educação em tempo integral.

A educação integral surgiu no século XIX, decorrente da idéia de emancipação humana que propunha, através do socialismo, o fim da exploração e dominação capitalista e de todas as imposições ao homem. Mas, desde a Revolução Francesa os trabalhadores lutam para conseguir do Estado um sistema educacional que propicie melhores oportunidades para eles e para seus filhos. O movimento anarquista, cuja proposta difere das demais propostas educacionais socialistas contribuiu significativamente no campo educacional. Nesta concepção, a educação e a instrução são fundamentais para conquistar a liberdade justamente porque destroem, através da ciência e da democracia, os conceitos e preconceitos criados pela burguesia para manter a estrutura social de exploração. Muito dos conceitos anarquistas foram sistematizados pelo pedagogo Paul Robin que, como diretor de orfanato, teve a oportunidade de experiênciá-los na prática. Também Ferrer i Guardiã na sua experiência com a Escola Moderna de Barcelona afirmou que a educação intelectual deve ter um significado e uma relação afetiva com o saber.⁷

A educação em tempo integral surge no Brasil como um conceito novo e inexplorado, confundindo-se, muitas vezes, com o de educação integral. Chega com as idéias de Anísio Espínola Teixeira sobre o que é uma escola pública igualitária. As teorias de Anísio sobre educação integral estão fundamentadas, basicamente, nas premissas educacionais de Dewey e Kilpatrick.

No Estado da Bahia, mais precisamente em Salvador, na década de 50, Anísio também cria uma escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro - um complexo

⁷ GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da Educação**. SP: Cortez editora, 1990. 240 p.

de quatro escolas e uma escola-parque – que foi discutido, desarticulado e esquecido durante anos e que ainda hoje fascina.⁸

A atual diretora, em sua conversa, afirmou que existem escolas-parque em Brasília e, com sotaque característico, falou sobre a escola: *Olhe menina, você sabe que essa escola é mais conhecida fora de Salvador do que aqui. O povo baiano não conhece nossa escola. Não dá valor. Ela é enorme! Para entrar, você chega num portãozinho pequeno e nem parece que tem tudo isso.*

Gostaria de esclarecer, que o meu entusiasmo com a escola-parque está muito mais vinculado à sua construção arquitetônica, que parece adequada ao modo globalizado de enxergar o ensino, do que ao pioneirismo da ampliação do tempo escolar nas escolas públicas brasileiras, pois, a história registra que, nos anos 30, no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira implantou em uma de suas Escolas Experimentais - a Escola México - uma experiência de semi-internato anterior, portanto, à escola-parque da Bahia.

Em vários depoimentos gravados de Darcy Ribeiro e também na fala de seus próprios companheiros da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, percebe-se uma relação muito estreita com os pensamentos de Anísio Teixeira. O próprio Darcy afirmou, várias vezes e até em documentos oficiais, que Anísio foi seu grande mestre e inspirador.

Darcy Ribeiro criou os CIEPs nos moldes e concepções educacionais de seu mestre Anísio, embora com um enfoque mais voltado para a cultura. Daí a criação dos animadores culturais⁹ que deveriam funcionar como um elo de ligação indispensável da escola com a comunidade. Inspirou-se na escola-parque que, em 1983, durante o governo estadual de Leonel Brizola, foi definida como uma das metas para a política educacional dessa administração. Mas, não foram construídas nem as escolas-parque nem as escolas experimentais como anunciado por Brizola, tendo sido priorizada a implantação volumosa

⁸ Como aconteceu comigo em 2001. Procurei a diretora da escola-parque tentando agendar uma visita a este estabelecimento; esta, muito gentilmente, afirmou que não “valia a pena” naquele momento, pois a escola estava fechada, pois suas dependências estavam sendo restauradas e reformadas pelo Governo Federal e que somente após a inauguração feita por Paulo Renato, Ministro da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso, é que a escola estaria própria para visita. Fato que ocorreu (Embora ainda não a tenha visitado).

⁹ Buscando estreitar os laços entre a comunidade e a escola, a proposta pedagógica dos CIEPs instituía a animação cultural como fator de integração. A equipe que implantou os CIEPs, atribui a Darcy Ribeiro a criação destes animadores culturais: pessoas da comunidade que mostrariam a diversidade cultural do Rio de Janeiro através de aulas ou atividades culturais nos CIEPs.

dos Centros de Educação Pública – CIEPs, no Estado do Rio de Janeiro, por motivos que poderão ser vistos neste trabalho.

A rejeição aos CIEPs do Rio de Janeiro foi imediata e deu-se de forma agressiva e radical, muitas vezes seguindo interesses políticos. Fez surgir debates apaixonados em sua defesa. Apesar das opiniões conflitantes a seu respeito, os CIEPs continuaram a ser implantados, chegando a mais de 500 unidades pelo Estado do Rio de Janeiro. Desmontados e reconstruídos por três vezes desde 1985, ano em que foram inaugurados os primeiros CIEPs, hoje buscam sua identidade.

Assim no Rio de Janeiro, assim em Americana?

A premissa da rejeição, como dito anteriormente, foi praticamente ponto de partida para este trabalho e incorporada à busca de uma maior compreensão sobre a importância destas escolas para as comunidades por elas envolvidas. Procurou-se, assim, entender o processo de rejeição aos CIEPs e, ao mesmo tempo, analisar o esforço de professores e de diversos grupos sociais para cessar este processo. Nestes embates, é possível perceber a paixão que este tipo de escola desperta.

E é neste ponto que me incluo: junto com vários professores, defendi (e defendo) os CIEPs. Mas, naturalmente, não pude deixar de ver as lacunas e as contradições de uma escola criada e mantida originalmente por um partido político, o PDT. Tive de buscar dados e parte das reflexões de alguns dos envolvidos diretamente com a criação e funcionamento destas escolas.

Com a proposta de contribuir, mesmo que limitadamente, com educadores e pesquisadores que se debruçam sobre este tema, apresento este trabalho dividido em três capítulos.

Optei por falar, primeiramente, sobre os CIEPs do Estado do Rio de Janeiro, localizando sua origem e traçando um quadro histórico-social do seu surgimento. Também foram levantados a sua linha filosófica e os questionamentos sociais e políticos que envolveram a sua implantação, buscando-se, com isso, compreender seu funcionamento e suas finalidades.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho é dedicado ao estudo dos CIEPs do Rio de Janeiro, analisando desde a sua implantação, interrompida diversas vezes por governantes de outros partidos, até o ano de 2002.

Este capítulo baseia-se nos dados e relatos constantes na obra *O Livro dos CIEPs*¹⁰. Este livro é de autoria de Darcy Ribeiro e foi publicado no final de 1986, quase um ano após a inauguração dos primeiros Cieps no Rio de Janeiro, na gestão do então governador Leonel de Moura Brizola. O objetivo deste livro, segundo Darcy Ribeiro, na época vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, era explicar o funcionamento dos CIEPs e a nova proposta pedagógica nele contida. O seu conteúdo apresenta toda a sistemática destas escolas em tempo integral. Mas, é também um “grande panfleto” da política de Brizola na área da Educação. Ficou conhecido como o “livro preto” por todos os envolvidos, pois sua capa era preta (com uma foto do CIEP) e acabou por se tornar a “bíblia” (o condutor das ações e funcionamento) dos CIEPs.

Em Americana, esta “bíblia” fica até hoje na gaveta da mesa do Secretário de Educação e Cultura. Velho, puído nos cantos e com páginas amareladas, repousa tranqüilo no gabinete. Aqueles que não conhecem sua história, não imaginam que esta aparente tranqüilidade contém paixões, explosões de idéias e choques de interesses.

Utilizei também um segundo livro, escrito por Darcy Ribeiro e sua equipe em 1995, sobre os CIEPs, chamado *Carta’ falas, reflexões, memórias nº 15*¹¹ produzido quando este era Senador da República. Na contra-capla encontra-se a seguinte frase: *A Leonel Brizola*. Neste livro estão compilados diversos textos de pessoas que fizeram parte de sua equipe na criação dos CIEPs e é praticamente um balanço dos CIEPs no Rio de Janeiro na visão de seus implantadores. No entanto, tem também a característica de um desabafo coletivo, principalmente por Darcy iniciá-lo com estas palavras: *Esse texto foi pensado originalmente como um novo guia dos CIEPs e GPs*¹², *destinado a orientar milhares de professoras na condução eficaz da educação de milhares de jovens. Sonhos meus, ilusões*. Neste capítulo, também utilizei dados fornecidos pela Fundação Darcy Ribeiro – Fundar¹³ e entrevistas realizadas com diretores dos CIEPs do Rio de Janeiro.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986. 152 p.

¹¹ RIBEIRO, Darcy. **Carta’: falas, reflexões, memórias nº.15 – O Novo Livro dos CIEPs/** Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do senador Darcy Ribeiro, 1995. 300 p.

¹² Ginásios Públicos criados por Darcy Ribeiro e coordenados pela professora Laurinda Barbosa. Buscava atingir os adolescentes.

¹³ Nesta fundação há pessoas como Tatiana Chagas Memória – Presidente, que esteve à frente da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, regendo todo o Programa Especial de Educação (PEE) dos governos estaduais de Brizola no Rio de Janeiro. E Laurinda Barbosa – Secretária Executiva, que participou do 2º PEE, criando e coordenando os Ginásios Públicos (GPs), as quais entrevistei e/ou obtive dados sobre os CIEPs do Rio de Janeiro.

Já no segundo capítulo deste trabalho, procuro fazer o mesmo percurso, entretanto, abordando os CIEPs de Americana e, mais especificamente, o CIEP Zanaga, que é meu objeto de estudo, tanto por sua particularidade histórica, como por ter sido o mais polêmico e “atacado” dentre os CIEPs implantados na cidade.

As fontes utilizadas para a elaboração deste capítulo foram os jornais da cidade de Americana (O Liberal e TodoDia), entrevistas com moradores do bairro Antonio Zanaga e dados coletados através das secretarias da Prefeitura. A principal fonte foi o jornal O Liberal, pois, além de ser o mais antigo em circulação, foi o que acompanhou todos os passos dos CIEPs. Politicamente, este órgão era contrário à administração municipal de Waldemar Tebaldi (PDT) – prefeito responsável pela implantação dos CIEPs em Americana. Nele encontra-se informação em maior quantidade que na própria Prefeitura. Aliás, na Secretaria de Educação não há nenhum registro escrito sobre o processo de implantação das escolas.

Complementei as informações colhidas no jornal O Liberal com dados contidos nos arquivos do CIEP Zanaga – jornal do bairro (Jornal do Zanaga), ofícios, grades curriculares, serviços internos, dados estatísticos de alunos e professores e fotos. Todo este material levantado foi associado à memória de antigos funcionários e professores.

Finalmente, no terceiro capítulo, ainda sobre os CIEPs de Americana – com destaque para o de Zanaga - procuro abordar a mudança de imagem destas escolas frente às comunidades por elas atendidas, principalmente, os motivos que levaram à rejeição das comunidades e os meios pelos quais reverteu-se esta situação. Continuo com as mesmas fontes do capítulo II e utilizo dados fornecidos por diretores de ensino fundamental das escolas municipais, professores e coordenadores da rede para completar as idéias e reflexões deste último capítulo.

Há necessidade de esclarecer que no decorrer deste trabalho foram usados duas terminologias com o mesmo significado, 1º grau e ensino fundamental, em virtude das mudanças ocorridas com a nova LDB 9394/96.¹⁴

¹⁴ A LDB 5692/71 dividia o ensino escolar brasileiro em 1º grau (1ª a 8ª série) – Ensino Primário, 2º grau (1º ao 3º colegial) – Ensino Médio e 3º grau (faculdades específicas) Ensino Superior. BREJON, Moysés. (org.). **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus – leituras**. 22ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1991. 333 p. Já a nova LDB 9394/96, que passou a vigorar em dezembro de 1996, instituiu novas divisões e nomenclaturas da escolarização como: Educação Básica (educação infantil – creches e pré-escolas, ensino

Falar de CIEP é gerar polêmica. É um incessante questionamento por parte de professores e da sociedade. É motivo de defesa de idéias e choque de opiniões.

A prática pedagógica e administrativa nestas escolas é diferente do habitualmente praticado no tocante a escolas públicas, a partir do simples fato de serem escolas em tempo integral, pois é secular o período parcial nas escolas públicas brasileiras.

Espero que esta pesquisa contribua para aguçar o “olhar” sobre os CIEPs, sobre novas propostas que têm provocado, em muitos de seus profissionais, questionamentos sobre suas próprias teorias e práticas.

CAPÍTULO I

O Centro Integrado de Educação Pública do Estado do Rio de Janeiro (CIEP)

Panorama social/político/educacional que originou os CIEPs

Os Centros de Educação Pública (CIEPs) foram criados na década de 80, período de transição e de profundas transformações que envolveram praticamente todos os setores da vida institucional do Brasil.

Este período foi marcado por intensas mobilizações e greves (ABC)¹⁵, atos terroristas (como o do Rio Centro) e manifestações a favor e contra a anistia. Economistas chamaram este período de “a década perdida”, pois a economia encontrava-se em profunda recessão e o desemprego e a miséria eram crescentes. Neste período, diversos segmentos da sociedade procuravam restaurar, com a volta à democracia, todo o quadro institucional do país.

Na verdade, esta situação vinha desde os anos 50, quando o crescimento demográfico da população, aliado ao intenso êxodo rural e às migrações internas das zonas mais pobres do Brasil para as mais desenvolvidas, provocou uma intensa urbanização, principalmente destas zonas e das capitais do país.

Os movimentos migratórios da década de 80 engrossaram a massa dos marginalizados. A delinquência, os assaltos de toda ordem passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas.

A pobreza jogou assim na marginalidade uma grande população de jovens e crianças – os excluídos da escola, os excluídos da sociedade – que passaram a procurar na delinquência, na violência, na prostituição, na droga o caminho para escapar da miséria, do

¹⁵ Cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano situadas no Estado de São Paulo.

*abandono, da falta de futuro e de perspectivas. E o aspecto mais triste e trágico é que esses jovens e essas crianças, tornaram-se o alvo de novos “esquadrões da morte”, organizados para exterminá-los. Diariamente, a imprensa noticia (sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife), sem que as autoridades tomem medidas para evitar esse fenômeno vergonhoso e insuportável.*¹⁶

Nos anos 80 percebe-se que no espaço educacional havia uma intensa agitação ou reorganização. Debates, artigos e moções em congressos e associações de educadores em prol de mais verbas para o ensino público são intensificados e futuramente tal movimentação refletiria na educação de forma qualitativa.

Foi nesta década que uma nova Constituição Brasileira foi escrita, vigorando a partir de outubro de 1988. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi gestada, entretanto, entra em vigor somente em dezembro de 1996.

O sistema de eleições diretas para prefeitos e governadores foi restabelecido e uma nova legislação partidária fez surgir vários partidos: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que sucedeu ao MDB); PDS (Partido Democrático Social sucessor da Arena); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, de Ivete Vargas); PDT (Partido Democrático Trabalhista, de Brizola); PT (Partido dos Trabalhadores, reunindo trabalhadores e intelectuais de esquerda).

Em 1982, governos de oposição foram eleitos em dez Estados da União (MG, SP, PR, PA, AM, AC, MTS, GO, ES –PMDB e RJ-PDT) e suas políticas educacionais representaram uma efetiva ruptura com a dos governos militares. Administradores e educadores estavam voltados para a tese de que tínhamos uma escola que exclui seus alunos. Tal tese estava apoiada em vários estudos e dados estatísticos que fortaleciam a necessidade de mudança no campo educacional.

Segundo Cunha ¹⁷, em 1980 a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos era de 80% e em 1987, pouco passava de 82%; a habilitação formal dos professores no ensino do primeiro grau era bastante diversificada sendo que, em 1987, cerca de 12% dos professores não tinha sequer o segundo grau de escolaridade.

¹⁶ WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. SP: Editora Ática S. A, 1994. p. 83

¹⁷ CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995. p. 34-35.

A proporção de alunos que ingressava na segunda série do primeiro grau em 1985 estava na faixa de 58%, sendo que os outros 42% representam o contingente de alunos que eram reprovados ou que se evadiam da escola.

Assim, as políticas educacionais que foram ou seriam implantadas, procuravam resolver estas deficiências e convergiam com a plataforma de movimento dos professores: qualificação dos docentes (inclui-se remuneração), enfoque na qualidade do ensino e na competência dos professores e planos curriculares visando alunos das classes populares, bem como o apoio, em termos quantitativos e qualitativos, de material didático.

Entre 1987 e 1989 o Ministério da Educação, através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e com a colaboração da Fundação Carlos Chagas, desenvolveu um projeto para avaliar o rendimento escolar dos alunos nas escolas públicas de primeiro grau no qual foram constatadas desigualdades regionais no rendimento escolar. Os Estados do Sul e Sudeste do país apresentaram melhores desempenhos em comparação com os do Nordeste.

Segundo Werebe apud Gatti¹⁸, os resultados obtidos apontavam que o problema do baixo rendimento escolar estava associado à pobreza e como a escola lidava com ela.

Estudos e debates foram realizados sobre esta tese que muitos procuraram defender, como relata Werebe apud Werebe¹⁹, no início de sua carreira, em uma experiência profissional no setor de Psicologia do Serviço Social de Menores.

Utilizei, nesta experiência, um dos itens do teste de inteligência Binet-Simon (em voga na época) que, ao contrário do que ocorre com a maioria das questões contidas em testes desta natureza, correspondia ao tipo de conhecimentos mais facilmente adquiridos por uma criança de meio desfavorecido. Tinha constatado que, de maneira geral, os menores internados no Serviço apresentavam quase sistematicamente resultados inferiores às normas estabelecidas, nos testes de inteligência, mas que, no referido item, eles se saíam bem, mesmo os que estavam abaixo da idade à qual correspondia a questão: tratava-se do item da série de 9 anos, constituídos por uma operação concreta de compra e venda, devendo a criança (como vendedor) devolver o troco ao examinador (como comprador). Decidi aplicar esta mesma prova a crianças de mesma idade, porém oriundas de um meio econômico bastante alto, alunos de uma escola primária particular. Estes, em sua maioria, confirmando minha hipótese, não conseguiram efetuar a operação corretamente. Prosseguindo a experiência, apresentei a dois grupos de crianças a mesma questão, desta vez por escrito, e formulada em termos de um problema escolar típico. Os resultados obtidos se inverteram: os alunos da escola particular saíram-se muito bem,

¹⁸ GATTI, Bernadete. **Testes e avaliação do ensino no Brasil** – Educação e Seleção, 16. Fundação Carlos Chagas, 1987.

¹⁹ WEREBE, Maria José Garcia, op.cit. p.144.

sendo que a maioria das crianças testadas, no Serviço de Menores, não conseguiu resolver corretamente o problema.

Não se pode negar que, no exemplo citado, foram as crianças das classes populares que mostraram possuir um conhecimento efetivo, real, conhecimento este adquirido numa situação concreta de vida.

Enquanto que as outras revelaram dominar um pseudo-conhecimento, desvinculado totalmente da realidade. Porém, dentro da escola, são elas que correspondem às expectativas e logram êxito nos estudos. Ao contrário, as crianças de meios desfavorecidos estão fadadas ao malogro, porque as regras do jogo na escola são feitas para elas.

Professores e estudiosos da educação também questionavam os métodos avaliativos usualmente utilizados no primeiro grau, estendendo-se ao posterior.

Nesse período de transição política por que passava nosso país, os partidos políticos, aliados à necessidade de resolver os graves problemas educacionais e envoltos em uma concepção de que a educação seria o caminho para melhorar a situação geral do Brasil, fizeram da educação a “bandeira” de seus programas. Segundo Paiva, *em períodos de expansão da economia, em que se objetiva a modernização... Oferece a oportunidade para a reformulação dos sistemas educativos ou para o surgimento de movimentos que procuram promover a mudança através da educação.*²⁰

Cunha²¹ afirma que o programa do PMDB defendia o ensino obrigatório e gratuito (de oito anos) para a população em idade escolar e, também, a gratuidade da educação pré-primária, a partir dos dois anos de idade, para filhos de trabalhadores, além da ampliação e a manutenção das universidades oficiais, opondo-se veementemente à privatização.

Já o PDT defendia uma reforma educacional que assegurasse o ensino gratuito a todos e que permitisse reorganizar a rede escolar pública. Incluía neste programa a concessão de bolsas para estudantes pobres e ampliação das instituições públicas de ensino superior. Tal proposta visava acabar com a privatização do ensino e garantir a matrícula a todos os jovens que completassem o curso médio.

O Brasil atravessava uma fase de debates e discussões sobre educação que focalizava a expansão da escolarização com partidos considerados de “esquerda”, defendendo o ensino público e combatendo a privatização das escolas. Já os partidos mais conservadores, apresentavam uma abertura para o ensino privado, incluindo as seguintes diretrizes sociais em seus programas de governo: “*garantia de acesso a todos os níveis de ensino,*

²⁰ PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2ª edição. SP: Edições Loyola, 1983. p. 22.

*fortalecendo a escola pública e assegurando-se, à família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos”.*²²

O PMDB, que reunia diversas correntes ideológicas e era contraditório, pois entre seus filiados encontravam-se desde defensores de subsídios governamentais para o setor privado até os que defendiam a estatização de todas as escolas e universidades, era o único dos partidos de oposição ao regime militar que tinha abrangência nacional e possibilidade concreta de acesso ao poder no período. Por isso, entre 1983 e 1987, educadores encontraram neste partido um veículo para mudanças e muitas propostas foram implantadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná pelos governos do PMDB.

Além das posições partidárias, várias experiências foram realizadas com vista a melhorar a qualidade do ensino no país, sendo as mais conhecidas: o Edurural (Programa de expansão e melhoria do ensino rural), o CB (Ciclo Básico, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), o Profic (Programa de formação integral da criança de São Paulo), o CIEP (Centro Integrado de educação pública no Estado do Rio de Janeiro) e, sem um nome específico, no Estado do Paraná (aumentou-se o tempo escolar diário do aluno).

O Edurural foi elaborado pelo Governo Federal e concretizou-se em 1980. Patrocinado em grande parte pelo Banco Mundial, tinha como objetivo promover a expansão e melhoria do ensino rural nos nove Estados da Região Nordeste. A avaliação feita deste programa pela Universidade Federal do Ceará e pela Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, mostrou que não foram alcançados os objetivos propostos.

A experiência de implantação do Ciclo Básico abrangeu toda a rede escolar estadual de São Paulo. Objetivava reunir as duas primeiras séries em um mesmo ciclo, sem reprovação, oferecendo maior tempo para a alfabetização.

Werebe²³ considera o Ciclo Básico *uma experiência original e ousada, pois os problemas a enfrentar numa reforma que engloba todas as escolas, com a totalidade do corpo docente, são gigantescos.*

A implantação do Ciclo Básico se efetivou a partir de 1984 no Estado de São Paulo e, já antes disso, as críticas à proposta foram inúmeras, principalmente por parte de diretores e supervisores de ensino, sendo que o ponto de discussão era sempre a aprovação automática.

²¹ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

²² CUNHA, Luiz Antonio, ibid. p.43.

²³ WEREBE, Maria José Garcia, op.cit. p. 234.

Além disso, o Ciclo Básico não teve adesão de todos os professores, fato considerado um dos fatores do fracasso desta reforma, aliado à falta de continuidade administrativa e de informação clara sobre o projeto, fez os professores sentirem-se inseguros e desamparados.

Em Minas Gerais esta experiência foi introduzida a partir de 1985 em caráter experimental e oficializada em 1990. Acabou enfrentando os mesmos problemas que no Estado de São Paulo.

Apesar de todas as dificuldades, os resultados foram considerados positivos²⁴, tanto em São Paulo como em Minas Gerais, embora os índices de evasão e repetência não tenham praticamente se alterado depois da implantação do Ciclo Básico.

No Rio de Janeiro o programa foi adotado na rede estadual em 1978 e reformulado em 1985 no município do Rio de Janeiro.²⁵

Nestes anos, a sociedade assistiu o desdobramento da jornada escolar, principalmente nos centros urbanos, fazendo com que educadores e administradores desenvolvessem a tese de que o tempo de permanência das crianças na escola era a principal causa da deficiência do ensino e do mau aproveitamento pelo aluno.

Neste caminho foi trilhado o Profic²⁶, instituído no Estado de São Paulo em 1986, um ano após o funcionamento dos primeiros CIEPs no Rio de Janeiro. Com o propósito de estender o tempo do aluno na escola, José Aristodemo Pinotti²⁷ assumiu a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e implantou o tempo integral nas escolas estaduais, entretanto, sem adequar as estruturas das escolas e capacitar os professores para o novo sistema.

²⁴ Os primeiros resultados foram estimulantes. Entre 1984 e 1985 houve um aumento no índice de promovidos para a 3ª série, em comparação com os ingressantes na 1ª série. Já o material didático produzido destacou-se pela qualidade. CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

²⁵ No município do Rio de Janeiro, em 1985, criou-se a sistemática de inserir no ensino fundamental crianças de seis anos de idade, promovidas automaticamente para a 1ª série no ano seguinte. Esta tentativa não se assemelhou ao ciclo básico implantado nos outros Estados, pois as crianças iniciavam os estudos com sete anos, não tendo sucesso nem continuidade.

²⁶ Política Pública implementada no Estado de São Paulo entre os anos de 1986 e 1993. Este programa, Profic – Programa de Formação Integral da Criança – procurou ampliar o tempo de permanência das crianças pobres na escola e expandir as condições para seu desempenho na aprendizagem.

²⁷ Médico ginecologista especialista em mama, professor e reitor da Unicamp. Assumiu a Secretaria de Educação no final do governo estadual de Franco Montoro. Anteriormente à sua posse já maturara um projeto de atendimento integral da criança e do adolescente, apoiado por um pequeno grupo de educadores e técnicos que o estudavam na Universidade e que já dispunham da primeira versão do projeto Profic. GIOVANNI, Geraldo di; SOUZA, Aparecida Néri. **Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança**. In: Revista Educação & Sociedade nº 67, ISSN 0101-7330-versão impressa.

Este projeto não previa a construção de escolas para acolher o período integral e sim, a utilização do próprio estabelecimento de ensino já existente, simplesmente dobrando o período de permanência. Foi este mais tarde, um dos motivos apresentados para justificar a inviabilidade do projeto, pois várias escolas funcionavam com quatro turnos diários, superlotados, sem espaço disponível para o período integral.

Tal proposta tinha como objetivo suprir as deficiências da alfabetização, combater a evasão e repetência; e fazer uma escola “protetora” da criança contra os perigos da rua, a ausência de uma boa educação familiar, a fome e as doenças que ameaçam a infância. Enfim, realizar uma educação integral da criança das camadas mais pobres da população.

Os recursos para este projeto destinar-se-iam tanto ao poder público como para as escolas privadas. Na justificativa do Profic afirmava-se que os problemas das crianças são estruturalmente sociais e que a resolução desses problemas exigiria a mudanças dessas estruturas.

A rejeição ao Profic surgiu dentro da própria Secretaria Estadual de Educação, notadamente na estratégica Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana de São Paulo, cuja titular, Mirian Jorge Warde, foi demitida pelas críticas feitas ao programa. Dizia ela que, como o Profic não era um programa de construção, como o dos CIEPs do Rio de Janeiro, ele não poderia beneficiar as crianças que pretendia. Já que 40% das escolas estaduais de primeiro grau da Grande São Paulo funcionavam em regime de quatro turnos diários, superlotadas, sem espaço disponível que pudesse ser ocupado pelos alunos em regime de tempo integral. E era justamente na área metropolitana onde vivia a maior parte das crianças carentes que o programa pretendia beneficiar. Escolas com o espaço disponível na rede estadual somente havia nas cidades do interior, onde o tipo de assistência seria menos demandado.

Fora da estrutura da Secretaria, a Associação Nacional de Educação – ANDE publicou um boletim especial (n.14, julho de 1986) com fortes críticas ao Profic. A entidade denunciava sua inspiração em um “humanismo retrógrado”, que pretendia fazer da escola um meio isolado da sociedade, com o pretexto de proteger a infância, o que acabaria por excluí-la da vida social. No entanto, sob a aparência de medidas que se propunham a protegê-las, o que se estaria buscando, de fato, seria assegurar o bem-estar das classes dominantes, escondendo a violência, a pobreza e o menor abandonado.²⁸

O Profic foi acusado de assistencialismo, de ter caráter emergencial e de ser projeto improvisado, mas como os CIEPs do Estado do Rio de Janeiro, foi envolto por debates apaixonados tanto por aqueles que o defendiam como por aqueles que o rejeitavam.

No estado do Paraná, nas cidades de Cascavel e Curitiba, duas experiências com a intenção de aumentar o período que a criança permanece na escola também foram realizadas. Em 1986, em Cascavel, aproveitando uma iniciativa de cinco bairros desta

²⁸ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit. p. 206

cidade, prolongou-se o horário escolar a ser preenchido com atividades esportivas, culturais, alimentação e saúde. A prática de Cascavel convergia para a dos CIEPs do Rio de Janeiro e do Profic de São Paulo.

Já em Curitiba, Roberto Requião (PMDB), em 1986, implantou escolas de oito horas em toda a rede municipal, na linha dos CIEPs do Rio de Janeiro.

*Evitou o equívoco do Rio de Janeiro, onde se desqualificou a rede chamada tradicional em proveito de uma rede escolar paralela, em que tudo seria novo, monumental: o prédio, o professor admitido por concurso especial, o uniforme dos alunos, e até o núcleo comum do currículo seria exclusivo.*²⁹

Algumas escolas existentes foram transformadas para atender o aluno o dia todo: foram construídos pavilhões onde funcionavam refeitórios, laboratórios, atividades complementares, áreas de serviço, de lazer, sanitário e quadra. Outras seis novas unidades também foram construídas especialmente para este fim.

Como visto anteriormente, em grande parte dos Estados brasileiros foram eleitos, para cargos majoritários estaduais e municipais, partidos de oposição, com um elevado número de políticos do PMDB. Depois de 1987 esta atuação partidária aumentou em quase todos os Estados, mas a ampliação do poder do partido não resultou no compromisso com o ensino público. *Assim, a fraca estruturação permitiu a construção do campo educacional por dentro do campo partidário. Mais do que os partidos políticos foram os educadores, enquanto agentes de partidos ideológicos em formação, os protagonistas da constituição daquele tempo.*³⁰

O Plano de Governo de Leonel de Moura Brizola para a educação no Estado do Rio de Janeiro

Em março de 1983 tomou posse no governo do Estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola (PDT), polêmico e controvertido político de oposição ao governo militar. No seu programa de governo para o Estado elegeu a educação como prioridade, tendo como

²⁹ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit. p. 259

³⁰ CUNHA, Luiz Antonio, ibid. p.45

justificativa a precariedade da rede escolar oficial que, a seu ver, poderia ser classificada como de calamidade pública.

Outro fator justificado por ele, seria o de estarem as escolas de primeiro e segundo graus na jurisdição dos governos estaduais e municipais, possibilitando, assim, maior autonomia nas decisões. Além disso, eleger a educação como prioridade, respondia essencialmente à *ideologia do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola*.³¹

Ao assumir o governo estadual do Rio de Janeiro, Leonel Brizola articulou e argumentou que a tragédia em que se encontrava a educação pública, estava refletida na situação de descaso em que se encontravam os prédios escolares - pichados, mal construídos e muitos abandonados sem manutenção. Além da ausência de vagas para todas as crianças (milhares delas estavam sem escola, vagando pelas ruas), aquelas que estavam matriculadas, permaneciam em unidades superlotadas.

Aliada a estes fatores, Brizola apoia-se na má qualidade do ensino justificada por ele como decorrente dos vários turnos a que a escola se submetia, pois o aluno não tinha tempo suficiente para aprender na escola e em casa não tinha quem o ensinasse – os pais pobres tinham que trabalhar para o sustento da família.

Esta má qualidade de ensino, afirmava Brizola, também decorria da deficiente qualificação dos professores e estava ocasionando uma educação escolar excludente com relação à camada mais pobre da população.

Com base nestes argumentos e evidências, Leonel Brizola propagou a idéia da necessidade de criação de um novo e inovador sistema educacional (com novas concepções de ensino, voltadas exclusivamente para os alunos pobres fluminenses), o sistema foi incorporado ao seu Programa de Governo para a educação.

Dentro deste programa, criou a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, integrada pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município, pelo Reitor da UERJ e pelo vice-governador Darcy Ribeiro, sob a presidência deste último. O objetivo desta

³¹ O PDT se autodefine como o partido que *defende a democracia, o nacionalismo e o socialismo, um partido nacional e popular. Quer dizer: herda as tradições do nacionalismo democrático, mas as moderniza e as supera, propondo claramente o socialismo como sua meta*. No seu estatuto, art.1. o PDT expõe a sua concepção de educação – *O partido, como instituição, e seus filiados individualmente atuarão por métodos democráticos e pacíficos, ainda que, quando necessário, com indignação, rigor e energia, essencialmente na linha dos seguintes compromissos básicos:*

– *Educação, causa da salvação nacional, prioridade das prioridades: alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do país, desde o ventre materno; educa-las e escolariza-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação*. Texto parcial retirado de carta enviada aos filiados do PDT de Americana em 2001.

Comissão era formular e orientar a execução de toda a política educacional do Rio de Janeiro em âmbito estadual e municipal.

Os trabalhos iniciais desta Comissão foram relacionados à definição de conteúdos para o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, 1984/1987 (Lei RJ 705, de 21 de dezembro de 1983). Para equacionar os problemas anteriormente diagnosticados foram definidas medidas tais como a construção de 3 mil novas salas de aula, treinamento de professores, produção de material escolar e didático para distribuir aos alunos carentes, ampliação da rede escolar em regime de tempo integral – CIEPs, criação de escolas-parque nos moldes propostos por Anísio Teixeira³²; criação de Casas da Criança (5 a 6 anos), programa para analfabetos de Educação Juvenil e criação de centros de experimentação pedagógica que funcionariam como escolas de demonstração.

O atendimento das crianças com idade de sete a quatorze anos era anunciado como a prioridade do governo, o qual pretendia eliminar o terceiro turno das escolas e aumentar o tempo de permanência do aluno para, no mínimo, 5 horas diárias. Por isso, as 3 mil novas salas de aula, as escolas-parque e os CIEPs.

Dados analisados por Cunha³³, como ele mesmo afirma, mostram que o governo do Estado deveria priorizar a expansão da rede pública de 1º grau. Mas entende, após detalhamento de sua análise, que ela se fazia necessária de forma desigual, considerando a distribuição da população escolarizável do segundo segmento (5.^a à 8.^a série). *A não consideração dessa questão fundamental acabou por abrir caminho para a exclusividade de atuação dos CIEPs no primeiro segmento, e o abandono do segundo grau a medidas de incorporação improvisada da demanda.*

³² Em 1950, Anísio Teixeira, nos bairros pobres da periferia de Salvador (Bahia) como da Liberdade, Caixa D'água, Pero Vaz e Pau Miúdo implantou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. A região era o centro de uma das chamadas “invasões”, denominação com que, na Bahia, se designavam as formações precipitadas e abruptas do que se chamam no Rio de favelas. O Centro é um conglomerado que reuni quatro escolas-classe e uma escola-parque, em uma tentativa de oferecer educação primária, hoje ensino fundamental, em tempo integral aos alunos mais carentes da população da Bahia. Dos sete centros previstos, só um foi construído e funciona de forma precária, mantida pelo Governo do Estado. EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral - Centro Educacional Carneiro Ribeiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000. 96 p.

Se analisarmos mais atentamente os CIEPs do Rio de Janeiro, perceberemos que a sua concepção e algumas diretrizes como o próprio período integral, o cuidado com a escolarização da população pobre, a preocupação com a auto-estima do aluno, a ênfase na cultura, a existência de momentos para reforço como o estudo dirigido, a prioridade para as bibliotecas, o trabalho com a comunidade e a participação da família, entre outros, são os mesmos suportes e direcionamentos da escola em tempo integral da Bahia, a escola-parque.

Tudo isso, com certeza, vem dos fundamentos da Escola Nova e da amizade entre Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, seu grande mestre (como definia o próprio Darcy) e companheiro profissional no Ministério da Educação e na Universidade de Brasília.

No 1º Programa Especial de Educação (PEE), foram construídos somente 68 CIEPs, já no 2º Programa foram reformados e resgatados os CIEPs desmontados pelo governo anterior e implantados mais algumas centenas deles, chegando a quase 500 unidades ao término do segundo governo de Brizola no Rio de Janeiro. A administração posterior a Brizola, herdou 406 CIEPs de 1ª a 5ª série (ciclo básico) e 68 GPs (6ª a 8ª e ensino Médio). Os GPs começaram a funcionar em caráter experimental em março de 1995 e foram criados a partir da convicção de que os cursos de primeiro e segundo graus, do ponto de vista de sua estrutura, deveriam ser reformulados. Os CIEPs, portanto, passaram a ter duas etapas no ensino: a primeira, prevendo um caráter de terminalidade ao ensino básico, com 5 anos de escolaridade, do primeiro ao quinto ano; a segunda, vai do sexto ao décimo ano, denominado de ginásio (nesta etapa está incluído o ensino médio). Vale observar que os GPs não conseguiram atingir seus objetivos, principalmente o horário integral oferecido aos adolescentes. Portanto, o atendimento priorizado pelo governo de Brizola foi a de escolarizar crianças até 12 anos.³⁴

Enquanto a citada comissão planejava a estrutura educacional, que já incluía a implantação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), o governo lançou a campanha *Mãos à Obra nas escolas*, que visava reformar os prédios escolares existentes. O projeto consistia na arrecadação, pelos professores e diretores, de doações de materiais de construção frente à comunidade (pais de alunos e comerciantes das adjacências da escola). O papel do governo seria fornecer mão-de-obra para a execução do trabalho.

Na obra *O livro dos CIEPs* a campanha está assim caracterizada:

Lançou a campanha Mãos à Obra nas Escolas, que encontrou ressonância extremamente positiva quanto à população carioca, a ponto de diversas comunidades oferecerem trabalho voluntário e mesmo apoio financeiro. Logo no primeiro ano de sua gestão, 787 escolas da rede estadual foram reformadas, graças a essa estratégia participante.

Já a de Cunha³⁵, avaliando as posições expressas no Encontro de Mendes³⁶ em 1983, afirma que *os professores rejeitaram esse papel adicional de recolher doações e mostraram*

³³CUNHA, Luiz Antonio, op.cit. p. 133.

³⁴ O então senador Darcy Ribeiro, redator do projeto da nova LDB, aprovada em dezembro de 1996, incluiu esta estrutura de escolarização no projeto, mas não houve aprovação.

³⁵ CUNHA, Luiz Antonio, ibid. p.140.

o insucesso da inversão da fórmula que já havia dado certo em outras ocasiões: fornecimento de material pelo governo e mão-de-obra pela ‘comunidade’.

No programa de governo de Brizola incluíam-se mudanças na Merenda Escolar, no que se refere à distribuição e descentralização do seu fornecimento com a conseqüente melhoria qualitativa de seus produtos. O governo de Brizola caracterizou esta medida como de “caráter emergencial”. A providência da administração foi de conceder autonomia às diretoras das escolas de ensino fundamental do estado do Rio de Janeiro para comprarem diretamente os produtos que seriam utilizados para a merenda escolar. A estratégia seria de repassar diretamente para as escolas o dinheiro para a compra destes produtos. Na visão do governo Brizola, estes produtos teriam qualidade e preços melhores do que se fossem comprados pela Secretaria de Educação. Posteriormente, a descentralização, financeira e administrativa, ocorreu através do sistema de licitação por adesão. Nesse processo, as Secretarias de Educação credenciavam um grupo de estabelecimentos comerciais que forneciam determinados gêneros alimentícios às escolas, fixando-se os preços de referência. A escola comprava os alimentos dos fornecedores previamente habilitados e encaminhava as faturas à Inspetoria de Finanças das Secretarias.

Ainda no setor de merenda escolar, criou o programa de distribuição diária de leite nas escolas, que não seria interrompido nos períodos de férias escolares. Não era para todos os estabelecimentos, atendia apenas os situados nas áreas mais carentes (Baixada Fluminense Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo).

O transporte escolar gratuito para escolares também acabou tornando-se prioridade para o Governo Brizola que, de imediato, decretou (nº. 4462 de 24/02/84 e nº. 4472 de 02/03/84) que em todas as linhas regulares de coletivos, os escolares uniformizados deveriam ter passagem livre. Os decretos foram bloqueados pela liminar de 02/03/84, concedida aos empresários de ônibus, desobrigando-os do cumprimento da lei. Mais tarde, na área

³⁶ O governo estadual de Brizola através da Comissão Coordenadora de Educação e Cultura sob o lema “vamos passar a escola a limpo” lançou o movimento ESCOLA VIVA – VIVA A ESCOLA que objetivava avaliar as causas reais dos problemas do ensino tradicional. Convocou o professorado atuante no primeiro grau para uma vasta consulta. Várias teses foram elaboradas por Darcy Ribeiro e encaminhadas às escolas para discussão. Após os debates nas suas unidades, os professores elegeram mil delegados para o exame das opiniões predominantes. Novos representantes foram eleitos após esta reunião. A reunião decisiva aconteceu no município de Mendes, nos dias 25 e 26 de novembro de 1983. Reuniu cem professores de todo o Estado, administradores da educação e líderes sindicais. Este último encontro ficou conhecido como o Encontro de Mendes.

estadual, em inúmeros municípios, implantou-se o sistema de concessão de passes escolares a estudantes carentes, sobretudo na área rural.

As medidas acima foram divulgadas como sendo o cumprimento de um grande compromisso com a população e com a educação. Enalteciam em campanhas publicitárias, a futura “grande revolução educacional” que o Rio de Janeiro estava começando a vivenciar: as escolas em tempo integral, chamadas de CIEPs.

Até este momento, os CIEPs ainda não haviam se transformado em prioridade dentre os problemas e soluções para a área educacional do governo de Brizola. Mas, a partir do confronto desta administração na aplicação de seu programa com os professores do Rio de Janeiro, confronto que perdurou até o final do mandato de Brizola, a política educacional tomou outro rumo.

As principais causas deste confronto surgiram da recusa aos projetos como *Mãos à Obra nas Escolas*, das críticas à imposição de seu plano de governo, da resistência às teses do aumento do tempo da criança na escola e à construção dessas grandes escolas com meta definida ao invés de valorizar as já existentes nos bairros, sem contar que os professores se sentiram responsabilizados pela má qualidade do ensino e afirmavam que os argumentos usados pela administração não levavam em conta os aspectos estruturais do sistema em que a escola e os alunos estavam inseridos.³⁷

A Fundação Darcy Ribeiro³⁸, na figura de Laurinda Barbosa³⁹, assim se manifesta:

³⁷ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

³⁸ A Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR – foi instituída em 1996 pelo senador Darcy Ribeiro, para dar continuidade aos projetos que desenvolveu em diversas áreas de atuação e para cuidar da edição e reedição de seus livros. O patrimônio da FUNDAR é constituído por dotações pessoais e pelos direitos autorais das obras de seu instituidor, e tem como núcleo básico sua biblioteca, seus arquivos e seus objetos de arte. Está instalada na cidade do Rio de Janeiro e é uma instituição cultural não-governamental, auto-sustentável, sem fim lucrativo, organizada através de um Conselho Executivo, um Conselho Curador e de um Conselho Fiscal, e os conselheiros exercem suas funções sem remuneração. Submetida à auditoria externa, a Fundação é fiscalizada pelo Ministério Público na observância de seus objetivos e na aplicação de seus recursos. Seus objetivos são: Promover a solidariedade às populações indígenas e negras e aos caboclos brasileiros; Defender a Amazônia e o Pantanal como grandes jardins da terra; Promover convênios com entidades públicas e privadas do país e do estrangeiro no interesse do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil; Realizar estudos destinados a formular e reformular nossa política educacional; Prestar assessoramento técnico e pedagógico a instituições e sistemas educacionais; Planejar e promover a educação à distância através de televisões educativas e textos impressos e de recursos da multimídia; Incentivar e promover planos e programas que visem o desenvolvimento cultural e artístico do Brasil.

Primeiramente, o professor Darcy cogitou sua instalação na Universidade de Brasília, mas lhe foi negado o espaço e, assim, utilizou o apartamento onde morava em Copacabana para instalá-la. Após sua morte, seu apartamento foi vendido e com o dinheiro foi comprada uma casa no bairro Santa Tereza, onde está em funcionamento. A FUNDAR trabalha atualmente com a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro na criação de

Os professores tiveram medo de serem compelidos a trabalhar mais sem uma remuneração compatível e/ou desprestigiada a tarefa docente que vinham realizando nas escolas convencionais. Viram ameaçados seus direitos no que eram estimulados pela visão corporativista que dominava os movimentos sindicais.

Cunha ⁴⁰ acrescenta que esse confronto com o Centro do Professorado do Rio de Janeiro provocou a situação de que toda reivindicação do magistério era tratada diretamente com os professores, numa estratégia de retirar a força corporativista deste movimento sindical.

Portanto, sem o apoio do magistério e abandonada a idéia de discussões coletivas do Programa de Governo, a saída foi impor nova diretriz e construir novas escolas, com novos paradigmas – os CIEPs, que se transformaram na prioridade número um de governo e receberam verbas substanciais para sua realização.

Embora o governo tenha priorizado os CIEPs, divulga que não deixou de recuperar a rede estadual e municipal afirmando que *no total foram recuperadas 2.294 escolas da rede estadual... Quanto à rede municipal, foram realizadas obras de porte em 447 escolas.* ⁴¹

A implantação das escolas de turno único

Brandão ⁴², na época, professora da PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi convidada por Darcy Ribeiro no início de 1983 (antes da posse do governador Brizola) para discutir o projeto de educação de seu governo.

O convite, segundo Brandão, foi feito porque Darcy Ribeiro interessou-se pelas pesquisas que coordenou, as quais foram expostas no seu livro recém publicado sobre

cursos de capacitação de professores para atuarem em período integral e na dinâmica de reativação destas escolas no Estado. Na questão ambiental e indígena ainda não conseguiram desenvolver um trabalho.

³⁸ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora universitária. Diretora Geral do Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro, no período de 1983 a 1986. Coordenadora Geral Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 1993. Diretora de Implantação dos Ginásios Públicos do Segundo Programa Especial de Educação inventado por Darcy e criados por ela – (fala do próprio Darcy Ribeiro). Secretária Executiva da FUNDAR.

³⁹ Secretária Executiva da Fundação Darcy Ribeiro.

⁴⁰ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

⁴¹ RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos CIEPs*, op.cit. p. 20.

⁴² BRANDÃO, Zaia. *A escola de Primeiro Grau em tempo integral: “as lições da prática”*. In: Revista Educação e Sociedade n° 32. SP: Cortez, abril de 1989. p.118.

evasão e repetência no Brasil.⁴³ O vice-governador propôs que ela ouvisse o plano que traçou para resolver os principais problemas da educação pública do Estado. Na segunda reunião que teve com Darcy Ribeiro sugeriu que também outros pesquisadores participassem dos encontros. Assim, juntamente com Vera Candau, Sonia Kramer, Any Dutra e Ana Baeta participou de várias reuniões.

*Não fui além do quarto ou quinto encontro, e os outros pesquisadores, professores também não resistiram muito mais. Apesar de posteriormente solicitada – umas duas ou três vezes, por auxiliares do Professor Darcy – para dar sugestões ou subsídios para o trabalho que desenvolvia, eu já havia tomado a decisão de que não gastaria meu tempo com as ‘loucuras do professor Darcy’...era assim que via à época as possibilidades da política educacional do governo Brizola, cujo mentor principal foi o professor Darcy Ribeiro. Tornei-me então uma das mais convictas críticas da rede paralela de ensino, que constituiriam os CIEPs. Nos nossos encontros do início de 1983, já ficava óbvio que o que o professor Darcy planejava conscientemente **era uma rede paralela de impacto.**⁴⁴*

Para Darcy Ribeiro, as questões levantadas pela pesquisa exposta no livro de Brandão, justificariam as medidas que modelariam uma “*escola de ricos para os pobres*”, razão pela qual interessou-se em sentir a minha reação. Ela classifica Darcy Ribeiro como um *intelectual genial*, mas de certa forma ingênuo, por achar que algumas idéias de impacto solucionariam problemas que há décadas pesquisadores e profissionais da Educação, tentam compreender e resolver.

Na sua concepção, e de outros professores, a proposta correta seria fazer unidades experimentais de seus projetos, que não se restringiam somente aos CIEPs. Mas admitiu, que dissuadir Darcy Ribeiro naquele momento era uma dificuldade, pois ele só falava e não ouvia.

Ela deixa explícita a idéia de que *ele e o governador Brizola têm urgência em desenvolver uma obra ‘nova’ e de ‘grande visibilidade política’* mas admite que em todos os seus anos de experiência no campo da educação desconhece qualquer outro projeto que tenha se tornado “*tão rapidamente conhecido e debatido em todo o país*”.

A análise de vários autores que escreveram sobre estas escolas deixa transparecer que Darcy Ribeiro como político, não perderia a oportunidade de aproveitar o projeto dos CIEPs para fins eleitoreiros, chegando até a exageros. Mas é necessário evidenciar-se que esse

⁴³ BAETA, Coelho da Rocha e BRANDÃO, Zaia. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2ª edição. RJ: Dois Pontos, 1986.

projeto, para o professor Darcy, intelectual irreverente, “genial” e visionário, tratava-se de um sonho, como afirmam as pessoas mais intimamente ligadas ao professor. Por isso, a sua obstinação e perseverança no desenvolvimento e implantação destas escolas de turno único. Escolas que acreditava serem de qualidade e voltadas prioritariamente para a camada mais carente da população. Mas, naquele momento histórico, o fervor do clima emocional dos debates entre opositores e partidários, encobria uma análise mais consistente do projeto.

A meu ver isso ainda ocorre depois de passados quase vinte anos. Nas ocasiões em que estive no Rio de Janeiro, mais especificamente no município do Rio de Janeiro, onde conversei com várias pessoas ligadas aos CIEPs e percebi tratar-se praticamente de uma “militância”. Ou se é a favor das escolas em tempo integral ou se é absolutamente contra. E existem os dois segmentos, embora se perceba uma sensível diferença na aceitação pela comunidade das escolas em tempo integral.

Brandão, em seu texto, demonstra acreditar que existem preconceitos de um certo setor da academia sobre o programa dos CIEPs, embora os caracterize como *vícios profissionais*. Admite que os acadêmicos queriam trabalhar o tempo todo com a complexidade dos problemas e que as políticas - principalmente quando não são do partido do nosso agrado – geram desconfiâncias.

Segundo sua perspectiva, os intelectuais acreditavam ter sempre uma solução melhor para os problemas e possuíam absoluta certeza de que outros interesses contaminariam as soluções propostas. Enfim, a maior dificuldade do intelectual era, em geral, *aceitar os desafios da prática... Pois, aí os discursos sofisticados nem sempre têm como encobrir as soluções equívocas*.⁴⁵

Caracterizada pelo meio acadêmico como uma “inovação educacional”⁴⁶ ou pelos seus criadores como uma “revolução educacional”⁴⁷, a implantação das escolas em tempo

⁴⁴ BRANDÃO, Zaia, op.cit. p. 118.

⁴⁵ BRANDÃO, Zaia, ibid. p. 119.

⁴⁶ Em geral a expressão inovação educacional se aplica às propostas (anunciadas e/ou efetivadas) que visam refletir algo novo (em relação à situação presente e que não constitui obrigatoriamente uma novidade no sentido absoluto) no sistema escolar como um todo, ou num grau ou ramo do ensino, ou apenas em alguns pontos do sistema, seja no que se refere aos objetivos, princípio ou métodos, seja no que se refere à estrutura escolar. Outras tentativas de renovação educacional são realizadas em uma ou algumas unidades escolares, seja em condições excepcionais, beneficiando apenas um grupo limitado de alunos, seja visando experimentar mudanças mais ou menos importantes na vida escolar, nos métodos de ensino, que poderiam servir de modelo para uma generalização da inovação à rede comum de ensino. WEREBE, Maria José Garcia, op.cit.

⁴⁷ A eleição de Leonel Brizola para Governador do Rio de Janeiro ensejou o primeiro programa sério de reforma do sistema escolar público de primeiro grau e que a escolha da educação como a prioridade

integral (8 horas diárias) realmente suscitou debates apaixonados de todos os setores da sociedade. Mesmo com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social pronto e já enviado à Assembléia Legislativa pelo governador como projeto de lei, a Comissão presidida por Darcy Ribeiro promoveu o I Encontro de Professores de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de novembro de 1983. Com o lema “vamos passar a escola a limpo”, lançou-se no Rio de Janeiro o movimento ESCOLA VIVA – VIVA A ESCOLA que convocou o professorado atuante no primeiro grau *para uma vasta consulta de base objetivando trazer à luz as causas reais dos problemas mais agudos da sistemática tradicional de ensino (como, por exemplo, os elevados índices de repetência nas classes de alfabetização e também na 5ª série)*⁴⁸.

Um conjunto de 45 teses distribuídas em três eixos temáticos: análise dos problemas da escola pública, programa educacional para o Estado do Rio de Janeiro e o papel dos professores na política educacional do governo, foi elaborado pela Comissão.

A participação inicial dos professores se resumiria a várias teses elaboradas por Darcy Ribeiro, previamente disponibilizadas aos interessados.

*A resposta do magistério foi surpreendente. Ávidos por uma participação realmente democrática na busca de soluções conjuntas para os problemas educacionais, 52.000 professores do sistema público de ensino de primeiro grau realizaram centenas de reuniões em suas próprias escolas, envolvendo e mobilizando praticamente todos os profissionais da área, num fenômeno sem precedentes no Rio de Janeiro.*⁴⁹

Tendo ou não conhecimento prévio das teses, os professores se inscreveram para a reunião, que ocorreu em 500 locais diferentes no dia 11 de novembro de 1983.

Na entrevista que fiz com Laurinda Barbosa⁵⁰ houve a confirmação de que estas teses realmente chegaram em todas as escolas públicas do Estado e que reuniões deveriam acontecer nas escolas para a discussão dos temas levantados. Entretanto, ela admitiu que talvez essas reuniões no interior das escolas, não tenham sido suficientes para aprofundar as discussões.

fundamental corresponde à ideologia socialista-democrática do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola, o qual teve coragem e ousadia para combater o grave problema educacional do Estado. RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op.cit, p.16

⁴⁸ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p. 31

⁴⁹ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p.32.

⁵⁰ Membro da equipe de Darcy Ribeiro nos dois Programas de Educação Especial, coordenadora dos GPs e atual Secretária Executiva da Fundação Darcy Ribeiro.

Após este debate inicial nas escolas, que reuniu cerca de 50.000 professores, mil delegados foram eleitos por regiões, para exame das opiniões predominantes. Reuniões foram realizadas com estes delegados regionais e novos representantes foram escolhidos para um último e decisivo encontro realizado no município de Mendes. *O Encontro de Mendes, como ficou conhecido, reuniu 100 professores de todo o Estado, além de administradores da Educação e líderes sindicais, todos discutindo as teses que orientam na atualidade a ação educativa no Rio de Janeiro.* ⁵¹

As teses foram debatidas com o Presidente da Comissão, professor Darcy Ribeiro - com a Secretária de Educação do Estado, Yara Vargas e com a Secretária do Município do Rio, Maria Yedda Linhares e, o encontro, caracterizado como um “verdadeiro anticongresso”.

Em contraste com o tipo tradicional de simpósio em que diversos especialistas trocam idéias entre si, com base em pronunciamentos e recomendações que geralmente caem no vazio, o Encontro de Mendes foi um verdadeiro anticongresso, um momento fértil em que se procurou ouvir a voz das pessoas diretamente responsáveis pela educação: os professores em regência de classe. ⁵²

Se recordarmos o que foi dito por Brandão quando foi convidada por Darcy Ribeiro para participar dos debates sobre seus projetos para a educação do Rio de Janeiro, podemos notar que o meio acadêmico foi procurado. Ficou claro que estas reuniões não ofereceram o retorno esperado pelo vice-governador e que talvez, isso tenha provocado o rompimento das relações entre estes dois segmentos. Entretanto, em seu texto, Brandão escreveu que auxiliares de Darcy Ribeiro procuraram-na por diversas vezes e não obtiveram a adesão para as reuniões, debates e discussões.

Neste ponto, gostaria de comparar o que me foi dito por Laurinda Barbosa, em 2002, durante sua entrevista, quando lhe perguntei porque os CIEPs não conseguiram se manter.

Eu estava sentada bem à sua frente, seus olhos baixaram e, num tom de voz mais grave e de menos intensidade (diferente do seu habitual), expressou-se assim *eu acredito que tivemos duas falhas... Não. Não é bem falha... Acredito que deixamos de trabalhar dois segmentos que hoje vejo de muita importância: o meio acadêmico e a comunidade onde os CIEPs estavam.*

⁵¹ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op. cit. p.32.

⁵² RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p.32.

Darcy Ribeiro era polêmico e reconhecidamente irreverente e, por suas convicções e associações partidárias, entrou em atrito com o meio acadêmico na implantação dos CIEPs.

O paradoxo está na utilização de teses estruturalmente acadêmicas e na busca do apoio de intelectuais para efetivar o programa educacional do governo Brizola, por ele orientado.

Na realidade, por ser um acadêmico, Darcy Ribeiro valorizava as pesquisas e estudos provenientes deste meio. Por isso, talvez, tenha utilizado a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro exclusivamente para gerir o 1º Programa Especial de Educação. Embora a FAPERJ tenha sido utilizada somente no período de 1982 a 1984 e somente 68 CIEPs estivessem funcionando, este procedimento criou mais um motivo de atrito com os acadêmicos. Este direcionamento do governo estadual acabou negando à UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o apoio prioritário a esta Universidade nas pesquisas, criando, portanto, discussões e resistências do meio acadêmico com relação ao projeto dos CIEPs.

Fortaleceu esta questão, a atitude do governo do estado, em optar exclusivamente pelas escolas em tempo integral e a escolha na época, do reitor da UERJ, pois Brizola prometeu em campanha, eleições diretas para reitor, vice-reitor e diretores de todas as unidades da universidade.

O projeto foi prontamente aprovado e sancionado pelo governador, resultando na lei (RJ) 672, de 8 e setembro de 1983. Ela determinava que o governador escolheria o reitor e o vice-reitor de listas de três nomes com os mais votados por professores, estudantes e funcionários, apurados de modo que os votos de cada categoria tivessem “igual peso”. Se esse dispositivo fosse interpretado literalmente, seria a instituição do voto universal, isto é, o voto do estudante valeria tanto quanto o de um professor e de um funcionário. Não era isso o que se entendia, mas, sim, o “voto paritário”, de modo que os votos do conjunto de cada segmento valessem tanto quanto os dos demais, para o que precisariam ter pesos desiguais... Felizmente para a universidade, a lei não chegou a ser aplicada, evitando tal distorção... Um procurador da República entrou com representação no Supremo Tribunal Federal com pedido de medida liminar contra a realização das eleições... O tribunal concedeu a liminar, mas as entidades de professores, de estudantes e de funcionários prosseguiram com o processo eleitoral, que não revelou nenhum candidato afinado com o partido do governo dentre os três nomes mais votados. Com o processo embargado pela justiça, o reitor convocou o conselho universitário para que elaborasse a lista tríplice, de modo a evitar que o não cumprimento dos prazos acabasse por levar a uma intervenção, conforme previa a legislação. O conselho elaborou uma lista diferente da que resultou da votação, incluindo entre os três nomes encaminhados ao governador o do quinto colocado nas eleições, integrante dos grupos oligárquicos que controlavam a universidade, que veio a ser o escolhido pelo governador para ocupar a reitoria da universidade.⁵³

⁵³ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit. p.152 –153.

Na verdade, inicialmente, os educadores do Rio de Janeiro depositavam em Darcy Ribeiro confiança de que ocorreriam mudanças na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e nos outros setores da educação, pois quando candidatos, mostraram-se opositores ao governo federal e estadual.

Ao decepcionar os acadêmicos, o governo de Brizola criou mais um motivo para as críticas aos CIEPs (indiretamente), já que as atitudes de Darcy Ribeiro na pasta da Educação se resumiam, no programa de instalação e funcionamento destas escolas de tempo integral. Retirando, portanto, verbas da universidade ou mesmo direcionando-as para um segmento tão polêmico e controverso. A UERJ e suas academias não tiveram nenhum envolvimento com os CIEPs, mesmo durante o 2º Programa Especial de Educação, após Leonel Brizola ser eleito novamente governador em 1991. Hoje, ainda persiste o distanciamento entre o ensino básico e a universidade.

A Fundação Darcy Ribeiro, através de Laurinda Barbosa, assim se posiciona frente à resistência dos intelectuais na época e após a implantação das escolas em tempo integral:

Para os intelectuais de esquerda uma escola pública de horário integral, como iniciativa de governo poderia representar uma intervenção perigosa do Estado na esfera das escolhas individuais. Funcionaria como uma Instituição Total⁵⁴. O CIEP representava uma visão salvacionista de escola com profundo viés populista. Tão arraigada foi a oposição que o Instituto Carlos Chagas convidado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais para realizar a avaliação externa em 1993, recusou-se a fazê-lo. Em 1998, este mesmo Instituto reuniu vários estudiosos de educação como Vitor Paro, Vanilda Paiva entre outros, e patrocinou uma pesquisa dos resultados dos CIEPs, quando verdadeiramente o programa por inteiro já fora desfeito pela administração que assumira o governo do Estado do Rio de Janeiro.⁵⁵

⁵⁴ GOFFMAN, Erving. (tradução: LEITE, Dante Moreira). **Manicômios, prisões e conventos**. SP: Perspectiva, 1999. 312 p. Define Instituições Totais como locais pré-determinados que objetivam cuidar de pessoas que são incapazes (cegos, velhos, órfãos e indigentes) ou inofensivas, mas que não conseguem cuidar de si mesmas (sanatórios e hospitais). Uma outra definição seria a de proteger a comunidade contra perigos intencionais (cadeias, prisões, campos de concentração) ou realizar alguma tarefa de trabalho (quartéis, escolas internas, campos de trabalho) de modo mais adequado.

⁵⁵ Em 12 de janeiro de 1993, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro o Parecer n.1/93 que “Autoriza a implantação do Ciclo Básico no Ensino de 1º. Grau da rede pública estadual” e recomenda que seja instituído “um sistema de promoção de avanços progressivos dos alunos”. O novo sistema prevê a existência de um processo de avaliação externa à escola, de caráter diagnóstico, validado ao final dos três primeiros anos e do quinto ano de escolaridade, para que se promovam os ajustes e aperfeiçoamentos necessários.

A Resolução Conjunta SEE/SEEPE n. 06/93 dá à avaliação a condição de servir de instrumento às mudanças que se fizerem indispensáveis à adoção da justiça social como princípio básico na construção da sociedade desejada. Este texto, nos seus oito artigos, define desde sua essência filosófica até mesmo o período

Abaixo, resumidamente, estão algumas das teses debatidas em Mendes⁵⁶:

- Nossa escola pública está organizada para beneficiar a minoria de alunos mais afortunados, prejudicando os alunos de camada populares;
- É falsa a explicação de que a rede escolar não conseguiu manter padrões mínimos de qualidade em virtude do crescimento vertiginoso da população. *Substituiu-se uma educação razoável para poucos por uma péssima educação para muitos* pela falta de esforço em adaptar a escola ao seu novo alunado;
- Nosso sistema escolar é uma calamidade com índices de reprovação e evasão alarmantes;
- *As duas primeiras séries de nossas escolas são a grande peneira que seleciona quem vai ser educado e quem vai ser rejeitado.* Quem fracassa, sobretudo, são as crianças com conhecimentos insuficientes e foram provenientes de meios desfavorecidos;
- As crianças pobres saem da escola depois de 3 a 4 anos com estigma de fracassadas. A escola atribui o fracasso destas crianças às deficiências próprias da condição social em que vivem. A escola pública está voltada para a criança ideal, que não precisa lutar pela sua sobrevivência, uma criança bem alimentada, que é estimulada pelos pais, conhece os símbolos gráficos. A escola deve ter consciência que deve adaptar-se à criança pobre e de que o fracasso no educar a maioria dos alunos é da própria escola;
- *A LDB/Lei 5.692 de 1971 foi demagógica ao instituir oito anos de ensino obrigatório* num sistema que é incapaz de levar a quatro anos de escolaridade. A legislação incumbiu a escola de várias tarefas e descuidou-se do básico que é ler, escrever e contar. Irresponsabilidade da Lei na junção de crianças nas escolas de primeiro grau, de idades que exigem tratamentos diferenciados;
- O baixo rendimento escolar reside no tempo de atendimento dado às crianças e no ano letivo de 180 dias que não se cumpre;

em que deveria ocorrer pela primeira vez na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. RIBEIRO, Darcy. **Carta-falas-reflexões-memórias n.15 -O Novo Livro dos CIEPs**, op. cit. p. 205.

Neste livro, escrito por Darcy e equipe para o 2º Programa Especial de Educação (PEE) do governo Brizola, estão expostas duas avaliações externas 1993/1994 realizadas pela Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais (SEEPE) e a Secretaria de Estado da Educação (SEE). As avaliações foram realizadas por uma equipe de pesquisadores pertencentes a diversas universidades, após a Secretaria tentar contratar diversas instituições de pesquisa sem resultado.p. 205

- Absurdo total é a jornada de duas a três horas de aula associadas ao terceiro turno diário, principalmente, nas favelas e na Baixada Fluminense. Esse regime só prejudica a criança pobre, que só conta com a escola para lhe ensinar, ao contrário das mais favorecidas, que têm em casa quem estude com elas algumas horas extras;
- A escola tem a ilusão de que promove e *seleciona os melhores alunos através de procedimentos pedagógicos objetivos*. Mas ao tratar todos de forma igualitária os alunos já privilegiados e discrimina os outros;
- A criança da camada popular que sobrevive nas ruas tem um comportamento diferente na escola. *Nas ruas são espertas e faladoras, improvisam jogos e brinquedos* e na escola tornam-se passivas ou rebeldes e agressivas, passando a serem vistas como desprovidas de inteligência;
- O professor não é o responsável pelas falhas na escola pública e sim a vítima de políticas educacionais antipopulares. Precisa ser capacitado e remunerado dignamente, pois nada substitui o professor capacitado e motivado.

Em O Livro dos CIEPs, de 1986, o Programa Especial de Educação – PEE⁵⁷ do governo de Leonel Brizola é apresentado como *a conjugação das idéias das autoridades educacionais com as opiniões do professorado... Para implanta-lo, apenas em 1984, reservava-se para a Educação um montante inédito: Cr\$110 bilhões.*⁵⁸

Este montante convertido na moeda americana no ano de 1984 perfaz um valor aproximado de 60 milhões de dólares. Estes valores também foram motivos de polêmica entre a opinião pública da sociedade e o governo de Brizola, já que a sociedade alegava estarem os outros setores do Estado do Rio de Janeiro sem verbas suficientes e entregues ao descaso.

As “idéias conjuntas” foram criticadas nas seguintes questões, no Encontro de Mendes:⁵⁹

⁵⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op.cit. p. 32 – 33 - 34.

⁵⁷ Este programa foi iniciado em 1984 sob a direção de Darcy Ribeiro, então Vice-Governador e Secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia. Foi interrompido em 1987 e retomado em 1991, no segundo governo de Leonel Brizola, ainda sob orientação de Darcy Ribeiro. Resumia-se na construção dos CIEPs e tinha o apoio da FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro para gerir este programa.

⁵⁸ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p.35

⁵⁹ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit. p.139 - 140.

- Uma escola-modelo, se encarada como salvação para os problemas econômicos e sociais do País, foi considerada utópica, visto que a função prioritária da escola é ensinar.
- Em dois pontos criticou-se o aumento do tempo do aluno na escola: professores se sentiram ameaçados com o aumento da jornada de trabalho (sugeriram contratação de pessoal) e classificaram como “*utópico*”, “*idealista*” e *ufanista*” o turno único de oito horas devido às condições do País.
- Discordaram da construção de grandes escolas e sugeriram a expansão da rede escolar para que ela atendesse às necessidades da comunidade.
- Os CIEPs não receberam apoio de nenhuma das delegações.
- Houve unanimidade em defesa da participação do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro, CEP/RJ, e sua presença no Conselho Estadual de Educação.
- Rejeitaram o projeto *Mãos a Obras nas Escolas*

Estas posições, que foram tomadas e expressas pelos professores, levaram a um confronto entre a administração e o professorado, sem que se chegasse a um consenso.

As metas abaixo foram apresentadas aos professores no I Encontro de Mendes e, posteriormente, se transformaram em programa de governo do Estado do Rio de Janeiro⁶⁰:

- Garantir à criança o mínimo de 5 horas diárias de permanência na escola;
- Capacitar o professor;
- Revisar o material didático do aluno;
- Garantir pelo menos uma refeição completa a cada criança de escola pública;
- Assegurar aos alunos necessitados o material escolar;
- Fornecer assistência médico-odontológica às crianças através da própria escola;
- Implantar 150 Casas da Criança em comunidades periféricas (4 a 7 anos);
- Construir 500 CIEPs nas áreas de baixa renda e alta densidade demográfica até março de 1987;
- Concretizar o Programa de Educação Juvenil no horário noturno dos CIEPs;
- Criar na cidade do Rio de Janeiro, Escolas de Demonstração – local de avaliação e acompanhamento da proposta pedagógica em execução;

⁶⁰ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op.cit. p.35-36.

- Conduzir um processo de discussão com professores e entidades representativas para reformular o Plano de Carreira, Estatuto e Regulamento das Escolas;
- Estabelecer requisitos para os cargos de direção de escola, os quais, por reivindicação do professorado, devem ter seus membros eleitos por eles, na unidade escolar;
- Recuperação do ensino público como prioridade número 1 do governo.

Nas metas apresentadas aos professores, a construção dos CIEPs aparece em décimo primeiro lugar entre as prioridades educacionais estabelecidas.

Após a rejeição dos professores às idéias contidas no programa educacional do governo, segundo Cunha ⁶¹ ocorre a ruptura de novos encontros com professores para discussões de metas educacionais e começam os ataques aos docentes e ao Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro, na tentativa de desmoralizar esta categoria. O governo esquece a promessa de reformar as escolas públicas, abandona a idéia de construir três mil salas de aula e, com ela, a das escolas-parque. O governo de Brizola começa a realizar propaganda internacional nos países do primeiro mundo, devido à perda de legitimidade no Estado, frente ao magistério organizado e suas lideranças. Esta propaganda divulgava a “revolução educacional do terceiro mundo” que estava ocorrendo no Rio de Janeiro. Ainda, segundo este autor, a utilização do projeto arquitetônico dos CIEPs, feitos por um profissional conceituado internacionalmente e do vice-governador, que também havia obtido prestígio fora do país na sua carreira de antropólogo e planejador universitário, foram de grande valia para o sucesso deste empreendimento. Pela televisão, no Brasil, os CIEPs foram divulgados intensamente e sugeriram que o governo de Brizola consistia em dar aos pobres escolas de rico.⁶²

A junção de todos estes fatores culminou com o direcionamento das forças políticas para a implantação dessas escolas em um número muito superior ao planejado.⁶³

A justificativa de Brizola foi dada da seguinte forma:

⁶¹ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

⁶² Segundo Laurinda Barbosa da Fundação Darcy Ribeiro, a presença de Oscar Niemeyer na arquitetura dos CIEPs foi de responsabilidade de Darcy Ribeiro.

⁶³ Brizola estipulou como meta a construção de 500 CIEPs no Estado do Rio de Janeiro, mas ao término de seu governo estava funcionando somente 68 e cerca de 40 não ficaram prontos. Em 1991, no 2º Programa Especial de Educação, foi resgatado os 68 e construídos mais 406 CIEPs até o final de sua administração no governo do Estado.

Logo no início de sua gestão, o Governador Leonel Brizola pensou em multiplicar pequenas escolas por todo o Estado, como já fizera quando administrou o Rio grande do Sul, objetivando atender à demanda por maior número de matrículas nas regiões de alta densidade demográfica. Entretanto, logo se verificou que a ampliação do número de escolas, por si só, não resolveria a questão da jornada escolar muito reduzida, adotada pela maioria das escolas, como não resolveria os problemas da ineficácia pedagógica que estavam gerando altos índices de repetência e de evasão escolar.

Surgiu então uma idéia, que chegou a ser considerada uma das metas do Programa Especial de Educação, de instalar Centros Culturais Comunitários em regiões previamente selecionadas, para receber as crianças durante 5 horas adicionais, antes ou depois das aulas, para dar-lhes uma refeição, estudo dirigido, recreação e atividades culturais. Chegou a ser cogitada, também, a conveniência de construir no Estado do Rio diversas escolas-Parque semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília e que promoveram uma integração entre os estudos curriculares, atividades recreativas e artísticas. Mas a prática recomendou a superação dessas composições iniciais, porque os Centros Culturais Comunitários ou as Escolas-Parque acabariam privilegiando as crianças já privilegiadas nas áreas de maior poder aquisitivo.

O governador Leonel Brizola contribuiu decisivamente para solucionar o problema, fazendo notar que, em países como Uruguai ou Japão, o sistema de educação de base oferece às crianças um regime escolar de horário integral. Brizola tomou então a histórica decisão de criar uma escola de dia completo denominada de CIEP – Centro Integrado de Educação Pública, que o povo passaria a chamar carinhosamente de “Brizolão”.⁶⁴

Esta primeira fase, de 1983 a 1985, caracterizada como a fase de planejamento e construção, terminou com o já citado histórico Encontro de Mendes onde se discutiram, como colocado, as metas do PEE e com o início das obras dos CIEPs, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A de implantação, foi de abril de 1985 a março de 1987, período que marcou a inauguração de vários CIEPs no Estado e no Município do Rio de Janeiro.

O que seria a segunda fase de implantação dos CIEPs, com os desdobramentos do projeto que iriam de 1987 a 1991, foi interrompida e prejudicada com a perda das eleições para governador do partido de Brizola. Perda com a qual o próprio Leonel Brizola pode ter colaborado por constantemente atacar, em público e nos bastidores, seu candidato à sucessão, o vice-governador Darcy Ribeiro. Pessoas ligadas ao ex-governador do Rio de Janeiro e ao PDT esclareceram que esses ataques, na realidade, não passaram de ciúmes de Brizola, pois o professor Darcy estava tendo mais projeção e notoriedade do que ele, governador.

Foi possível perceber, também, quando da entrevista realizada com Leonel Brizola (que será exposta mais à frente) um certo constrangimento ao falar dos CIEPs e do professor Darcy Ribeiro, quando questionado sobre quem criou estas escolas de tempo integral. O

governador Leonel Brizola, tão imponente, de voz firme e decidida, titubeou. Baixando a cabeça, disse: *Eu e Darcy*.

Aparentava dificuldade em falar sobre os CIEPs. Até para começar a elaborar uma frase, dava uma pausa profunda e a respiração parecia mais forte. Leonel Brizola foi muito criticado pela implantação destas escolas e a resistência ao falar sobre elas, neste sentido, parece ser até natural.

Pode-se encontrar o seguinte depoimento sobre este assunto:

Tive a grata oportunidade de conduzir no Rio de Janeiro, amplos programas educacionais, seguramente os maiores e mais ambiciosos que se realizaram no Brasil. Foram esses programas que deram nascimento às siglas que encimam esse texto e à rica realidade que pulsa atrás delas”.

Falo dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, dos Ginásios Públicos – GPs, que os complementam para ministrar educação básica. E também dos Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACs, que nasceram de uma revisão do programa dos CIEPs. E, finalmente, das Casas Comunitárias – CCs, que constituem, de fato, a única invenção minha em matéria de educação.⁶⁵

Darcy Ribeiro perdeu as eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro realizadas em 1986 e Leonel Brizola não fez seu sucessor político⁶⁶. Wellington Moreira Franco do PMDB foi eleito governador, defendendo as escolas de tempo integral como uma conquista do povo fluminense, mas o novo governo estadual abandonou e descaracterizou de imediato a proposta original dos CIEPs.

Moreira Franco, quando assumiu o governo em 1987, convidou alguns intelectuais para cargos na Secretaria de Educação que respaldaram o discurso de igualdade de condições para todas as escolas, fazendo, portanto, com que o período integral, que necessita de ações específicas para seu desenvolvimento, fosse prejudicado. Fechou escolas, desmontou o horário integral e abandonou prédios que ainda não estavam funcionando. Vi alguns desses prédios praticamente destruídos e servindo de moradia para indigentes, cobertos de matos,

⁶⁴ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op. cit. p.41 - 42.

⁶⁵ RIBEIRO, Darcy. **Carta': falas, reflexões, memórias nº 15 – O Novo Livro dos CIEPs**, op.cit.p. 18.

⁶⁶ Segundo Laurinda Barbosa da Fundação Darcy Ribeiro, as eleições para governador do Rio de Janeiro foram perdidas pelo fato de Brizola e o PDT serem contra o plano cruzado – plano econômico lançado pelo presidente José Sarney do PMDB, denunciando-o como uma fantasia eleitoreira. Isso fez com que Darcy Ribeiro perdesse as eleições e o PMDB ganhasse o governo de 21 Estados no Brasil, inclusive o do Rio de Janeiro, com Moreira Franco. Este governador, na visão de Laurinda, precisava ajudado pelas chuvas e as enchentes ocorridas no Estado. Várias escolas foram desativadas para abrigar flagelados que até 1991 ainda moravam nesses CIEPs.acabar com os CIEPs porque a população chamava-os de Brizolões o qual, segundo ela, foi ajudado pelas chuvas e as enchentes ocorridas no Estado. Várias escolas foram desativadas para abrigar flagelados que até 1991 ainda moravam nesses CIEPs.

com vidros estilhaçados, paredes pichadas, peças mobiliárias arrebentadas e jogadas pelo chão.

Concomitantemente, Darcy Ribeiro aceitou o convite do Estado de Minas Gerais para implantar 1000 CIEPs, ficando pouco tempo nesta função. Este projeto não sairia do papel. Na verdade, este projeto foi reutilizado apenas em 1991 quando surgiram os CIACs⁶⁷ – Centro Integrado de Apoio à Criança - projeto político para a educação de Fernando Collor de Melo. Já o governo municipal, signatário do PEE, manteve o compromisso com estas escolas de tempo integral (turno único, como são chamadas no Rio de Janeiro), mas abandonou a educação em tempo integral como prioridade número um, como era até o governo passado, principalmente logo após a mudança de partido do prefeito, o que levou a uma reorientação da política educacional no município. As equipes e as escolas em pouco tempo foram descaracterizadas pelo prefeito, na época, Saturnino Braga.

A equipe responsável pela Coordenação Geral Pedagógica do PEE é convidada para se manter a frente do Projeto CIEP, no que tange ao município do Rio de Janeiro. Aceitando o convite nos deparamos com o que vou denominar de “perigo” da institucionalização. Como manter a especificidade de um Projeto ainda em construção num institucional burocratizado, emperrado através dos anos e sem agilidade nos seus níveis intermediários?

*Toda política educacional é determinada pelo seu orçamento. Sem verbas não se faz educação. Esse é um dos perigos que vivem hoje os CIEPs, no município. Sem destinação de verba própria, correm o risco de desaparecer, enquanto uma proposta original.*⁶⁸

Foi o que ocorreu até a nova eleição de Brizola, em 1991, para governador. Após eleito, ele retomou o projeto através do 2º. PEE, sob a orientação de Darcy Ribeiro.

No relato de Faria⁶⁹, justamente no período em que Brizola havia deixado o governo do Estado, enfoca três pontos que, a seu ver, limitavam, na prática, a possibilidade de se construir uma escola pública e, principalmente, de horário integral. São eles:

⁶⁷ MAURÍCIO, Lucia Velloso. **Permanência do horário integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro: no campo e na produção escrita.** In: COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (org.). **Educação Brasileira e(m) tempo integral.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.117. Relata a trajetória do projeto dos CIACs: *Em 1991, Fernando COLLOR de Melo anuncia o Projeto Minha Gente, implantação de 5.000 escolas de ensino fundamental em horário integral no país inteiro, com prédio pré-moldado específico para essa finalidade – O Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC). O primeiro foi inaugurado em Brasília, com intensa discussão a respeito do custo e localização. Em 1992, COLLOR inaugura um CIAC no Rio de Janeiro, ano em que sofreu impeachment e deixa a presidência do Brasil em dezembro.*

⁶⁸ FARIA, Lia Ciomar. **Quem tem medo dos CIEPs?** In: V CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1988. Brasília. p. 3.

⁶⁹ FARIA, Lia Ciomar, op.cit. p.4.

1. O uso político partidário contra o sentido político da educação: acentua ter assistido, em relação às discussões sobre o projeto CIEP, acusações meramente partidárias que, às vezes, foram acompanhadas de um falso conteúdo pedagógico.

2. A apolitização versus partidarização da escola: muitos professores afirmam ser “apolíticos”, ou “não falo de política na minha sala de aula”, ou mesmo, que a escola deve ser apolítica. Mas, contraditoriamente, em épocas de eleições de diretores ou diretorias sindicais, esta escola apolítica se partidariza. Conduta que fez questão de registrar como adotada, em grande parte, pelas próprias lideranças do magistério.

3. A distância entre teoria / prática dos partidos políticos (discursos e programas) e seus governantes (administração pública): falta de coerência entre os discursos e programas oficiais dos diferentes partidos e a prática de seus governos com uma administração pública emperrada e ineficiente.

Em seu texto há um certo desabafo emocionado quando enfatiza que a construção de uma escola pública honesta e eficiente esbarra na construção de um verdadeiro *espírito público*.

Em seus escritos, Faria mostra que a continuidade dos projetos instituídos por um governo por uma outra administração partidária quando assume o poder, é que formaria este espírito. Porque, assim, não há desperdício de dinheiro público e os educadores que acreditam e se engajam nestes projetos não são *jogados na lata do lixo*. Ela critica veementemente os governantes que não dão continuidade a projetos por não serem de seus partidos *como se a escola pública pudesse ser propriedade deste ou daquele partido*.

A implantação de um amplo programa de implantação de escolas de horário integral no Rio de Janeiro no início dos anos oitenta, representou uma transformação tão profunda na concepção de educação pública e das rotinas escolares que ameaçou o “status quo”.

Para os que defendiam posições conservadoras uma escola pública de qualidade social poderia por em risco a hierarquia social, cujo topo era ocupado por uma elite consolidada pela ignorância e manipulação dos mais pobres e inviabilizaria a ocupação de certos postos de trabalho que não exigiam especialização específica. Houve até aqueles que não se vexavam em proclamar os CIEPs como centros de formação de futuros guerrilheiros!

As reações de todos os tipos e matizes eram estimuladas de um lado pela ideologia acadêmica e por outro pelos meios de comunicação que apresentavam os CIEPs como um gueto de pobres. Em certos lugares, principalmente no interior do Estado, a influência da mídia e das classes sociais formadoras de opinião foi tão forte que as famílias pobres recusavam matricular seus filhos nos CIEPs por se tratar de uma escola para crianças

delinquentes, famintas ou abandonadas. “Elas as mães podiam alimentar e cuidar de seus filhos!”.⁷⁰

Projeto dos CIEPs

A proposta de funcionamento dos CIEPs divulgava um atendimento ao aluno por 8 horas diárias mas, na realidade eram 9h, das 8h às 17h. Comportava 1000 alunos por unidade e tinha como característica marcante, além do período integral, a arquitetura de seus prédios desenvolvida por Oscar Niemeyer.

O CIEP Padrão possui três blocos. No principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de recreação. No segundo bloco, o salão polivalente, fica o ginásio coberto com quadra, arquibancada e vestiários. No terceiro, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes. Há prédios menores devido à dimensão dos terrenos onde estão construídos. Neste caso, o CIEP Compacto é composto apenas pelo prédio principal, ficando no terraço a quadra coberta, os vestiários, a biblioteca e as caixas d’água.

Os prédios criados por Niemeyer foram acusados de terem custo elevado. O arquiteto assim define sua posição: *Da idéia de construir escolas em série surgiu naturalmente a utilização do pré-fabricado, para fazê-las multiplicáveis, econômicas e rápidas de construir: nesses casos, é a economia que exige a repetição e o modulado.*⁷¹

O governo de Brizola criou um sistema de construção de escolas em série. Para tanto, uma fábrica especializada complementou o Programa Especial de Educação, a *Fábrica de escolas*.

Houve a preocupação, originalmente, de instalar-se os CIEPs nas regiões mais carentes e nas chamadas favelas⁷² do Estado do Rio de Janeiro, mas eles também foram implantados em regiões que não tinham como característica a pobreza.

⁷⁰ Laurinda Barbosa em entrevista. Ano de 2002.

⁷¹ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op.cit p.108

⁷² Os CIEPs espalharam-se por todo o Estado do Rio de Janeiro, mas o maior enfoque à este projeto sempre foi a cidade do Rio de Janeiro, justamente por ser um centro urbano de alta densidade demográfica que apresentava diferenças sociais distintas na população. Ao longo de sua história, a cidade do Rio de Janeiro foi ocupada de diversas formas, e devido ao relevo, principalmente seus morros. A maioria dos morros cariocas, atualmente é constituído da parcela pobre da população e o conglomerado de casas que o formam é popularmente conhecido como favela. O nome favela começa a ser difundido quando os soldados que voltaram da Campanha de Canudos (1896/1897) no sertão da Bahia começaram a ocupar o chamado Morro da Providência. Essa população recém chegada percebe que no morro crescia uma planta comum também no nordeste, chamada favela. Passaram, então, a chamar o morro de favela. Já a denominação de carioca para os

Realmente, se observarmos somente a cidade do Rio de Janeiro, pode-se perceber a existência de CIEPs em todas as regiões, como, por exemplo, o número um, Presidente Tancredo Neves, localizado no centro da cidade.

Os locais onde foram construídas estas escolas também levantaram polêmicas, pois muitas foram construídas onde existiam praças públicas. Com isso, associações de bairros, engenheiros, advogados, políticos, arquitetos e ambientalistas divergiam sobre as localizações.

Os confrontos ilustraram os diferentes interesses atingidos e as expectativas criadas pelo projeto na sociedade civil, as quais ultrapassaram sua relevância educativo-escolar ou pedagógica.

Os prédios estão espalhados por locais bem visíveis, muitos deles de destaque e de fácil acesso, o que levou a outras críticas: a de serem usados como outdoor de Brizola. Já a equipe de Darcy Ribeiro, sempre que questionada sobre o projeto dos CIEPS, enfatizava a bela arquitetura destas escolas, chegando a demonstrar certo orgulho nesta questão.

Além disso, os prédios foram alvos de críticas por apresentarem graves problemas de funcionamento. Denúncias do Tribunal de Contas da União por ilegalidades no processo de licitações para contrato das empresas responsáveis pelas obras fizeram o governador Brizola e o seu vice Darcy Ribeiro, pronunciarem-se várias vezes em notas oficiais, através do Jornal do Brasil, negando as acusações.

*Cabe aqui denunciar as firmas de construção privada que venceram a concorrência pública e foram muitas vezes desonestas. Não podemos, no entanto cair na armadilha do atual governo estadual que não está se responsabilizando como deveria pela manutenção dos prédios e nem pela vistoria quando da entrega, pois tem interesse com tal atitude. Em lugar de cobrar das firmas o cumprimento das suas obrigações contratuais, visa deixar os prédios em abandono, desmoralizando a administração anterior.*⁷³

Referindo-se ao governador Moreira Franco, Faria aponta uma das principais dificuldades para se manter as escolas de tempo integral.

habitantes da cidade tem a sua origem na língua tupi: Kari – oca significa “casa de branco”, numa alusão a casa de pedra mandada erguer por Gonçalo Coelho, na expedição portuguesa de 1503, o 1º desembarque de europeus em terra do Rio de Janeiro. No entanto é um argumento pouco provável. É mais fácil acreditar que o local era chamado pelos tamoios de Acari-oca, toca de acará, peixe abundante naquela praia. Do local o nome passou a designar os habitantes do Rio de Janeiro. O termo **carioca** é usado aos nascido na cidade, só a partir de 1834, quando da criação do município neutro desmembrado da província do Rio de Janeiro. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **As diferentes formas de ocupação dos morros cariocas**. Disponível em: www.rio.rj.gov.br ou www.multirio.rj.gov.br . Acesso em: 2 setembro 2003.

⁷³ FARIA, Lia Ciomar, op.cit. p. 8.

O que parece claro é que, realmente, todos os prédios são padronizados (alteram-se somente a cor das janelas) e, só isso, já demonstra uma marca. Além disso, numerosamente espalhados pelo Rio de Janeiro como estão, é impossível não serem percebidos.

Pessoalmente, não gosto desta arquitetura no que tange ao bloco principal de três andares onde ficam as salas de aula. Originalmente, as divisões das salas eram de meia parede (passam ruídos) e o aspecto fechado (uma caixa) cinzento (devido aos pré-moldados). Dos CIEPs visitados, em sua maioria, as meias paredes foram fechadas e as internas, dos corredores, pintadas com tinta colorida, dando um aspecto mais alegre e menos pesado ao ambiente. Mas, mesmo assim, é difícil achar nestas escolas áreas verdes, em virtude da pequena dimensão dos terrenos, que comportavam só o prédio compacto. Este é um dos grandes problemas encontrados na cidade do Rio de Janeiro: não há espaço livre.

Em algumas unidades, hoje, parte da área foi cedida para empresas, como, por exemplo, a de telefonia, que mantêm uma central em terreno pertencente à escola, pagando aluguel pelo uso do espaço. Em 2000, o valor do aluguel mensal pago ao CIEP Samuel Wainer era de R\$3.000,00, em troca de proteção ao equipamento. A diretora desta unidade estava felicíssima com um novo meio de obter recursos financeiros para manter a escola, pois o município não mantinha projetos pedagógicos e nem atendia situações emergenciais - mesmo as reformas ou construções programadas levavam muito tempo para serem executadas.

A Fundação Darcy Ribeiro através de Laurinda Barbosa, assim se pronunciou sobre os prédios escolares dos CIEPs elaborados exclusivamente para atender o aluno em tempo integral:

Ao se iniciar o programa especial de educação foram construídos os prédios, cujo projeto arquitetônico é de Oscar Niemeyer e já começaram a ser estudados prédios escolares que com as adaptações em reformas necessárias poderiam ser adequados ao horário integral: refeitório, quadra de esportes, biblioteca, salas de multimídia/vídeo-educação. Poucas escolas ofereciam as condições necessárias, porque são comuns as escolas de poucas salas e situadas em terrenos de pequenas dimensões e naquelas que tinham as condições previstas, não houve tempo hábil para iniciar o programa de ampliação e reforma. Os governos que se seguiram não deram continuidade e mesmo contribuíram para inviabilizar as ações administrativas e pedagógicas: faltaram os recursos financeiros e materiais e pessoal para o trabalho. Mesmo assim foi implantado o horário integral em 5 escolas cujas condições de espaço físico permitiam e as direções se mostraram perceptíveis. Hoje, a reação contra as escolas de horário integral está sensivelmente diminuída. Quarenta e seis escolas da rede estadual do Rio de Janeiro estão inclusas entre aquelas que estão em processo de implantação do horário integral com a visão correta de uma educação integral com objetivo.



Fig. 1: Lateral do CIEP Samuel Wainer (CIEP Compacto). A extensão do CIEP ilustrado na fig. 1 alcança até o automóvel. Na frente do veículo, cercada por alambrados, está a área cedida para a Cia Telefônica. Notar o equipamento mais alto que o veículo. Fonte: acervo da pesquisadora, 2000.



Fig 2: Corredor interno do CIEP Samuel Wainer. Acesso ao último piso. Fonte: acervo da pesquisadora, 2000.



Fig. 3: Interior do CIEP Presidente Agostinho Neto. Pode-se observar na fig. 3 a meia parede à esquerda e os móveis velhos de estrutura metálica. Fonte: acervo da pesquisadora, 2000.



Fig.4: Merendeira no CIEP Samuel Wainer. A senhora da fig. 4 pediu para ser fotografada. Ela se sentiu tão importante que até pose fez. Interessante observar que todos, nos CIEPs, incluindo alunos, não se intimidam frente à câmeras, máquinas fotográficas ou conversas, ao contrário, parece que estão acostumados com esta exposição. Fonte: acervo da pesquisadora, 2000.



Fig.5: Horário de almoço no CIEP Presidente Agostinho Neto. Fonte: acervo da pesquisadora, 2000.



Fig. 6: CIEP Padrão. Fonte: RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1986.

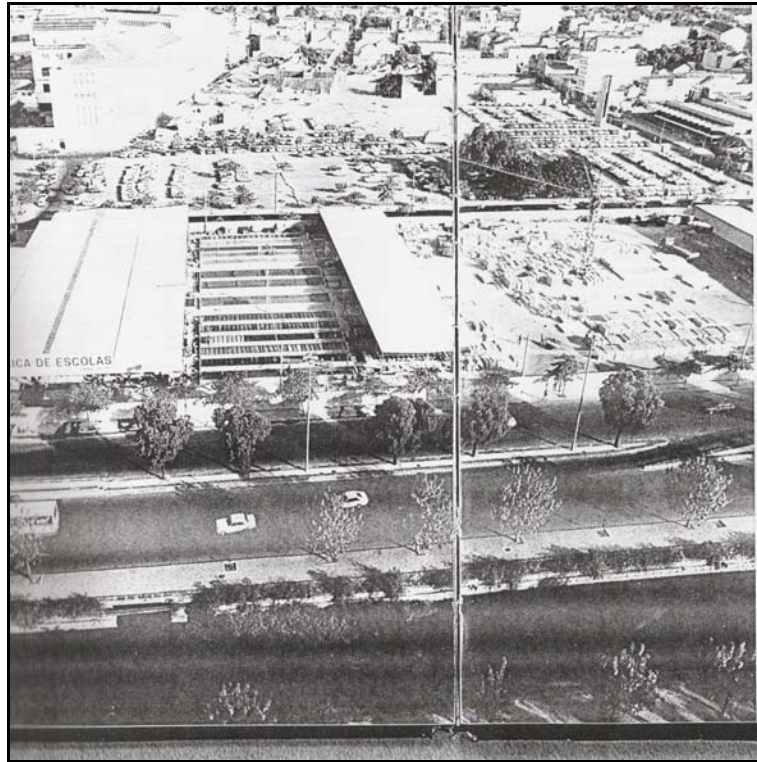


Fig. 7: Fábrica de escolas. Localizava-se na Av. Presidente Vargas, município do Rio de Janeiro. Fonte: RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1986. p. 166 –137.



Fig. 8: CIEP em construção. Fonte: RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1986. p.110.

Se a intenção era deixar bem evidente a política do governo de Leonel Brizola na área educacional, como muitos autores escrevem, isso foi conseguido através da estrutura física destas escolas. Afinal, deixar uma marca parece ser uma das propostas essenciais da linha política adotada pelo seu governo. Os prédios tinham um padrão e os uniformes dos alunos eram diferentes dos da rede em período parcial; além disso, a logomarca na camiseta, criada por Darcy Ribeiro, era a mesma utilizada para divulgar o Programa Especial de Educação (PEE) e o projeto Escola Viva - Viva a Escola.



Fig. 9: Logotipo do Programa Especial de Educação. Fonte: RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1986. p. 99.

Nas camisetas dos alunos este logotipo, só um lápis, estava estilizado. Em *O Livro dos CIEPs* aparece em todas as páginas e na Informação Pedagógica - *série de 20 fascículos, voltados para questões de educação e cultura, de distribuição gratuita aos professores do ensino básico da rede pública do Estado do Rio de Janeiro* - está na capa. Portanto, trata-se de um emblema do governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, dentro da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais.

A sistemática dos CIEPs dividia-os em unidades que atendiam de Classes de Alfabetização, CA à 4ª.série ou então, de 5ª. à 8ª.série. Haveria, também, o curso complementar para jovens de 14 a 20 anos, no horário noturno das 18 às 22 horas.

Funcionava nos CIEPs um projeto caracterizado como inédito para a população, que levou o nome de Alunos-Residentes. Estas crianças assistiam às aulas durante o dia e à noite, permaneciam na escola, em grupos que não ultrapassavam 12 meninos ou meninas, sob os cuidados de casais selecionados e treinados para a tarefa.

Esse casal social cuidava dos alunos que se encontravam em eminente situação de risco, mas, durante os finais de semana, estas crianças retornam às suas casas. O projeto previa um cuidado especial com a seleção desses *pais sociais*, utilizando instrumentos e técnicas de entrevistas e provas sobre situações passíveis de ocorrer com os alunos residentes. Tornou-se mais conhecido em 1993, devido ao trabalho da Coordenação junto às instâncias jurídicas responsáveis – juizados, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos de Direito da Criança (municipais e titulares), órgãos oficiais e não-governamentais, prefeituras e outros. É apontado pela administração do governo Brizola como essencial à complementação do trabalho desenvolvido nos CIEPs mas, veementemente, nega-se que tenha sido um internato. Hoje, já não mais existe esse projeto.

A sua descaracterização ocorreu na administração que sucedeu Brizola no governo do Rio de Janeiro, pois entregou as residências dessas escolas a pessoas sem a devida preparação e seleção criteriosa. Pessoas que foram da equipe criadora dos CIEPs afirmam que, se esse projeto tivesse tido continuidade, a situação na cidade do Rio de Janeiro seria bem diferente, no que tange a marginalidade infantil. Estes casais sociais não eram funcionários do Estado, pois não havia concurso para “casal social”. Não recebiam salário e, portanto, não tinham vínculo com o Estado, ficando mais fácil sua extinção pelo governo.

As bibliotecas nos CIEPs foram consideradas pela equipe de implantação do programa de governo de Brizola como o alicerce básico de um sistema educacional eficiente, pois possibilita ao indivíduo o acesso ao conhecimento e podem, assim, formar uma visão de mundo mais crítica. No entanto, desde a implantação das bibliotecas no interior dos CIEPs, surgiram discordâncias com relação à ocupação e agilização do espaço. De um lado, o local deveria ser utilizado para contar histórias, realizar brincadeiras e jogos dramáticos, portanto, uma sala de leitura; de outro, um local com acervo de livros clássicos e modernos, literatura

específica sobre educação, literatura infanto-juvenil e revistas, isto é, uma biblioteca nos parâmetros convencionais conhecidos.

O professor Darcy Ribeiro sempre entendeu a biblioteca como deve ser uma biblioteca: local de leitura, de pesquisa e estudo, empréstimo de livros e periódicos... Prevaleceu a idéia de Darcy Ribeiro e assim abriu-se concurso para bibliotecários e não havendo profissionais em quantidade suficiente para ocupação dos cargos que foram criados, as vagas foram ocupadas por auxiliares de biblioteca. Nos finais de semana a Biblioteca era aberta para a comunidade para leitura e os livros disponíveis para empréstimo.⁷⁴.

As bibliotecas foram montadas com um acervo inicial de 1000 títulos que abrangiam os clássicos, enciclopédias, dicionários, literatura nacional e estrangeira, literatura infantil, revistas, gibiteca e bibliografia básica de pedagogia. Para coordenar as atividades desenvolvidas nas bibliotecas dos CIEPs, criou-se uma biblioteca central – a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (BPERJ) a qual competia organizar o acervo comum.

O Estado do Rio de Janeiro possuía 100 bibliotecas públicas antes da implantação dos CIEPs. Com a instalação das bibliotecas dos CIEPs espalhadas por várias cidades do Estado, esse número passou para 600, em balanço realizado no ano de 1994 por Ana Lígia Medeiros. Ela realizou o projeto que fez da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro a coordenadoria das bibliotecas nos CIEPs e GPs.⁷⁵

⁷⁴ Entrevista com Laurinda BARBOSA, 2002.

⁷⁵ Em 2000 conheci juntamente com as bibliotecárias da cidade de Americana, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e uma biblioteca demonstrativa, vinculada à Fundação da Biblioteca Nacional, chamada de Casa da Leitura Proler. Nesta casa de leitura há vários setores que demonstram como se deve organizar uma biblioteca e uma sala de leitura. Patrocinado pelo Governo Federal, o projeto, na época, visava trazer os escritores de livros para dentro da biblioteca para interagir com os leitores, desenvolver salas de leitura no interior das mesmas e, principalmente, formar o professor que trabalha nas bibliotecas das escolas públicas que, segundo dados desta comissão, é quem realmente está à frente deste trabalho no interior das escolas. O programa existe desde 1991 e sofreu outro direcionamento a partir de 1996 na procura de fortalecer os programas de leitura em nível nacional. O comitê Proler – montado com o objetivo de divulgar o projeto, existe em todos os estados brasileiros, inclusive na cidade de Campinas, mas segundo a coordenadora, na época, no Estado de São Paulo apresentava muitas dificuldades no seu desenvolvimento. Percebe-se, então, que na cidade do Rio de Janeiro e em âmbito nacional, as salas de leitura oriundas, inclusive, de debates e polêmicas suscitadas pelos CIEPs, já se disseminaram como idéia e em alguns casos, se concretizaram.

A Proposta Pedagógica

*A Proposta Pedagógica dos CIEPs rompe com o antigo isolamento da Escola Pública, para fazer dela uma promotora efetiva da maior participação social das classes mais pobres.*⁷⁶ A proposta pedagógica das escolas em tempo integral atribui especial atenção à língua materna, o que torna este componente curricular o elo integrador das diferentes áreas do currículo.

Setes são os eixos norteadores desta proposta.⁷⁷

- Vontade Política:

Todos os alunos devem ter igualdade de oportunidades e condições de aprendizagem. A escola necessita ser estruturada para atender as camadas populares, sendo assim, capaz de alfabetizar e tornar o conhecimento científico comum a todos. Expressa neste sentido, o respeito pelo aluno dos grupos menos favorecidos.

- Gestão e Decisão na (pela) Escola:

É a democratização das relações de poder dentro da escola com a composição de uma direção colegiada. Desse processo todos devem participar: professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

- Cultura:

O conhecimento trabalhado pela escola pertence, quase que integralmente, aos setores dominantes da sociedade, sendo que a criança pobre tem uma história distante destes ensinamentos, a qual consiste nos conhecimentos e habilidades construídos na luta pela sobrevivência. Deve-se criar uma pedagogia que leve em conta o universo da criança. Neste item insere-se a figura do animador cultural (três por CIEP) com o objetivo de integrar melhor a comunidade e a escola, trabalhando com os valores culturais daquela comunidade.

- Essencialização dos Conteúdos:

A discussão e adoção de conteúdos mínimos para todos os CIEPs. Os conhecimentos a serem transmitidos/assimilados na escola só terão valor efetivo se transformarem a realidade. Estabelecer prioridades, dosar conteúdos e incorporar as experiências dos

⁷⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, op.cit. p.42

⁷⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p. 98-99.

alunos são metas para a elaboração de uma proposta curricular que atenda a esta população. Segundo Lia Faria, conteúdos devem ter uma articulação lógica no interior de cada disciplina e entre as diversas disciplinas através de um trabalho interdisciplinar.

- **Unificação dos Conteúdos e Métodos de Ensino:**

Articulação entre os métodos de ensino e os conteúdos. O professor deve dominar os conteúdos de seu ramo de conhecimento e as formas de transmiti-los.

- **Interdisciplinaridade:**

O que se articula interdisciplinarmente são as formas de produzir o conhecimento e a lógica na construção do saber que se quer socializar. Neste contexto, a língua portuguesa é o elo integrador.

- **Avaliação:**

Transformar a avaliação em instrumento para o aperfeiçoamento contínuo do trabalho pedagógico. A avaliação deve caminhar por todos os setores da escola avaliando, desta forma, não apenas o aluno, mas também o próprio trabalho do professor.

Faria coloca mais dois novos itens nestes eixos norteadores que são o *treinamento permanente de professores* e os *projetos de educação juvenil e alunos residentes*.

Acredita ser o treinamento de professores o eixo fundamental para o sucesso dos demais porque mantém viva a democratização da proposta e forma agentes multiplicadores.

A política educacional para formação dos profissionais que trabalham nos CIEPs seguiu dois tipos de treinamento: um intensivo e o outro, em serviço.

O Treinamento Intensivo consistia em um encontro destinado a todos os profissionais da educação que atuavam nos CIEPs e duravam, aproximadamente, de 5 a 10 dias. Tinha como objetivo colocar estes profissionais em contato com a proposta geral do programa e com as diretrizes básicas de cada segmento do 1º. grau. Já os funcionários eram inseridos no projeto pedagógico, guardando a especificidade de cada função.

O Treinamento em Serviço garantia aos professores momentos de sistematização de sua prática pedagógica de forma constante e regular, sendo pré-estabelecida uma carga horária do professor na escola para esta finalidade específica.

O treinamento se dá em três níveis:

1º. nível – Encontro de professores com a Equipe central:

A. Professores orientadores (alfabetização e língua portuguesa – 5ª. Série) – periodicidade semanal;

B) Professores coordenadores (de 3ª. e 4ª. Séries e Língua Portuguesa da 6ª. à 8ª. série) – periodicidade quinzenal;

C) Professores coordenadores das demais disciplinas da 5. à 8. série – periodicidade mensal;

D. Equipe de direção dos CIEPs – periodicidade mensal.

2º. nível - Encontro dos professores orientadores e coordenadores com os professores regentes no âmbito de cada CIEP – periodicidade semanal (4 horas semanais).

O objetivo fundamental do treinamento nos níveis um e dois é trabalhar a proposta político-pedagógica do CIEP e de cada disciplina específica, aprofundando a discussão sobre a organização das propostas curriculares, a produção e utilização do material didático de apoio, o processo de avaliação, a democratização das relações de poder no interior da escola, buscando neste debate conteúdos e metodologias apropriados para a implementação eficiente da proposta.

3º.nível – Seminário de Ativação Pedagógico. Encontro da Equipe Central de treinamento com todo o corpo docente do CIEP – periodicidade semestral.

Os seminários semestrais possuem os seguintes objetivos fundamentais:

A) A avaliação da implementação da proposta, voltada para a solidificação das experiências positivas e para a introdução de modificações que venham a ser necessárias;

B) A atualização do conhecimento das diversas experiências pedagógicas vividas fora do espaço dos CIEPs, no Estado, no País e na América Latina, como instrumento estimulador da consciência crítica do professor no exercício político-profissional, com vistas a cooperar para a transformação da sociedade, através da contribuição específica que cabe à educação neste processo.⁷⁸

Nos CIEPs, à noite, funcionava o projeto de educação juvenil destinado a analfabetos de 14 a 20 anos. Segundo Faria, a proposta deve ser considerada pioneira na História da Educação Brasileira, pois, pela primeira vez, se organizou um projeto voltado especificamente para jovens que, até então, vinham *a reboque das crianças ou pendurados nos adultos*.

O currículo deste programa abrangia diversas áreas do conhecimento: linguagem, matemática, realidade social e cidadania, saúde, educação física e cultura – todas interligadas na dinâmica de alfabetização, com metodologia amparada no eixo central do próprio universo de vida dos alunos.

A pedagogia do Programa de Educação Juvenil partiu do próprio trabalho e da vida dos alunos, buscando em Paulo Freire seus antecedentes históricos. Completavam a proposta pedagógica criada para estas escolas o fornecimento de uniformes e materiais escolares necessários aos alunos e disponibilização de assistência médico-odontológica aos alunos no

⁷⁸ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. op.cit. p.101

interior da escola. Este também foi um ponto em que surgiu muito questionamento e o governo de Brizola, com seus CIEPs, foi acusado de promover uma educação paternal e assistencialista.

*Nas administrações centrais houve uma surda oposição à vantagens que eram oferecidas às escolas CIEP: material de consumo, material didático, professores, equipes administrativas e de apoio, etc. A idéia de rede paralela difundiu-se de tal modo que obscureceu todas as medidas que foram tomadas que beneficiaram o conjunto das escolas da rede pública estadual e municipal(Rio de Janeiro): reformas, ampliações, concursos para professores, reformulação das propostas curriculares consentâneas com os parâmetros das escolas de horário integral, como uma meta a atingir na totalidade das escolas, atendidas as especificidades locais de demanda.*⁷⁹

A justificativa dos promotores desse direcionamento político é de que essa assistência ia ao encontro das necessidades das camadas atendidas, pressupondo, desta forma, que o aluno bem nutrido, sem dores e bem tratado aprende melhor. Dessa forma, o aluno que permanece na escola todo o dia deveria receber alimentação.⁸⁰

Temos exemplos de países que mantêm o ensino em tempo integral como o Japão e a França. Mas, há de se acrescentar que esse sistema do aluno ficar o dia todo na escola é comum nestes países há anos, diferenciando-se do Brasil, que ainda vê com desconfiança o aumento do tempo das crianças nas escolas públicas.

Entre os outros países chamados de terceiro mundo, a Venezuela seria um exemplo de país que tem a educação como prioridade, apesar de toda a sua problemática social e política: os alunos, dependendo do ano de estudo, permanecem até oito horas por dia na escola.

O que não pode se deixar de mencionar é o fato de que independentemente de todas as críticas, acertadas ou não, estas escolas, os CIEPs, abriram um novo espaço dentro do ensino público: o ensino em tempo integral. Já que, há vários anos o sistema escolar

⁷⁹ Laurinda BARBOSA em entrevista concedida no ano de 2002.

⁸⁰ Agora, ficará mais evidente para o aluno e sua família este fator, se esse aluno vier de uma camada da população onde o ato de alimentar-se é realizado de forma irregular e deficiente. Neste sentido, toda vez que se falar de CIEP para estas pessoas a primeira colocação será: *lá eu como e tenho material de graça*, reforçando uma concepção assistencialista da educação para as pessoas que desconhecem o funcionamento de uma escola em tempo integral. A minha experiência com crianças que estudam em tempo integral levou-me a observar que atender as necessidades básicas da criança, principalmente a alimentação, a faz se sentir amada e protegida, estreitando os laços de afetividade com as pessoas ao seu redor, abrindo, desta forma, o caminho para a sua confiança nestas pessoas e, conseqüentemente, facilitando sua educação.

brasileiro convencionou que suas escolas públicas devem funcionar com meio período diário de aulas.

Nos CIEPs, as ações pedagógicas desenvolvidas devem ter uma visão interdisciplinar, e tanto professores como funcionários são convocados a participar do processo educativo em interação com a comunidade. A linha pedagógica insere o diretor como *líder de um processo vivo e participante do trabalho na escola e na comunidade*.⁸¹ O professor de classe obrigatoriamente deve ser atuante, comprometido e entusiasmado com sua ação profissional.

Esta proposta educativa atribui ao professor orientador⁸² a responsabilidade de ser uma força estimuladora da melhoria de ensino e que os demais funcionários (inspetores, cozinheira, serventes, escriturários, vigias), são colaboradores de todo esse processo, pois suas funções estão vinculadas ao processo educativo das escolas. Enfatiza, categoricamente, que o elemento fundamental desta proposta pedagógica é o respeito ao universo cultural dos alunos, pois, *A tarefa primordial do CIEP é introduzir a criança no domínio do código culto, mas valorizando a vivência e a bagagem de cada uma delas*.⁸³

Dentro desta proposta, o professor deve garantir que todos os alunos participem ativamente. O essencial é que todos os alunos se sintam prestigiados, promovendo a autoconfiança, interferindo, assim, na vontade de sempre querer aprender.

Dentro da sistemática de funcionamento dos CIEPs, o recreio e as brincadeiras são considerados essenciais ao processo de aprendizagem. Neste contexto, existe uma hora em que o aluno se torna *dono absoluto de seu tempo, para fazer o que achar melhor do espaço escolar*.⁸⁴

⁸¹ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. op.cit. p. 43.

⁸² Dada a dificuldade operacional de convocar grande número de professores para treinamento centralizado, a Consultoria Pedagógica de treinamento optou por uma estratégia de efeito multiplicador; trabalha com professores orientadores que repassam aos seus colegas dos CIEPs o treinamento que receberam.

Somente são considerados orientadores os responsáveis pelas prioridades do Programa Especial de Educação, ou seja, Alfabetização e Língua Portuguesa da 5ª.série

Cada professor orientador torna-se responsável pela coordenação do trabalho de 10 professores de alfabetização ou então por 10 regentes de Língua Portuguesa na 5ª.série.

A Consultoria trabalha também junto aos professores coordenadores que são responsáveis, nos Cieps, pelo aperfeiçoamento dos professores da 3ª. e 4ª.séries e, na faixa da 5. à 8. séries, dos professores de todas as disciplinas (exceto Língua Portuguesa na 5. série). RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. op.cit. p.100.

⁸³ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**, ibid. p.48

⁸³ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. ibid. p. 48.

⁸⁴ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. ibid. p. 48.

É priorizado o atendimento às classes de alfabetização e 5ª. séries, por serem responsáveis pelos maiores índices de repetência (50%), justificando a necessidade de se reformular toda a dinâmica educacional nestas séries. Assim, estas classes são tratadas de forma experimental na primeira etapa e possuem material e apoio específicos. Este material, também de caráter experimental, foi elaborado por professores e especialistas, mas deveria ser acompanhado, avaliado e modificado se necessário, segundo a equipe que o elaborou. Fato que ocorreu no segundo Programa Especial de Educação.

A proposta pedagógica dos CIEPs adota um tratamento diferenciado aos alunos com o único objetivo de extinguir a repetência e o baixo nível de aprendizagem. Estabelece turmas de alfabetização que são agrupadas em três categorias: novos, repetentes e renitentes (aqueles que freqüentam pela terceira vez, no mínimo, classes de alfabetização).

As turmas de novos e repetentes têm, no máximo, 25 alunos. Os renitentes não passam de 20 alunos, que se desdobram em grupos de até 10 alunos para as atividades de reforço de escolarização.

Estas classes são dirigidas por profissionais habilitados no nível médio, preferencialmente em anos recentes. Professores orientadores ofereceram assistência constante a esses docentes.

Aos renitentes a ênfase maior é na *restauração de um clima de sucesso e de participação positiva no trabalho escolar*⁸⁵ que deve conduzi-los a obtenção da capacidade de *ler o mundo*.⁸⁶

Utilizam-se brincadeiras, jogos, expressão corporal, danças, atividades artísticas e contato com material atraente de leitura, oferecendo, também, carinho e atenção específica, visando o desenvolvimento integral de suas potencialidades individuais e sociais.

A cultura é vista como fator de integração no contexto de uma relação mais ampla com a comunidade, estando, portanto, as manifestações culturais e artísticas vinculadas à educação e no dia-a-dia dos CIEPs. Pais de alunos, neste processo de aproximação da comunidade, são chamados a participar da vida escolar de seus filhos.

As disciplinas comuns - língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, artes e educação física - traziam o compromisso político de serem ferramentas de

⁸⁵ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. op.cit. p. 50.

⁸⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. ibid. p.51.

transformação social, isto é, além de analisar dados concretos da vida do aluno devem despertar a consciência para mudanças e transformações sociais, adequando os conteúdos.

Foi justamente nesta concepção que os CIEPs foram novamente criticados por estarem promovendo mais a formação do aluno, mediante a preocupação com seu desenvolvimento social e afetivo, do que ensinando-o com vistas ao seu desenvolvimento intelectual.

Cunha⁸⁷, quando analisa a proposta pedagógica dos CIEPs, manifesta que esta formação social da criança está diretamente vinculada a cada professor que deve ter interesse, informação e preparo para esse tipo de ensino. Esta preparação inexistente, aliada ao uso de material didático indicado de forma centralizada, levou Cunha a concluir que era comum no CIEP, a repetição das práticas docentes correntes da escola tradicional.

Este mesmo autor classifica a proposta pedagógica como *confusa*, por resultar da junção de várias áreas do currículo do ensino fundamental e de variadas correntes de pensamento que, a seu ver, não se articulavam umas às outras. Usava-se Paulo Freire, Jean Piaget, Carl Rogers e Antonio Gramsci, contrastando inclusive com o termo integrado, do nome da escola.⁸⁸

Segundo Paro,⁸⁹ havia duas características deste projeto: a *preocupação em desenvolver uma pedagogia voltada para os alunos “carentes”* e uma dimensão centralizadora (uso do material didático desenvolvido para este fim)

Um ponto original na proposta dos CIEPs era a animação cultural. Cada escola teria no mínimo três animadores, contratados sem concurso. Eram pessoas sem necessidade de formação no magistério, mas com experiência nas áreas de esportes e artes. Tinham a função de promover a articulação da escola com a comunidade através de eventos que reunissem todos os seus segmentos. Na realidade, confundiu-se seu papel, chegando em certas unidades a empregar estas pessoas para preencher o tempo dos alunos após as aulas de conteúdo e de educação física ou outras atividades para completar a jornada escolar integral dos alunos.

⁸⁷ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

⁸⁸ CUNHA, Luiz Antonio, ibid. Levanta a hipótese de que o nome CIEP veio possivelmente da Guiné-Bissau (África) onde foram instalados alguns Centros de Educação Popular Integrada – CEPI. Fortalece esta possibilidade, segundo o autor, a existência de alguns brasileiros na equipe montada por Darcy Ribeiro que atuaram como “cooperantes” neste projeto na Guiné-Bissau. Mas também destaca que o termo integrado foi usado como uma moda e sem argumentos e objetivos que o embasassem.

⁸⁹ PARO, Vitor Henrique, et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. SP: Autores Associados, 1988. 232 p.

Toda a proposta pedagógica dos CIEPs, segundo críticos do projeto, poderia ter sido implantada integralmente em todas as escolas ditas tradicionais, se houvesse espaço físico (como havia em algumas) e parcialmente em todas da rede. Contraditoriamente, alguns CIEPs nada diferiam das escolas públicas tradicionais em termos didático-pedagógicos.

A aplicação da proposta pedagógica no interior dos CIEPs, segundo a própria equipe coordenadora do Programa Especial de Educação (PEE), não foi seguida por todos os 500 CIEPs implantados no Rio de Janeiro. Afirma que não tiveram controle do processo dentro das unidades, principalmente pelo fato de ser muito elevado o número de CIEPs. A equipe esperava contar com a adesão de todos os envolvidos no processo educativo para que a proposta fosse efetivamente aplicada. Entretanto, isto não ocorreu totalmente.

Cunha⁹⁰ observa de forma crítica a obrigatoriedade do período integral para os alunos enquanto o mesmo não ocorria para os professores, causando descompasso nos Estudos Dirigidos, em virtude dos professores regentes de classe, pela manhã, não estarem presentes para estas atividades.

Torna-se necessário esclarecer que quando os CIEPs foram implantados, em 1983, foi realizado um concurso público específico para as escolas de período integral. Os professores teriam um regime de trabalho de 40 horas semanais, fato que gerou muita polêmica, reforçando as teses de rede paralela de ensino e descaso para com os professores da chamada escola tradicional.

O PEE do governo Brizola previa treinamentos para professores e explicitava a preferência por professores novos na carreira ou ingressantes no magistério. A equipe organizadora acreditava que esses professores não teriam os hábitos que levaram à falência a educação brasileira e que os treinamentos corrigiriam a formação escolar deficiente do magistério. Esta idéia revela a compreensão da equipe sobre o chamado fracasso escolar. Para ela o professor é o grande responsável pela situação da educação escolar.

Para os professores novos previa-se uma carga horária semanal de 40 horas, distribuídas em 60% para o exercício da docência e 40% para planejamento, centros de estudos e cursos de formação continuada.

A expansão do número de CIEPs criou um sistema misto de professores quanto à sua origem: professores já estatutários e os novos ingressantes ao serviço público. Com a

⁹⁰ CUNHA, Luiz Antonio, op.cit.

retomada do 2. Programa Especial de Educação, em 1992, e a instalação da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais, os novos CIEPs implantados começaram a funcionar com professores bolsistas. Para os CIEPs que atendiam as crianças da Classe de Alfabetização a 4. série – CIEPs de Ciclo Básico, bolsistas eram normalistas recém-formadas que após o recrutamento eram selecionadas por meio de prova de redação e entrevista. Para os CIEPs Ginásios Públicos, bolsistas eram alunos do último período dos cursos de licenciatura ou recém-formados submetidos à seleção para obterem a bolsa. As bolsas eram oferecidas pela UERJ, em convênio celebrado com o governo do Estado e remuneradas por repasse de recursos financeiros do Estado para o CEPUERJ, unidade da UERJ. Os bolsistas eram acompanhados e supervisionados pela Diretoria de Capacitação do Magistério e pela Diretoria dos Ginásios Públicos da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais. Em 1993, o Estado promoveu um concurso público para professores de 40 horas que seriam lotados nos CIEPs. Ao certificado de bolsistas foram conferidos pontos para o concurso de títulos. Hoje, com os governos que se sucederam, os professores de 40 horas estão lotados em diferentes unidades escolares de horário parcial e até em cursos noturnos que impossibilitam o exercício deste regime de trabalho... Hoje já não há mais concurso para professores de 40 horas específicos para os CIEPs.⁹¹

Quando retornou ao governo do Estado em 1991, Leonel Brizola instituiu o 2º.PEE (Programa Especial de Educação) sob a direção de Darcy Ribeiro e sua equipe deparou-se com uma rede escolar desmontada. Muitos CIEPs não funcionavam em regime de turno único, alguns estavam abandonados (as obras nem foram concluídas) e outros sem manutenção. O Programa da Televisão Educativa, emitido diariamente de 9h às 10h para todo o País pela Rede Manchete, já estava extinto. Este programa atendia a grande parte do professorado brasileiro e ao público, para atualização de conhecimentos. Podemos compará-lo hoje ao Programa TV Escola, do Governo Federal.

As equipes do 2º.PEE ajudaram a compor o Novo Livro dos CIEPs (que Darcy Ribeiro dedica a Leonel Brizola), com dados e pesquisas que relatavam o desenvolvimento do processo educativo e social iniciado por este projeto de escolas em tempo integral.

Além da retomada do Programa de TV implantou-se o projeto de informática educativa nas escolas em tempo integral, mas a proposta pedagógica e os eixos norteadores continuaram sendo os mesmos estabelecidos no 1º.PEE e descritos em O Livro dos CIEPs, de 1986.

O 2º Programa trabalhou com produção própria de vídeo e de todo material impresso utilizado até a 8ª série. Este 2º Programa procurou corrigir os erros encontrados no 1º Programa buscando maior integração entre as áreas de saúde, cultura, esporte e educação e,

⁹¹ Fundação Darcy Ribeiro através de Laurinda Barbosa.

melhor organização da escola, além da atualização dos currículos e do material didático, afirma Laurinda Barbosa.⁹²

Os CIEPs Hoje

Fornecidos pela Fundação Darcy Ribeiro

Sob a administração do governo do Estado do Rio de Janeiro há 351 Centros Integrados de Educação Pública que teoricamente funcionam em horário integral. Algumas atendem apenas de Educação infantil à quarta série, com algumas turmas em horário integral ou todas as turmas, dependendo do número de professores que dispõem, assim como de pessoal de apoio como merendeiras, serventes, etc. E também da disponibilidade de recursos para as refeições oferecidas aos alunos. Outras tantas atendem da educação infantil ao ensino médio em dois turnos e ainda cursos noturnos para jovens e adultos. Os 68 CIEPs que foram implantados como Ginásios Públicos funcionam, em sua maioria, de 5ª. à 8ª. série e ensino médio. Poucos têm condições de oferecer aos alunos a opção de permanecer na escola com oficinas de aprofundamento funcionando. Tem havido um esforço considerável de uma equipe de implementadores na SEE e de professores nas escolas que em contrato de prestação de serviços com a Fundação Darcy Ribeiro vêm desenvolvendo Ciclos de Estudos num processo de formação continuada em serviço dinamizados por professores contratados pela Fundação. Darcy Ribeiro não teve possibilidade de manter na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a concepção que viabilizou a implantação dos Ginásios Públicos nos anos de 1992 a 1994.

*Administrados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro há 91 CIEPs, que foram repassados do estado para a Prefeitura em 1986, quando o município estava com um governo do PDT. Algumas destas escolas tem horário integral, porém, na verdade, funcionam sem os recursos humanos e materiais para desenvolver um trabalho de qualidade social. Situados em bairros mais pobres a concepção dominante é que violência se combate com repressão: estão gradeados externa e internamente, pichados e mal cuidados em sua grande maioria.*⁹³

Em 2000, em conversa com a diretora do CIEP *Presidente Agostinho Neto*, foi possível perceber na dinâmica interna desta escola muita colaboração e amizade entre os funcionários e a direção. Mas, por outro lado, uma total falta de recursos materiais. No CIEP *Presidente Agostinho Neto*, as salas de aula eram de meia parede (a diretora não havia conseguido, até aquele momento, verba para executar o fechamento por inteiro das paredes,

⁹² Fundação Darcy Ribeiro. Entrevista com Laurinda Barbosa no ano de 2003.

⁹³ BARBOSA, Laurinda. **Dados sobre os CIEPs do Rio de Janeiro**. Mensagem recebida por e-mail do destinatário> 12 de julho de 2002.

fato que enfatizou ser prioridade para os próximos meses). Nestas salas de aula havia cartazes para alfabetização com as famílias silábicas (oposto da proposta inicial dos CIEPs) e mobiliário velho, desgastado pelo tempo.

As oficinas que completam o horário integral são, na maioria das vezes, oferecidas pela professora que fica o dia todo com a mesma turma. O núcleo comum é ministrado pela manhã e as oficinas, à tarde. As crianças possuem uma hora de almoço e de jantar e tomam banho no final das aulas, antes de irem para casa.

Dentro do que é possível a diretora tenta dinamizar as atividades diárias, mas diz que essa tarefa e a disciplina dos alunos é muito complicada.

Há também de se observar que, após o segundo mandato de Leonel Brizola no governo estadual do Rio de Janeiro, as escolas foram chamadas para optarem se queriam continuar com o período integral ou não. Este CIEP foi um dos que preferiram manter as turmas em tempo integral, apesar da dificuldade em conseguir professores e do complicado período de transição que se efetivou com este fato.

O principal problema dos CIEPs no Rio de Janeiro hoje é conseguir professores que trabalhem nestas escolas. Os professores não ganham diferentemente por trabalharem em escolas de tempo integral e a grande maioria não consegue optar pela carga horária completa (40 horas semanais) em uma só unidade. Os poucos que querem esta quantidade de horas semanais sofrem com a distância entre as escolas, pois a dimensão da cidade do Rio de Janeiro torna, às vezes, inviável esta complementação horária. O tempo gasto no trajeto e o valor dos salários não compensam, em muitos casos, o trabalho dos professores nos CIEPs.

Esta exclusividade sempre foi uma reivindicação do magistério que denuncia constantemente o desgaste do professor por ter que completar sua jornada em diferentes escolas. O vínculo a uma única unidade escolar é também creditado pelo professor como uma reivindicação de sua categoria para melhor planejar e se envolver com as atividades e educação dos seus alunos.

Na concepção que embasa os CIEPs, estes são essencialmente direcionados para a formação social e política de todos os envolvidos no processo educativo destas escolas. Neste sentido, compreende-se o montante de críticas e a ferrenha resistência à sua implantação. Críticas que refletem posições partidárias, em um visível jogo de interesses de todas as partes, inclusive do governo Brizola. Mas, que também questionam a sua proposta

pedagógica e o uso da escola como um agente transformador da sociedade e promotor de assistencialismo, relegando a um segundo plano, o que deveria ser a sua função primeira: ensinar a ler, escrever e contar.

Mesmo com todas as contestações em torno dos CIEPs, até de forma agressiva com relação aos professores que nele trabalham, muitos foram os educadores que assumiram a defesa desta proposta por verem a possibilidade de uma nova educação.

Se a política fosse apenas contrato, a política social seria cláusula inarredável do capítulo das obrigações coletivas, a cargo do Estado. Política, porém, é conflito. Oposição e contradição de interesses. Conflito negociado... A política é parte, precisamente, do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e classes.⁹⁴

A descontinuidade partidária não proporcionou crescimento pedagógico e nem estrutural destas escolas em tempo integral, denominadas CIEPs. Nem tão pouco, chance, para que isso ocorresse no Estado do Rio de Janeiro. Tese esta, defendida pela equipe do Programa Especial de Governo de Leonel de Moura Brizola.

⁹⁴ RICO, Elizabeth Melo. (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. SP: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998. p.10.

CAPÍTULO II

O Centro Integrado de Educação Pública do Estado de São Paulo (CIEP)

Município de Americana

Americana e a estrada de bambus

Americana é um município pertencente ao Estado de São Paulo e à recém-criada região metropolitana de Campinas.⁹⁵ Com 182.593 habitantes⁹⁶, possui a melhor qualidade de vida (IDH – Índice de Desenvolvimento Humano) e o menor índice de pobreza (1,84% da população) desta região. Está classificada como 26.^a no ranking das melhores cidades brasileiras para investimentos e 58.^a para se desenvolver carreiras.⁹⁷

Além de Americana, seis municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) estão entre os 100 melhores do País – Holambra, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Paulínia e Jaguariúna. Entretanto, de acordo com o Mapa de Exclusão Social⁹⁸, lançado em 2003, a maioria deles tem sérios problemas quanto à desigualdade social e emprego formal.

⁹⁵ A Lei Complementar n.º. 870, de 19 de junho de 2000, na gestão do então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, criou a região metropolitana de Campinas. Uma unidade regional do Estado de São Paulo, constituída pelo agrupamento dos seguintes municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. A criação da região Metropolitana de Campinas tem por finalidade concretizar os objetivos referidos no artigo 153, “caput”, da Constituição Estadual, bem como no artigo 1. da Lei Complementar n.º.760, de 1.º. de agosto de 1994.

⁹⁶ Censo de 2000.

⁹⁷ **Crescimento de 15% é de causar inveja.** Americana TodoDia, 27 de agosto de 2002, Economia. p. 9.

⁹⁸ Este mapa foi idealizado por Márcio POCHMANN, economista e professor da Universidade Estadual de Campinas que, neste trabalho, reuniu pesquisadores da Unicamp, USP e PUC de São Paulo. A pesquisa levou em conta os índices de pobreza, juventude, alfabetização, escolaridade, e desigualdade, conforme os números do censo de 2000 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os índices de emprego formal foram retirados conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a taxa de

Em Americana o maior problema está concentrado no emprego formal e, logo em seguida, aparece a desigualdade social. A cidade, devido o seu prestígio e fama de possuir um dos maiores pólos têxteis da América Latina desde a década de 50, atrai pessoas de outras cidades que buscam emprego e melhores condições de vida, embora, a partir da década de 90, tenham diminuído as migrações para Americana.

Na avaliação de algumas autoridades locais, expressas na mídia, pode-se atribuir o aumento populacional da cidade no decorrer dos anos, apesar da grave crise econômica da década de 90, a uma gerência municipal declaradamente assistencialista, referindo-se à administração de Waldemar Tebaldi (PDT) que, no seu 4º mandato, administra a cidade de Americana.

A implantação de núcleos habitacionais é a principal causa do crescimento populacional acima da média do Estado, afirmava, em 1992, o arquiteto Carlos Teixeira Sayão.⁹⁹ Argumentando que a cidade encontrava-se com graves problemas estruturais nas áreas de saúde, emprego, educação e segurança devido à este procedimento da administração municipal.

O jornal menciona que a doação de benfeitorias e terrenos era um verdadeiro estímulo à migração e esta gerava problemas sociais graves decorrentes de um crescimento anormal e não contribuía em nada para a arrecadação do município, visto que o prefeito concedia isenções fiscais amplas – a concessão de casas populares demandava residência do beneficiado no município há mais de três anos. O jornal argumenta que, além de ser um tempo muito curto, não havia fiscalização da Prefeitura para o seu cumprimento. Cita o exemplo de que, em dois meses e meio, no ano de 2002, casaram-se em Americana 430 pessoas; destas, 272 vieram de outras cidades e Estados (mais de 60%). Dezenas delas já residiam em núcleos habitacionais, o grande atrativo. Esta matéria, em uma visível crítica ao prefeito, afirma que *já é hora de descer do palanque, administrar com responsabilidade e planejar para o futuro*.

Já a administração de Waldemar Tebaldi (PDT) rebate este argumento afirmando que, apesar de ser considerada um pólo industrial, a cidade não tem aumentado sua população através do fenômeno da migração. Divulga a sua assessoria administrativa, de que hoje,

violência, levando-se em conta os números do Ministério da Saúde. **Exclusão social – Desigualdade se destaca na região.** Americana. O Liberal, 23 de janeiro de 2003, Cidades. P. 05.

⁹⁹ **Um projeto para a cidade.** Americana. O Liberal, 7 de dezembro de 2002, Editorial. p. 1.

diferentemente do que ocorria na década de 90 com o seu crescimento populacional migratório desproporcional em busca de emprego, a cidade apresenta um crescimento populacional vegetativamente estabilizado. Afirma também que a redução do número de famílias pobres é consequência de uma política continua de investimento público na área social, sobretudo em educação, habitação e saúde.¹⁰⁰

Americana é um município relativamente jovem (tem 128 anos) e, como a maioria das cidades da região, consta na sua historiografia ensinada nas escolas, que se originou de uma sesmaria que, posteriormente, dividiu-se em fazendas, povoando a região.

O seu povoamento deu-se a partir de imigrantes americanos, ingleses, alemães, italianos, espanhóis e portugueses, que vieram em busca de novas terras para criarem suas famílias e enriquecerem.¹⁰¹

Oficialmente, definiu-se que a cidade nasceu com a inauguração da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro realizada por D. Pedro II em 1875, hoje localizada no centro da cidade. Concomitantemente foi inaugurada a Fábrica de Tecidos Carioba que distava 3 km da Estação Ferroviária e que é considerada atualmente o berço da industrialização de Americana. A Fábrica de Tecidos Carioba e a Estação Ferroviária formaram simultaneamente dois pólos de concentração e desenvolvimento urbano. A Fábrica de Tecidos por formar um bairro operário nas suas imediações e a Estação Ferroviária pelo loteamento de terras ao seu redor. Este fato foi motivo de discussões por parte de historiadores locais no momento de definir a data e origem da cidade, as quais foram encerradas na década de 70, após a Câmara Municipal oficializar a questão em favor da Estrada de Ferro.¹⁰²

O município teve inicialmente como sua principal atividade econômica a agricultura (café, algodão, melancia, cana, melão, abacaxi, figo, culturas estas voltadas à exportação), com especial destaque para a produção de melancia no final do século XIX e de algodão no início do século XX. Mas teve, também, um desenvolvimento industrial fabuloso na área

¹⁰⁰ GINETTI, Nelson. Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Americana.

¹⁰¹ Recentemente, em conversa informal com uma integrante de um grupo folclórico e que promove e divulga os costumes, tradições, danças, músicas e rituais da raça negra por todo o Brasil, principalmente pela região, ouvi que sua “luta”, é para que se incorpore na história oficial do município a trajetória e a contribuição deste grupo étnico no desenvolvimento da região. Os negros, antigos escravos das fazendas e trabalhadores das indústrias se sentem esquecidos pela história da cidade.

¹⁰² GOBBO, Célia, et al. **Preservando nossa História**. Americana, SP: Copyright autores, 1999. 150 p.

têxtil já em 1914, sendo considerado o mais próspero dos distritos de paz do município de Campinas, oriundo da primeira fábrica de tecidos localizada no bairro Carioba.¹⁰³

A indústria, a partir desta fábrica, desenvolveu-se de modo mais do que satisfatório e o bairro operário de propriedade particular, constituía um núcleo populacional importante e mais conhecido que a própria Vila Americana, ganhando notoriedade nacional e internacional, pois sua produção era exportada para países europeus.¹⁰⁴

Com sua privilegiada localização geográfica, que formava um recanto de rara beleza natural, chegou ao apogeu de seu desenvolvimento têxtil, arquitetônico e paisagístico sob a administração da família Müller. Esses proprietários, de origem alemã, transplantaram para a localidade toda a concepção de urbanização baseada no estilo europeu que se materializou nas edificações das fábricas, residências patronais, hotel, escola, cooperativa e moradias de operários.

O bairro Carioba, ao lado da importante atividade têxtil que atraía a mão-de-obra dos imigrantes estabelecidos na região, oferecia também inúmeras possibilidades de educação e lazer, em meio a uma intensa participação cultural. Tornou-se um cartão de visitas para numerosas pessoas, tanto do Brasil como do exterior.

Sua vida cultural (cinema, teatro) e esportiva (campeonatos de natação, remo, futebol, basquete) intensa, aliada ao fato do bairro ser dotado de uma infra-estrutura inexistente até na própria cidade de Americana (asfalto, água encanada, energia elétrica em todas as casas) e a uma administração socialista que beneficiava seus moradores (operários não pagavam taxas de água, energia e aluguel e recebiam leite todos os dias para suas famílias), fez de Carioba o “jardim do Éden” de Americana.

Artigos em jornais e conversas de antigos moradores revelam carinho e saudade do velho bairro Carioba – das festas, das amizades, da igreja, das casas, das conversas na rua. As atividades e a forma de se relacionarem estão gravadas na memória dos moradores mais antigos e seus descendentes, que fazem questão de reverenciar Carioba, de enaltecer o local ideal e a vida que deveria existir para todos os trabalhadores.

A vários donos pertenceu Carioba, mas a administração dos Müller ainda é lembrada e perpetuada por gerações, como um mito. Há relatos que descrevem o Comendador Müller

¹⁰³ GOBBO, Célia, et al, op. cit.

¹⁰⁴ Recordo-me que para chegar até o bairro Carioba havia uma estrada de acesso e nela guaritas de proteção e ao longo da estrada. Às suas margens, bambus se cruzavam, fazendo um túnel de sombra e silêncio acolhedor.

como um “paizão” e que mesmo os assuntos domésticos dos operários eram resolvidos na fábrica.

Diz a lenda que vem sendo contada na tradição oral, que era uma administração familiar, com todas as características desse tipo de empresa, envoltas em sentimentos.¹⁰⁵

Como exemplo da gestão da vida do bairro, há o episódio de um morador da vila que não estava cuidando bem de sua cerca (precisava pintar) e teve chamada sua atenção dentro da fábrica. Assim eram as relações de trabalho dentro desta comunidade. Ou um outro episódio ocorrido com Albertine, a esposa do comendador Muller, que, ao presenciar uma menina cortando o caminho da escola por sua casa e que escondida, apanhava rosas no seu jardim para dar à sua professora, teve uma reação inusitada. Albertine, todos os dias, próximo ao início das aulas, saía de casa e, no jardim, aguardava a criança. Com uma tesoura na mão, cortava a rosa para ser entregue à professora. Hoje esta menina tem 89 anos, e se emociona ao recordar o episódio.

Esta família alemã trouxe o espírito empreendedor da época, que estava em pleno desenvolvimento industrial. Na sua administração, Carioba e a fábrica de tecidos detinham tecnologias de ponta, devido aos investimentos dos Müller. Por várias décadas a Fábrica e o bairro Carioba foram o centro das atividades têxteis na região e no Brasil, e o bairro era mais importante e conhecido do que a própria cidade de Americana.

Comenta-se que Carioba foi tirada da família Müller na época da Segunda Guerra Mundial, por um empregado do Comendador Müller. Ele pagou a seu contador para que assumisse no papel a propriedade das terras de Carioba, pois o governo brasileiro estava confiscando todos os bens de estrangeiros ou aliados ao nazismo. Este empregado não mais devolveu Carioba e vendeu-a para a família dos atuais proprietários.¹⁰⁶ Mas também, há outros relatos, que afirmam que os Müller já estavam bem ricos, por isso não se interessavam mais por Carioba, optando por fixar moradia no Rio Grande do Sul.

A fábrica originária foi montada para confeccionar o vestuário dos escravos da fazenda e sacos para embalar café. Posteriormente, continuou no ramo têxtil, desenvolvendo-se e

¹⁰⁵ Há relatos de que os Müller foram obrigados a deixar Carioba, pois, na época da II Guerra Mundial, a família Muller, de origem alemã, estava sofrendo fortes pressões do governo federal e da sociedade, em virtude das atrocidades mundiais do nazismo alemão. Em um desabafo emocionado e afirmando que não queria deixar Carioba, o filho do Comendador Müller, chorou, junto ao Seu Zé, dono do armazém do bairro.

¹⁰⁶ Algumas áreas e imóveis de Carioba foram confiscadas pela Prefeitura por dívida de impostos, logo após o fechamento da fábrica na década de 70.

desencadeando um processo industrial no qual a cidade permanece até hoje, embora com ramos industriais mais diversificados.

A Vila Carioba e sua fábrica, após administrações posteriores, começaram a entrar em declínio e a fábrica fechou as portas na década de 70. As pessoas que ali nasceram e viveram se empenham até hoje pela preservação do que restou de todo o conjunto arquitetônico de Vila Carioba. Durante os anos 80, após o pedido de tombamento junto ao Condephaat ter sido arquivado, na gestão do governador Paulo Maluf, grande parte de seus prédios foi demolida, notadamente as construções da vila operária.

Na realidade, Juca Abdala, filho do proprietário atual de Carioba, após a falência da fábrica, quis lotear as terras deste bairro operário, mas a Prefeitura não permitiu.

O deputado estadual Wanderlei Macris entrou com o pedido de tombamento das terras, mas este foi negado. Neste período o proprietário de Carioba loteou parte das terras que foram adquiridas por ex-funcionários da fábrica, como pagamento de dívidas trabalhistas e estimulou seus moradores a levarem material de construção em troca dessas dívidas, permitindo que as casas fossem desmanchadas. O que restou o trator incumbiu-se de fazer desaparecer.

O acervo remanescente é hoje propriedade do Poder Público Municipal e nele já se encontram o Arquivo Histórico Municipal na antiga escola da Vila, a Casa de Cultura Hermann Müller, residência do filho do comendador e há um projeto para fazer dos prédios remanescentes da antiga Fábrica de tecidos, um museu da indústria têxtil de Americana.

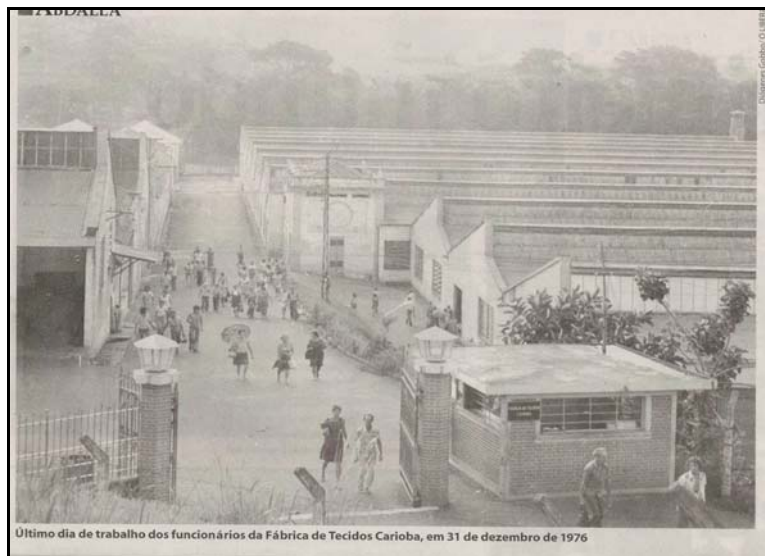


Fig.10. Fechamento da Fábrica de Tecidos Carioba. Fonte: **Americana - 128 anos.** Americana. O Liberal, 27 de agosto de 2003, Suplemento Especial. p. 16



Fig. 11. Bambuzal de Carioba



Fig. 12. Entrada do bairro Carioba



Fig. 13. Igreja São João Batista em Carioba



Fig. 14. Grupo Escolar de Carioba

Fonte: BERTALIA, Antônio. **Recordações de Carioba-Álbum de memórias**. Americana, SP: Caminho Editorial, 1999. p. 82.



Fig.15. Vila operária de Carioba



Fig. 16. Clube de regatas e natação de Carioba

Fonte: **Americana – 128 anos. Americana.** O Liberal, 27 de agosto de 2003, Suplemento Especial. p. 14.



Fig.17. Usina Hidrelétrica de Carioba

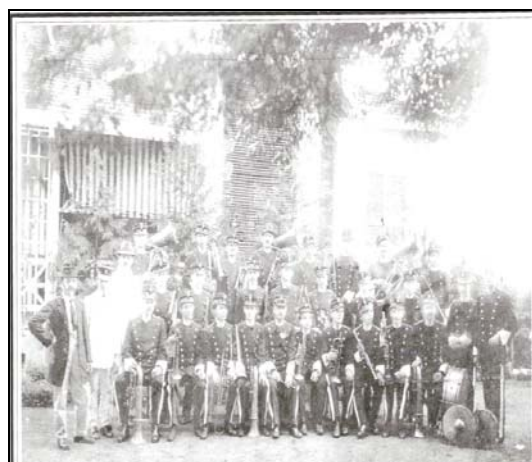


Fig. 18. Banda Musical de Carioba

Fonte: BERTALIA, Antônio. Recordações de Carioba-Álbun de fotografias. Americana, SP: Caminho Editorial, 1999. p.53, 116.

Na vida social e política da cidade de Americana, de vilarejo a município, percebe-se uma história muito recente e um desenvolvimento industrial muito grande.¹⁰⁷

Este perfil estritamente industrial de Americana, desde a década de 50 do século passado, fez migrar para o município famílias de várias regiões do país, num contínuo processo até os anos 90.

A migração constante e a cidade jovem parecem ter favorecido a falta de perspectiva histórica e de tradição. O reduzido patrimônio histórico que restou, não é bem cuidado.

Algumas iniciativas da administração pública, como a criação da Casa de Cultura Hermann Müller e do Arquivo Histórico do Município são merecedoras de elogios, embora o Museu Histórico e Pedagógico, sediado na antiga fazenda Machadinho, hoje Salto Grande, ao lado do bairro Zanaga, esteja em situação precária e outras dependências que pertencem à Prefeitura no bairro Carioba abandonadas, bem como a própria Estação Ferroviária, que no Centro da cidade, evidencia o descaso governamental pela história da população.

Americana, continua sendo um município industrial, apesar do fechamento de inúmeras empresas na década de 90 do século passado, na qual o setor têxtil detém 60% da economia. Mas sem memória e preservação histórica.

É uma cidade que chegou a crescer 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, impulsionada pelas fábricas de tecidos na década de 80. Hoje cresce 1,93%. A administração municipal argumenta que o território pequeno de Americana (134 quilômetros quadrados) compromete o seu crescimento e a conseqüente expansão das indústrias, em comparação com as cidades vizinhas. Já a mídia divulga que, nos últimos anos, empresas estão deixando a cidade para se instalarem em outras regiões por falta de incentivo.

Novamente, o direcionamento político voltado para os problemas sociais do prefeito Waldemar Tebaldi (PDT), é combatido por lideranças partidárias que vêm no fortalecimento da economia, principalmente através das indústrias, o meio mais lógico de se atingir a estabilidade social, defendendo a tese de que, a partir do momento em que todos

¹⁰⁷ Americana recebeu o diploma de honra, em 1957, por ser o Município de Maior Progresso do Brasil, outorgado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Na década de 70 foi considerado o maior Parque Industrial do Estado de São Paulo.

tenham emprego e o poder público municipal possibilidade de arrecadar mais impostos, haverá meio concreto para investir na cidade.

De Carioba (estrada de bambus) ao Zanaga (ipê amarelo)

O primeiro CIEP construído na cidade e no qual se baseará grande parte deste estudo das escolas de turno único implantadas em Americana, está localizado no bairro Antonio Zanaga, portanto, faz-se necessário conhecer as características até singulares desta região.

Americana está dividida em três macrozonas:

1. Área de Proteção Ambiental (APPA) – espalhadas por todo território;
2. Área de Urbanização Controlada (AUC) – área pós-represa;
3. Área de Urbanização Consolidada (AUCON) – área urbana.

A AUCON foi dividida em 10 áreas de planejamento, correspondente a um conjunto de bairros com grau significativos de homogeneidade limitados por barreiras físicas e tendo por finalidade propor o ordenamento territorial e definir orientações estratégicas de planejamento e de políticas públicas. A área onde se localiza o bairro Antonio Zanaga e, conseqüentemente, o CIEP, é a de número dois.

Esta área conta com: três centros comunitários, Museu Histórico Pedagógico, administração regional, três creches municipais, três escolas municipais de educação infantil (EMEIs), duas Casas da Criança - municipais (junção de creches e EMEIs), cinco escolas estaduais (quatro de ensino fundamental e uma de ensino médio), um CIEP, um posto pediátrico, dois postos médicos, um pronto socorro, uma praça de esportes, um campo de futebol, duas hortas comunitárias, uma área de lazer (Bosque das Nascentes), uma clínica modular, um distrito policial, um posto policial, um hospital psiquiátrico, poços artesianos, uma agência bancária, o Arquivo Histórico Municipal, a Casa de Cultura Hermann Muller, prédios da Fábrica de Tecidos Carioba e imóveis remanescentes deste antigo bairro.

No total são 3,6 mil residências, 385 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, 10 indústrias de médio e grande porte, 52 instituições diversas. A população estimada desta região é de 25.500 habitantes.¹⁰⁸

O Antonio Zanaga é o maior bairro em extensão territorial e populacional da cidade e tradicionalmente formado por moradores que reivindicam seus direitos, uma comunidade ativa que sempre está em notícias de jornais e rádios do município. Atualmente, estão pleiteando mais uma agência bancária para o bairro.¹⁰⁹ e por vários anos contou com um jornal próprio, o Jornal do Zanaga, do qual fui colaboradora com matérias sobre o CIEP. Infelizmente, a falta de recursos financeiros interrompeu a circulação do mesmo.

As terras do bairro Antonio Zanaga pertenceram à fazenda Machadinho e, posteriormente, aos proprietários, que no decorrer dos anos adquiriram Carioba e região. É um bairro formado por casas populares financiadas pela COHAB (Companhia Habitacional Bandeirantes) onde antigos moradores estão quitando seus imóveis nestes últimos anos, mas, como se pode observar, é dotado de toda infra-estrutura necessária à comunidade nele residente. Estrutura, aliás, que outros bairros mais antigos não possuem na cidade. A primeira parte formou-se em 1971, na gestão do prefeito Ralph Biasi (MDB) e a segunda em 1979, na de Waldemar Tebaldi (PDT).¹¹⁰

O bairro Zanaga tem a fama, na cidade, de serem seus moradores ardorosos “militantes de Tebaldi” e de que foi esta região quem o elegeu quatro vezes prefeito em Americana. Agora, em janeiro de 2003, por ocasião de uma greve do funcionalismo público municipal em que muitos dos serviços essenciais foram paralisados, entre eles, a coleta de lixo, uma senhora, sem se identificar, ligou para uma rádio local dizendo saber o que a população deveria fazer com o lixo acumulado nas calçadas *levem tudo para o Zanaga, não foram eles que elegeram o prefeito? Que agora cuidem do lixo!*

Os moradores do Zanaga acreditam que foi o prefeito Tebaldi “quem conseguiu e deu tudo” ao bairro, pois ele trata o povo de maneira bem paternal. Seus moradores definem o

¹⁰⁸ Dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Americana e encontram-se atualizados no ano de 2002.

¹⁰⁹ **Zanaga que uma agência bancária.** Americana. O Liberal, 20 de janeiro de 2002. p. 5. ¹⁰⁹ No total, 85 pessoas trabalham no CIEP do bairro Antonio Zanaga – 40 funcionários e 45 professores; todos os funcionários e 10% dos professores moram no bairro, sendo muitos deles moradores antigos da região e do extinto bairro Carioba.

¹¹⁰ No total, 85 pessoas trabalham no CIEP do bairro Antonio Zanaga – 40 funcionários e 45 professores; todos os funcionários e 10% dos professores moram no bairro, sendo muitos deles moradores antigos da região e do extinto bairro Carioba.

prefeito Waldemar Tebaldi (PDT) como um homem carismático que desde o início da formação do bairro tratava as pessoas de forma simples e simpática. Sempre falou muito de Deus e da Bíblia, numa linguagem popular e atendendo a todos os pedidos do povo. *Se ele prometia, cumpria*. Andava pelas ruas do bairro conversando com os moradores contando história de pescador, de sua mãe, de seu pai e “causos” diversos. Um verdadeiro caboclo que adorava “bater-papo”. *Quando o bairro precisava de alguma coisa chamavam o prefeito, colocavam uma mesinha, uma garrafa térmica com café e um copo*, ali resolviam os problemas.¹¹¹ Nunca se negou a ir quando convidado. Dizia sempre que se um dia fosse colocado para fora de casa pela mulher, tinha certeza que seria recebido em qualquer casa do bairro Zanaga e teria abrigo dos moradores que considerava amigos. Isso não escondia da população e divulgava constantemente em comícios, jornais, rádios. Mesmo não duvidando da afeição de Waldemar Tebaldi para com os moradores do Zanaga e nem da sua forma simples de tratar as pessoas, na realidade a intenção deste político sempre foi a de cativar os eleitores, principalmente os do bairro Zanaga.

Foi justamente neste bairro, num destes finais de tarde, quando o sol já estava se pondo e o céu alaranjado com uma brisa suave e refrescante, que iniciei uma conversa com D. Estela, servente da escola, que no próximo ano aposenta-se compulsoriamente. Mulher batalhadora que traz na sua personalidade traços evidentes dos idealistas: a luta por causas nobres. Já tinha conhecimento prévio de que era antiga moradora do bairro Zanaga e que também o fora de Carioba.

D.Estela contou-me, nesta tarde, que foi a organizadora da resistência dos últimos trabalhadores e moradores contra o desmonte do bairro Carioba. Organizou abaixo-assinados para trazer Maluf (que veio) para resolver o problema da poluição da Ripasa (indústria de papel localizada à margem oposta do rio Jaguari e de Carioba). Trabalhou, também, na formação da comissão de moradores que partiram de Americana para a Assembléia Legislativa em São Paulo quando estava sendo votado o tombamento do bairro. Afirmo que nesta sessão houve *cadeirada, discussão e choraram muito*, quando o pedido de tombamento foi negado. Mas os moradores falaram que não iam sair do bairro. Sofreram muita pressão quando as tropas de choque da polícia militar, por duas semanas, entraram no

¹¹¹ Depoimento de Vera Nilce de Souza, funcionária do CIEP Zanaga e moradora do bairro desde 1971 em sua primeira formação. Ela e sua família participavam ativamente das questões relacionadas ao Zanaga. Falecida recentemente.

bairro diariamente, acompanhando os moradores aonde iam, principalmente D.Estela: *primeiro iam na minha casa... depois pegavam os outros...* Aviões em altitude baixa sobrevoavam Carioba e corria o boato de que iam ser bombardeados. Mandatos de desapropriação eram enviados sistematicamente e o proprietário das terras incentivava os moradores a saírem, permitindo que desmanchassem as casas e, com o material, construíssem em outro local. Muitos moradores com algum dinheiro guardado compraram terrenos em bairro próximo. Em reunião com o proprietário das terras, D. Estela, recebeu proposta de desmanchar a melhor casa do bairro para ir embora: *mas eu não tinha para onde ir, sem dinheiro, pobre, sem terreno... tinha que ficar, mas conseguimos deixar a igreja em pé.*

Conforme contava sua história, em vários momentos, seus olhos se enchiam de lágrimas, lembrando o movimento reivindicatório dos trabalhadores da fábrica, as greves de fome, os trabalhadores que muitas vezes não tinham sequer o que comer e mães de crianças recém nascidas que *batiam no liquidificador um pouco de capim, sal e farinha* para se alimentar. Estado terminal deprimente de um bairro operário que foi considerado o local ideal para se viver.¹¹²

D. Estela, depois de contar esta história, foi terminar seus afazeres. Não demorou 5 minutos e chamou-me novamente. Falou sussurrando: *vou contar uma coisa, mas que fique somente entre nós* – disse, mostrando o dedo e balançando-o de um lado para o outro - *quando eu fui naquela reunião com o proprietário de Carioba ele me olhou bem e falou assim pra mim: D.Estela, eles roubaram meu pai porque ele era bobo, mas a mim não vão enganar não! Vou colocar todos para fora dali.*

Esta senhora me contou que havia forte boato e evidências de que alguns funcionários da fábrica enriqueceram ou ficaram em favorável situação financeira, sem que o salário recebido o permitisse. Por muito tempo, caminhões de tecidos sumiam da fábrica e muitos fios e equipamentos tiveram o mesmo destino.

Então, D.Estela foi vingança? – perguntei. *Foi, Suzete, ele não queria mais ninguém naquelas terras.*

¹¹² Nunca entendi porque o bairro foi literalmente colocado no chão (casas de operários derrubadas). Não entendia até ouvir e acreditar ser coerente a versão de D. Estela, por acrescentar mais um motivo, agora pessoal, do desmonte do bairro.

Esta é uma das versões da história que segue sendo recontada de boca em boca por antigos moradores e seus descendentes, perpetuando através dos anos a aura mítica deste extinto bairro e tentando explicações contraditórias para o seu desmonte. Explicações compensatórias, dentro do universo dos operários, amenizantes da dura realidade da perda.

“Aquele era um bairro onde havia a união familiar. O dinheiro não tinha valor para nós, porque queríamos viver a amizade, o divertimento e o trabalho. Carioba pode ser definida como a escola da disciplina e um exemplo de vida em comunidade, afirma. Na opinião de Giordano, a destruição do bairro foi um ato de rebeldia, pois não se justifica a destruição de 350 casas quando falta moradia num município. Isso mostra que o homem, quando perde o coração e a alma, parte para esse tipo de atitude”, lamenta.¹¹³

Um outro ex-morador do bairro, Edemil Bertalia, que viveu lá no período após a saída de Hércule Giordano, nos anos de 49 a 67, explica que para os Abdalas não era um bom negócio manter o bairro. “Tudo o que tínhamos era de graça, como casa, luz e água, por isso, Carioba era uma colônia que tinha custos para os administradores. Para que ela continuasse era necessário um investimento nas fábricas, mas os Abdalas preferiram aplicar em fazendas”, comenta. Bertalia declara que na época viveu a realidade das greves e falta de pagamento. “Os próprios Abdalas foram responsáveis pela destruição do bairro, porque quando uma família saía da casa eles mandavam derrubar, para que outros não ocupassem a mesma”, frisa¹¹⁴

Na realidade, a cidade de Americana na década de 70, sofre o impacto do chamado “milagre econômico”, período de 1968 a 1974, época do governo Médici, em que houve um crescimento acelerado da economia. Mas a crise do petróleo, a alta internacional dos juros e o financiamento externo mais caro em meados dos anos 70 fazem o país entrar num período de dificuldades crescentes, levando-o na década de 80, ao descontrole da inflação. Muitas fábricas na cidade fecham suas portas neste período.

A ligação do prefeito Waldemar Tebaldi com esta comunidade de trabalhadores se iniciou com suas sistemáticas interferências nos mandatos de desapropriação e despejo dos moradores do bairro, sustentando por vários anos esta situação e lutando pela construção de mais casas populares, justamente nas terras do proprietário de Carioba (embora muitos afirmem que o prefeito Waldemar Tebaldi poderia ter impedido o processo de destruição do bairro se o tivesse decretado de utilidade pública).

Uma parte do bairro Zanaga já havia formado um núcleo habitacional na gestão do prefeito anterior (Ralph Biasi), mas o prefeito Waldemar Tebaldi buscava uma gleba maior de terras para acomodar inúmeros trabalhadores que ainda não possuíam casa própria (havia

¹¹³ **Carioba, para ex-moradores, foi escola da disciplina.** Americana. O Liberal, 9 de julho de 1992. p. 4

muita migração nesta época na cidade). Estas novas terras e casas populares poderiam servir para absorver os moradores que ainda restavam em Carioba, como propagou o prefeito aos cariobenses restantes no bairro, pois novas terras aglutinaram-se ao redor deste conjunto habitacional, sendo muitos de seus moradores antigos habitantes de Carioba, formando, assim, o bairro Antonio Zanaga.

D.Estela se lembra, emocionada, do dia em que chegou no bairro e pôs fim à sua árdua luta iniciada em Carioba. A primeira visão que teve do seu novo bairro (ainda em formação) foi um pé de ipê amarelo. Uma lembrança que guarda por anos.

Finaliza a conversa e foi embora novamente para continuar seu trabalho, mas não agüentou, voltou e falou: *vem ver Suzete, eu vou te mostrar, daqui da escola dá pra ver...* Confesso que não dei muito crédito porque dona Estela sempre quer me mostrar tudo e para ela os detalhes são muito importantes, mas ela insistiu e me levou até a quadra principal, ergueu o braço e apontou com o dedo. *Ali está, olha o ipê amarelo*, falou, com a voz embargada e lágrimas nos olhos.

Realmente o ipê está ao lado da escola, apesar de todas as construções do bairro e do CIEP, ele está lá e pode ser visto. Naquele momento, tive a impressão de que a quadra, o CIEP (de dimensões tão grandes), tornaram-se pequeninos frente à visão de uma árvore, como em um filme em que se focaliza em primeiro plano a chave de todo o “mistério” e procura-se captar o tamanho dos sentimentos.

A grandeza desse sentimento pela terra, pela luta em consegui-la, pela sobrevivência diária é a história de vida desta senhora e a de boa parte da população do Zanaga.

Preocupada com a árvore que acredita estar definhando, pois há tempos está seca e não floresce, olha em sua direção e diz *foram dias difíceis aqueles passados em Carioba, e o Zanaga, para nós, era um verdadeiro alívio e sossego*.

Pelo prefeito Waldemar Tebaldi tem profunda gratidão e, em suas campanhas, sempre foi uma militante ativa. Afirmou que não deixa o CIEP *por nada deste mundo* e quando se aposentar, se precisar, “pode chamar que ela vem”.

A história desta senhora, como a de muitos outros operários que formaram o bairro Zanaga e de grande número deles que vieram também de Carioba, se mistura com os ideais de uma escola cidadã voltada para a classe trabalhadora. Uma escola construída numa

¹¹⁴ Carioba, para ex-moradores, foi escola da disciplina, op. cit. p.4

região e num bairro tradicionalmente de luta, de trabalho, de ideais, de um povo humilde e honesto, que procura melhores condições para seus filhos, com dignidade. Uma população de cidadãos críticos que reivindicam seus direitos e que procuram uma comunidade ideal, mas que também aprenderam a usar a política para conseguir seus objetivos.

Entre o sonho e a realidade: a educação em Americana

A educação das novas gerações e o estabelecimento de escolas constituiu-se, sempre, em uma das principais preocupações dos grupos de imigrantes que para a região se dirigiram a partir de 1867.

Os imigrantes americanos que povoaram estas terras trouxeram várias técnicas e conhecimentos agrícolas, mas contribuíram principalmente na área educacional. Fundaram classes em suas fazendas e trouxeram professores para ensinar seus filhos. Muitas filhas dessas famílias americanas se dedicaram ao Magistério e tiveram importante papel na educação local e regional. Fundaram a primeira escola de língua inglesa do município de Santa Bárbara, o Colégio Internacional em Campinas e o Piracicabano em Piracicaba que, posteriormente, originou a Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba).

Em Americana, a educação escolar foi desenvolvida paralelamente em diferentes regiões do município:

- No interior das fazendas, barracões ou salas improvisadas, que serviram de local de instrução para os filhos de colonos e trabalhadores das fazendas.
- Na Vila Carioba, por dedicação da filha do segundo proprietário da fábrica de tecidos de origem inglesa, iniciou-se a alfabetização dos filhos dos empregados. O livro “Il Brasile e Gli Italiane” menciona uma escola italiana em Carioba, em 1904, com cinquenta alunos, já sob a administração do Comendador Muller. A partir de 1902 foram formadas várias classes em barracões improvisados e em 1909 foi inaugurada a primeira escola do bairro, com residência anexa para a professora. Após a criação das Escolas Reunidas (por decreto em 1921), os irmãos Müller construíram um moderno e confortável edifício para escola e, em 1934, um gabinete dentário para atender aos alunos, anexo à escola.

- Na Vila Americana, inúmeras escolas isoladas foram organizadas e passaram a ser conhecidas pelo nome de seus professores titulares. Depois, foram reunidas em um único prédio no centro da cidade. Em 1929 foi instalado o primeiro jardim de infância que pertencia a Iarina Pyles, com oito meninos e dez meninas.

Segundo Ferreira ¹¹⁵, os filhos de fazendeiros e donos de indústrias, ou estudavam no país de origem de seus pais ou com professores particulares em suas próprias residências. Em Carioba, na administração da família Müller construiu-se uma escola destinada aos trabalhadores e seus filhos, onde os materiais didáticos, uniformes e assistência odontológica eram cedidos para seus alunos sem nenhum custo. Por outro lado, as crianças saíam da escola (entre 9 e 10 anos) e já iam trabalhar na Fábrica de Tecido Carioba.

Os grupos escolares na Vila Americana e Carioba apareceram em seguida, após legislação da época; portanto, em 1923, foi instalado o primeiro grupo escolar da cidade, Heitor Penteado; em 1941, a primeira escola de nível secundário, a Escola Técnica de Comércio D. Pedro II de iniciativa particular; e em 1950 o primeiro ensino secundário oficial público, o Ginásio Estadual de Americana.

Em 1962, a cidade de Americana viveu uma experiência de sete anos que marcou sua história: o Ginásio Estadual Vocacional de Americana (GEVA).

O Governador e professor Carvalho Pinto instalou no Estado de São Paulo o ginásio vocacional em cinco cidades: Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul.¹¹⁶

Atribui-se a implantação desta escola ao fato de ser o município de Americana, na época, um dos maiores pólos têxteis do Brasil e da América Latina, pois, em todas as cidades onde foram implantados os ginásios vocacionais, havia uma relação com o desenvolvimento econômico da região, aliado ao fato do prefeito, senhor Cid de Azevedo Marques, ser admirador do projeto dos vocacionais, ter-se empenhado politicamente e ser amigo pessoal do governador.

O Ginásio Vocacional tinha como principal objetivo fazer com que o aluno percebesse sua real aptidão e vocação profissional. Através de um sistema experimental, buscou-se

¹¹⁵ Historiador da Secretaria de Cultura de Americana. Pesquisa, junto com outros professores da cidade, a história do município.

¹¹⁶ JACOBUCCI, Ary Meirelles. **Revolucionou e acabou? Breve etnografia do Ginásio Estadual Vocacional de Americana: GEVA**. São Carlos, SP: Editora Compacta, 2002. 180 p.

renovar o ensino tradicional e situar o aluno no processo histórico do desenvolvimento, com sua inserção no conhecimento da situação política-sócio-econômica-cultural brasileira e experiências de vida dos alunos.

O eixo norteador de sua proposta era a disciplina de Estudos Sociais. Ali, praticavam-se trabalhos em equipe, pesquisas, relatórios, discussões e estudos do meio e desenvolviam-se estudos dirigidos, projetos regulares, oficinas, ateliês e laboratório. Atendia, inicialmente, os alunos de baixa renda (classe popular), mas depois se elitizou.

O Ginásio Vocacional de Americana era uma escola onde os alunos permaneciam o dia todo, uma escola em tempo integral. A educação que ofereciam foi considerada pelo governo militar como subversiva e ameaçadora ao regime, sendo o seu fim dramático. Tanques de guerra estacionaram na sua porta e soldados invadiram seu interior, seus professores e diretores foram acusados de conspiração contra o governo e de realizar uma educação subversiva. Os professores que viveram esta experiência foram perseguidos e, alguns torturados, sendo que um deles morreu na tortura. A diretora do Vocacional de Americana, Áurea Cândida Sigrist de Toledo Piza, sofreu perseguição política, ficando fora do seu cargo de professora do magistério oficial de 1969 a 1982.

Segundo a professora Áurea Sigrist:

Quando o governo golpista de 1964 fechou a experiência do Sistema Vocacional, contraditoriamente, propôs uma reforma de ensino que, aparentemente, usava as mesmas técnicas pedagógicas pesquisadas nos Ginásios Vocacionais. Por exemplo: os estudos dirigidos, o trabalho em equipe, o trabalho de história e geografia em Estudos Sociais, a integração de áreas, o estudo do meio... Mas se fez isso, como quem usa um corpo destituído de seu espírito pois: os fundamentos não eram mais humanistas, mas tecnicistas (propostos pela LDB 5692/71).¹¹⁷

Nos anos seguintes a cidade de Americana implantou praticamente todas as reformas e inovações educacionais vindas dos governos estadual e federal: Mobral, Profic, Escola-Padrão e Ciclo Básico.

Em 1991, a cidade começou a vivenciar a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, originalmente implantadas no Estado do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo anterior.

¹¹⁷ JACOBUCCI, Ari Meirelles, op.cit. p.133.

Esta experiência foi fruto da iniciativa política do prefeito Waldemar Tebaldi, que acreditava nos propósitos dos CIEPs e também pelo fato de fazer parte do programa de governo do seu partido político, PDT, que na área de educação, orienta a implantação de escolas em tempo integral.¹¹⁸ Além disso, a amizade pessoal do prefeito com o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola foi fator determinante para a sua efetivação.¹¹⁹

Reportagens feitas na época da implantação dos CIEPs na cidade comparavam estas escolas a um novo Vocacional e a analfetiam. Até os prédios e as disciplinas eram lembradas como semelhantes a esta escola da década de 60 do século passado.



Fig. 19. Sistema do CIEP lembra o extinto Vocacional. Americana. O Liberal. 03 de março de 1991. p.19. Fonte: arquivo da Biblioteca Pública Municipal de Americana.

¹¹⁸ O projeto dos CIEPs existe no Estado do Rio de Janeiro, que o originou, e no Estado de São Paulo, na cidade de Americana. Foram implantados, na década de 90, alguns CIEPs no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Parte deles não mais existem como projeto CIEPs e outra parcela, modificou até a razão social destas escolas. Recentemente, em 2002, o prefeito de Bombinhas, cidade litorânea de Santa Catarina, distante 77km de Florianópolis, visitou Americana e o CIEP do bairro Antonio Zanaga, pois tinha a intenção de implantar este sistema educacional em sua cidade. Era um prefeito do PDT e não há notícias de que isso tenha ocorrido. O que se percebe é que todos os prefeitos e governadores em exercício do cargo nos anos 80 e 90, e que tinham a intenção de implantar os CIEPs por todo o país pertenciam ao PDT, mas na realidade, restringiram-se às Regiões Sudeste e Sul, local de certa influência do PDT e de Leonel Brizola. Já fora do país, com o mesmo projeto, existem CIEPs no Uruguai.

¹¹⁹ A ligação do prefeito Waldemar Tebaldi com o PDT começa quando, detido em presídio do Rio de Janeiro por militares na ditadura da década de 70, convive com presos políticos, na sua maioria futuros militantes deste partido.

Os depoimentos e as comparações de ex-alunos do Vocacional com relação aos CIEPs, quando de sua implantação na cidade, a meu ver, refletem três possibilidades:

1. Embora em Americana tenham sido formadas no Vocacional apenas duas turmas, alguns desses alunos, posteriormente, exerceram profissões ou cargos relevantes na sociedade americanense.

2. A forma dramática como foi fechado marcou a memória dos seus alunos e professores e o transformou em um ideário a ser alcançado.

3. A própria trajetória de Americana conhecida como uma cidade progressista, sempre procurou estar à frente dos empreendimentos, e isso inclui a educação.

As hipóteses apresentadas acima apontam para um misto de saudosismo com vanguarda, impulsionando algumas pessoas e autoridades locais a apoiarem a iniciativa do prefeito Waldemar Tebaldi (PDT) de construir os CIEPs em Americana. Há, ainda, o carisma e a autoridade do prefeito, contribuindo.

No âmbito das administrações públicas municipais de Americana, as inovações na área da educação deram-se somente após iniciativas individuais de prefeitos em conjunto com a força de uma amizade pessoal ou influenciável. O mesmo aconteceu na iniciativa privada.

Assim ocorreu com a Escola de Carioba, com o Ginásio Vocacional e o CIEP, iniciativas dentro do município classificadas como inovações educacionais numa linha tênue entre o socialismo e o paternalismo, numa clara evidência, principalmente no caso da Escola de Carioba e dos CIEPs, que os seus idealizadores tornaram mais fácil a aceitação pela comunidade dessas iniciativas através de seu carisma pessoal.

A implantação dos CIEPs

Vários fatores serviram de justificativa para a implantação dos CIEPs na cidade pelo governo de Waldemar Tebaldi (PDT), mas os mais debatidos foram a falta de vagas em algumas escolas estaduais e a localização dos CIEPs, que muitos acreditaram ser uma escolha política e não educacional.

As razões da implantação destas escolas também tiveram embasamento na estrutura social de Americana, na época com grandes recursos financeiros e graves problemas sociais, como divulgava a imprensa em diversas reportagens sobre o município. O orçamento de

Americana era maior, se comparado aos das cidades vizinhas de Nova Odessa, Santa Bárbara e Sumaré. Porém, os problemas sociais a serem resolvidos estavam em escala superior às cidades comparadas. A cidade com um perfil estritamente industrial, atraía muitos migrantes de várias regiões do Estado de São Paulo e do Brasil em busca de trabalho. Bem ou mal sucedidos em seus objetivos, os desempregados fixavam moradia na cidade que, com certeza, crescia desordenadamente num espaço sem planejamento.

Americana não ficou indiferente à crise econômica que atravessava o país desde o final dos anos 70 - que teve seu auge com as presidências de Sarney e Collor – quando os programas oficiais na área social foram abruptamente reduzidos. A cidade, no final dos anos 80 e início dos 90, apresentava esta situação: favelas multiplicando-se, famílias migrantes sem local para morar (literalmente vivendo embaixo de pontes), crianças nas ruas (desnutridas, sujas, sem escolas), como divulgado no jornal local.¹²⁰

Levantamento feito na época pelo Departamento de Promoção Social e Habitacional, hoje, Secretaria de Promoção Social, mostra que o número de barracos na cidade havia aumentado 400% em dois anos e que 40% dos favelados eram crianças de até 15 anos, portanto, em idade escolar e que passavam grande parte do tempo nas ruas.

Com o crescimento constante da cidade (principalmente na periferia), o município sofria com a falta de vagas nas escolas, embora o Diretor do Departamento de Educação de Americana, Herb Carlini, optasse por fazer uma distinção entre superlotação e falta de vagas, alegando que a cidade não sofria com a falta de vagas, mas com a superlotação das escolas em algumas regiões, idéia divulgada constantemente na mídia da região.

Os bairros Colina, Parque Gramado e Antonio Zanaga sofriam com a superlotação das escolas¹²¹. Nestes locais foram construídas posteriormente, uma escola estadual e dois CIEPs – São Jerônimo e Zanaga. Já nos bairros Vila Mathiensen e Cidade Jardim a falta de vagas¹²² era o principal problema levantado pelas autoridades da época e lá foi construído o CIEP Cidade Jardim.

¹²⁰ **Famílias tentam sorte em Americana: fracasso.** Americana. O Liberal, 25 de janeiro de 1991. p. 18.

¹²¹ A superlotação, descrita pelo Diretor de Educação na época, é definida como uma escola em que se consegue atender toda a demanda de alunos da área que a escola abrange, mas com classes que ficam com número de alunos bem acima do que a legislação e o espaço físico permite.

¹²² A falta de vagas também mencionada pelo Diretor de Educação na época é definida como uma escola que mesmo com as classes superlotadas (número acima dos padrões legais) não conseguiram atender a demanda da região, tendo que alunos estudarem em outros bairros ou ficarem fora da escola.

Em 1990, foi discutido em uma reunião da Comissão de Municipalização de Ensino - formada por professores, funcionários e diretores de escolas públicas, pais de alunos, representantes da Delegacia de Ensino, Câmara Municipal, grêmios estudantis e sociedades amigos de bairro - o pedido ao Governo do Estado de repasse de verba que seria destinada a construção e ampliação de escolas de primeiro grau. Nesta listagem de escolas estavam as citadas (CIEP Zanaga, CIEP São Jerônimo, CIEP Cidade Jardim) e uma em especial que levantou polêmicas – o CIEP do bairro São Vito, justamente o local que muitos questionaram a implantação por não haver superlotação nas escolas da região.¹²³

Embora a maior dificuldade se apresentasse nos bairros Cidade Jardim e Mathiensen, somente o CIEP da região que abrangia os bairros do São Vito e São Manoel estava definido e envolto em muitas controvérsias. *Estes recursos poderiam ser utilizados em obras de infra-estrutura básica em bairros periféricos. O São Vito com certeza, não precisa de outra escola*, declarava o vereador José Domingos Chávare (PMDB) na época uma das principais lideranças de oposição à administração do prefeito (PDT) e que, na próxima eleição, tornar-se-ia vice-prefeito da cidade.¹²⁴ Com o argumento de que o bairro possuía escolas estaduais suficientes para atender a demanda de alunos, levantou a hipótese de que este CIEP estava sendo construído para *minar o reduto eleitoral deste partido na cidade*.¹²⁵

Tal polêmica e oposição terminam quando até as autoridades da rede oficial de ensino aprovaram a instalação dos CIEPs. Na época a delegada-substituta da Delegacia de Ensino de Americana, Neusa Carletto afirma que *as novas unidades foram construídas exatamente nos bairros onde as escolas estaduais estavam superlotadas*.¹²⁶

¹²³ Só estava certa a construção do CIEP, na região do São Vito, pois estava no orçamento, segundo Herb Carlini, diretor Departamento de Educação, em 1990. Vale ressaltar que na data desta afirmação os dois primeiros CIEPs nos bairros Antonio Zanaga e São Jerônimo já estavam sendo construídos, e a escola estadual mencionada somente se efetivou em 1993.

¹²⁴ VERZIGNASSE, Rogério. **Construção de CIEPs em Americana tem polêmica**. Campinas. Correio Popular, 08 de agosto de 1991. p. 13.

¹²⁵ Há entre os políticos locais uma certa “crença” de que esta ou aquela região pertencem a determinado partido ou político, ou seja, a população destes bairros, votaria tradicionalmente, independentemente de qualquer fator.

Esta “crença” cresce e se fortalece na medida em que nas eleições, a contagem dos votos por região confirma o dito popular.

Portanto, tradicionalmente na cidade, acredita-se que entre outros, o bairro São Vito e São Manoel, junto como o Centro da cidade são PMDB ou PSDB; já o bairro Antonio Zanaga e outros periféricos, são Tebaldi e não PDT.

¹²⁶ DO CORRESPONDENTE. **CIEPs de Americana vão atender mil alunos em 92**. Campinas. Correio Popular, 13 de dezembro de 1991. p. 15.

O procedimento de avaliação de demandas dos alunos de um determinado setor da cidade era feito através de reuniões com diretores de escola e após votação, definia-se o pedido ou não de uma nova unidade escolar através da Delegacia de Ensino de Americana aos órgãos e autoridades competentes. Portanto, seguia critérios definidos por educadores com interferência de líderes da comunidade local no pedido e pressão por mais vagas.

Em matéria feita pelo jornal O Liberal com a diretora da escola estadual do bairro São Vito há a confirmação da necessidade de mais uma escola para o bairro, mas algumas declarações no jornal deixaram-me com dúvidas.

*A diretora informou que sua escola não possui vagas disponíveis para o ciclo básico. 'O ciclo básico é um ensino mais individualizado, onde o professor tem que conhecer as necessidades dos seus alunos. Com 35 crianças nas classes fica difícil acompanhar a todas...Avalio que um número menor de alunos na sala de aula facilitaria o aprendizado, melhorando o nível do ensino...Esta região está crescendo e a tendência é aumentar o número de alunos com o passar do tempo.'*¹²⁷

Apesar da mídia apoiar, talvez até indiretamente e sem intenção, a iniciativa de implantação dos CIEPs em Americana através das reportagens que mostravam a estrutura econômica e social da cidade, e a falta de vagas justificar a construção de novas escolas, há indícios de que a amizade entre o prefeito e o governador Brizola, tenha sido fator definidor que mobilizou o prefeito Waldemar Tebaldi a trazer os CIEPs para a cidade.

A divulgação dos CIEPs

A construção e a inauguração dos dois primeiros CIEPs¹²⁸ foram sistematicamente acompanhadas e divulgadas pelo jornal da cidade (O Liberal). Os outros dois¹²⁹, inaugurados no ano seguinte, não tiveram a mesma repercussão na mídia local. Mas dos quatro CIEPs construídos na cidade, o do bairro Antonio Zanaga foi o que levantou mais discussões e polêmicas.

¹²⁷ **Diretora de escola aprova construção de CIEP no São Vito.** Americana. O Liberal, 5 de agosto de 1991. p. 3.

¹²⁸ Em 1991 começaram a funcionar na cidade dois CIEPs; um no bairro Antonio Zanaga e outro no bairro São Jerônimo.

¹²⁹ Em 1992 mais dois foram inaugurados; o do bairro São Vito e outro, no bairro Cidade Jardim.

As manifestações divulgadas pela imprensa mostravam que a população da cidade e suas autoridades apoiavam, embora não soubessem o que era precisamente, este tipo de iniciativa de educação de dia completo. Muitos fatos como publicidade (custos), construção e denominação destas escolas geraram polêmicas, aguçando ainda mais a sua divulgação pela imprensa da região. Os outros dois CIEPs inaugurados em 1992 foram menos evidenciados pela imprensa escrita, pois, no ano da implantação dos CIEPs do Zanaga e São Jerônimo, o jornal da cidade ainda não havia rompido com o prefeito, fato que ocorrerá no ano seguinte, dificultando as relações da administração municipal com o jornal O Liberal por vários anos.

Antes do “rompimento”, o jornal O Liberal,¹³⁰ era como se fosse o “diário oficial do município” acatando todas as publicações da prefeitura e fazendo publicidade da administração. Mesmo após todos os conflitos com este jornal, a prefeitura continuou utilizando seus serviços para as publicações oficiais, mas as matérias publicadas por O Liberal, escritas pelos seus repórteres, evidenciavam críticas à administração Tebaldi (PDT).

Além do rompimento da imprensa escrita com a administração municipal, os dois últimos CIEPs (1992), foram inaugurados no final da gestão do prefeito Waldemar Tebaldi que não elegeu seu sucessor, Prof. Herb Carlini, e o projeto deixou de ser prioridade para a administração seguinte, diminuindo incentivos e divulgações. Na gestão anterior, matérias pagas foram usadas para a divulgação do trabalho pedagógico desenvolvido dentro das escolas em tempo integral. Na administração municipal posterior, a do também médico, Frederico Pólo Muller, raramente encontrava-se nos jornais locais, reportagens sobre os CIEPs.

¹³⁰ Jornais e ano de sua fundação na cidade de Americana:

1898 – Villa Americana

1914 – Imparcial, órgão do Partido Republicano Paulista

1917 – O Combate, defendia os interesses da Villa Americana, já não mais existia o Villa Americana

1923 – O Município - participação ativa na luta pela emancipação política de Vila Americana. Circulou por muitos anos.

*1952 – jornal O Liberal

1968 – Folha de Americana

1974 – Domingo Jornal

*1996 – Jornal TodoDia

*em circulação na cidade. JONES, Judith Mac Knight; BRYAN, Abílio Serra. **Americana – SP – Brasil – Edição Histórica**. Americana, SP: Editorial Focus LTDA, 1975. 110 p.

Com o retorno de Waldemar Tebaldi em 1997, após a administração do prefeito Frederico Pólo Muller (PMDB), os CIEPs foram novamente colocados em evidência e surgiram várias reportagens sobre o assunto no decorrer dos anos seguintes. Propagandas e incentivos à divulgação do trabalho dos CIEPs foram priorizados, apesar do jornal O Liberal permanecer contrário à administração de Tebaldi. Em 1996, começou a circular um novo jornal na cidade, o Jornal TodoDia, e Tebaldi ao retornar à Prefeitura de Americana, transferiu suas publicações oficiais para este periódico.¹³¹

Após a licença médica do prefeito em 2003, assumiu o vice Erich Hentzl Junior, que fez diversas coligações partidárias e acordos. O jornal O Liberal passou a novamente publicar todas as propagandas e comunicados oficiais da Prefeitura, após vários anos. Curiosamente as divulgações da Secretaria de Educação sofreram uma “queda e esfriamento”. Em conversa com pessoas ligadas ao secretário de Educação e ao prefeito, a fala é que já se iniciou a corrida às eleições municipais de 2004, uma vez que, o Secretário de Educação, Herb Carlini, sempre é lembrado como provável candidato à disputa das eleições municipais. Portanto, não pode estar em evidência. Percebe-se que a educação é uma área de conflitos e local de muitos interesses.

¹³¹ Neste ano de 2002 passei a assinar os dois jornais mencionados no texto, antes só assinava o Liberal. Comparando suas reportagens percebi que mesmo quando os assuntos são iguais, o jornal ToDo é mais ameno, chegando a omitir certos acontecimentos. Já o jornal O Liberal expõe claramente os fatos. Houve ocasiões em que matérias saíram em um jornal e não no outro, num visível favorecimento do jornal TodoDia à administração municipal.

Os CIACs e CAICs

Paralelo às notícias do surgimento e construção dos CIEPs na cidade o jornal O Liberal destacava:

*O presidente Fernando Collor recebe hoje, no Palácio do Planalto, o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, do PDT. Será o primeiro encontro dos adversários políticos desde a campanha presidencial... Antecipou Brizola, que não pretende fazer nenhuma “reivindicação”. Ele pretendia ir ao encontro de Collor acompanhado dos outros dois governadores eleitos do PDT, Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, e Albuino Azeredo, do Espírito Santo”.*¹³²

O teor desta conversa e de outras que se seguiram não é possível transcrever, mas sabe-se que o projeto dos CIEPs foi retomado no Rio de Janeiro após a nova eleição de Brizola, em Americana estavam em construção e em várias cidades dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como por exemplo, na cidade de Bento Gonçalves (RS)¹³³ foram posteriormente construídos num visível plano de governo do PDT. O Programa de Governo deste partido estipulava a construção de escolas em tempo integral, portanto, políticos eleitos para cargos majoritários por este partido deveriam estender a construção de CIEPs pelo país.

Quanto à visita ao presidente Fernando Collor de Melo, há evidências de que este ouviu os conselhos de Brizola, criando os CIACs – Centro Integrado de Apoio à Criança. Os CIACs, segundo Darcy Ribeiro, *nasceram de uma revisão do programa dos CIEPs*.

Segundo Xavier¹³⁴, o presidente Fernando Collor de Melo não possuía um programa de governo para a área educacional. Se ligarmos isso ao fato de que Collor foi um presidente que trabalhou muito com a mídia objetivando causar impacto e uma imagem favorável na sociedade, entende-se o porquê da implantação dos CIACs.

¹³² **Hoje é a vez de Brizola se encontrar com Collor.** Americana. O Liberal, 24 de janeiro de 1991. p.12.

¹³³ Foi construído em 1994 no governo de Alceu Colares (PDT) e mantido por dois anos. Ficou sendo opcional de 1995 até 1997. A partir desta data mantém período parcial. O prédio é igual aos do Rio de Janeiro, com boa estrutura: ginásio de esportes, 40 salas sendo 27 de aula.

Segundo depoimento da diretora Tânia Regina Ducati Sasso, a comunidade não aceitou este tipo de escola devido o comportamento dos alunos que geraram vários problemas, provocando uma imagem negativa da escola.

Hoje ninguém mais fala sobre o CIEP e a razão social da escola está sendo mudada para Escola Estadual de Ensino Fundamental Anselmo Luigi Piccoli..

¹³⁴ XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação – A escola no Brasil.** SP: FTD, 1994. 304 p.

Darcy Ribeiro, em seu segundo livro sobre os CIEPs, faz um balanço crítico sobre esta experiência educacional no Rio de Janeiro, mencionando este episódio e o desenvolvimento da idéia dos CIACs.

Os CIACs surgiram em Minas, em 1986, quando o Governador me convidou para criar 100 CIEPs, pedindo que não os fizesse iguais aos do Brizola. Eles são uma criação de João Filgueiras de Lima que, apelando para a tecnologia da argamassa armada, plasmou uma grande escola capaz de funcionar como os CIEPs e ainda prover assistência pré-escolar.

Quando o Presidente Fernando Collor, atendendo a um conselho de Leonel Brizola, decidiu criar 5mil CIEPs, ambicionando dar boa educação a 5 milhões de brasileirinhos, o que tínhamos em mãos para oferecer-lhe de imediato era o programa criado para Minas Gerais, de que o Governador desistira, lamentavelmente.¹³⁵

Em 1991, Collor anunciou o Projeto Minha Gente, que deveria implantar 5.000 escolas de ensino fundamental em tempo integral em todo o Brasil. Eram escolas com pré-moldado específico para essa finalidade e também suscitaram intensa discussão a respeito do seu custo e localização.

Nasceram, assim, os CIACs, divulgados e construídos em várias regiões do país. As cidades de Americana, Santa Bárbara e Campinas chegaram a receber estas escolas.

Os CIACs não continuaram como não continuou o governo Collor, embora muitos tenham sido construídos e continuem funcionando com características adquiridas de quem os mantêm, perdendo, assim, sua constituição e direção como projeto diferenciado.

Com o término do governo do presidente Fernando Collor de Melo, o Ministério de Educação (MEC) editou, em fevereiro de 1993, o documento “Linhas programáticas da educação brasileira – 1993-1994” em que lançou o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica), projeto que deveria dar continuidade à proposta de educação em tempo integral. Este projeto iria se desenvolver nos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) ou em outras unidades adaptadas para este propósito.

Na região que abrange o município de Americana, um CAIC foi implantado na cidade (hoje pertence ao município) e outro em Santa Bárbara (pertence ao Estado). O CAIC foi incorporado à Rede Municipal de Americana em 1998, sendo que anteriormente era administrado pelo governo estadual e funcionava em regime de tempo parcial para as

¹³⁵ RIBEIRO, Darcy. *Carta: falas, reflexões e memórias nº.15.- O novo Livro dos CIEPs*, op. cit. p.19.

crianças. O CAIC adquiriu as mesmas características e linha do projeto dos CIEPs da cidade oferecendo, também, ensino em tempo integral.

Paralela à implantação dessas escolas em tempo integral – CIEPs, CAICs, já em 1992, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo fazia publicar e divulgar em todos os meios de comunicação uma nova reforma do Ensino Público.

Nela, destaca-se:

*Começou a Reforma do Ensino Público. O Governo do Estado, junto com a Secretaria de Educação, desenvolveu um programa para fazer da Escola Pública um motivo de orgulho em São Paulo. Muita coisa vai mudar para que seu filho tenha um ensino de qualidade. A começar pela carga horária: agora os alunos vão ficar um tempo maior na escola. São cinco horas de aulas todos os dias, para que as crianças aprendam mais.*¹³⁶

Percebe-se que na década de 90, ainda o contexto social, pedia mudanças principalmente no setor educacional e uma melhoria na qualidade da aprendizagem dos alunos estava enfatizada no tempo em que o aluno passava na escola.



Fig. 20. CAIC Professor Silvino Chinelato de Americana. Em primeiro plano está a quadra. Notar a cobertura característica. Fonte: In: Revista CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania. Americana, 2001. Contracapa.

¹³⁶ **Reforma do Ensino Público. Você tem que estar presente.** Americana. O Liberal, 23 de fevereiro de 1992, Propaganda. p.11

A construção dos CIEPs

Muitas críticas foram feitas durante a construção dos dois primeiros CIEPs, mas o do Zanaga foi, notadamente, o mais atacado. Começou a ser construído em janeiro de 1990, a um custo inicial de Cr\$108 milhões e termina consumindo Cr\$200 milhões, devido a mudanças no projeto arquitetônico, custos e localização.

Em 16 de janeiro de 1991 o jornal O Liberal divulga que foram investidos na construção do CIEP São Jerônimo Cr\$120 milhões e na do Antonio Zanaga Cr\$ 200 milhões.¹³⁷

Dois dias depois, publica uma reportagem criticando a demora do executivo em enviar à Câmara pedido de autorização para criar os CIEPs, pois somente depois de construídos é que o prefeito tomou esta providência.

O engenheiro responsável pela construção admitiu ser o CIEP do bairro Zanaga uma obra grandiosa e de custo elevado. *Apesar de não dizer claramente, o diretor do Dosu acredita que a obra seja faraônica demais... Conseguimos mudar o projeto do CIEP do bairro São Jerônimo, tornando-o mais simples.*¹³⁸

Anos mais tarde (2002), ao conversar com o engenheiro que realizou o projeto e execução da estrutura metálica e do telhado da escola, este deixou “escapar” que foi a pedido da administração municipal o porte e a grandiosidade da obra deste CIEP.

Além de autoridades políticas presentes em nossa cidade no último domingo, a grande vedete mesmo está sendo o projeto arquitetônico do Antonio Zanaga. Há os favoráveis e os contra naturalmente, sobre tal construção.

Visitamos as instalações no sábado. Realmente, uma obra arrojada, fazendo lembrar, nas devidas proporções, o antigo Vocacional. A mesma opinião tem o vereador José Américo Almeida, que cursou o GEVA na década de 60.

*Na entrada do prédio do CIEP Zanaga, um cidadão dizia ao amigo que o grande T formado pela estrutura metálica era de Trevilin (empresa que o construiu) e o outro discordava, afirmando que seria de Tebaldi.*¹³⁹

¹³⁷ US\$600.000 e US\$ 1 milhão, respectivamente. **CIEPs estarão prontos até final de fevereiro.** Americana. O Liberal, 16 de janeiro de 1991.p. 3.

¹³⁸ **Brizola vem inaugurar - CIEP fica com custos dobrados.** Americana. O Liberal. 19 de fevereiro de 1991. p. 6.

A principal discussão sobre a grandiosidade da obra era o seu custo. A assessoria de imprensa da administração municipal justificava que era o tipo de terreno onde estava sendo construído o CIEP o motivo do encarecimento da obra. Este terreno apresentava muitas rochas e declives, sendo necessárias fundações não previstas no orçamento original. Mas vale ressaltar que a *Diretoria de Ensino*, na época, não aprovou a localização desta escola em virtude das características do terreno e sua localização no bairro, sugerindo outro local para a construção do CIEP.

Passadas todas as atribulações e concluída a obra, o Corpo de Bombeiros também se manifestou contrário à liberação do alvará de funcionamento como unidade de ensino. Achava-o inadequado por não preencher algumas normas de segurança como: rampas de acesso às salas de aula sem proteções adequadas, faltas de hidrantes e extintores pela escola e apenas uma via de acesso (entrada/saída). Após quase dois anos de funcionamento, o CIEP Zanaga recebeu aprovação, sem as modificações mencionadas.

É uma obra faraônica. O CIEP foi construído nos mais modernos padrões de arquitetura e engenharia, misturando estrutura metálica com pré-moldado de concreto. A cobertura da obra é independente das paredes, o que torna a construção mais prática e cara pela grande quantidade de tubulação de ferro utilizada. O CIEP do Zanaga ficou com o formato de uma grande asa estendida, enquanto no interior o projeto abusou de rampas fechadas com canaletas de ferro. Mesmo as proteções às janelas são neste material.¹⁴⁰



Fig. 21. Obra faraônica. Fonte: Americana. O Liberal, 21 de fevereiro de 1991, charge. p. 2.

¹³⁹ Americana. O Liberal, 27 de fevereiro de 1991. A cidade é nossa. p. 2.

¹⁴⁰ CIEP: trabalho segue em ritmo acelerado. Americana. O Liberal, 21 de fevereiro de 1991. p. 9.

As obras atrasaram-se muito e o CIEP do Zanaga, como o do São Jerônimo, foi inaugurado inacabado.

Antes das inaugurações, anúncios veiculados pela imprensa local enalteciam as vantagens dos CIEPs de forma sistemática e contínua. Geraram com isso, polêmicas na Câmara de Vereadores e desconfiças na comunidade quanto ao montante gasto pela administração nestas publicidades.¹⁴¹

A Câmara Municipal aprovou ontem, por 13 votos favoráveis e apenas um contrário, requerimento do vereador Gerson Cibir que questiona o prefeito Waldemar Tebaldi sobre os gastos que a prefeitura teve com a publicidade para a divulgação dos CIEPs em rádio, jornal e TV.

*Todas as pessoas que nos procuraram acham que a publicidade foi maciça, dispendiosa, ensejando o conhecimento desses valores.*¹⁴²

Os CIEPs, antes mesmo de seu funcionamento, foram envoltos, como no Rio de Janeiro, por muita polêmica. Vários segmentos da sociedade discutiram sua implantação e posicionaram-se mediante os seus conhecimentos e interesses.

No campo político, as principais polêmicas, já discutidas neste texto, foram a localização destas escolas, os gastos excessivos com os prédios, o projeto de educação integral e a propaganda volumosa da administração municipal.

Já a população, observada nas reportagens e discussões da época, aceitava os CIEPs e até acreditava serem os mesmos boas escolas para a cidade, embora não soubessem, na realidade, como seria esse projeto. Parte das autoridades locais também julgava que este projeto resolveria muitos problemas da cidade e reforçaria a área educacional do município, que admitiam ser bem desenvolvida.

Na área da educação, apesar de não se mostrarem resistentes ou atacar agressivamente a idéia e o projeto dos CIEPs para a cidade, as autoridades educacionais e os professores do município de Americana, principalmente da rede estadual de ensino observavam com desconfiança este empreendimento da administração municipal.

O que ficou duvidoso e foi cansativamente noticiado pelo jornal, refere-se à localização dos CIEPs que, segundo muito se comentou na cidade, visava atender as comunidades sim,

¹⁴¹ **Prefeitura esconde informações sobre publicidade do CIEP.** Americana. O Liberal, 22 de fevereiro de 1991. p. 1.

¹⁴² **Câmara quer saber quanto foi gasto na divulgação do CIEP.** Americana. O Liberal, 27 de fevereiro de 1991. p. 8.

mas, apesar de toda discussão em torno da falta de vagas em algumas regiões do município, o fator político foi determinante para priorizar localizações e urgências no atendimento dos pedidos.

Portanto, em Americana como no Rio de Janeiro, antes da construção dos CIEPs e até a consolidação de sua proposta pedagógica, a oposição aos CIEPs deu-se muito mais na esfera política do que educacional. Uma política partidária e de interesses de ambas as partes. Tanto do governo municipal de Waldemar Tebaldi (PDT) que na época, procurou fazer dos CIEPs de Americana, o mesmo que estava sendo feito com os do Rio de Janeiro: outdoors do partido e promoção pessoal de seus dirigentes políticos. Como dos partidos opositores da administração municipal, principalmente o PT – nas próximas eleições seriam coligados, que ao desacreditar o projeto estaria enfraquecendo o PDT, e conseqüentemente o chefe do executivo local.

As inaugurações

O CIEP do bairro Antonio Zanaga foi inaugurado às 10 horas do dia 24 de fevereiro de 1991, domingo, em uma grande festa política com o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, com alguns de seus familiares e o senador Darcy Ribeiro.



Fig. 22. Inauguração I. Fonte: Americana. O Liberal, 24 de fevereiro de 1991, charge. p. 2.

Da inauguração do CIEP no bairro São Jerônimo, realizada horas mais tarde no mesmo dia, pouco se mencionou a respeito em matéria publicada pelo jornal O Liberal. Na ocasião Leonel Brizola chegou com um atraso de 90 minutos e falou enaltecendo as escolas em tempo integral.

*O governador carioca que participou do lançamento da pedra fundamental do CIEP durante a campanha presidencial, foi saudado com muita euforia. O mais entusiasmado foi o prefeito Waldemar Tebaldi que durante seu discurso, que não ultrapassou dois minutos, declarou que adora Brizola e que se não disputar novamente a presidência, se desligará do partido. O chefe do executivo não chegou às lágrimas, como havia antecipado, mas ficou bem perto disso ao falar de Leonel, a quem se referiu como amigo de muitos anos.*¹⁴³



Fig. 23. Inauguração II. Fonte: Americana. O Liberal, 26 de fevereiro de 1991, charge. p.2.

Em várias ocasiões o prefeito sofreu críticas por “importar” idéias do Rio de Janeiro e por força desta amizade com Leonel Brizola.¹⁴⁴

¹⁴³ **CIEPs são inaugurados com festa política.** Americana. O Liberal, 26 de fevereiro de 1991.p.3.

¹⁴⁴ Quando estive em comitiva no município do Rio de Janeiro, em 2000, com o objetivo de conhecer os CIEPs desta cidade, telefonamos para Leonel Brizola para nos conceder uma audiência e fomos prontamente atendidos; foi possível, portanto, perceber o prestígio do prefeito de Americana junto ao governador. Claro que também foi mencionado que esta comitiva era formada por diretores de CIEPs de Americana, inclusive estava presente a diretora do CIEP Zanaga, que tem a mãe do ex - governador do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Sra. Oniva de Moura Brizola, como Patrona. Ou seja, sentimento ou política, o fato é que nos atendeu muito gentilmente.



Fig.24. Inauguração III. Darcy Ribeiro em entrevista ao SBT no dia da inauguração do CIEP Zanaga. Fonte: acervo da escola.

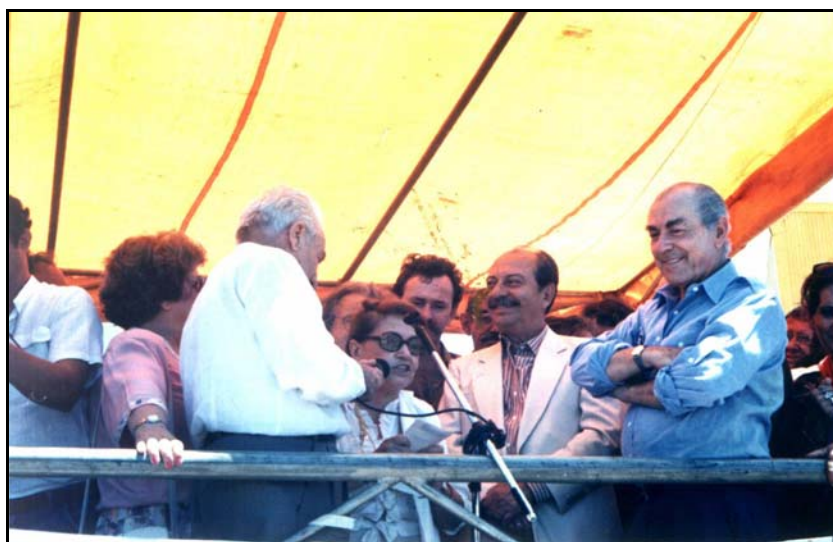


Fig 25. Inauguração IV. Leonel Brizola, Almino Afonso e Luisa Tebaldi na inauguração do CIEP Zanaga. Waldemar Tebaldi segura o microfone para a irmã de Brizola discursar em palanque montado na rua em frente ao CIEP Zanaga. Fonte: acervo da escola.

As denominações dos CIEPs

Em paralelo às discussões sobre período integral, crianças de rua, assistencialismo, orçamento, publicidade, construção e interesses partidários envolvendo as escolas, a

denominação dos CIEPs foram polemizadas e suscitaram discordâncias regionalistas, idealistas, classistas e políticas, mexendo com a cidade. Destes, novamente o CIEP localizado no bairro Zanaga foi o mais criticado, justamente por receber o nome da mãe do governador Leonel de Moura Brizola. Isto é, Oniva de Moura Brizola, acrescido com o título de professora.

*Nenhuma restrição à figura de dona Oniva, que a cidade não conhece, mas que deve ter sido, segundo relato do filho, mãe exemplar, que enfrentou adversidades e pôde criar os filhos com seu trabalho, dedicação e sacrifício como outras milhares de mães. Perguntem porém, os vereadores, a alunos de nossas escolas, a professores, quem foi a homenageada e eles responderão que nunca ouviram falar de seu nome. Nunca leram um livro de sua lavra, nem conheceram qualquer obra sua relacionada com o ensino público. É pena que o prefeito a envolva nesse ato de mera politicagem ... Mais do que à sua genitora, é ao político que se dirige a homenagem, mediante a utilização indevida de um estabelecimento de ensino. A denominação, se aprovada pelos vereadores, não se constituirá apenas em simples injustiça, jogada eleitoreira de quem se encontra, transitoriamente, no poder. Será, mais do que isso, um tributo à vassalagem política.*¹⁴⁵

*E qual a maior homenagem que se pode prestar a qualquer um de nós se não reconhecer os méritos de nossas queridas mães? Não foram elas, por acaso, as nossas primeiras educadoras? Bem ou mal, analfabetas ou intelectuais, ricas ou pobres, são com elas que aprendemos as primeiras lições da vida. Lições de proteção, lições de higiene, lições de carinho, lições de amor e, muitas vezes, também as lições do a-e-i-o-u e do b a ba.*¹⁴⁶

*Nessa conformidade, afastada, por imprópria (no sentido técnico), a bonita, mas inadequada correlação de idéias entre as genitoras de todos nós e os educadores profissionais como paradigma que intenta justificar e aplaudir o preito em questão, estou que denominações do tipo deveriam, de preferência, realçar professores/professoras de carreira, titulares de currículos comprovados na área de educação da cidade de Americana, primeiramente, e, na ausência (o que se menciona "gratia argumentandi" tão somente), no ensino do Estado de São Paulo. Afinal de contas, sob a ótica geográfica, é aqui, em Americana, território do Estado bandeirante, que os CIEPs vem sendo edificadas e, sob o prisma tributário, é com recursos arrecadados também aqui que se viabiliza o cronograma das obras respectivas. Logo, mais do que óbvio e razoável direciona-se a nomenclatura dos estabelecimentos a conspícuas personalidades que, mediante carreira regular, ao longo de dura faina diária, por anos a fio, deram aqui suas energias vitais à sagrada messe da educação e do ensino público americanense e paulista em geral".*¹⁴⁷

Embevecido, extasiado, em manhãs plenas de sol, em tardes de nuvens calmas, em dias multicoloridos, em êxtase, perplexo, sonhador e agradecido, quantas vezes fiquei de joelhos, os pés na amplidão, ao ver-contemplando-e-amando a obra "faraônica", ninho-templo de sonhos, letras, alfarrábios e universos! ...Não me preocupa saber quantos milhões foram

¹⁴⁵ **Censura e politiquice.** Americana. O Liberal, 21 de fevereiro de 199, editorial. p. 1.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Sidney de Souza. **Oniva de Moura Brizola.** Americana. O Liberal, 23 de fevereiro de 1991, Opinião. p.2

¹⁴⁷ PRADO, Antonio Marcos Musitano de Almeida. **Sobre as denominações dos CIEPs.** Americana. O Liberal, 26 de fevereiro de 1991, Opinião. p. 2.

gastos, e se a obra é faraônica, como querem alguns mal-informados, ou de fato, alguns invejosos por que deixaram de fazer coisa melhor, ou nada fizeram em dias que se foram... por mim, lamento apenas, ainda nesta carnal existência, não ter o privilégio de ser mestre-discípulo-professor em escola desse nível. Mas quem sabe em próxima encarnação, Deus ainda me conceda o mérito de ser aluno, a caminho do resgate e do aprendizado, nas salas de aula do CIEP aí do Zanaga. E nem me importa saber quem é o patrono da unidade escolar – orgulho de São Paulo e do Brasil.¹⁴⁸

Em 04 de fevereiro de 1991 foi enviado à Câmara Municipal o projeto de Lei 008/91 que *Denomina os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs que menciona e dá outras providências*, com a seguinte exposição de motivos:

... Tendo em vista que “O presente projeto de lei trata de denominar os CIEPs da Vila Antonio Zanaga e do bairro São Jerônimo, respectivamente, Oniva de Moura Brizola e Anísio Spínola Teixeira. E como é de conhecimento de todos, ultimamente temos vetado todas as iniciativas com esta finalidade, pois entendemos que as denominações de vias, logradouros e prédios públicos devem ser precedidas de um estudo de ambas as partes, Poderes Legislativo e Executivo. Nesse sentido, já estamos tomando as medidas necessárias para adequar a legislação ao nosso propósito que entendemos ser mais justo e mais ponderado.

Não obstante, dois prédios públicos já estão prontos para serem utilizados como unidades de ensino em tempo integral, destinados ao ensino fundamental, que devem entrar em funcionamento com o início do ano letivo. Diante, pois, do fato consumado, não podemos fugir à realidade, postergando as denominações das referidas escolas.

Ressaltamos que os homenageados não são pessoas da cidade, idéia é relacionar o projeto da escola integral com pessoas que o conceberam. É o caso de Anísio Spínola Teixeira, grande educador brasileiro, que sempre defendeu essa tese. No caso de Oniva de Moura Brizola, uma mulher batalhadora que, com simplicidade alfabetizou e criou os próprios filhos e transmitiu, especialmente a um deles, a importância da educação na vida de um povo. E foi assim que Brizola, enquanto homem público, sempre priorizou a educação em todos os cargos que ocupou.

Numa conferência, pronunciada em 16 de junho de 1961, na sede da União Nacional dos Estudantes, Brizola dizia que “a grande revolução a que aspiramos, a qual, no nosso entender, precede a do próprio progresso econômico, é a da educação do povo, uma revolução que liberta o povo do analfabetismo e da ignorância. A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riqueza apenas para alguns privilegiados. É fazer os ricos mais poderosos, e os pobres mais dependentes, é escravizar a criatura humana em vez de libertá-la. Só ela(a educação) prepara o homem para usufruir os benefícios do progresso ou o arma para reclamar conscientemente esses benefícios”.

De fato, Brizola, não ficou apenas na retórica. Durante seu governo no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1962, foram construídas 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novos estabelecimentos de ensino, abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores. E como governador do Rio de Janeiro, Brizola outra vez revolucionou o conceito da educação implantando centenas de escolas em período integral.

¹⁴⁸ FAÉ, Walter. **Escola ano-dois mil**. Americana. O Liberal, 27 de fevereiro de 1991, Opinião. p. 2.

Examinando esse projeto de Lei elaborado pela administração municipal e encaminhado à Câmara percebe-se uma briga política intensa. O projeto tinha prazo de tramitação de 45 dias vencendo em 22/03/01, portanto, bem depois do início das aulas e da festa de inauguração da escola, pois as aulas iniciar-se-iam em fevereiro, mesmo mês em que a escola seria inaugurada.

O CIEP do bairro Zanaga foi inaugurado e, entregue à população com o prefeito de Americana e o governador do Rio de Janeiro descerrando a placa com o nome de CIEP Oniva de Moura Brizola sem mesmo saber se efetivamente seria esta sua denominação oficial. Interessante observar que se tomou o cuidado de não colocar o título de professora nesta placa. Logo após a denominação oficial, o CIEP passaria a se chamar de CIEP Professora Oniva de Moura Brizola. Hoje, o nome gravado na placa inaugural não condiz com o que está escrito na parede frontal da escola.



Fig. 26. Inauguração V. Em primeiro plano: Waldemar Tebaldi (prefeito de Americana), ao seu lado, Leonel de Moura Brizola (governador do Rio de Janeiro). Fonte: acervo da escola.

Este projeto gerou a Lei Municipal nº. 2.501, de 29 de abril de 1991, que denominou os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, portanto, dois meses após o início das atividades escolares nestas unidades de ensino.

Na Câmara Municipal de Americana, as discussões e pareceres contrários ao pedido da administração municipal que enviou o projeto, fomentaram a polêmica e criaram situações inusitadas como se mostrará a seguir.

A Comissão de Justiça e Redação e a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social rejeitaram o Projeto de Lei e recomendaram que, em conjunto, Câmara e Prefeito, elaborassem novo projeto. Eis alguns trechos do parecer da comissão de Educação:

“2.2 – Queremos, agora, deixar registrado, também, a manifestação do Sr. Prefeito Municipal em a Exposição de motivos, com destaque”:

- “... logradouros e prédios públicos devem ser precedidas de um estudo de ambas à parte, Poderes Legislativo e Executivo. Nesse sentido, já está tomando as medidas necessárias para adequar a legislação ao nosso propósito que entendemos mais justo e mais ponderado...” -.

2.3 – A nosso ver, as denominações – de ambos os estabelecimentos - poderiam ser postergadas, pois que não vislumbram nenhum prejuízo à causa do Ensino.

Se o Sr. Prefeito Municipal admite, pública e solenemente, que é preciso adequar a legislação ao nosso propósito, que entendemos mais justo e ponderado; deveria então, primeiro remeter a referida adequação, para após oferecer a denominação. Por que assim não fez, precipitando-se? Naturalmente, ficou temeroso de que ambas denominações não passassem pelo crivo da “nova legislação”! Precipitou-se, colocando a carroça na frente dos burros! Iniciou maciça campanha de inauguração dos CIEPs, remeteu projeto com curto prazo para manifestação da Câmara dos Vereadores, sem lei específica inaugurou os estabelecimentos com denominação de seu agrado, sem ao menos ter o” aprovo “da Câmara, jogando toda a Câmara contra a população, numa demonstração inequívoca de um” verdadeiro ditador “. Mas, felizmente, ainda estamos no” regime democrático “, onde se busca, primeiramente, o cumprimento da Lei, o respeito à liberdade, e atende-se no princípio da força do Direito e não do direito à força!

2.4 –De acordo com a exposição de motivos do sr. Prefeito Municipal, que diz:

...”Ressaltamos que os homenageados não são pessoas da cidade, tendo em vista que a nossa idéia é relacionar o projeto da escola integral com pessoas que o conceberam. É o caso de Anísio Spínola Teixeira, grande educador brasileiro, que sempre defendeu esta tese. No caso de Oniva de Moura Brizola, uma mulher trabalhadora que, com simplicidade alfabetizou e criou os próprios filhos e transmitiu, especialmente a um deles, a importância da educação na vida de um povo”.

Com sutileza, o Sr. Prefeito Municipal procurou de forma inequívoca transformar a inauguração dos CIEPs num fato político, o que seria admissível, porém, o fez de uma forma inadequada, imprópria, demonstrando “propaganda política” de seu correligionário!(Tanto é que ele (prefeito) sairia do PDT se o governador Brizola não for candidato à Presidência da República!!!!)!

Péssimo exemplo político!

2.5 – As escolas municipais de educação infantil, as EMEIs, de Americana, têm suas denominações impessoais, vejamos: Aracati, Araçari, Bacuri... Homenagem aos nossos nativos, índios, com exaltação da fauna, da flora.

2.6 – Por outro lado, se desejar homenagear, de forma pessoal, aqueles que emprestaram sua contribuição, dedicação, esforço à educação, tomamos a liberdade de submeter ao crivo de nossos pares, os seguintes... Prof.José Costa... Profs.Sylvino Chinelatto e Armindo Chinelatto... Prof.Carlos Alberto de Carvalho Pinto... Profs.Izaura Vayego do Carvalho, Hilda Coelho Fischer, Magali Rossetti.

Com base na Lei Municipal 455, de 31/10/61, que *Dispõe sobre proposições que objetivem dar nomes a vias públicas ou conceder títulos de cidadão*¹⁴⁹ a Câmara Municipal avaliou com vários pareceres contrários das comissões instituídas as intenções do chefe do executivo local na denominação dos dois primeiros CIEPs.

Vendo que as discussões na Câmara Municipal estavam exacerbadas e a cidade discutia a questão da denominação do CIEP, a administração municipal patrocinou um abaixo-assinado no bairro Antonio Zanaga. Tal medida visava definir o impasse na Câmara, já que a população do bairro a ser atendido pelo CIEP, através deste meio, manifestava apoio à proposta do Prefeito Municipal, Waldemar Tebaldi, a favor da denominação da escola dada pelo executivo.

O abaixo-assinado anexado ao processo em discussão na Câmara continha 191 assinaturas com respectivo endereço de moradores do bairro e colocou fim à discussão.

Analizando a lista dos nomes que apoiavam a iniciativa do prefeito municipal é possível encontrar um nome conhecido: Rogéria Lopes Jacobucci, que é atualmente assistente de diretor do CIEP Zanaga.

Quando indagada sobre o abaixo-assinado e de como foi o seu processo na época, afirma não se lembrar de muitos detalhes e que, provavelmente, assinou sem questionar por tratar-se de um pedido do prefeito Waldemar Tebaldi. Ela acredita que as outras pessoas fizeram o mesmo, pois, na época, o que o prefeito pedia o povo do bairro acatava.

O projeto foi aprovado em segunda discussão na sessão ordinária realizada em 23 de abril de 1991, por 9 votos favoráveis e 8 contrários, com uma abstenção. Neste projeto foi necessário o voto do presidente da Câmara e este foi decisivo.

Biografias de Oniva de Moura Brizola e de Anísio Spíndola Teixeira foram anexadas ao projeto de lei enviado à Câmara Municipal, as quais, estão expostas a seguir, neste trabalho.

¹⁴⁹ Art. 1. – Poderão ser dadas denominações de vias públicas, praças e recantos infantis, estabelecimentos de ensino ou congêneres, que consubstanciem datas ou fatos históricos do município ou da nacionalidade; nomes de Estados e países; nomes que tendem a preservar aspectos da história ou tradição do município e da nacionalidade; nomes que encerrem estados da alma ou virtudes e ainda, nomes de astros e planetas.



Fig. 27. Waldemar Tebaldi e os vereadores de Americana. Fonte: Americana. O Liberal, 19 de abril de 1991, charge. p. 2.

Biografia de Oniva de Moura Brizola

Oniva de Moura Brizola nasceu em 24/03/1889, e faleceu em 25/06/1968, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul. Oniva foi uma dessas heroínas anônimas que, apesar de todas as adversidades que enfrentou na vida, em momento algum baixou a cabeça ou utilizou-se de seus infortúnios para incutir o ódio contra quem quer se seja. Numa época em que a mulher ainda tinha pouca voz ativa na sociedade, Oniva imprimiu a sua marca de mulher lutadora para sustentar e dar uma boa formação aos filhos.

Para um bom entendimento das condições em que ela se encontrava, recordaremos alguns aspectos históricos da época.

“Quase sempre é difícil traçar a genealogia de família pobre. Mas se sabe que José Brizola possuía remota ascendência italiana, perdida nos idos do Brasil colonial. Seus antepassados provavelmente chegaram a São Paulo por volta de 1750 e se dedicaram ao comércio de muare. Iam busca-los no Rio Grande do Sul, até mesmo no Uruguai, com o objetivo de vendê-los na feira de Piracicaba, para o trabalho nas minas de ouro e nas fazendas de café. Posteriormente, entre 1800 e 1820, alguns se estabeleceram no Rio Grande do Sul, como indicam registros de nascimento da época, e lá se espalharam pelos campos.

José Brizola seguiu a sina de seus antepassados. Homem ativo, além de cultivar a terra, era também tropeiro. Possuía 3 ou 4 carretas, puxadas a boi, e transportava erva-mate e outros produtos, através de árduos caminhos, para regiões distantes. Numa das viagens a Nonoai conheceu Oniva Moura, neta de um português, que exercia o ofício de professor primário. Casaram-se e foram para Cruzinha, onde ele, com as próprias mãos, construiu a casa em que viveriam. Tiveram 5 filhos, 1 mulher e 4 homens: Francisca, Irani, Paraguassu, Frutuoso e Leonel. O casamento, porém, não durou muito tempo. A guerra civil, que irrompeu em 1923, incumbiu-se de separá-los.

Antonio Augusto Borges de Medeiros governava então o Rio Grande do Sul havia mais de 20 anos. Mais exatamente, o Partido Republicano, que ele dirigia como sucessor de Júlio de Castilho, estava no poder desde 1892, completando 31 anos de domínio absoluto do Estado, apesar de minoritário. As cicatrizes de sangrenta guerra civil de 1893-1895, que durou 31 meses e deixou um

saldo de 10.000 mortos, o tempo não fizera desaparecer. Nem poderia fazê-lo, pois o governo de Borges de Medeiros, fundado numa Constituição autocrática de inspiração positivista, mantinha o Rio Grande do Sul inconciliavelmente dividido, não dando à oposição nenhuma perspectiva legal de alternância.

O inconformismo com esta situação adubou os ódios gerados pela ferocidade da matança de 1893-1895, quando o sangue da peonada ensopara toda a campanha do Rio Grande do Sul. E no momento em que Borges de Medeiros se assegurou de mais um mandato para permanecer no Governo do Estado, a Aliança Libertadora, que reclamava a instituição do voto secreto e outras franquias democráticas, resolveu apelar para as armas. O Rio Grande do Sul mais uma vez se seccionou entre chimangos, os partidários de Borges de Medeiros, e maragatos, os revolucionários que envolviam o pescoço em lenço vermelho, os herdeiros das tradições liberais de Silveira Martins.

A guerra civil se alastrou, inicialmente, pelos municípios de Palmeira, Cruz Alta, Erechim e Passo Fundo, no norte do Estado, onde os caudilhos Leonel Rocha e Mena Barreto, ambos veteranos das batalhas de 1893-1895, mobilizaram cerca de 2.000 homens, precariamente armados, para combater as forças do governo, em apoio a Joaquim Francisco de Assis Brasil, líder da Aliança Libertadora. Leonel Rocha, camponês comissionado no posto de general e que mais tarde respaldaria a marcha da Coluna Prestes, comandou a luta armada naquela região e José Brizola, partidário da Aliança Libertadora, uniu-se a seu exército provisório, deixando em casa mulher e os cinco filhos, o último dos quais, ainda sem nome definitivo, com um pouco mais de um ano”.

O conflito só cessou em 23 de setembro de 1923. Assim, José Brizola, juntamente com outros companheiros e vizinhos, retornou a Cruzinha. E a exemplo do que ocorrera em guerras civis anteriores, no Rio Grande, (Guerra dos Farrapos e Guerra Civil 1893/95), “quando os insurretos se desmobilizavam, a repressão sempre atingia os mais pobres, os mais humildes. Era uma questão de classe. E José Brizola era um camponês pobre, humilde, um revolucionário anônimo. Ao chegar em casa, um contingente de soldados do governo, que sitiava o local havia meses, aprisionou-o. Ninguém pode avisá-lo. E ele só teve tempo de pedir a um companheiro, chamado Otávio, também tropeiro e que o ajudava no trabalho, para cuidar de sua família, especialmente do filho mais moço. Os soldados amarraram-lhe as mãos, puseram-no sobre o cavalo e informaram que o conduziriam para o Quartel-General, na localidade de Santa Bárbara, 50 ou 60 Km distante de Cruzinha. Sua esposa, Oniva, procurou segui-lo a pé, acompanhada pelos filhos, o menor nos braços. Depois, na primeira estação, tomou o trem. Viagem inútil. O contingente de soldados chegou ao Quartel-General sem José Brizola. Mataram-no em meio do caminho. Supõe-se que degolado.

Fora um seqüestro, um ato de banditismo político, perpetrado após o acordo de pacificação. Mas Oniva não teve a quem apelar. Sequer adiantaria. No Rio Grande do Sul, como de resto em todo o Brasil, não havia nem representação nem justiça, como Joaquim Francisco de Assis Brasil declarou, ao lançar o manifesto da Aliança Libertadora. E para Oniva, viúva, não restou outro jeito senão resignar-se e tratar da criação dos filhos. Evidentemente, aqueles acontecimentos, o assassinio do pai, misto de mártir e herói, revoluções e batalhas em meio à pobreza, influíram na formação das crianças e alimentariam sua imaginação. O mais novo dos meninos, que ia chamar-se Itagiba de Moura Brizola, ficou com o nome de Leonel, porque um dia, quando ainda não completara dois anos, sua irmã mais velha, Francisca, o encontrou a brandir uma pequena espada de madeira, gritando “eu sou Leonel Rocha”. A lenda deste guerreiro maragato, cujas histórias de bravura em casa tanto ouvira, bem como a do próprio pai, sacrificado porque também participara da luta contra a opressão, comporiam os valores pelos quais o jovem Brizola, consciente ou inconscientemente, orientaria sua vida.

Oniva, entretanto, não estimulou em nenhum dos filhos o desejo de vingança. Pelo contrário. Buscou esquecer a tragédia, à qual tantas outras vicissitudes se somaram. Ela perdeu em juízo a posse das terras e da casa onde morava. Casou-se com um colono vizinho, João Gregório Estery, igualmente viúvo e pobre, com 6 filhos, e continuou a educar as crianças com dificuldades. A própria Oniva, que cursara até o 2. ou 3. ano de escola primária, alfabetizou a todos. Naquela localidade, não existiam professores nem médicos. Havia apenas um curandeiro, que benzia os

doentes e receitava ervas, e um boticário. Nada mais. E a família se mudou para um povoado, São Bento, onde os filhos mais velhos, tanto de Oniva quanto de João Gregório, começavam a trabalhar com madeiras, carregando e descarregando trens e caminhões". (Brizola e o trabalhismo – Moniz Bandeira – Editora Civilização Brasileira S/A – 1979).

Apesar do trágico acontecimento da perda do marido que foi assassinado, numa clara demonstração de perseguição política, essa desgraça que marcou a família dessa professora que não tinha mais do que três anos de escola, não se deixou envolver pelo sentimento de vingança em nenhum momento. Dizia aos filhos que a vingança é própria das pessoas de coração mesquinho, e que tal comportamento só os rebaixaria à condição também e bandidos.

Do seu casamento com João Gregório Estery, nasceram mais dois filhos, somando-se aos cinco de seu primeiro casamento e seis do primeiro casamento de Estery.

Oniva, a partir de então não se limitou a ser uma simples dona-de-casa. Com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob o qual se reuniram boa parte dos ideais maragatos, e que Brizola ajudou a organizar em todo o Estado do Rio Grande, ela tornou-se uma militante ativa no município de Carazinho e região.

Ela sempre foi muito estudiosa e gostava de ensinar. Com o crescimento dos filhos, Oniva pode se dedicar com mais frequência à leitura.

Em razão de suas atividades, Oniva teve sua casa invadida quando do golpe de 64, sendo mais uma vez submetida a humilhações. O seu filho Leonel Brizola teve que se exilar no Uruguai, pois segundo informações ele seria morto se caísse nas mãos dos golpistas.

Relembrando um fato pitoresco, sua irmã Francisca diz que quando Brizola elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, o mandante do assassinato de seu pai, de cujo nome não se lembra completamente – possivelmente seja Vítor Demunsel – mudou-se para o meio do mato com receio que ele, Brizola, promovesse algum tipo de perseguição. Mas nada disso aconteceu. Brizola, lembrando-se dos ensinamentos de sua mãe, jamais pensou em fazer qualquer tipo de retaliação.

Analizando a trajetória política de Brizola, podemos afirmar com certeza que ele herdou a firmeza e a obstinação dos pais de trabalhar e lutar para vencer na vida, especialmente da mãe, pois não chegou a conhecer o próprio pai. Dele ficou apenas a imagem do homem que lutou por suas idéias, e que deu a própria vida para o estabelecimento da democracia em sua terra natal – o Rio Grande do Sul.

Biografia de Anísio Spíndola Teixeira

Anísio Spíndola Teixeira nasceu em Caitité, na Bahia, a 12 de julho de 1900, e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de março de 1971. E na sua própria terra natal iniciou seus estudos, seguindo depois para a cidade de Salvador para cursar o colégio, sempre em escolas jesuítas. Em 1922, formou-se em Direito, já no Rio de Janeiro.

A partir de 1925, foi convidado a dirigir o Departamento de Educação do Estado da Bahia, a convite do então governador, iniciando aí uma carreira brilhante como educador e que influenciou muitas gerações no Brasil. Após cursos de especialização em Educação nos Estados Unidos, ocupou vários cargos públicos na área da educação: foi funcionário do Ministério Federal, Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal e finalmente secretário Municipal de Educação da capital, quando criou um verdadeiro sistema de educação, da escola primária à universidade, sendo que esta recebeu o nome da Universidade do Distrito Federal..

Depois de um certo tempo afastado das atividades públicas (1936-1945), retomou-as em 1946, quando exerceu as funções de conselheiro de ensino superior da UNESCO (órgão da ONU voltado para a educação). De 1947 a 1951 assumiu a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. E, ainda em 1951 assumiu o cargo de Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior e foi diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de 1952 a 1964. Em 1962 integra o Conselho Federal de Educação.

Anísio Teixeira foi ainda um dos fundadores da Universidade de Brasília, juntamente com Darcy Ribeiro. A esse respeito, Darcy afirma que “o que se fez em Brasília representou um passo adiante nas idéias que Anísio formulou originalmente... Idéias fecundas como poucas. Idéias seminais. Delas nasceram a primeira Faculdade de Filosofia e a primeira estrutura universitária integrada – precária ainda – que tivemos, que foi a Universidade de Brasília, nossa UnB”. (sobre o óbvio – Darcy Ribeiro – p.229 –Editora Guanabara).

No referido livro Sobre o Óbvio, Darcy Ribeiro traça um perfil do homem e do educador brasileiro, numa carta dirigida a um amigo, intitulado Mestre Anísio. Na época em que Carlos Lacerda era governador do Estado da Guanabara, início dos anos 60, este dizia que “quem nasce em barraco de favela pode muito bem estudar em barraco. Era a educação do barraco. Para Anísio nada havia de mais grave, porque se negava ao brasileiro comum o único serviço público que a democracia burguesa é capaz de universalizar realmente, que é uma boa escola primária pública, igualitária universal, comum. A escolha, aliás, que todos recomendam como melhor”. E fazendo uma comparação, Darcy lembra-se da escola primária em que estudou na cidade de Montes Claros – MG: “Um grande prédio, o melhor da cidade, com carteiras inglesas de ferro fundido e boa madeira, atendida por boas professoras todas formadas. Ali, os meninos pobres e os ricos se sentavam juntos para terem aulas”.

Outra idéia pela qual Anísio Teixeira se batia, era a escola em período integral. “Seu objetivo era dar às famílias pobres, que não podem orientar a educação de seus filhos, aquela atenção adicional indispensável para que eles tenham condições reais de progredir nos estudos. Aquilo a que Anísio mais se opunha era manter escola organizada de forma tal que só pode fazer as quatro primeiras séries primárias em quatro anos a criança que tem alguém que estude com ela duas ou três horas em casa, porque vem de uma família de cujos membros já tem o curso primário. O que ele buscava era o oposto, para dar à criança cuja família não tivesse nenhuma experiência escolar – como ocorre com a imensa maioria delas – a necessária superatenção numa escola de seis a oito horas diárias, a fim de que ela faça em quatro anos – um pouco mais, se necessário – o seu curso primário”.

Darcy lembra ainda que como Ministro da Educação ao tempo de João Goulart, ele e Anísio elaboraram o primeiro Plano Nacional de Educação, “ou o primeiro orçamento federal que destinava 12% dos recursos à educação”.

Ressaltando a importância que Anísio dava à educação básica, Darcy diz que o memorável, enquanto Ministro, “é o que fiz como discípulo de Anísio”: milhões de livros destinados à educação primária foram distribuídos por todo o Brasil. Como educador, Anísio sempre priorizou os livros destinados à educação elementar, deixando para segundo plano, livros que serviriam apenas a algumas pessoas.

A Lei que denominou os CIEPs em 1991 sofreu alteração neste mesmo ano como havia prometido o Prefeito Municipal ao enviar o projeto de denominação dos CIEPs. Outras alterações também foram realizadas nos anos de 1998 e 2000 (duas vezes) e encontram-se anexadas a este trabalho. Esta Lei sofreu nova alteração no de 2000 no seu artigo 1. inciso VI, que ficou da seguinte forma: VI – *nomes de cidadãos que se destacarem nas mais diversas comunidades*. Esta alteração foi de autoria do Poder Legislativo.

No ano de 1991 foi apresentado a Câmara Municipal, através do vereador João Batista Barbosa, projeto revogando o artigo 1º da Lei que deu o nome de Oniva de Moura Brizola ao CIEP do bairro Antonio Zanaga. Juntando atestado de óbito, o vereador demonstra que a

homenageada nasceu Oniva de Moura e morreu Oniva de Moura Estery. O projeto apresentado pelo vereador não teve prosseguimento.

Mais uma vez fomos ludibriados pelo sr Prefeito, que para satisfazer o cacique de seu partido, numa atitude que já à época denunciámos como politqueira, faltou outra vez com a verdade e outra vez não reservou a esta Casa o respeito que ela merece... É hora de consertar o erro. Chega de brincadeira. Estão registrados na Casa vários casos que comprovam o desrespeito do prefeito para com o Legislativo... não podemos mais permitir isso, sob pena de vermos nosso trabalho cair no ridículo ante a opinião pública.¹⁵⁰

Durante os 11 anos de atividades desta escola, por duas vezes o assunto de denominação do CIEP Zanaga voltou à pauta nas discussões e, no último, com parecer da Câmara de Vereadores para que a escola se manifestasse a respeito. No que a escola respondeu *não ser de sua competência tal designação e sim aos nobres vereadores da Casa*. Na realidade, o requerimento enviado ao CIEP foi respondido pelo seu diretor, na época Perci Moreira, filiado ao PDT e amigo pessoal do Secretário de Educação Herb Carlini, sem ser apresentado aos professores da escola. Até hoje, praticamente todos os professores e funcionários, inclusive os que iniciaram o CIEP, desconhecem este fato. A estratégia deste diretor consistia em abafar um assunto tão polêmico e delicado para a administração municipal. Por outro lado, sendo alvo constante de controvérsias, o CIEP sempre precisou provar que sua educação era positiva para a sociedade, e isso, possivelmente tenha influenciado também, a postura adotada pelo professor Perci Moreira.

Há de se esclarecer que, para os educadores desta unidade escolar, o nome nunca foi tratado como na época em que se manifestavam louvores ao patrono da instituição elegendo-se um dia (morte ou nascimento) para reverenciar sua memória. Sem contar que a sigla CIEP, desde quando estas escolas foram implantadas no Rio de Janeiro, foi prontamente aceita pela população devido a sua simplicidade e facilidade de identificação.

O mesmo ocorreu com os CIEPs de Americana e juntou-se o nome do bairro para defini-los, ficando comum a sua identificação da seguinte forma: CIEP Zanaga, CIEP São Jerônimo, CIEP São Vito, CIEP Cidade Jardim. Fato que não ocorreu com as escolas de período parcial (EMEFs), inauguradas mais tarde.

¹⁵⁰ **Projeto revoga nome de Oniva Brizola no CIEP.** Americana. O Liberal, 7 de setembro de 1991. p. 7.

Talvez, compensatoriamente, a adoção e fortalecimento de outro nome pelos educadores (CIEP Zanaga), desde o início de seu funcionamento em 1991, tenha sido a maneira encontrada para não aceitarem o nome imposto pela administração municipal. Os primeiros professores, entre eles, eu me incluo, o adotaram porque não aceitavam a idéia de ser a mãe de Brizola a patrona da escola, principalmente por não ter nenhuma história ligada à educação e nem sequer ser professora. Por várias vezes foi chamada minha atenção, por membros da secretaria de Educação, para que usasse a denominação oficial do CIEP em conversas, reuniões e documentos, embora perceba-se, em todos os CIEPs, como está arraigada a sigla ao nome do bairro onde se localiza. Confesso que ainda tenho certa dificuldade em realizar esta tarefa.

Com o passar do tempo o nome CIEP Zanaga consolidou-se entre os profissionais da educação e na comunidade. Atualmente, dentro da unidade escolar há o respeito à figura da Sra. Oniva de Moura Brizola, mas, como explicitado acima, sem a ênfase das homenagens de patrono – que não existe em nenhum CIEP de Americana.

Difícil precisar quantas vezes pais de alunos novos na unidade escolar, no início do ano letivo, ao mandar bilhetes para a escola chamaram as professoras de Sra. Oniva.

Sra. Oniva
O meu filho faltou hoje porque está gripado.

Sra. Oniva
Irei buscar meu filho hoje às 10 horas porque ele vai ao dentista.

Recentemente (última eleição), quando a escola passou a compor mais uma zona eleitoral do município e a sua divulgação foi através do nome oficial, percebeu-se a real dimensão do nome CIEP Zanaga. Várias pessoas, nesta ocasião, telefonaram para a escola no intuito de confirmar o nome Oniva de Moura Brizola como sendo o do CIEP Zanaga. Pelas ruas, perguntavam aos funcionários do CIEP, que moravam no bairro, onde era essa nova zona eleitoral. Poucos conheciam a escola pela denominação oficial.

Passadas as eleições, foi colocado o nome oficial da escola em uma parede voltada para a rua a pedido da direção deste estabelecimento de ensino. Há de se observar que a administração municipal nunca se preocupou com este detalhe e os outros CIEPs da cidade ainda não possuem esta identificação voltada para os transeuntes.

A escola, principalmente com a criação dos grupos escolares (Estado de São Paulo) na Primeira República Brasileira, passou a ostentar representações políticas e sociais: *Uma*

apologia ao Estado republicano e à cultura urbana. Uma dessas representações foi instituir-se denominações de escolas através de patronos. Esta denominação revela um tributo à memória de importantes autoridades políticas.

É através da lembrança de representantes iminentes da República que ela se torna imortalizada na memória coletiva do povo. Estes patronos escolares, na maioria das vezes, eram financiadores da escola: construção, reformas, materiais. O Estado também se utilizou da estratégia de captar recursos para construção de escolas e em troca da doação financeira oferecer uma homenagem ¹⁵¹. Através dos anos, este hábito manteve-se, mas hoje, talvez, não mais com a conotação de que a escola foi conseguida através de um “honorable cidadão” e sim em decorrência de uma política social. Em Americana, já havia esta questão em debate desde a criação das escolas de educação infantil (EMEI) e creches que foram designados com nomes indígenas.



Fig. 28. Denominação do CIEP Zanaga. Americana. O Liberal de 27 de fevereiro de 1991, charge. p 2.

No CIEP Zanaga está se formando uma lenda em torno da figura da Sra. Oniva de Moura Brizola. Por vários anos funcionários, e professores brincaram muito com a sua figura: era comum falar do seu cabelo, do nariz, do seu filho, enfim, rejeita-la dentro da escola. Coincidentemente, todas as vezes que essa situação era vivenciada dentro do CIEP acontecia algo desagradável na escola – um acidente, uma reclamação, um problema a ser resolvido.

¹⁵¹ Rosa Fátima de SOUZ A. **Templos de civilização – A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. SP: Editora da Unesp, 1998. 302 p.

Hoje, é possível perceber que esta situação está se fortalecendo, e muitos professores e funcionários antigos evitam brincadeiras com o seu nome e policiam os outros para não o fazerem, com medo de alguma represália de sua parte.

Souza ¹⁵² atribui como símbolos de nossa escola pública o retrato do patrono (*o retrato ratifica a história social e política do Estado e da localidade e constrói uma memória que articula a história social com a história da instituição*), a bandeira, o escudo, o hino, o relógio, o sino, o quadro de horários e o quadro de honra, símbolos estes que eram encontrados em todas as escolas. Estes símbolos do regime republicano, ou mesmo os símbolos morais e sociais perpetuados pelos anos na rede pública, hoje com menor força, mas ainda existentes, revelam todo o poder e a história de gerações de alunos.

Os CIEPs de Americana combatiam todos estes símbolos porque, na visão crítica de sua proposta pedagógica, eles representavam uma escola tradicionalmente excludente e eram usados como opressores dos alunos. Como os CIEPs apresentavam uma proposta inversa, a de incluir as crianças, combater a evasão e repetência, fazer da escola um local prazeroso do saber e motivar os alunos, estes ou quaisquer outros símbolos que lembrassem a “velha escola” foram excluídos do dia-a-dia dos CIEPs. Mas acredito que só tenham sido substituídos.

Tirou-se a bandeira da sala do diretor ou do hall de entrada da escola, mas colocou-se uma placa de inauguração da escola; o escudo da República não mais existe, mas a marca CIEP está pintada em todas as caixas d’água das unidades; a escola não possui hino, mas grito de guerra; o relógio existe, claro; o sino virou sinal elétrico; o quadro de horários está estampado em cada caderno e o quadro de honra foi substituído pelas apresentações dos alunos nas comemorações em que os pais estão presentes e nas reportagens de jornal/TV.

O nome das unidades escolares – CIEP, principalmente no Rio de Janeiro, tornou-se muito conhecido negativamente e marcou, de forma cruel, todas as escolas deste sistema educacional. Quando foram implantadas em Americana já tinham este estigma e a polêmica levantada pela denominação do CIEP do bairro Antonio Zanaga fortaleceu ainda mais a imagem negativa destas escolas. Embora, quando os professores optaram por fortalecer o nome CIEP em detrimento do patrono da escola, nas escolas implantadas em Americana, não tinham a noção exata do estigma deste nome, pois, se o tivessem talvez a ênfase fosse

¹⁵² SOUZA, Rosa Fátima, op.cit.

em outra direção. Eu, pessoalmente, não sou a favor de reverenciar pessoas falecidas colocando seus nomes em escolas. Prefiro criar um nome forte e simbólico que transmita consistência e intensidade. Embora a sigla CIEP tenha se tornado um nome forte e conhecido, o foi de forma depreciativa e caricata

Em 1992, dois novos CIEPs foram inaugurados e receberam os nomes de professores com atuação relevante na cidade. O CIEP do bairro São Vito denomina-se Professora Philomena Magaly Makluf Rossetti¹⁵³ e o do bairro da Cidade Jardim, Professor Octávio César Borghi¹⁵⁴. Não houve problemas ou polêmicas quanto a estes nomes.



Fig. 29. Sra. Oniva de Moura Brizola. Patrona do CIEP do bairro Antonio Zanaga e mãe de Leonel Brizola. Fonte: acervo da escola.

¹⁵³ Diretora do Departamento de Educação do Município, professora de História da rede Estadual e responsável pela implantação do CEESA (Centro Estadual de Ensino Supletivo de Americana).

¹⁵³ Professor, diretor de escola, supervisor de ensino na Delegacia de Americana e Diretor Regional de Ensino em Campinas.

Em recente visita ao Rio de Janeiro no mês de maio de 2002 e, mais especificamente, à Fundar - Fundação Darcy Ribeiro, houve a afirmação da existência de um CIEP com o nome de Neuza Brizola (esposa de Leonel).

Na ocasião da visita, estava curiosa quanto às denominações dos CIEPs do Rio de Janeiro e qual o critério adotado para denominá-los.

*Existe uma legislação no Rio que fala que podemos dar nomes para as escolas de pessoas já falecidas e de notoriedade na sociedade que pode ser nos meios artísticos, sociais, políticos. Logicamente por termos aspirações de esquerda os nomes escolhidos foram desta linha. Temos, por exemplo, CIEPs que se chamam Che Guevara, Agostinho Neto, Nação Rubro Negra, Nação Mangueirense, Tancredo Neves... só não temos de Fidel Castro porque ele está vivo....*¹⁵⁵

Interessante que, ao chegar na Fundação Darcy Ribeiro e me apresentar, mencionei o nome do CIEP Oniva de Moura Brizola. Laurinda e uma colaboradora da Fundação se entreolharam. A colaboradora perguntou baixinho, quase sussurrando, com medo de minha reação: *O CIEP da mãe de Brizola...* - a outra acrescentou, *É... Aquele maior de todos.*

A eficiência dos CIEPs medida pela administração municipal

Crescia e ampliava-se a proposta de atendimento à criança em tempo integral, fortalecida pela política educacional adotada pelo poder municipal. Estatísticas favoráveis do CIEP Zanaga e do São Jerônimo ao final do primeiro ano letivo, demonstrando a diminuição da evasão e da reprovação, reforçaram a validade desta nova proposta.

Ao término do primeiro ano (1991), os dois CIEPs apresentaram índices inexpressivos de reprovação, segundo Herb Carlini, Diretor do departamento de educação do município.

Apenas 8% dos 980 alunos matriculados não conseguiram aprovação. Nas 30 escolas da rede estadual de ensino, no entanto, aproximadamente 20% dos 34 mil alunos matriculados deixaram os estudos ou foram reprovados no ano passado. Estes números confirmados pelo delegado de Ensino do Município, Luis Hipólito, podem intimidar os

¹⁵⁵ Laurinda Barbosa

opositores de Tebaldi, que no início de 91 viam os CIEPs exclusivamente como 'outdoors eleitorais', e questionavam sua eficiência pedagógica.¹⁵⁶

Os índices de aprovação, retenção, evasão e crescimento da rede municipal foram e são os parâmetros oficiais da Prefeitura para enquadrar os CIEPs e suas EMEFs¹⁵⁷ como escolas de qualidade. Conseqüentemente, colocam como padrão de excelência a opção do atendimento em tempo integral aos filhos de trabalhadores da cidade, baseado nas linhas de assistência alimentar, material e uniforme escolar gratuito, criança 8 horas na escola (bem cuidada) e atendimentos diferenciados (psicólogo, fonoaudiólogo, odontológico).

Entre as vantagens, posso citar, além da aprendizagem, o acompanhamento e o auxílio dos professores na hora de fazer as tarefas; a socialização através da convivência com outras crianças o dia todo; os cuidados com a saúde e a higiene pessoal; a assistência dentária; e a alimentação equilibrada proporcionada por um cardápio balanceado, além de apoio periódico de psicólogo educacional, médico e assistente social¹⁵⁸.

Todas estas idéias de assistência à criança estavam condizentes com a realidade social da época, inclusive no plano mundial, como atesta relatório da *Unicef* sobre a Situação Mundial da Infância, elaborado por James Grant ¹⁵⁹em 1992:

O Fundo das Nações Unidas para a Infância fez um apelo veemente em favor de um compromisso internacional para eliminar a desnutrição, as doenças e o analfabetismo no mundo pobre...Um bilhão de pessoas ainda vivem sem alimentação adequada, água limpa, cuidados básicos de saúde e educação primária... Durante quase um século, as guerras e a divisão ideológica desviaram a atenção e os recursos.. E é chegado o momento do mundo reassumir o compromisso de atender às necessidades básicas da humanidade, e construir uma nova ordem mundial que reflita os anseios mais promissores da humanidade, e não seus piores temores... As parcelas da humanidade mais vergonhosamente prejudicadas pela

¹⁵⁶ VERZIGNASSE, Rogério. **CIEPs ampliam em Americana educação em período integral**. Campinas. Correio Popular, 17 de março de 1992, Geral. p. 13.

¹⁵⁷ EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental. Americana, a partir de 1998, progressivamente vem oferecendo à população escolas em período parcial no intuito de universalizar o ensino, democratizando o seu atendimento em duas modalidades: período integral e período parcial. Neste caso, a administração municipal, por estar oferecendo aos “cidadãos” americanenses a opção de período, acredita ter minimizado a rejeição aos CIEPs, já que os pais matriculariam seus filhos em escolas de tempo integral por opção e não pela falta dela.

¹⁵⁸ Herb Carlini. Americana. Informativo Anual da Prefeitura Municipal de Americana, abril de 1992. p.8. Nos dois primeiros anos de CIEPs, 1991 e 1992 havia plantão duas vezes por semana nas escolas de médico e assistente social para alunos e seus responsáveis. Os psicólogos surgiram em 92 também como plantão duas vezes por semana até passarem a ter um fixo por escola. Retornaram à Secretaria de Saúde em virtude da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional.

¹⁵⁹ Diretor Executivo da Unicef. O relatório citado foi distribuído pelo escritório central do órgão localizado em Brasília e publicado parcialmente pelo O Liberal de 05 de janeiro de 1992 do Município de Americana. Possui 89 páginas e traz estatísticas sobre mortes infantis, subnutrição, falta de educação, higiene, doenças, nascimentos, transição política e econômica que o mundo está atravessando.

*presente ordem mundial são as 250 mil crianças que morrem a cada semana, e os outros milhões que sobrevivem desnutridas e quase sempre doentes.*¹⁶⁰

Neste mesmo relatório alega que cerca de 40% dos gastos governamentais no mundo em desenvolvimento eram na época, destinados ao setor militar e ao serviço da dívida. Estes países gastavam 38% com o setor militar e dívidas, 23% com saúde e educação.

As Américas Sul e Central gastavam, respectivamente, 21% e 16%; o Leste e Sudoeste da Ásia, 33% e 25%; a Ásia Meridional, 38% e 23%; os Países africanos e do sul do Saara, 39% e 18%.

A crença em uma educação redentora

*A educação é uma causa que independe da economia. Ela pode estar em crise, mas a educação tem que vir sempre em primeiro lugar. Não vejo nenhum futuro para o Brasil se não houver uma revolução educacional. É num CIEP que as crianças permanecem durante o dia e se alimentam. Estamos tirando as crianças das ruas, vítimas inocentes no meio dessa violência”. Discursou o recém eleito governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola no dia da inauguração do CIEP do bairro Zanaga.*¹⁶¹

Existe uma crença generalizada na ascensão social, via escola, pois os pais trabalhadores vêm nas profissões de destaque na sociedade, exercidas por quem estuda, a grande meta a ser alcançada.¹⁶² Brizola é uma dessas pessoas que depositam na Educação, principalmente da criança pobre, as esperanças de igualdade e justiça social.

Uma fala de José Carlos Sussekind:¹⁶³

Os CIEPs escolas enormes, grandiosas... no meio da favela... para mostrar para as crianças que as coisas estavam mudando. Antes se construía escolas pequenas, baratas e feias para os pobres O Darcy contava sempre que na sua infância sempre parava em frente a uma escola inglesa em que não podia entrar. Olhava-a do portão. Escola enorme, bonita. Havia três coisas que ele lembrava: um bloco de aulas, um de esportes e a biblioteca.(grifo meu) Darcy construiu os Cieps para as crianças pobres com estas mesmas características.

¹⁶⁰ **Unicef lança relatório sobre a Situação Mundial da Infância.** Americana. O Liberal, 05 de janeiro de 1992. p. 5.

¹⁶¹ **CIEPs são inaugurados com festa política.** Americana. O Liberal, 26 de fevereiro de 1991. p.3

¹⁶² As minhas experiências com famílias pobres reforçam este pensamento, pois através de suas falas, percebo que as pessoas que lutam para sair da miséria procuram primeiramente estudar seus filhos.

¹⁶³ Engenheiro e amigo de Oscar Niemeyer em entrevista ao programa Conexão da TV Cultura de São Paulo, transmitido em 16/02/03.

Em encontro já citado com o governador, em meados de 2000, em seu apartamento que fica na Avenida Atlântica em Copacabana, Brizola apresentou-se muito gentil e de voz firme, falou sobre vários assuntos relacionados ao Rio de Janeiro, mas a resposta à pergunta central feita, ficou um pouco no ar: *Por que resolveram criar os CIEP*, um assunto delicado e que, aparentemente não gosta muito de comentar. Mas respondeu:

Desde a época dos escravos, os negros fugidos das fazendas procuravam o morro para se tornarem livres. Depois com a sua libertação era o único local que encontraram abrigo já que a área central estava ocupada pela elite carioca. Com o passar do tempo havia superlotação dos morros, crianças nas ruas, sem escolas, sem trabalho. Precisavam de educação igual para todos que lhe dessem cidadania e condições de igualdade. Conversamos eu e o Darcy e ele fez o plano educacional destas escolas.

Neste momento, mostrou uma maquete de um CIEP que tem em sua sala (é um dos maiores que conheço: 2 pavimentos de andares, quadras cobertas e área verde). Demonstrava orgulho neste momento e falou da economia deste projeto. Como engenheiro que é, conhece o assunto e disse que eram pré-moldados que se encaixavam rapidamente, sem muita mão-de-obra. *Se fôssemos construir escolas convencionais gastaríamos o dobro de tempo e dinheiro do que foi gasto.*

O governador não autorizou a sua filmagem ou gravação, mas permitiu que as pessoas presentes participassem da conversa. São elas: Herb Carlini, secretário da Educação e Cultura; Telma M. Mesgrawis, diretora do ensino fundamental; Olga B. Tardelli, diretora do CIEP Cidade Jardim; todos do município de Americana.

À despedida disse *Tenho muito carinho pelo prefeito de vocês, uma baita de uma pessoa...fiquei muito feliz com a homenagem que me prestou ao colocar o nome de minha mãe em um CIEP de sua cidade.*

A resistência aos CIEPs

Os CIEPs, antes mesmo de seu funcionamento, foram envoltos, como no Rio de Janeiro, por muita polêmica. Vários segmentos da sociedade discutiram sua implantação e posicionaram-se mediante os seus conhecimentos e interesses.

No campo político, as principais polêmicas, já discutidas neste texto, foram a localização destas escolas, os gastos excessivos com os prédios, o projeto de educação integral e a propaganda volumosa da administração municipal.

Já a população, observada nas reportagens e discussões da época, aceitava os CIEPs e até acreditava serem os mesmos boas escolas para a cidade, embora não soubessem, na realidade, como seria esse projeto. Parte das autoridades locais também julgava que este projeto resolveria muitos problemas da cidade e reforçaria a área educacional do município, que admitiam ser bem desenvolvida.

Na área da educação, apesar de não se mostrarem resistentes ou atacar agressivamente a idéia e o projeto dos CIEPs para a cidade, as autoridades educacionais e os professores do município de Americana, principalmente da rede estadual de ensino observavam com desconfiança este empreendimento da administração municipal.

O que ficou duvidoso e foi cansativamente noticiado pelo jornal, refere-se à localização dos CIEPs que, segundo muito se comentou na cidade, visava atender as comunidades sim, mas, apesar de toda discussão em torno da falta de vagas em algumas regiões do município, o fator político foi determinante para priorizar localizações e urgências no atendimento dos pedidos.

Em Americana como no Rio de Janeiro, antes da construção dos CIEPs e até a consolidação de sua proposta pedagógica, a oposição aos CIEPs deu-se muito mais na esfera política do que educacional. Uma política partidária e de interesses de ambas as partes. Tanto do governo municipal de Waldemar Tebaldi (PDT) que na época, procurou fazer dos CIEPs de Americana, o mesmo que estava sendo feito com os do Rio de Janeiro: outdoors do partido e promoção pessoal de seus dirigentes políticos. Como dos partidos opositores da administração municipal, principalmente o PT (nas próximas eleições seriam coligados), que ao desacreditar o projeto estaria enfraquecendo o PDT, e conseqüentemente o chefe do executivo local.

O conhecimento das questões sociais que compuseram a época que originaram a iniciativa de implantação dos CIEPs e as ideológicas – imaginárias, sentimentais ou políticas – ajudam a compreender e talvez até aceitar, nos dias de hoje, a forma como foram criadas estas escolas em tempo integral. Segundo Foucault, *toda razão só é razão quando a reconhecemos como razão; mas reconhecê-la como razão já implica uma orientação do*

*nosso do modo de ver, exigida justamente para reconhecê-la como tal.*¹⁶⁴ Os CIEPs nasceram da gana política de pessoas vocacionadas – Leonel Brizola (político), Darcy Ribeiro (político/acadêmico), Oscar Niemayer (arquiteto), Waldemar Tebaldi (político) e tantos anônimos educadores que foram na realidade os implantadores destas escolas. Todas estas pessoas públicas – algumas mais conhecidas que outras – formaram um ideário e por ele “brigaram” para que se visse concretizado. Talvez até com interesses pessoais diferenciados, mas certamente são pessoas marcadas pela notoriedade e, nestes casos, passíveis de oposição.

Waldemar Tebaldi – prefeito de Americana

Waldemar Tebaldi, com certeza, é uma dessas figuras emblemáticas que são lembradas nos lugares onde passam. Infância pobre em uma cidade do interior de São Paulo, trabalhou para pagar os estudos e, já formado médico, em seu consultório, muitas vezes atendia seus pacientes sem cobrar.

Participou intensamente dos acontecimentos sociais da cidade e do país, mas a ditadura o marcou profundamente. Quando preso, torturado e humilhado, jurou que lutaria para que isso nunca mais retornasse ao país, como expressou em seu livro, escrito em 1984.¹⁶⁵

Populista amado pelos menos favorecidos tem como plataforma política o tripé: saúde, educação e habitação, divulgadas sistematicamente em suas campanhas.

Elegeu-se vereador em duas legislaturas na cidade, foi um dos fundadores do PMDB local e prefeito por quatro vezes em Americana (1977-1983, 1989-1992, 1997-2000, 2001-2003).¹⁶⁶

Personagem complexa, amado por uns, detestado por outros, misto de poeta e escritor¹⁶⁷, “briguento”, intransigente e autoritário¹⁶⁸ como muito se comenta na cidade, colocou Americana em patamares respeitáveis nas áreas que elegeu como prioridade.

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa: Portugalíia Editora/ Livraria Martins Fonte, 1966. 502 p.

¹⁶⁵ TEBALDI, Waldemar. **Entre a cela e o Céu: confissões de um médico na prisão**. Americana, SP: Burity, 1984, 123 p.

¹⁶⁶ O vice – prefeito de Americana, Erich Hetzl Júnior, assumiu o cargo de prefeito em 2003 e deverá terminar o mandato em 2004. O prefeito Waldemar Tebaldi afastou-se por motivo de saúde.

¹⁶⁷ TEBALDI, Waldemar. **“Meus Sonhos em Prosa e Verso”**. Americana, SP: Edições Burity, 1980. 140 p.

TEBALDI, Waldemar. **Uma outra história**. Americana. SP: Edição do autor, 1992. 120 p.

No início de 2003, Tebaldi protagonizou uma nova crise política em seu governo, fortalecida por constantes boatos e reportagens de que a sua idade avançada o estava impedindo de administrar a cidade. Jornais noticiavam que ele não mais dava expediente na prefeitura e que tinha lapsos de memória. Nestes momentos não conhecia o próprio filho, secretários e assessores.

Em fevereiro de 2003, a Câmara Municipal de Americana acatou pedido de um vereador da casa – Orestes Camargo, para que fosse apresentado laudo médico do estado de saúde do prefeito Waldemar Tebaldi e aguardava, no prazo legal de 15 dias, o acatamento desta solicitação.

Não esgotado este tempo, sem muito alarde, a cidade de Americana viu ser empossado o vice-prefeito Erich Hetzl Júnior, funcionário de carreira da prefeitura, com participação em cargos administrativos em todos os governos de Tebaldi.

Erich filiou-se ao PDT local para compor, junto com Waldemar Tebaldi, a chapa que disputou e venceu a eleição municipal do ano de 2000. Comenta-se que a escolha surgiu após consenso e escolha de Tebaldi, pois havia disputa acirrada entre dois secretários municipais para este propósito - Gelson Ginetti, Obras e Herb Carlini, Educação.

Com certeza, os CIEPs melhoraram a imagem do prefeito, principalmente os dois primeiros, devido à forte propaganda e contexto social-político que os envolveram.

Pode-se afirmar com convicção que o prefeito Waldemar Tebaldi será lembrado como o político que trouxe os CIEPs para Americana e, conseqüentemente para o Estado de São Paulo.

Pesquisa feita pelo jornal O Liberal apontou que 83% dos pesquisados consideravam os CIEPs uma ótima iniciativa e apoiavam as idéias do prefeito. *Fatalmente esta obra será o ponto referencial da administração Tebaldi*, previa o jornal, na época.¹⁶⁹

¹⁶⁸ O Jornal O Liberal divulgou vários acontecimentos em todas as suas administrações. Inclusive por várias vezes sofreu processo de cassação que sempre foi arquivado pela Câmara Municipal. Na administração 1997-2000 um processo chegou ao Supremo Tribunal Federal que se aceito impugnaria sua candidatura a uma possível reeleição. Também não vingou e elegeu-se para a atual administração.

CAPÍTULO III

A construção de uma identidade: as idéias, as imagens do CIEP em Americana

Representantes de órgãos e entidades envolvidas no atendimento de menores, que vivem em situação de risco, estiveram reunidos na manhã de ontem, na sede do Centro Sol, em Americana, para discutir medidas visando à integração dos Conselhos Tutelares e de Direito da criança, de Americana e Santa Bárbara D'Oeste... Conduzida pelo promotor da Infância e da Juventude, Rodrigo Augusto de Oliveira, a reunião apontou para alguns caminhos que podem pelo menos melhorar a situação dos menores que pedem esmolas pelas ruas da cidade e na Zona Leste. Uma das providências urgentes está relacionada ao horário de funcionamento dos quatro CIEPs e do CAIC de Americana (grifo meu) Essas escolas precisam oferecer período integral até o final do ensino médio. São justamente os jovens de 13 e 14 anos que estão na fase mais crítica por fazer da mendicância um meio de vida', argumentou o promotor... 'Nas escolas estaduais e nos CIEPs nunca há vagas para os menores que tentamos encaminhar. Em seis anos de funcionamento do Centro Sol não conseguimos introduzir um menor sequer no ambiente escolar', lamentou Priscila Bufarah da Costa, assistente social do Centro Sol... Os participantes saíram da reunião com a certeza de que os programas sociais em andamento nas duas cidades não estão atingindo as expectativas, na medida em que não tem reduzido a mendicância de crianças e adolescentes.¹⁷⁰

Uma escola que não seja escola. Imagem tradicional de escola.

Dois motivos é que me deram vontade de estudar.

O primeiro deles – as calças. Desde que me entendi, tive a preocupação de ser homem e nunca pude ajeitar nos vestidinhos rendados de menina... Minha mãe prometia freqüentemente:

- Quando você entrar para a escola deixará dos vestidinhos. E, por amor às calças, comecei a mostrar amor aos livros.

O segundo motivo é que o primeiro contato que tive com uma escola foi através de uma festa. E ficou-me na cabeça a idéia de que a escola era um lugar de alegria.¹⁷¹

¹⁶⁹ CIEPs melhoram imagem de Tebaldi. Saneamento e água lideram queixas. Americana. O Liberal, 28 de fevereiro de 1991. p.10.

¹⁷⁰ SILVEIRA, Leslie Cia. Mendicância é um desafio na região. O Liberal. Americana. 4 de abril de 2002, Caderno Cidades. p.9.

¹⁷¹ CORREA, Viriato. **Cazuza**. 26ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p.13.

Correa, em seu livro *Cazuza*, escrito entre 1936 e 1937, descreve, com o olhar de menino, a sua vida cotidiana com os amigos e a escola. Mostra a face da escola vista pela criança. Para seus pais e para ele, a escola tinha um valor grandioso: era a oportunidade do menino se tornar homem. Mas sua experiência escolar fez com que a magia e encantamento da escola fossem se desfazendo.

Para ele, a escola se mostrou rígida, fria e desprovida de beleza. O mobiliário era ruim, os professores eram autoritários e as atividades monótonas. A escola lhe tirou o entusiasmo e nada havia naquele ambiente que lhe *despertasse o interesse* ou *tocasse o coração*.

Desde o primeiro dia, a escola perdera o encanto para mim.

Nada, nada havia lá que me despertasse o interesse ou me tocasse o coração. Ao contrário: como que tudo fora feito para me meter medo.

A sala feia, o ar de tristeza, o ar de prisão, a cara feroz do professor, os castigos pelas menores faltas e pelos menores descuidos tinham-me deixado um grande desgosto na alma.

E a verdade é que, na escola, nada mudava para me apagar aquela impressão.

O quadro era sempre o mesmo quadro triste.

Entrávamos as oito da manhã. O professor quase sempre já estava lá, na grande mesa, junto à parede, de cara amarrada, como se ali estivesse para receber criminosos.

Quem chegava ia tomar-lhe a benção e vinha sentar-se no seu lugar. Um silêncio de afligir. Era a hora do exercício de escrita e ninguém podia falar. Durante trinta minutos, só se ouvia o leve rumor das penas riscando o papel.

O velho João Ricardo punha-se a passear entre os bancos, de régua na mão, fingindo-se desatento, mas de fato, estava a vigiar a sala através dos vidros escuros dos óculos...

Tudo era motivo para castigo: uma lição mal sabida, uma escrita mal feita, uma palavra errada, um cochicho, um ar distraído, até um sorriso...

A escola inteira falava horrorizada de dois suplícios... Um deles era ficar o aluno de joelhos sobre grãos de milho. O outro, a “orelha de burro”.¹⁷²

Correa nos faz ver que a aprendizagem, o ambiente escolar austero e desprovido de beleza e sempre com os mesmos rituais, não encantam e nem alegram a criança. O autor retrata uma escola triste, onde o exercício da escrita e a mudez do aluno são sinônimos de eficiência. A alegria do aluno estava em sair, brincar e conversar com os amiguinhos na rua.

Depois de tantos meses de decepção, foi aquela a primeira manhã em que eu segui contente para a escola.

¹⁷² CORREA, Viriato, op.cit. p.33 -34.

Ia dar-se naquele dia a aposta de escrita e, pela primeira vez, eu tomaria parte na porfia... O meu interesse despertou. Fui para a escola sem a moleza e o desamor dos outros dias...

Na verdade, a escola inteira estava estimulada. A aposta de escrita tinha o segredo de despertar aqueles pobres espíritos embrutecidos pelas repreensões, cascudos, palmatoadas com que antigamente se metiam as lições na cabeça dos meninos...

A “aposta” fazia-se entre pares de alunos, dentro da classe. Cada par copiava um mesmo trecho de prova e vencia o aluno que apresentasse a letra mais bonita.

O prêmio que se lhe dava era meter-lhe na mão a palmatória para que castigasse o vencido com uma dúzia de ‘bolos’....

O professor chamou o meu nome e o nome do Doca.

Aproximando-nos da grande mesa. Eu tremia. Durante três minutos o velho examinou e comparou as duas escritas. Depois disse:

- As duas letras são bem parecidas. Não se pode dizer que uma seja melhor do que a outra. Ambas são boas.

E lançou o julgamento:

- Empate.

Respirei livremente.

O professor entregou-me a palmatória.

- Para que isso? Perguntei.

- Para que há de ser?! Disse-me. Os dois não empataram? Você dá seis ‘bolos’ nele, e ele dá seis ‘bolos’...

Não posso compreender isso! exclamei. Por que houve empate? Porque o Doca tem letra boa e eu tenho letra boa. Então quem tem letra boa apanha?

João Ricardo ergue-se da cadeira com um berro.

- Não quero novidades! Sempre e sempre foi assim. Atrevido! Quem é aqui o professor?

E entregou a palmatória ao Doca¹⁷³

Para as crianças, auxiliada pelas punições e castigos, a figura autoritária do professor, embora transmitisse medo, era respeitada. As atividades e as lições tinham um peso enorme. A matemática, principalmente a tabuada era temida e odiada ao mesmo tempo. As chamadas orais e as competições entre os alunos geravam ansiedade.

O Floriano e o Jaime eram, na verdade, os alunos mais inteligentes e mais adiantados do curso primário.

Mas, no físico e na sorte, não havia duas criaturas tão diferentes.

O Jaime – claro, belo, forte e elegante. O Floriano – escuro, quase negro, franzino e mal vestido. O primeiro tinha pais ricos e morava no mais lindo palacete da cidade. O outro era filho de uma preta lavadeira, a Idalina, e vivia numa casinha de porta e janela, na praia de Santo Antonio.

...O Jaime vivia adulado. Inspetores, vigilantes, contínuos e serventes, todos lhes queriam ser agradáveis, como se ali estivessem unicamente para prestar homenagens... Com o Floriano era o contrário. Esqueciam tudo de bom que ele fazia. As suas provas e as suas lições eram as mais belas do curso... Aquela gente não podia admitir que o filho de uma pobre preta engomadeira estivesse acima de um menino rico, filho da mais rica família da

¹⁷³ CORREA, Viriato, op.cit. p. 50 - 51 - 52.

*cidade... Nós, a pequenada, sabíamos o que cada um deles valia e queríamos bem a ambos e admirávamos os dois, porque os dois eram inteligentes, aplicados e bons.*¹⁷⁴

Discriminatória e elitista, a escola, descrita por Correa, também o foi para outros autores, literários ou acadêmicos. Somava-se a estes fatores, com o passar dos anos, a constatação de que a educação pública brasileira estava sendo ineficiente em alfabetizar a população. O analfabetismo retratava o insucesso escolar dos estudantes, evidenciado por anos de reprova ou abandono da escola. Os vários estudos acadêmicos e manifestações políticas contrárias à existência da escola como se apresentava criaram no imaginário educacional a necessidade de outras formas de escolarização da população brasileira.

E sonhei. Um sonho muito leve, muito doce e muito bonito.

Eu ia andando por um caminho liso quando, de repente, me surgiu uma escola diante dos olhos. Era uma escola diferente da que eu conhecia – grande, numa grande casa que parecia um palácio.

Para chegar à porta, atravessava-se um largo jardim florido. Tinha-se a impressão de que o jardim continuava lá dentro, tantas flores lá dentro havia nos jarros, nas mesas e nos outros móveis. Pelas janelas abertas, o sol entrava luminosamente. As paredes, cobertas de mapas, quadros e desenhos, davam aos olhos um efeito deslumbrante. Havia um mundo de crianças nas salas. E tudo alegre, risonho, em liberdade. Uns escreviam, outros desenhavam, outros organizavam coleções de insetos, ou liam, ou traçavam figuras no quadro-negro.

Estavam sentados apenas os que precisavam estar sentados; moviam-se os que tinham necessidade de se mover. E todos trabalhavam. Sentia-se que aquela gente cuidava gostosamente dos seus deveres, sem receio de castigo, sem medo de ninguém.

E o professor que eu não via? Não era um só, eram muitos professores.

Se não me dissessem eu não acreditava. Tinham tanta bondade no rosto, tanta brandura, delicadeza e carinho para a meninada, que eu pensei que fossem apenas companheiros mais velhos dos alunos.

Fiquei à porta, silenciosamente, a olhar maravilhado para tudo aquilo. Um menino veio ao meu encontro.

- Entra, disse, pegando-me a mão. Aqui não existe rigor de cadeia, nem palmatória, nem sabatinas de tabuada.

*Acordei.*¹⁷⁵

O projeto do CIEP – Educação redentora

O projeto original do CIEP, criado no Estado do Rio de Janeiro, tinha como proposta o rompimento com a imagem da Escola Pública convencional. A Nova Escola Pública deveria

¹⁷⁴ CORREA, Viriato, op.cit. p.150 - 151 - 152.

¹⁷⁵ CORREA, Viriato, ibid. p .65.

atuar como um agente transformador da sociedade. O enfoque era na participação social dos grupos mais pobres e no seu direito de ter as mesmas oportunidades que outros brasileiros mais favorecidos. As concepções de liberdade, democracia, alegria de aprender, igualdade de direitos, valorização dos alunos, professores, família, comunidade e cultura, bem como, a assistência à saúde, através de médicos e dentistas, eram norteadoras dos CIEPs. Mas esta escola transformadora não conseguiria desenvolver todo o seu trabalho dispondo do o mesmo tempo que a escola pública tradicionalmente vinha empregando com as crianças. O tempo escolar diário teria que ser estendido, já que, durante os anos, ele foi tomando a característica de período parcial de atividades com alunos, por não conseguir atender à demanda crescente de crianças que precisavam ser alfabetizadas.

O ambiente escolar do CIEP deveria considerar a liberdade, o acolhimento e a alegria de aprender. As atividades da escola estariam voltadas ao estímulo à aprendizagem, de forma prazerosa, sem pressão por parte dos professores. Enfim, a aprendizagem do aluno seria vista como um processo individual, pois cada aluno tem ritmo e necessidades específicas. O professor seria o mediador das atividades, o amigo dos alunos, aquele que, entendendo o processo educativo individual dos estudantes e sua condição social, os ajudaria a ser os transformadores da sociedade. A consciência social e política, tanto dos professores como dos alunos, seria o caminho para o desenvolvimento da cidadania e, com ela, a possibilidade de mudanças reais.

O ambiente agradável e o relacionamento com os alunos de forma carinhosa, demonstrando atenção, valorizam o aluno como pessoa, atuam sobre sua auto-estima. As experiências do aluno - sucesso ou fracasso - dentro do espaço escolar definem a continuidade de seus estudos. Neste sentido, o ambiente escolar, com as suas relações sociais, pode determinar esta continuidade muito mais do que a própria família do aluno.

O Projeto dos CIEPs

A proposta de funcionamento dos CIEPs oferecia o ensino fundamental para crianças a partir dos 7 anos de idade, com o horário de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 17 horas. Previa a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Regular de 5ª à 8ª série das 19h às 22h30min, fato que se concretizou no segundo semestre de 1991. Portanto, uma

escola que oferecia o ensino fundamental em tempo integral, que previa uma escolarização seriada com a possibilidade de reprovação anual e um ensino fragmentado através de inúmeras disciplinas. Também estipulava avaliações e notas bimestrais com possibilidade de recuperação e compensação de ausências. Enfim, o mesmo sistema de uma escola convencional numa roupagem nova, com o tempo de permanência dos alunos ampliado.

Comportava uma média de 600 alunos por unidade escolar, os quais receberiam quatro refeições diárias. Estabelecia o regimento interno destas escolas que na 1ª e 2ª séries o número máximo de alunos por classe seria de 30; já nas séries seguintes, de 3ª à 8ª, o número de alunos não passaria de 35 por classe.

A arquitetura dos seus prédios, diferentemente dos construídos no estado do Rio de Janeiro, seguiu um padrão de construção a partir do segundo CIEP implantado, o CIEP São Jerônimo. Mas, mesmo assim, com projeto próprio da cidade e sem copiar os prédios instalados nos diversos estados e cidades do país. Estes prédios foram projetados por arquitetos da Prefeitura de Americana e construídos por empreiteiras da região.

Os prédios receberam várias críticas, principalmente o primeiro, o CIEP Zanaga, considerado uma obra faraônica e de visibilidade política e, ainda, dearrojada arquitetura e de beleza estética, mas sem fundamentações práticas para atender o aluno no dia a dia escolar. Para compor sua estrutura usou-se muita ferragem. Colunas de ferro que sustentam o telhado cortam o espaço escolar. Os arquitetos e engenheiros que durante o funcionamento da escola fizeram a sua manutenção, afirmam que estas colunas e o telhado foram o que mais encareceu a obra e são enfáticos ao concluir que não havia necessidade dessa estrutura e nem do telhado da forma como foi projetado e construído. A escola foi construída por pré-moldados e tijolos, que prejudicam o isolamento térmico e acústico das salas de aulas. Mourões que delimitam a escola foram construídos com um espaço entre eles muito grande com a alegação de que, na época, tinha-se a concepção de que a escola não deveria ter muros. Mas comenta-se que o principal motivo era não prejudicar a estética, o que fatalmente ocorreria com a colocação de muros ao redor da escola. Além de esta estrutura ter um custo muito elevado, favorece a propagação do barulho, uma vez que o metal é condutor.

Na arquitetura original deste prédio, o refeitório é aberto e situado no mesmo bloco que dá para uma quadra de esportes coberta. Esta configuração do refeitório perdurou por alguns anos e, por iniciativa da escola, o mesmo foi fechado.

Os outros CIEPs sofrem com prédios sem isolamento térmico devido ao formato dos telhados e ao material utilizado. O isolamento acústico também é prejudicado em virtude do material utilizado e dos mourões que delimitam a escola, que foram construídos no mesmo padrão do CIEP Zanaga.

É possível perceber uma diferença muito grande entre as escolas construídas antes e após a década de 1970, época em que proliferaram várias unidades escolares, mas sem cuidados com o prédio: usou-se materiais de construção de segunda categoria, telhados de Brásilit, tijolos vazados e nenhuma preocupação com a acústica e com o conforto térmico. Os arquitetos que projetaram o CIEP Zanaga parecem também não ter se preocupado com estas questões e somente levaram em conta a estética do prédio. Considerando os altos custos e a propaganda negativa gerada pela instalação do CIEP Zanaga, a Prefeitura optou por imitar o CIEP com estrutura térrea nas outras duas unidades inauguradas em 1992. Portanto, os outros CIEPs, um no bairro Cidade Jardim e outro no São Vito, são iguais ao do São Jerônimo.

A construção entregue em 1991 do CIEP Zanaga possuía dezesseis salas de aulas (incluindo salas de estudo dirigido e laboratório) distribuídas nos dois pavimentos superiores. No térreo, havia oficina de artes, biblioteca, sala de educação física, sanitários, vestiários, cozinha, refeitório, auditório, setor administrativo, dois quiosques, quadra/pátio coberta e quadra descoberta.

O CIEP São Jerônimo e os outros CIEPs térreos são formados por três blocos com oito salas de aulas, quatro salas de estudo dirigido, laboratório, sala de ciências, biblioteca, sala de leitura, sala de educação física, auditório, setor administrativo, sanitários, vestiários, quadra coberta, quadra descoberta, quiosques e casa do zelador.

O prédio do CAIC, que posteriormente incorporou-se à rede municipal de ensino possui, características próprias e padrão construtivo diferenciado dos CIEPs originais de Niemeyer e dos construídos em Americana.



Fig. 30. CIEP do bairro Antonio Zanaga em 1991. Nota-se a estrutura em um único bloco por andares e o telhado em forma de “T” que passa por todo o bloco cobrindo, inclusive, a quadra interna. Reparar que a área ao redor da escola está totalmente escavada, o que tornou difícil o plantio de árvores e flores. Fonte: Balanço Anual. Americana. Prefeitura Municipal, abril de 1992. p.2.



Fig. 31. CIEP do bairro São Jerônimo em 1991. Notar a estrutura em pavimentos térreos. Menos prejudicado no terreno ao redor do que o CIEP Zanaga, este CIEP enfrenta, até hoje, problemas com suas galerias e esgotos construídos de forma precária. Fonte: Balanço Anual. Americana. Prefeitura Municipal, abril de 1992. p.2.

Os CIEPs seguiram as concepções originais de sua criação no Rio de Janeiro, de serem voltados para a população pobre pois foram construídos em Americana nos bairros periféricos e de alta densidade demográfica. Prevvia o projeto dos CIEPs em Americana, a doação de camisetas e materiais escolares para uso dos alunos.

O primeiro uniforme feito aos alunos da Rede Municipal de Ensino foi confeccionado na cor amarelo ouro. Os alunos “odiavam” a cor e os professores não nutriam nenhuma afeição aparente por ela. Assim como os CIEPs do Rio de Janeiro, os de Americana também queriam imprimir uma marca. Poucos sabem que a cor amarelo ouro é a mesma usada pelos alunos dos CIEPs do Rio de Janeiro, só que num tom mais claro. O emblema estampado no uniforme dos alunos foi criado especialmente para caracterizar os CIEPs de Americana. Na época, o maior interesse era distinguir os alunos e, conseqüentemente, os CIEPs, dos demais alunos e escolas da Rede Estadual Paulista.

Quando a mudança da cor do uniforme dos alunos estava em discussão (tirar a cor amarelo ouro e também a cinza, que foi introduzida na gestão posterior à de Waldemar Tebaldi, logo após a implantação dos CIEPs), os administradores municipais da Secretaria de Educação concordariam com qualquer cor, desde que diferente daquela usada pelo Estado. A intenção era deixar bem evidentes os alunos da Rede Municipal: era uma outra rede, uma outra escola, uma outra concepção de educação.

O logotipo abaixo foi criado em 1991 e utilizado em uniformes escolares, impressos oficiais, propagandas das escolas e em diversos segmentos que divulgavam o nome do CIEP.



Fig. 32. Logotipo EMEF. Onde hoje se lê EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental estava escrito CIEP, até 2002. A partir desta data instituiu-se este logotipo para representar as EMEFs. A figura estilizada representa uma criança lendo um livro. Logotipo cedido pela Secretaria de Educação e Cultura de Americana.

A escola do bairro Zanaga foi pintada nas cores vermelha (estruturas), amarela (telhado), branca (portões, janelas e parede internas das salas de aula) e cinza concreto (paredes externas e corredores). Ainda pairam dúvidas sobre o porquê do amarelo, visto que as cores do PDT são branco, azul e vermelho.

Estas cores geraram muita polêmica entre os professores, que creditavam a elas a grande agitação dos alunos. Afirmavam que o vermelho estimulava, agitava e deixava as crianças tensas o dia inteiro. Em conjunto com o amarelo, não se criava um ambiente tranqüilo. Com o retorno da administração do PDT, em 1997, nova pintura revestiu os prédios escolares. Com tonalidade azul em suas estruturas básicas como pilares e telhados, amarelo em portões e janelas e amarelo claro em salas de aulas formou-se um novo padrão e uma nova marca. Hoje se define que as cores da escola são o azul e o amarelo, ambos em tons fortes.

Os conjuntos de material escolar fornecidos aos alunos nos dois primeiros anos, denominaram-se *kits* e continham cadernos, lápis preto e de cores, folhas de sulfite, borracha, tesoura, régua, caneta e apontador de lápis. Todos os alunos, sem exceção, receberam estes materiais. A maior parte do material foi mal utilizada pelos alunos e era comum encontrar folhas, cadernos e lápis jogados pelo chão nos arredores dos CIEPs. Há de se ressaltar que, desde a implantação dos CIEPs e até o término da administração, em 1992, o montante de material recebido pela escola chegava a ser assustador.

O recebimento deste material básico por todos os alunos da escola e a falta de orientação para o seu uso, provocaram desperdício e criou-se a expectativa de que tudo o que se pedia à Prefeitura poderia ser conseguido, sem critérios, projetos ou justificativas. Estes fatos provocaram uma mudança de comportamento da administração municipal. A Secretaria de Educação começou a entregar uniformes somente para os que necessitavam. A distribuição dos kits escolares seguiu o mesmo critério, pois, com a ampliação da rede de ensino municipal, as regiões onde as novas escolas foram construídas não eram caracterizadas por população de baixa renda.

Nos dois primeiros anos dos CIEPs não havia na da Prefeitura nenhuma legislação específica para escolas de ensino fundamental, pois Americana não tinha estruturalmente esta categoria. A legislação, os cálculos de pagamentos, a divisão de horas de professores e até mesmo a divisão de aulas e horários dentro das escolas tiveram que ser elaborados através de discussões, acertos e criação de leis e decretos que garantissem uniformidade nas escolas recém inauguradas. O plano escolar tão comum e criticado nas escolas só foi elaborado em 1993, quando a então Delegacia de Ensino de Americana assumiu concretamente a supervisão destas escolas. Mesmo a aprovação do funcionamento das

unidades escolares deu-se tardiamente pelo Conselho Estadual de Educação, tendo a escola iniciado seus trabalhos sem a devida autorização.

Muito da legislação municipal foi copiada da rede estadual, pois o único parâmetro que alguns dirigentes conheciam na época era a legislação estadual. Isso gerou muitos conflitos e exigiu profundas modificações estruturais e, ainda hoje, provoca discussões. Há aspectos na Lei estadual do magistério que não são compatíveis com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho – criada por Getúlio Vargas), à qual estão sujeitos a maioria dos funcionários públicos municipais da cidade de Americana.

O Professor Herb Carlini, vice-prefeito e diretor do Departamento de Educação no período de implantação dos CIEPs, estipulou um salário comparativamente maior que o da rede estadual para professores e diretores, numa política de valorização dos CIEPs e do próprio magistério. Este fato criou divergências dentro da Prefeitura e, no decorrer dos anos, outras categorias procuraram diminuir esta diferença através de pedidos de reajustes salariais escalonados e da criação de um plano de carreira para todos os servidores.

Hoje, ainda há diferenças na Prefeitura de Americana com relação aos cargos que exijam nível universitário, entretanto elas são bem menores com relação aos salários da Rede Estadual de São Paulo, pois a Prefeitura, já há alguns anos, mantém a política de somente repassar aos salários a inflação medida no ano.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais não é aceito pelo prefeito, o que torna as negociações muito difíceis. Este fato lembra os atritos e discussões ocorridas no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. Negocia-se paralelamente, mas não se assume o sindicato para não legitimar a força sindical da categoria.

Apesar de a legislação atual obrigar a existência de um plano de carreira do magistério, não há evidências de que isso acontecerá, embora a Secretaria de Educação tenha se organizado e vários planos já tenham sido apresentados para o departamento jurídico da Prefeitura, não se teve um retorno favorável: os planos são passados de gaveta em gaveta, de mão em mão.

No projeto adaptado para Americana, os CIEPs priorizavam as classes de alfabetização e 5^as séries, mas não se criou material didático próprio para a rede municipal, como no Estado do Rio de Janeiro. Os animadores culturais seguiram o modelo do Rio de Janeiro, mas foram posteriormente substituídos por instrutores de teatro concursados, que permanecem até hoje em número de um por unidade escolar.

Outros profissionais compuseram as equipes dos CIEPs e atendiam semanalmente: médico (um dia), psicólogo (dois dias), pedagogo (três dias), dentista (três dias) e assistente social (dois dias).

As bibliotecas dos CIEPs de Americana também foram criadas como base de um aprendizado eficiente e que oferece acesso ao conhecimento, proporcionando subsídios para uma visão mais crítica de mundo e para a construção da cidadania. Funcionam dentro do prédio escolar e não estão abertas à comunidade: seu uso restringe-se somente aos alunos do CIEP. Constantemente o acervo é renovado e projetos dentro da escola são executados para incentivar a leitura e o hábito da utilização da biblioteca.

No CIEP Zanaga é freqüente a visita de escritores da região para conversar com os alunos e contar histórias. Este projeto, posteriormente, foi adotado pela administração municipal que incentiva outras escolas a desenvolverem o projeto e, compram livros desses escritores para os alunos. Normalmente, os livros são de autores de Americana. As professoras do CIEP, objetivando incentivar a leitura, recorrem a estratégia de criar um “cantinho” especialmente para este fim dentro da biblioteca.¹⁷⁶ Neste caso, assemelham-se muito mais a uma sala de leitura do que a uma biblioteca nos padrões conhecidos. Inicialmente a pessoa responsável era um professor, mas, atualmente, escriturários executam essa função, apoiados por professores da unidade.

A Proposta Pedagógica

Os CIEPs de Americana praticamente herdaram a proposta e os eixos norteadores dos originais criados no Estado do Rio de Janeiro. Foi uma cópia adaptada da proposta escrita neste Estado.

O único diferencial reside na ênfase à área de estudos sociais, sendo que, nos do Rio de Janeiro, a ênfase era a linguagem. A proposta pedagógica dos CIEPs em Americana afirmava que o ensino da Linguagem e Estudos Sociais deveria ser a base de todo o seu direcionamento. Neste ponto, vale a pena lembrar o Ginásio Vocacional de Americana, que creditava à área de Estudos Sociais o elo de ligação entre as outras disciplinas e certamente

¹⁷⁶ Na realidade, este “cantinho” foi copiado da biblioteca experimental do Rio de Janeiro em 2000.

influenciou as alterações na proposta original construída pela equipe do Rio de Janeiro implantadas em Americana.

Outra questão que deve ser mencionada e levada em consideração é o fato de toda a proposta e regimento escolar dos CIEPs terem sido escritos pelo diretor do Departamento de Educação e vice-prefeito na época, prof. Herb Carlini, um professor de história da rede estadual, pois coube a ele a incumbência de montar e fazer funcionar em Americana os CIEPs.

Assim estava definida a proposta do CIEP em 1991:

O objetivo geral da proposta: a superação do analfabetismo e do insucesso escolar. No Brasil dados de pesquisas recentes, inclusive de órgãos oficiais revelam índices assustadores de insucesso escolar, isto é, de evasão e repetência. De cada grupo de 100 crianças matriculadas na 1ª. série do 1º. grau, apenas 20 em média, conseguem concluir a 8ª. série. Isso significa que o insucesso escolar no Brasil, chega a 80%, se considerarmos tão somente o ensino fundamental. Existem no país ainda cerca de 8,5 milhões de crianças em idade escolar de 1. grau fora da escola e mais de 30 milhões de analfabetos. Para reverter essa realidade cruel do insucesso escolar brasileiro a única proposta concreta de educação institucional a nível de 1. grau no país surgida nas últimas décadas foi a da escola integral, consubstanciada nos CIEPs. A rigor, essa concepção é novidade apenas no Brasil. No Japão, Europa, Estados Unidos, e até em alguns países da América Latina, a escola de tempo integral (6 – 8 horas) tem logrado êxito e conseguido garantir a escolaridade básica à grande maioria das crianças. A proposta de escola integral dos CIEPs, implantada inicialmente no Brasil pelo Prof. Darcy Ribeiro, como ponto prioritário do Programa Especial de Educação do Governo Leonel Brizola (1982-1986), no Rio de Janeiro, suscitou em todo o país uma discussão oportuna e salutar sobre os rumos e o papel da escola pública brasileira, e, sobretudo dos educadores, em uma sociedade marcada pelo atraso e pelo subdesenvolvimento, especialmente na área da educação. Ao colocar, pela primeira vez no centro das discussões a necessidade de se garantir a um só tempo à assistência a criança carente e a escolaridade propriamente dita, Darcy Ribeiro levantou uma polêmica que inúmeros educadores por puro preconceito ou por mero pedantismo intelectual tentaram escamotear. Entretanto a proposta do CIEP, capaz de provocar intensas discussões veio para ficar, mesmo que alguns a considerem por demais “assistencialista”. Aos que cobram dela a ausência de um “conteúdo pedagógico temos a argumentar que a nós não interessa a adoção de um modelo pedagógico pronto e acabado mas sobretudo a construção gradativa de uma escola democrática, crítica, honesta e eficiente, voltada para os interesses das camadas populares cujos pressupostos pedagógicos gerais, passamos a enunciar...

Nesta proposta não há uma única menção à cidade de Americana e sua população, nem índices educacionais que comprovassem a necessidade destas escolas na cidade, nos parâmetros expostos pelo texto. Portanto, a proposta pedagógica dos CIEPs implantados na cidade justifica e objetiva a proposta pedagógica dos CIEPs do Rio de Janeiro e não os de Americana.

Em 1991 os eixos norteadores da proposta dos CIEPs eram:¹⁷⁷

- A gestão democrática da escola

O CIEP é uma escola pública não somente voltada para a comunidade, mas também, e principalmente uma escola da comunidade. O regimento escolar do CIEP prevê canais de participação direta da comunidade na gestão da escola através do CEC (Conselho Escola Comunidade), órgão ampliado com maioria de representação de pais de aluno e membros da comunidade, e com representação minoritária de professores, funcionários e até alunos. O CEC, constituído por cerca de 40 a 50 membros terá no CIEP poder deliberativo e decidirá todas as questões relativas a cada unidade escolar.

- A valorização do saber popular e o respeito ao universo da criança

Os conteúdos programáticos do CIEP terão como ponto de partida para a construção do saber coletivo, nos moldes de uma pedagogia construtivista, os conhecimentos que as crianças trazem do seu meio social e da comunidade. Além disso, o Regimento do CIEP possibilita a atuação dos chamados agentes culturais leigos no interior da escola, integrados com as disciplinas do currículo da escola. Os agentes culturais atuarão em diversas áreas (música, literatura, artes plásticas, horticultura, teatro, etc.) e funcionarão como elos integradores da escola com a comunidade.

- A interdisciplinaridade

A permanência da criança em tempo integral no CIEP, dará oportunidade a que se desenvolva um trabalho integrado entre todas as disciplinas e atividades que formam o currículo, quer do ponto de vista do conteúdo programático ou mesmo da abordagem metodológica e da avaliação da aprendizagem. A interdisciplinaridade será assegurada na medida em que todos os professores do CIEP terão um mínimo de 4 horas semanais pagas para reuniões pedagógicas, além de cursos constantes de aperfeiçoamento e reciclagem. Além disso, as atividades complementares extra-classe (oficinas) desenvolvidas no interior da própria escola (artes, música, esportes, horticultura, etc.) funcionarão como mecanismo de integração interdisciplinar.

- A essencialização dos conteúdos

No CIEP, muito mais que com a quantidade, haverá uma preocupação fundamental com a qualidade dos conteúdos curriculares. Os professores não terão de isoladamente vencer os programas até o final do ano letivo, pois deverá ser priorizada a abordagem em profundidade dos temas de cada disciplina da grade do CIEP.

- A valorização da linguagem e estudos sociais como disciplinas integradoras do currículo

A construção de uma escola crítica onde o aluno desenvolva ao máximo sua autonomia e aprenda a trabalhar coletivamente deve partir, necessariamente, do conteúdo curricular de algumas disciplinas e a partir daí gradativamente integrar as demais. Desse modo serão

¹⁷⁷ Retirados do texto: Proposta Pedagógica, enviada aos CIEPs, no primeiro ano de seu funcionamento.

valorizadas no CIEP as várias formas de expressão e linguagem da criança (oral, escrita, corporal, etc.) e a área de estudos sociais (história e geografia) ter um papel fundamental na construção dos conteúdos curriculares e funcionarão como eixos disciplinares integradores das demais disciplinas do currículo.

Dentro da proposta pedagógica dos CIEPs de Americana reservou-se, semanalmente, quatro horas de encontro dos professores. Durante estes encontros, assuntos diversos deveriam ser debatidos com o objetivo de aprimorar o trabalho dos professores e resolver questões cotidianas da escola. Este espaço do professor e da escola também deveria ser utilizado para estudos e aperfeiçoamento profissional. Um treinamento em serviço como mencionado na proposta dos CIEPs do Rio de Janeiro, mas adaptado à realidade de Americana. Foi definido, a partir de 1992, que o encontro dos professores aconteceria semanalmente às sextas-feiras depois das 13 horas e que neste período os alunos não teriam aulas.

Tais encontros concretizaram uma antiga aspiração do magistério e somente depois de alguns anos a rede estadual de São Paulo adotou o HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo - semanal nas suas escolas.

A Prefeitura oferecia cursos e oficinas para professores e diretores, principalmente na área de expressão artística e cultural, durante todo o ano letivo. A formação continuada oferecida complementava-se através da *Semana da Educação*, realizada todos os anos e que atualizava os professores com palestras e mini-oficinas.

As disciplinas que formavam a grade curricular do aluno eram: Português, História, Geografia, Ciências/Ciências Físicas e Biológicas/Laboratório, Matemática, Educação Física e Educação Artística – que integravam a parte comum do currículo. Completando a carga horária dos alunos, a parte diversificada do currículo contava com: Língua Estrangeira – Inglês, Oficinas de Artes, Horticultura, Desenho Geométrico, Leitura e Redação, Arte Musical e Estudo Dirigido.

Para título de promoção do aluno para a série seguinte, a parte diversificada contava apenas com a apuração da assiduidade; já a do núcleo comum contava com notas e assiduidade.

Quando esta nova linha de trabalho foi adotada pelo governo municipal para ser aplicada nas suas escolas de ensino fundamental – CIEPs, não houve um trabalho adequado de capacitação dos professores. A formação inicial não passou de poucos dias e a nova linha

adotada sugeria que o CIEP era mais um centro recreativo e social do que uma escola que ensinava o aluno a ler e escrever.

A utilização de muitos autores e a sua má interpretação tornou a proposta pedagógica dos CIEPs para a maioria dos professores, confusa e irreal. Não sabiam ao certo como deveriam trabalhar com os alunos.

No período de implantação dos CIEPs, foi imposto aos professores que usassem em suas aulas uma nova concepção pedagógica – o construtivismo. Mal empregado, chegando a ser usado como metodologia e de forma muito repentina, acabou por causar confusão na aplicação das aulas.

Todos estes fatores foram associados à inexperiência dos professores. Os organizadores da proposta original dos CIEPs pregavam que professores novos deveriam dar aulas nesta inovadora concepção de escola, pois eles estariam despidos de todos os vícios de anos de magistério. Eram esses vícios que teriam colocado a educação no patamar que estava: um caos. Em Americana, a maioria dos ingressantes nos CIEPs eram de professores recém formados. Paradoxalmente, apesar de inclinados a mudanças, não tinham a experiência de sala de aula que traz segurança e não possuíam a maturidade emocional para resolver simples problemas de comportamento dos alunos.

A linha democrática e de diálogo com o aluno foi implantada de forma distorcida e confusa. Repudiavam-se as regras e tudo o que lembrava a escola tradicional, como filas, obediência, castigos e punições – reprovos, notas. Como esta linha pedagógica não estava muito clara para os professores, havia muita divergência interna nestas questões. O próprio regimento interno dos CIEPs propunha, apesar da proposta pedagógica ser diferente, os mesmos direcionamentos de uma escola convencional: avaliações e notas bimestrais.

A instabilidade era tanta que os professores comentavam que tinham receio de chamar a atenção do aluno e se queixavam que não podiam mais corrigir o que os alunos faziam. A escola pendeu para o espontaneísmo.

A administração impunha trabalhos em grupos dentro da classe e conteúdos retirados da realidade social do aluno. Mas os professores não estavam preparados para este tipo de trabalho, pois o livro didático foi abolido e os alunos apresentavam problemas de aprendizagem e comportamento. Professores e alunos não sabiam trabalhar em grupos. Sem orientação ou apoio, os conteúdos se misturaram e a sistematização dos conhecimentos se esfacelou. As idéias de escola democrática (discutir com os alunos o seu comportamento e

interesses, elaborar coletivamente as regras de convivência) misturaram-se as diferentes formas de trabalhar do professor. Os alunos não entendiam ou não estavam acostumados com esta liberdade e os professores não sabiam lidar com estas questões expostas. A educação nos CIEPs virou um caos.

No CIEP Zanaga, também a estrutura do prédio não satisfazia as necessidades curriculares estabelecidas pela sua proposta pedagógica e nas salas ambientes faltavam equipamentos próprios.

Árvores e outros ambientes agradáveis que pudessem proporcionar descanso aos alunos não existiam. A área do CIEP era recente, mas também não houve previsão de plantio de árvores e a iniciativa dos professores esbarrava no terreno rochoso da escola. Com este fator, o tempo ocioso das crianças ficou comprometido e a indisciplina aumentou.

A falta de espaço para desenvolver atividades previstas na sua proposta pedagógica determinou o fim de vários sistemas, entre eles o dos animadores culturais (embora a própria organização das aulas e a didática destes animadores tenham contribuído para que isso acontecesse).

Várias tentativas e fórmulas foram testadas para que o tempo passado pelas crianças no CIEP não causasse tantos problemas, principalmente a indisciplina e o desinteresse dos alunos pela escola.

Na realidade, a Secretaria de Educação de Americana ao adotar os CIEPs não organizou e nem planejou estruturalmente horários, grade curricular e organização interna funcionais para esta nova proposta de educação, simplesmente seguiu a LDB 5692/71. Efetivamente manteve a velha estrutura numa roupagem nova.

Como se posicionaram os políticos do PDT e de oposição ao projeto do PDT – CIEP.

Nos dois primeiros anos de implantação e funcionamento dos CIEPs na cidade de Americana—1991 e 1992 - todas as reportagens com as autoridades municipais e mesmo com as autoridades das escolas destacaram que o maior atributo do CIEP era tirar as

crianças da rua¹⁷⁸ e prestar-lhes assistência social completa. No jornal anual em que a Administração Municipal faz um balancete do seu trabalho e propostas aparece:

Tirando das ruas

Não é novidade a proposta de ensino implantada em Americana e mesmo no Brasil. Outros países da América Latina e da Europa trabalham nessa linha. A proposta adaptada à realidade brasileira traz inúmeros benefícios, a começar pelo fato de tirar a criança das ruas.

*Segundo Herb Carlini, oferecendo educação integral o modelo implantado nos CIEPs complementa aquilo que os pais muitas vezes não podem oferecer aos filhos. 'Entre as vantagens, posso, citar, além da aprendizagem, o acompanhamento e o auxílio dos professores na hora de fazer as tarefas; a socialização através da convivência com outras crianças o dia todo; os cuidados com a saúde e a higiene pessoal; a assistência dentária; e a alimentação equilibrada proporcionada por um cardápio balanceado, além de apoio periódico de psicólogo educacional, médico e assistente social.'*¹⁷⁹

Nos dois anos de implantação dos CIEPs, a procura por vagas era intensa devido à forte propaganda em torno deles, a qual ressaltava uma escola de qualidade, com infraestrutura completa para garantir ao aluno melhor aprendizagem. Mas os CIEPs eram fortemente combatidos pela oposição política municipal, que usava o mesmo meio de divulgação.

Quase todos os dias apareciam notícias sobre o Centro Integrado de Educação Pública do bairro Zanaga no jornal da cidade e, às vezes, da região. Já o do bairro São Jerônimo, muito esporadicamente era citado.

Dois meses após a inauguração do CIEP do bairro Antonio Zanaga o jornal *O Liberal* anuncia a demissão do diretor desta escola.

*O professor Isidoro da Silva, diretor do CIEP do Zanaga, pediu demissão do cargo nesta semana. Ele não quis renovar o contrato de experiência de três meses que vinha mantendo com a administração municipal. Há informações de que outros funcionários, principalmente professores, também deixaram a escola. A decisão de Isidoro foi recebida com surpresa por muitas pessoas, já que ele sempre foi um dos defensores das escolas em tempo integral...Passado um mês, começam a surgir os problemas.*¹⁸⁰

¹⁷⁸ A partir da década de 20, a palavra menor torna-se uma categoria classificatória da infância pobre. Indica a criança em situação de abandono e marginalidade e surge a intervenção do Estado, pois a criança é reconhecida como futuro capital humano e industrial, e é preciso reeduca-la. Mas foi com Getúlio Vargas, a partir de 1940, que se institui leis e departamentos para atender o menor e combater a criminalidade. A criação de serviços sociais para as crianças estava ligada à necessidade do Estado recuperar a infância para fazer bons trabalhadores e controle social da família, pois esta não consegue cumprir a função de educar seus filhos. MACHADO, Cristiane. **A Influência da Família na Socialização da Criança Institucionalizada**. Campinas. FE/Unicamp (dissertação de mestrado), 1995. 126 p.

¹⁷⁹ Balanço Anual de 1991. Americana. Prefeitura Municipal, abril de 1992. p. 8.

¹⁸⁰ **Diretor do CIEP do Zanaga pede demissão**. O Liberal. Americana. 4 de abril de 1991. p. 1.

No mesmo jornal:

O Diretor do Departamento de Educação, Herb Carlini, classificou como “sensacionalistas” as críticas feitas ao CIEP do Antonio Zanaga, pelos vereadores José Buck, José Domingos Chávare e Cláudio Roberto Froner...Carlini disse que os vereadores deveriam visitar outras escolas do município e fazer um dossiê completo de problemas e depois comparar uma escola com a outra... ‘Se eles não visitarem outras escolas eu terei certeza que a intenção das críticas é política. Eles estão interessados em denegrir a imagem do CIEP e isso beneficia a oposição, já que alguns setores não suportam o fato de termos construído esta escola que, sem dúvida, deu um respaldo popular à administração municipal.¹⁸¹

A visita de surpresa do vice-prefeito e diretor de Educação da Prefeitura, Herb Carlini, ontem à noite na Câmara, não poderia ter sido mais infeliz. Ele chegou por volta de 19 horas justamente quando estava sendo discutido um requerimento que apontava falhas na obra do CIEP do bairro Antonio Zanaga. José Domingos Chávare, vereador do PMDB, argumentava que existem riscos à segurança das crianças do Ciep e disse poder haver mortes a qualquer instante no local. No plenário, Herb Carlini riu quando ouviu a fala de Chávare. A discussão do requerimento continuou e o petista Antonio Mentor, 1º secretário da mesa, pediu a palavra. No seu pronunciamento, atacou diretamente o comportamento de Herb Carlini. ‘O diretor de Educação, lamentavelmente, riu quando o vereador Chávare alertou para a possibilidade de um acidente. Foi de um cinismo sem fim’, criticou Mentor...Toda a discussão sobre os problemas existentes no CIEP surgiu de um requerimento assinado por José Domingos Chávare, Cláudio Froner e Reginaldo Buck...Os três vereadores que assinam o requerimento criticaram os gastos com a construção do CIEP do Zanaga...No final do texto, Buck, Chávare e Froner disseram: Observamos que a preocupação dos projetistas daquele prédio foi em fazer com que a estrutura metálica fosse em forma de T, não se sabe se coincidentemente ou não com o nome da Construtora Trevelin ou com o nome do senhor prefeito Tebaldi. Aliás, em dias de chuva há goteiras por todo lado. Brizolão no Rio, Tebaldão no Zanaga’, cita o requerimento.¹⁸²

A falta de professores para a área cultural do CIEP do Zanaga está ocasionando problemas no sistema de ensino...Como as crianças ficam o dia todo na escola e em determinadas horas não estão estudando por não possuir professor, a consequência é brigas e até pedidos por parte das alunas, na ajuda às cozinheiras e arrumação das salas de aula... ‘O nosso maior problema está nas atividades extras que ainda não tiveram as vagas preenchidas. Mas adianto que na próxima semana haverá um coordenador cultural, que estamos entrevistando, e ele dará início a essas aulas’. O diretor¹⁸³ informou que o coordenador é um pedagogo da Unicamp...As brigas constantes que ocorrem entre os alunos estão preocupando os pais. Na última semana, uma mãe que não quis se identificar, diz que a filha apanhou dos colegas, no CIEP e por isso muitas crianças não estão querendo mais voltar a estudar. Sobre isso, Perci afirmou que está sendo um problema difícil de adaptação dos alunos a um novo sistema e também problema

¹⁸¹ **Herb diz que críticas ao CIEP são sensacionalistas.** O Liberal. Americana. 17 de abril de 1991. p. 14.

¹⁸² **Herb aparece na Câmara e é chamado de “cínico”.** O Liberal. Americana. 18 de abril de 1991. p. 3.

¹⁸³ Perci Moreira assumiu a direção do CIEP do Zanaga logo após a saída do professor Isidoro e nela permaneceu até 1996.

*social. 'Os alunos eram acostumados com aquele sistema militar das escolas. Aqui eles tem liberdade, mas ficam durante oito ou dez horas na escola. É muito difícil se adaptarem. Já as brigas são problemas familiares que os alunos trazem para cá', disse... Mesmo com todos esses problemas, Perci afirma que em uma semana de trabalho observou que os estudantes estão ficando mais calmos... Já o Diretor do Departamento de Educação, Herb Carlini, informa que o Departamento de Promoção Social irá instalar um plantão semanal que atenderá as reclamações e reivindicações dos pais dos alunos.*¹⁸⁴

Em maio de 1991, parte dos problemas levantados sobre o prédio do CIEP do Zanaga estava resolvida, mas ainda faltavam professores para a escola. Assim noticiou o jornal O Liberal: *Perci está contente com o nível de assimilação dos alunos à escola. "As crianças estão gostando..." comenta.*¹⁸⁵

As atividades dos CIEPs nos primeiros anos traziam a cultura popular em destaque. *Terminou anteontem uma exposição montada pelos próprios alunos, sobre o índio. Para este mês, as crianças já trabalham na confecção de material que será utilizado numa nova exposição, desta vez sobre o negro.*¹⁸⁶

*Professores e alunos do CIEP do Antonio Zanaga estarão participando hoje e amanhã de oficinas culturais realizadas pelo grupo "Fora do Sério" de Ribeirão Preto*¹⁸⁷ *... O trabalho faz parte do Projeto de Animação Cultural das escolas e será desenvolvido através de oficinas circenses e manifestações de ritmo e movimento. 'As atividades tem o objetivo de despertar nos alunos o interesse pela arte, principalmente pelo teatro', disse Marco Giongo*¹⁸⁸.

*Depois das dificuldades iniciais com a falta de professores e adaptação dos alunos ao esquema de horário integral, o CIEP – Centro Integrado de Educação Pública do Zanaga terá a partir da semana que vem uma psicóloga para atender os alunos. 'Muitos alunos são agressivos e precisam de orientação psicológica', justifica o diretor da escola, Perci Moreira... Desde o começo de funcionamento do centro Integrado de Educação Pública, o diretor disse que não houve evasão, somente transferências.*¹⁸⁹

¹⁸⁴ **Falta de professor atrapalha ensino no CIEP do Zanaga.** O Liberal. Americana. 9 de abril de 1991. p. 15.

¹⁸⁵ **CIEP do Zanaga ainda tem alguns problemas.** O Liberal. Americana. 9 de maio de 1991. p. 10.

¹⁸⁶ **CIEP do Zanaga ainda tem alguns problemas.** O Liberal. Americana. 9 de maio de 1991. p. 10.

¹⁸⁷ O grupo *Fora do Sério* foi criado em 1988 por alunos da primeira turma de Artes Cênicas da Unicamp.

¹⁸⁸ Chefe de Divisão de Ensino de 1º grau da Prefeitura de Americana na época. **Alunos do CIEP participam de oficinas culturais.** O Liberal. Americana. 22 de maio de 1991. p. 6.

¹⁸⁹ **CIEP do Zanaga terá psicóloga a partir da semana que vem.** O Liberal. Americana. 29 de maio de 1991. p. 6.

Na realidade, o número de crianças que se evadiram da escola era praticamente igual às transferências no ano de 1991.

A porcentagem de evasão de alunos do CIEP Zanaga diminuiu sensivelmente durante os anos de funcionamento da escola. O que se nota é que durante estes anos, principalmente depois de 1997, os alunos que se matriculavam estavam equilibradamente nas mesmas faixas etárias de cada ano escolar. Não havia mais alunos de 14 anos junto com os de 7 anos freqüentando a 1ª série. Conseqüentemente, os alunos considerados desajustados (em idade e aprendizagem, fora da escola ou com várias repetências) que eram os que a abandonavam, já não mais o faziam. Paralelamente, a adoção pela administração municipal dos ciclos sem repetências e a política do Governo Federal para que todos freqüentassem as escolas, ajudaram a diminuir o índice de evasão no CIEP Zanaga.

Já os índices de transferência dos alunos para outras unidades escolares oscilam desde 1991. O que se percebe, principalmente nos últimos 5 anos de funcionamento da escola, é que os motivos principais alegados pelos responsáveis pelo aluno transferido são: mudança de residência e inadaptação da criança ao período integral. Nos últimos 5 anos, 70% dos responsáveis pelos alunos que pediram transferência para outra escola apresentaram a mudança de residência como motivo para a saída da criança do CIEP.

Nos dois primeiros anos de funcionamento do CIEP, propaganda e reportagens das atividades serviam para contra-atacar as notícias que evidenciavam problemas dentro da escola. Visitas políticas eram constantes. O então prefeito Campinas Jacó Bittar, na época sem partido, esteve em Americana para conhecer o funcionamento do CIEP Zanaga.

Vejamos algumas declarações dos diretores do Departamento de Educação na administração posterior ao prefeito Waldemar Tebaldi (PDT).

Diretor de Educação mostra otimismo, mas reclama dos CIEPs de Americana.

O diretor reforçou que do montante destinado à Educação, 35% da verba é gasto com os quatros CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) do município. 'É muita coisa, mas já recebemos este encargo, temos que levar adiante e vamos conseguir. Sei que este dinheiro daria para construir creches e escolas, só que quando chegamos os CIEPs já existiam e vão continuar existindo', desabafou Lucieto... Ademir Lucieto¹⁹⁰ resume sua

¹⁹⁰ Ademir Lucieto é professor de matemática e atualmente supervisor de ensino da rede estadual em Americana. Foi diretor de escola e por várias vezes, substituiu interinamente delegados de ensino da cidade. Permaneceu prestando serviços ao município por 2 anos.

*função na Prefeitura ‘unicamente para manter o que já existe e garantir que o que esteja faltando.’Quero manter o que o Tebaldi deixou’, completa.*¹⁹¹

Diretor de Educação diz que CIEPs serão um desafio

*O atual diretor do Departamento de Educação, Antonio Celso Fonseca de Arruda¹⁹², acredita que terá um grande desafio pela frente e precisará de muita habilidade para aplicar suas idéias, principalmente quando se relaciona ao quatro CIEPs existentes em Americana... Ele disse que será necessário substituir as reclamações de que são escolas que consomem grande parte do orçamento por trabalho e assim, utilizar os espaços de cada CIEP da melhor forma possível... Ele confessou que se tivesse que planejar o setor educacional de Americana novamente, não construiria quatro CIEPs, pois acredita que a cidade não os comportaria. Mas como a estrutura já está sólida, ele apenas tem a função de reverter o quadro, transformando os espaços hoje sub-utilizados em super-utilizados. ‘Não vamos chorar águas passadas’, ironizou. Sobre a localização de cada um deles, o diretor destaca que não foram bem planejados, mas acredita que poderá aplicar atividades rotativas que funcionariam, inclusive no CIEP do São Vito, um dos locais menos indicados para comportar a escola municipal. ‘Temos provas constantes de que a localização deles não é onde existe maior demanda de alunos.*¹⁹³

Faz-se necessário esclarecer que nesta época a nova LDB não havia sido publicada e a obrigação dos municípios era com creches e EMEIs – Escola Municipal de Ensino Infantil. Apesar de os CIEPs fazerem parte de um projeto político-educacional de outro partido, ao não conseguir transferir a manutenção destas escolas para o âmbito do Estado, a administração municipal de Frederico Pólo Muller - PMDB, do período de 1993 a 1996, teve de assumi-los.

Após o término do mandato do prefeito Waldemar Tebaldi em 1992, os seus sucessores no governo municipal divulgaram a intenção de integrar os CIEPs à rede de escolas estaduais. Nenhum documento ou afirmação oficial sobre este assunto existe. Talvez não passasse de boato. O que pode ser afirmado é que foi discutido em reuniões de diretores municipais a intenção desta administração municipal em acabar com o período integral e fazer dos CIEPs escolas convencionais. Como os diretores mostraram-se contrários à idéia e argumentaram que a comunidade necessitava destas escolas, a administração municipal, com receio de uma possível reação, recuou deste intento. Mas segundo informações da Delegacia de Ensino de Americana, o principal motivo residia no fato de estar incluído na Lei Orgânica do Município a obrigação de oferecer escolarização em período integral. A Lei, publicada em 4 de abril de 1990, no seu artigo 187 estabelece que *O Município manterá*

¹⁹¹ **Diretor de Educação mostra otimismo, mas reclama dos CIEPs de Americana.** O Liberal. Americana. 20 de dezembro de 1994. p.5

¹⁹² Antonio Celso Fonseca de Arruda é professor da Unicamp. Ficou na Prefeitura Municipal de Americana de 2 a 3 meses.

*escolas de períodos integrais de educação, com atividades diferenciadas, inclusive orientação profissionalizante*¹⁹⁴. Depois desta tentativa fracassada, a estratégia do prefeito Frederico Pólo Müller – PMDB, foi de não investir nas escolas, de não falar sobre elas e deixar que a própria população pedisse seu fechamento. Fato que não ocorreu, especialmente graças ao empenho de professores e funcionários, em fazer as escolas funcionarem a contento.

Outros artigos foram publicados pelo jornal *O Liberal* com os títulos: *Prefeitura quer CIEPs como referência educacional*¹⁹⁵ e *CIEPs vão ter nova função educacional*¹⁹⁶. No decorrer dos anos de 1993 a 1996 poucos artigos são encontrados sobre o assunto CIEP, que aos poucos perde o interesse como matéria política.

Como reagiram os professores da Rede Estadual, Municipal e dos Centros Integrados de Educação Pública

Os educadores da rede estadual observavam com desconfiança a implantação dos CIEPs na cidade de Americana. Divididos em grupos, professores, diretores e supervisores da rede estadual de Americana visitaram os CIEPs. Em conversa com o professor Ademir Lucieto, supervisor de ensino na época, e Diretor do Departamento de Educação de Americana na gestão posterior à de Waldemar Tebaldi, ele deixou transparecer que não acreditava nos CIEPs. Afirmou que Americana possuía escolas suficientes para atender bem a população e que esse tipo de escola era adequada à realidade do Estado e município do Rio de Janeiro, onde favelas e meninos de rua representavam maior perigo do que em Americana. O Rio de Janeiro teria uma outra realidade social e, portanto, talvez necessitasse de um outro tipo de escola, a de dia completo.

Na realidade, o jogo de interesses começou a surgir, pois a Prefeitura da cidade deixou, paulatinamente, de atender as escolas da rede estadual e voltou-se prioritariamente para suas escolas municipais. Antes da criação dos CIEPs que pertenceriam à rede municipal,

¹⁹³ **Diretor de Educação diz que CIEPs serão um desafio.** *O Liberal*. Americana. 2 de fevereiro de 1995. p.8

¹⁹⁴ Capítulo III – Educação, Cultura e Tecnologia, Esporte, Recreação e Turismo. Seção I, Da Educação.

¹⁹⁵ Americana. 15 de março de 1995. p. 5.

¹⁹⁶ Americana. 25 de março de 1995. p.6.

Americana tinha uma parceria com o Estado e isso fazia com que as escolas estaduais recebessem apoio da Prefeitura nas mais diversas solicitações. Escolas eram ampliadas, reformadas e construídas. Das 33 escolas mantidas pelo governo estadual paulista, somente 17 delas funcionavam em prédios pertencentes ao governo estadual; as restantes eram escolas construídas pelo governo municipal¹⁹⁷. Além disso, a merenda escolar e manutenção dos prédios sempre foram fornecidas, completadas ou amparadas pelo município.

Já os prédios que abrangem a educação infantil como Creches, Escolas Municipais de Educação Infantil e Casas da Criança mais o ensino fundamental com os Centros Integrados de Educação Pública, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e Escolas Municipais de Ensino Fundamental pertencem ao município, pois a verba utilizada para suas construções foi gerada pela cidade.

Hoje, a manutenção fornecida à rede estadual de ensino em Americana restringe-se ao fornecimento de mão-de-obra para manutenção hidráulica e elétrica e capinação, somente àquelas que carecem de recursos para estes serviços. Há ainda funcionários municipais que prestam serviços nas escolas estaduais, mas este número já foi bem maior antes do processo de municipalização da educação.

Assim, um dos efeitos da criação da nova rede de ensino, através da implantação dos CIEPs, foi o estabelecimento da concorrência Estado vs. Município.

Esta concorrência aparece através de “ciúmes velados” dos professores da rede estadual em relação aos da rede municipal, uma vez que o município destina mais recursos à educação como, se pode verificar através de alguns indícios:

- Os professores municipais concursados passaram a receber um salário maior do que os dos professores da rede estadual com a mesma função;
- Os recursos pedagógicos e a capacitação profissional dos professores municipais, além do material doado aos alunos dos CIEPs eram substancialmente de maior quantidade e reconhecidos de melhor qualidade do que os do estado;
- Os CIEPs, com a nova proposta pedagógica, poderiam vir a ser a referência de qualidade, até então mantida pelas escolas do Estado. Os professores estaduais, a

¹⁹⁷ A definição de verbas para a construção desta ou daquela escola, bem como, o valor a ser empregado, parcial ou total e a quem pertence o prédio escolar, segue o procedimento de Convênios firmados entre os governos (municipal, estadual, federal) e depende da negociação das partes envolvidas para efetiva-lo.

princípio, mostravam-se indiferentes, mas na realidade, aguardavam com ansiedade os resultados destas escolas.

Alguns fatos surgiram com a implantação dos CIEPs em Americana:

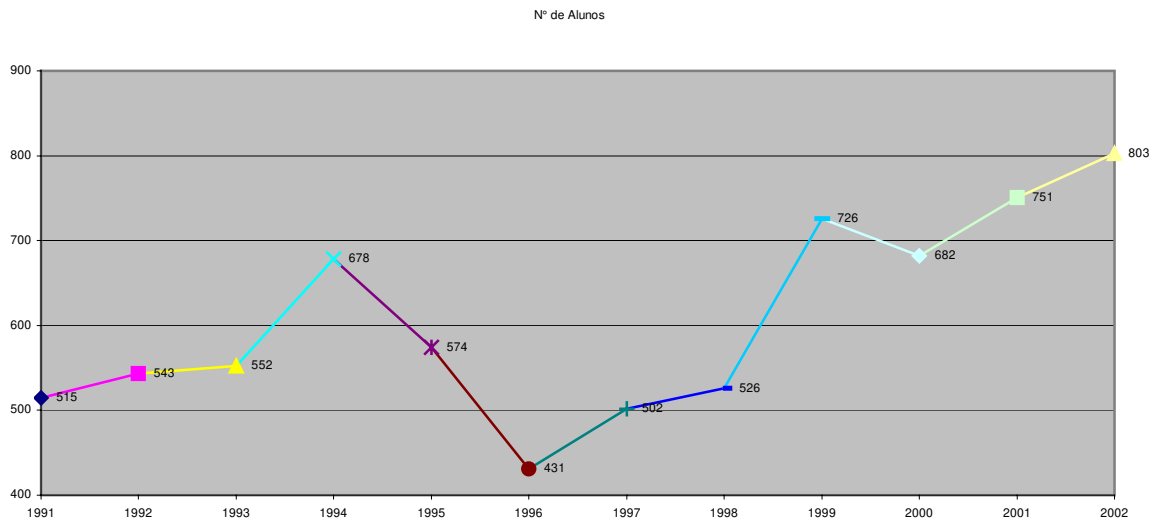
- As escolas estaduais, quando do funcionamento dos primeiros CIEPs, transferiram os alunos “problemas” para a rede municipal, numa verdadeira “limpeza” das suas escolas. Estes alunos tinham graves problemas de aprendizagem e comportamento. Muitos estavam defasados quanto à idade e o ano que estavam cursando, por desistências constantes ou reprovas. Havia alunos com 14, 16 anos na primeira série, quando o previsto seria de 7 anos. Alunos indicados por assistentes sociais, por estarem fora da escola e em situação de risco, também faziam parte do quadro de matriculados nos primeiros anos do CIEP.
- Os alunos dos CIEPs, quando se transferiam para as escolas da rede estadual, ficavam à margem dos outros alunos. Os professores consideravam os alunos dos CIEPs mais “fracos” do que os vindos de outras unidades estaduais. Esta postura fez os alunos dos CIEPs colocarem-se nos fundos das salas de aulas. Com o tempo o binômio: aluno fraco é igual a aluno de CIEP, foi fortalecido e espalhado entre os educadores.
- Algumas escolas se recusavam a receber de volta os alunos, negando a existência de vagas.

Apesar de todas estas questões, algumas superadas e outras não, observando-se o gráfico a seguir e nota-se que, apesar de variáveis, o número de alunos está em crescimento desde 1997, após abrupta queda nos anos de 1995 e 1996. Faz-se necessário acrescentar que no ano de 1993 e início de 1994 houve intensa campanha de professores do CIEP Zanaga na região, para que alunos se matriculassem na escola. Este movimento partiu dos próprios professores e contou com a ida de muitos deles às ruas, bater de casa em casa, fazendo pesquisa para saber o porquê da rejeição da comunidade com relação ao CIEP.

Nos anos de 1999 e 2000 a escola sofreu aumento de sua estrutura física, passando a dispor de mais salas de aulas e de lazer. Entretanto, isso gerou desconforto interno devido às construções em conjunto com as atividades escolares. Também, tornou-se evidente a disputa travada pelas escolas estaduais por alunos que as estavam deixando para matricular-se no CIEP. Muitos pais de alunos do CIEP receberam telefonemas e convites para irem conversar

com a direção da escola estadual Bento Penteado, buscando-se o convencimento para não realizarem a transferência.

Gráfico I: Gráfico da evolução do número de alunos matriculados no período integral e noturno no CIEP Zanaga em função do tempo.



Com relação à entidade sindical do magistério estadual, APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, não houve rejeição ao projeto CIEPs implantados em Americana. Pode-se creditar este fato a:

- A maioria das idéias pedagógicas e de recursos didáticos adotadas nos CIEPs ia ao encontro dos anseios dos professores;
- O número de CIEPs era bem menor do que no Rio de Janeiro, conseqüentemente não mobilizou e nem “incomodou” um número maior de pessoas;
- A APEOESP, sindicato dos professores estaduais, estava mais preocupada com o plano de carreira do magistério e a municipalização da rede escolar, do que com novas escolas que só iriam trazer mais empregos para os professores. Como Americana sempre se posicionou contra a municipalização, por defender a tese de que a rede escolar já estava municipalizada, os professores da rede estadual sentiam-se tranqüilos e a luta era contra o governo estadual.

Até o início de 2003, a APEOESP tinha como preocupação a falta de verbas para a educação infantil e a municipalização do ensino fundamental. Não houve nenhum atrito com os CIEPs ou a Rede Municipal. Entretanto, recentemente, os rumores de que Herb Carlini, Secretário de Educação estava em negociação com Gabriel Chalita, Secretário Estadual de Educação, para uma possível municipalização de onze escolas estaduais no município de Americana provocaram críticas aos CIEPs por parte do sindicato. A APEOESP começou a criticar também a administração municipal, por não cumprir a promessa de campanha que era a de não municipalizar. Reuniões feitas com a comunidade das possíveis escolas a serem incorporadas ao município foram, nas palavras de quem participou, *uma verdadeira guerra*.

Nas discussões sobre a municipalização, a APEOESP usou o argumento da qualidade do ensino, atacando o sistema municipal, especialmente os CIEPs, por manterem na escola atividades não tipicamente escolares como é o caso das atividades lúdicas e culturais.

Com a implantação dos CIEPs, em 1991, professores concursados ingressaram na Prefeitura. Estes professores não sabiam ao certo o que era o projeto desta escola em tempo integral, qual a sua proposta e o que eles enfrentariam com esta nova linha educacional. A maioria desconhecia os CIEPs do Rio de Janeiro, as suas polêmicas e posições educacionais. Para a cidade de Americana, só a criação de escolas de ensino fundamental administradas pelo município já era uma novidade. Tudo indica que a implantação de escolas municipais de ensino fundamental e a construção dos prédios dos CIEPs tiveram prioridade para o governo municipal em relação a elaboração da proposta pedagógica que adotariam.

A maioria dos professores ingressantes nos CIEPs tinha pouca ou nenhuma experiência de sala de aula. Mas eram jovens e encaravam o desconhecimento das estruturas destas escolas como um desafio, e como todo desafio, estimulante.

O “novo” atrai, cria expectativas, obriga a reflexão sobre o cotidiano, estimula a criatividade e leva à procura do conhecimento.

Em 1991, primeiro ano de funcionamento dos dois primeiros CIEPs da cidade, foram convocados os professores que iniciariam seu trabalho nestas escolas quinze dias antes do início do ano letivo, o que demonstra a inexistência de um projeto de preparação dos professores quanto ao novo modelo de escolarização a ser implantado. Os professores, elementos-chave do processo, eram alheios ao projeto, uma vez que não haviam participado

de sua elaboração. Todavia, o Departamento de Educação, hoje, Secretaria de Educação de Americana, procurou realizar com estes professores discussões e leituras que os levassem a compreender a filosofia e a estrutura de funcionamento destas escolas de tempo integral. Foram estudados textos diversos na linha da educação crítica e fragmentos do O Livro dos CIEPs, escrito para a implantação destas escolas no Rio de Janeiro. Esta formação durou quinze dias, com oito horas diárias de segunda à sexta-feira, o que, evidentemente, era insuficiente, mas motivava e valorizava os professores.

Autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Jean Piaget, Emília Ferrero, Rubem Alves, Georges Snyders, Mario Manacorda, Freinet, Skinner, Carl Rogers, Dermeval Saviani e Ivan Illich são alguns exemplos do escopo teórico colocado à disposição dos novos professores. Textos fragmentados destes autores permearam as reuniões. Apesar de oferecer pouca ajuda para a implantação dessas escolas, uma vez que não tratava da forma escolar e sim do conteúdo, a formação feita com os professores serviu para estimular o trabalho e a idéia de que seria uma escola diferente com uma nova educação, voltada para a valorização da criança e a sua formação crítica e cidadã.

A educação, neste contexto, estava relacionada à realidade política e social, portanto, segundo os organizadores desta formação inicial dos professores dos CIEPs, tornava-se necessário despertar sua consciência política para que pudessem sensibilizar os alunos e, assim, contribuíssem para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Os primeiros professores trabalharam munidos de um idealismo romântico, que lhes permitia acreditar que é possível ver o caminho a trilhar na medida do avanço da caminhada.

Os textos empregados nas reuniões de formação, falavam muito do papel do educador e da preocupação em não reduzi-lo a um simples transmissor mecânico de conteúdos culturais. O professor, principalmente o do Centro Integrado de Educação Pública, deveria ter condições de formar o aluno com verdadeira consciência crítica, voltada para a criação de uma nova cultura e para a transformação das condições sociais. Para tanto, os professores deveriam pensar a realidade criticamente.

Neste caminho, um novo currículo, voltado para as camadas populares, também foi estudado. A idéia central era que uma escola comprometida com a transformação da sociedade deva ser responsável pela socialização do saber elaborado e tudo o que nela aconteça é para atingir tal finalidade.

Desde a implantação dos CIEPs, há um contínuo aumento de professores ingressantes em virtude da própria expansão da rede de escolas municipais, mas o que parece não ser prioritário é a preparação inicial destes professores, mesmo tendo sido definido pela administração municipal que suas escolas possuem uma proposta educacional inovadora que requer preparo e engajamento.

Durante o período inicial da formação de professores foram realizadas eleições para escolher os assistentes de direção das escolas a serem implantadas, pois os diretores já haviam sido selecionados através de concursos públicos no ano anterior, em 1990.¹⁹⁸

Os professores sentiam-se animados com esta nova concepção política, o que acabou unindo este grupo por laços de amizade e de confiança. A fala de Evelene Ponce Armelin, assistente de direção do CIEP São Jerônimo na época e hoje diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental *Paulo Freire*, assim descreve esse período:

Aquela formação me levou a ter esperança... de uma nova educação... de que tudo a partir de agora seria diferente... de que a gente ia salvar o mundo. Isso nos levava a enfrentar as dificuldades – escola não estava pronta, comia-se arroz com salsicha... mas tudo era maravilhoso. Quando eu saí da atribuição – ingressei como professora de laboratório, estava felicíssima porque ia ter um laboratório só para dar minhas aulas. Isso é o que todo professor sonha. Levou um ano e meio para ele estar pronto. Mas mesmo assim tínhamos esperança. A gente tinha mais poder de decisão. Mudanças ocorriam a partir de nossas reuniões. Não vejo que isso ocorra mais. As decisões vêm de cima... isso aconteceu a partir de 1997.

Os professores deste primeiro concurso e que formaram estas duas escolas inicialmente, tinham como característica marcante o engajamento político. Tinham a esperança e a convicção de que poderiam mudar o *status quo* vigente através da educação de seus alunos. Acreditavam numa sociedade mais justa e humana e assumiram o discurso da administração municipal na crença de um “mundo melhor” através da educação.

¹⁹⁸ A ocupação de cargos de diretor de escola no município de Americana até a criação das EMEFs a partir de 1998, eram somente nas escolas em tempo integral. Em Americana, a escola municipal de ensino fundamental, por alguns anos, resumiu-se aos CIEPs, portanto, todos sabiam que necessariamente trabalhariam nestas escolas. Mas é necessário observar que foi somente no primeiro concurso para diretores que se usou propostas e bibliografia voltadas para os CIEPs, o mesmo não aconteceu para o concurso de professores. Esta é uma crítica que se fazia na época com relação à administração, que não esclarecia sobre os CIEPs, de forma prática para o seu quadro de servidores, a começar pelos concursos onde não havia nem a obrigatoriedade destas leituras para conhecimento de uma escola em tempo integral. Na realidade, acredito que a administração já buscava uma identidade própria, desvinculada da imagem dos CIEPs do Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1997, quando retornam à Prefeitura da cidade os implantadores desta proposta com o objetivo de resolver a aceitação pela comunidade destas escolas e não cometer os mesmos erros dos CIEPs do Rio de Janeiro.

Eram culturalmente bem informados, leitores de livros e jornais, freqüentadores de teatros e manifestações artísticas de todos os tipos, folclóricas e clássicas e possuíam grande interesse por estudos ligados à educação e à sociedade. Praticamente todos tinham nível superior, inclusive os professores de 1ª à 4ª série.

Este quadro mudou muito, talvez devido às seguintes razões:

- Os professores que iniciaram esta proposta pedagógica nos CIEPs Zanaga e São Jerônimo perderam a esperança de mudar o mundo pela educação;
- A estrutura física das escolas demorou muito a se concretizar e deixou o trabalho mais árduo do que o previsto;
- Os professores que ingressaram no decorrer dos anos não receberam a formação daqueles do primeiro ano;
- O salário dos professores nos primeiros anos dos CIEPs, inclusive no período da administração que não os implantou, eram comparativamente muito melhores do que os dos professores da Rede Estadual de São Paulo. Os incentivos em cursos de formação, investimentos nas escolas e nos materiais didáticos, tornava os CIEPs uma boa opção. Posteriormente com a criação de novas escolas de período parcial e a redução gradativa de seus salários sem a gratificação do período integral, os professores dos CIEPs voltaram-se para as escolas de período parcial.

No entanto, é possível falar que os traços da primeira turma de professores se perderam, principalmente, graças ao direcionamento de suas práticas educacionais e da proposta político/pedagógica orientadas pela administração municipal a partir de 1997, terceira gestão de Waldemar Tebaldi na prefeitura de Americana.

Apesar de constar ainda na proposta oficial da Secretaria de Educação de Americana que o objetivo das escolas municipais é o de formar o aluno para a vivência da cidadania, na prática, o desafio é apenas alfabetizá-lo.

Como se manifestou a comunidade da Região do Zanaga e demais Regiões de Americana

A primeira barreira imposta aos CIEPs foi a do preconceito. Os alunos eram pobres, pardos e sujos¹⁹⁹; e a escola passou a ser “escola de marginais”. Acrescenta-se a isso a crença de que esta parte da população é menos capaz de aprender²⁰⁰ do que os brancos, limpos e que, neste primeiro ano, como já vimos, as escolas da região do Zanaga “limparam” suas unidades dos alunos com problemas de comportamento e aprendizagem, crianças que pertenciam à população pobre. Os CIEPs eram visto como escolas de correção. Esta era a imagem da escola.

CIEP, uma escola real.

No ano de 1991, foi inaugurada, em nossa cidade, uma Escola Municipal, completamente diferente das escolas que tínhamos estudado até então. Esta escola chamava-se CIEP. Logo no primeiro dia de aula, sentimos a diferença, pois estávamos acostumados a entrar na sala de aula e sentar em nossas carteiras e ficar imóvel durante todo o período de aulas. Tínhamos um medo exagerado de falar com o professor. Nem quando tínhamos dúvidas, o medo de levar uma bronca fazia-nos calar. Falar com o Diretor, então, só quando expulsos da sala do professor.

Quando aqui chegamos, estranhamos a amabilidade com que fomos tratados, afinal não estávamos acostumados com isso.

Outra coisa que estranhamos foi o fato da escola funcionar em período integral. No começo, nos sentíamos como numa prisão, permanecendo nove horas na escola, mas isso foi só no começo, porque começamos a gostar de ficar aqui. Às vezes, quando somos dispensados mais cedo, nós ficamos brincando na quadra, conversando com os colegas e não temos vontade de voltar cedo para casa.

Quanto à aprendizagem achamos que aqui aprendemos muito mais, pois temos aula de matérias que nunca tínhamos tido antes como: laboratório, horticultura, oficina, leitura e redação, etc.

¹⁹⁹ KENSKI, Rafael. **Vencendo na raça**. In: Revista SUPER Interessante. São Paulo: Editora Abril, edição 187, abril de 2003. p. 42-50. Neste artigo há a afirmação de que o preconceito é tão antigo como a humanidade, mas o racismo não tem mais do que 500 anos. E está diretamente ligado à dominação de um povo sobre o outro. O autor afirma que o Brasil é racista, mas que se demorou muito para perceber. A crença de uma democracia racial começa a cair a partir da década de 60, quando se descobriu que o Brasil não só tinha preconceito em relação aos pobres, mas especialmente dirigida aos negros, pardos e índios. Apoiar-se na idéia de que não tínhamos racismo foi, segundo o artigo, um dos piores tipos de racismo que se conhece. *A forma mais eficiente de reforçar o preconceito é achar que ele não existe, é natural.*

²⁰⁰ Muito se escreveu sobre pesquisas educacionais, a partir dos anos 80, apoiando-se numa visão crítica da escola, procurando desvendar o porquê dos altos índices de repetência e exclusão de crianças e adolescentes que freqüentavam a escola pública brasileira. Estas pesquisas demonstravam que o excluído socialmente era responsável pelo seu “fracasso”, principalmente o escolar. A escola legitimava e justificava esta exclusão.

Outro dia, conversando com um colega que tinha se transferido para uma escola estadual e voltou a estudar no CIEP, perguntamos porque ele tinha voltado. Ele nos respondeu que depois de ter estudado aqui é difícil se adaptar em outra escola, pois aqui ele tinha liberdade de ação, era tratado com humanidade e não como um simples número.

Uma das coisas que nos deixa chateados é a discriminação que sofremos por parte das pessoas que não conhecem o CIEP.

Um dia, nós (alunos do CIEP) fomos fazer uma entrevista com professores e alunos da Rede Estadual. Logo que chegamos, sentimos uma certa rivalidade, um clima tenso parecia que estavam com medo de nós como se fôssemos marginais.

Isso nos magoou muito, mas passamos por cima, pois entendemos que isso só pode partir de pessoas que desconhecem a realidade.

Mas o que gostaríamos mesmo é que as pessoas procurassem conhecer o CIEP para que essa imagem negativa desapareça.²⁰¹

Esta era a manchete do Caderno Temático²⁰²: *Com que roupa se vai ao crime? Não bastassem o desemprego e a miséria, as classes pobres continuam sendo vítimas do estigma²⁰³ “preto, pobre, ladrão”.*

...Muitos especialistas já desconfiam desta associação imediata da pobreza com a criminalidade, embora haja uma realidade muito presente sobre esta relação. Cita informações do economista da Unicamp Marcio Porchmann, dando conta de que, quanto mais cresce a pobreza, há mais estímulo à violência, indicando que para combatê-la é necessário melhor distribuição de renda e também o combate à pobreza...O padre recorda que a Igreja vem alertando desde o Documento de Medellín (Colômbia, 1968) que a forma de organização da sociedade é uma violência institucionalizada. Em 1979, o Documento de Puebla (México) corroborava com o primeiro e classificava a sociedade e sua organização como “pecado social”. Ou seja: o pecado está embrenhado nas próprias dimensões da sociedade econômica, política e culturalmente’, explicou, referindo-se ao fenômeno da exclusão social e lembrando o Documento da CNBB nº61, onde a entidade define as transformações do movimento dos trabalhadores a partir dos anos 90: ‘Antes Protestavam contra a exploração, agora nem mais explorado o trabalhador pode ser, pois não tem emprego: é desnecessário como mão-de-obra e desinteressante como consumidor de baixa renda.

Agora, após tê-los marginalizados, chegam a vê-los como perigosos para a sociedade e criminosos em potencial’, acusou Ferraro...

Para ele, as camadas mais pobres, ao mesmo tempo em que são alvos principais no recrutamento para a criminalidade e suas principais vítimas, também são o setor mais vitimado pelo aparato repressivo, punitivo e menos protegido pelo Poder Judiciário. ‘E ainda são estigmatizados segundo a famosa associação “pobre, negro, ladrão”.²⁰⁴

²⁰¹ **CIEP, uma escola real.** Texto coletivo – 7ª série. Jornal do Zanaga. Americana. 14 de agosto de 1993. p.2.

²⁰² Caderno Temático – Jornal da Unicamp. Campinas, março/abril de 2002. p.4. O artigo é uma síntese da conferência do padre Benedito Ferraro no Simpósio sobre Segurança Urbana, promovido pela Unicamp.

²⁰³ GOFFMANN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar 1975. 158 p. O autor afirma que foram os gregos que criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os representava. Era uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. O termo estigma usualmente utilizado é em referência a um atributo profundamente depreciativo.

²⁰⁴ Caderno Temático – Jornal da Unicamp. Campinas, março/abril de 2002. p.4

A exposição do Pe. Ferraro no Simpósio sobre Segurança Urbana, na Unicamp, explicita o preconceito da sociedade com a camada mais pobre.

Em 1991, a Prefeitura elaborou relatório da condição sócio-econômica dos alunos do CIEP Zanaga. A pesquisa demonstrou que 80% das famílias que tinham filhos matriculados na escola eram pobres, pois as crianças necessitavam de atendimento em relação a programas de saúde, doação de materiais e uniformes escolares. No dois primeiros CIEPs, o do bairro Antonio Zanaga e o do São Jerônimo, as matrículas foram feitas por assistentes sociais da Prefeitura. O principal critério para as crianças estudarem no CIEP era a necessidade da família por uma escola de dia completo, que oferecia material escolar, uniformes e alimentação. Portanto, era o CIEP, nesta época, composto na sua quase totalidade, por alunos muito pobres, e assim, sujeito ao preconceito descrito por Ferraro no texto acima. Os CIEPs, neste sentido, atendiam o direcionamento da política educacional do município para as suas escolas de ensino fundamental. No caso do bairro Antonio Zanaga, o Centro Integrado de Educação Pública deu prioridade aos alunos oriundos da região do Profilub²⁰⁵, hoje bairro Nossa Senhora Aparecida, o bairro de maior pobreza na região.

Já o bairro São Jerônimo, por ser um bairro em formação e constituído por um conjunto habitacional financiado pelos órgãos públicos, era todo de população pobre. Portanto, os primeiros alunos que compunham os CIEPs vinham de famílias pobres, de casas construídas pelo BNH ou em sistema de mutirão com a ajuda da Prefeitura.

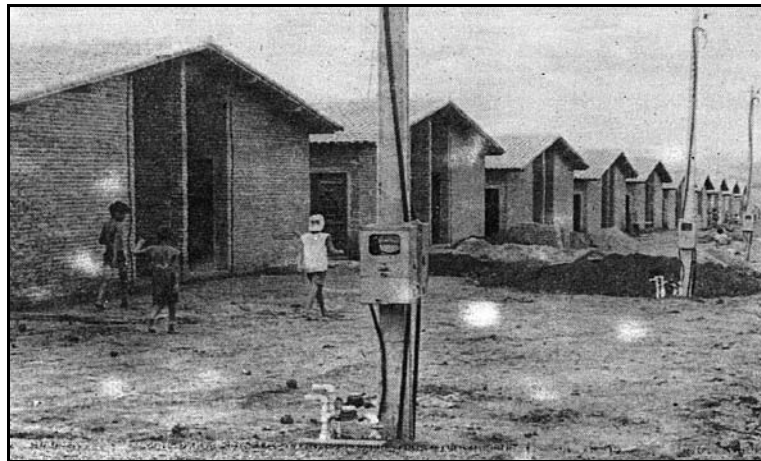


Fig. 33. Bairro Jardim da Paz. Mostrando crianças moradoras deste bairro próximo ao CIEP São Jerônimo e que não conseguiram estudar por falta de vagas. Fonte: Crianças do Jardim da Paz não conseguem vagas no CIEP. Americana. O Liberal, 11 de abril de 1992. p. 3.

²⁰⁵ Programa de financiamento de lotes urbanizados.

Paralela à situação econômica e social, acrescentou-se outro: a cor da pele dos alunos.

Em conversa com moradores antigos do Zanaga foram colhidas as seguintes afirmações quando da implantação e durante os primeiros anos de funcionamento do CIEP:

O CIEP foi feito para os pais que trabalham o dia todo... as crianças ficarão no CIEP (integral) porque ficam na rua.

O CIEP serve para educar e alimentar os 'marginalzinhos' das favelas, as crianças carentes que passam fome e ficam na rua.

A associação de pobreza com assistência e caridade é um tema estudado largamente pela sociologia e mesmo pela história das religiões.

No estudo de Hauck e outros,²⁰⁶ encontram-se passagens afirmando que os estigmas raciais, principalmente da raça negra, impediam ou limitavam a ascensão social e que os pobres eram vistos como objeto de caridade, e não de justiça. Daí desenvolve-se toda uma mística e todo um sistema de assistência e promoção dos pobres: criação e manutenção de casas para crianças abandonadas, recolhimento de órfãos e crianças pobres, asilos de mendigos e mulheres desvalidas, hospícios, Santas Casas de Misericórdia e tantos outros.

Estes pesquisadores analisam o sentimento do brasileiro com relação ao pobre.

*Está profundamente no caráter brasileiro a ilimitada compaixão pelos doentes e pelas crianças... O pobre é, pois, merecedor de toda compaixão enquanto é visto como um doente e não como um injustiçado. Ou mais precisamente, enquanto é visto como 'desamparado da sorte' e não como "desamparado da justiça".*²⁰⁷

Os autores estudaram o período colonial brasileiro e o século XIX, todavia suas análises se adequam perfeitamente ao pensamento dominante na atual sociedade. Artigo publicado pela *Folha de São Paulo*, que estampa a foto do cantor Tiririca, que, na época, teve a canção *Veja os Cabelos Dela* proibida sob acusação de racismo, enfatiza que o mito da harmonia pluralista no Brasil esconde intolerância social:

²⁰⁶ HAUCK, João Fagundes, et al. **História da igreja no Brasil – Ensaio e interpretação a partir do povo.** Segunda época. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Edições Paulinas/ Vozes. Tomo II/2. p. 212.

²⁰⁷ HAUCK, João Fagundes, et al. op.cit. p.212.

O preconceito é como um camaleão: às vezes engana o olho como uma suástica, ou adocicado em músicas racistas escritas por palhaços ingênuos. Ou pode ser camuflado em expressões e atos implícitos, de um modo tão sutil, que passa despercebido... No Brasil o mito da harmonia pluralista, às vezes, suaviza o preconceito explícito, fazendo com que fique mais lúdico. Vimos isto em piadas e brincadeiras de mau gosto... Esse preconceito dissimulado aparece, muitas vezes, na tentativa condescendente de elogiar para compensar a desvantagem de um grupo marginalizado... Numa sociedade míope demais para ver por meio do mito da harmonia racial, o preconceito dissimulado também passa despercebido. E quanto mais aceito e cotidiano se torna, mais automático fica. Quem pensa duas vezes antes de usar a expressão 'programa de índio' ou a palavra 'judiação'. Essa miopia dá lugar, também, ao preconceito mais explícito. Por exemplo, numa capa recente da revista 'Mad', um menino de rua negro, desenhado como se fosse um chimpanzé, está bebendo cola de sapateiro. A manchete diz: 'É isso aí, Macacada!'... O brasileiro tem dificuldade de enxergar os preconceitos porque são 'suavemente ideológicos' e, muitas vezes não-personalizados.²⁰⁸

Tanto Ferraro como Kepp²⁰⁹, compartilham a idéia de que o preconceito no Brasil existe e é dissimulado. Acrescento Da Matta²¹⁰, que defende a idéia de que essa harmonia pluralista foi a maneira encontrada pelo brasileiro para sobreviver em nossa sociedade.

Apesar do preconceito, o que mais incomodou a comunidade, principalmente nos primeiros anos do CIEP do Zanaga, foram as constantes brigas entre os alunos no interior da escola. Esperava-se especialmente que a escola desenvolvesse o comportamento escolar padrão, conforme Os deveres do escolar, de Walter Niegler de Freitas - anexado no final deste trabalho, e que circula normalmente no interior das escolas brasileiras, construindo a imagem do aluno ideal, que é capaz de :

- Chegar no horário e não faltar às aulas;
- Fazer fila em silêncio, não correr e nem gritar pela escola, mesmo ao término das aulas, ir direto para casa em silêncio;
- Ficar o tempo todo na sala de aula e nela prestar atenção à professora sem conversar ou fazer brincadeiras;
- Manter tudo ao seu redor limpo – carteiras, chão, material escolar e caderno;
- Mostrar as notas aos pais;
- Não se apropriar de material dos outros e sempre falar a verdade;
- Não estragar as plantas da escola;
- Acreditar em um Deus punitivo.

²⁰⁸ KEPP, Michael. **A face dissimulada do preconceito**. Folha de São Paulo. São Paulo, Caderno Mais! 25 de agosto de 1996. p. 3.

²⁰⁹ Jornalista e correspondente da Folha de São Paulo. op. cit.

²¹⁰ DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**.^{4ª} edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 272 p.

Elias²¹¹ estudou o processo de civilização do ocidente e constatou que a estrutura e o controle das emoções humanas, como a concebemos hoje, é fruto de um processo gradual dos costumes, principalmente da classe dominante de sua época.

Assim, a comunidade esperava que o CIEP cumprisse seu papel de escola que deve ensinar todo o conjunto de hábitos mentais. Não por servir ao regime, mas porque eles tendem a influenciar o bem estar público. Suas expectativas estavam calcadas na visão dominante na sociedade com relação à escola. Aquela instituição que, como afirma Dürkheim²¹², adquiriu a função de ligar o filho com a sociedade, que anteriormente estava centrada na família, passando a ser o único meio moral em que o filho aprende metodicamente a conhecer e amar a Pátria.

A educação escolar foi um instrumento da construção da identidade nacional. A comunhão de valores e sentimentos dos brasileiros colabora com a *fórmula da educação humana*²¹³ e consolida a ordem – principalmente a econômica e política – e o progresso da nação garantindo que diferenças raciais e de classes sejam superadas e convivam harmonicamente no país.

Segundo Prado Jr.²¹⁴, dentro de uma visão liberal de que a instrução de todos é a solução para acabar com os males da sociedade, construiu-se o ideário de escola desde o século XIX.

A educação brasileira legou à sociedade a crença de que a escola é o meio da redenção moral e política. A *boa escola* era o meio e o instrumento para estabelecer uma *boa*

²¹¹ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – uma história dos costumes**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. 277 p. 1v

²¹² DURKHEIM, Emilio. **La Educacion Moral**. México, D.F: Colofón, S.A.- Morena 425 – A – 03100. ISBN 968-867-016-2

²¹³ SANTOS, Edíógenes Aragão; MONTEIRO, Regina Maria. **O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bonfim: A construção política de uma identidade nacional através do ensino**. In: Revista Pro – Posições. Campinas, SP: FE/Unicamp, vol.13, nº 2 (38), maio/agosto de 2002. p. 21-33. As autoras analisam a obra de BILAC, Olavo; BONFIM, Manoel. **Através do Brasil**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921. Neste artigo, enumeram três elementos que os autores estudados afirmam constituir a identidade nacional: 1. a delimitação geográfica do corpo físico da nação, o território; 2. a existência de um passado comum aos habitantes deste território e; 3. a comunhão dos sentimentos e valores destes mesmos habitantes. Para Bilac, os habitantes são a expressão da alma do país e isso se manifesta nos valores expressos pelo seu comportamento. A cordialidade, a bondade, afabilidade, carinho, acolhimento, simpatia, simplicidade, franqueza, hospitalidade, coragem e fidelidade dos brasileiros aparecem como um gesto natural de sua personalidade. Caracterizando e o definindo. Segundo as autoras, a narrativa do livro leva a composição do homem cordial não só como característica de sua personalidade, mas como valores que delimitam o homem de bem. Valores originários do pensamento liberal e do positivismo.

²¹⁴ PRADO JUNIOR, Bento, et al. **Descaminhos da educação: Pós-68**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Série Debate, 8. 87 p.

sociedade. Filósofos e pedagogos importavam-se muito mais com os conteúdos e estratégias de ensino do que com o papel social da escola. Portanto, mudando o lugar da crítica do “conteúdo” escolar para a “forma”, lugar social que a determina, a desconfiança com relação à escola continua no pensamento pedagógico brasileiro, tido como progressista, que é essencialmente reformista, como o afirma Prado Jr.²¹⁵.

Por outro lado, a comunidade espera da escola que ela desenvolva regras de civilidade adequadas para a vida urbana moderna. Aí estão incluídas as boas maneiras como:

- Maneira de falar – baixo, pausadamente, esperando sua vez, sem palavrões, expondo suas idéias com palavras claras e diversificadas;
- Maneira de se colocar à mesa para as refeições – em silêncio, mastigando devagar, não falar com a boca cheia, sentar-se e utilizar os talheres adequadamente;
- Maneira de cortesia, afabilidade, gentileza ou tolerância – utilizando palavras como: com licença, desculpe, obrigado, por favor;
- Maneira de se vestir ou tratar o corpo – roupas arrumadas e limpas, cabelos penteados, lavar as mãos antes das refeições, escovar os dentes.

Matarazzo²¹⁶, em seu livro sobre etiqueta, relata que foi na sua infância, período em que conviveu em uma escola que era formada de diferentes grupos étnicos, que começou a desenvolver as primeiras noções de etiqueta. Para ela, era uma questão de sobrevivência aprender a língua e os costumes de cada grupo, pois, do contrário, não seria aceita por eles.

Devido às propagandas divulgadas sobre os CIEPs, a comunidade esperava uma grande escola, uma escola de “primeiro mundo”, como falavam a população e a administração municipal. No entanto, se depararam com uma escola inaugurada inacabada e repleta de problemas, entre eles, as brigas entre os alunos.

Ocorre que os valores e costumes sociais descritos entraram em choque com aqueles praticados pelo grupo de alunos que a escola recebeu: os alunos se expressavam de forma grosseira, falando alto, interrompendo falas de colegas ou professores; não sabiam comer direito (alguns alunos do Ciep Zanaga comiam com a mão, outros não sabiam nem cortar o bife, muitos não conheciam uma simples melancia); lavar as mãos e pentear os cabelos, para

²¹⁵PRADO JUNIOR, Bento, et al. op.cit.

muitos, era um hábito que não fazia parte de seu cotidiano; e as brigas eram um prolongamento de sua realidade, onde a regra dominante era a da sobrevivência.

O efeito causado pela proposta de educação redentora em comunidades com considerável concentração de crianças e jovens em situação de risco foi uma certa homogeneização da população escolar.

Verificando-se o número de alunos matriculados e freqüentando o CIEP Zanaga durante uma década, encontra-se uma incidência de meninos maior do que a de meninas. Este fato, principalmente nos primeiros anos de funcionamento, reforçou a idéia de que a escola era composta de alunos indisciplinados e que amedrontavam as famílias, as quais tendiam a proteger as meninas desse ambiente.

Tabela I: Números de alunos matriculados no CIEP Zanaga no período integral

Sexo	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
feminino	31 %	41%	40 %	43 %	46 %	48 %	44 %	48 %	47 %	47 %	48%	47%
masculino	61 %	59 %	60%	57 %	54 %	52 %	56 %	52 %	53 %	53 %	52%	53%
Total	515	409	344	424	285	301	299	308	533	582	631	685

Nas escolas e no imaginário popular considera-se que os meninos são mais indisciplinados, difíceis de lidar e desorganizados, não gostam de estudar, demoram em amadurecer emocionalmente e apresentam maiores problemas de aprendizagem do que as meninas. Algumas destas questões estão confirmadas em pesquisas, como é o caso dos estudos sobre o sucesso feminino na escola presente na literatura francesa.

Outro fator é que se os meninos estudassem meio período diário, provavelmente ficariam na rua e estariam mais sujeitos aos vícios e companhias que os levariam às drogas, roubos e outros comportamentos anti-sociais.

As meninas, depois do horário escolar, ajudariam as mães nas tarefas domésticas, cuidando da casa e dos irmãos menores. Dependendo da idade, elas se fazem mais necessárias em casa do que na escola o dia todo.

²¹⁶ MATARAZZO, Claudia. **Etiqueta sem frescura**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995. 180 p. Claudia Matarazzo é jornalista e se especializou nas áreas de etiqueta e comportamento. Colabora com revistas, jornais e programas de televisão.

Apesar de todo o trabalho da escola para reverter algumas destas questões, ainda predominam os meninos no CIEP Zanaga, mas com uma diferença bem menor com relação aos primeiros anos.

Observando a relação quantitativa de meninos e meninas nos quatro Centros Integrados de Educação Pública de Americana, constata-se que os meninos predominam nas três unidades escolares cujos bairros são de população mais pobre: Zanaga, São Jerônimo e Cidade Jardim. Apenas no São Vito, situado em um bairro tradicional da cidade, o número de meninas é predominante.

Nestes últimos anos, tornou-se comum famílias inteiras freqüentarem os CIEPs, diferentemente dos anteriores, em que os pais matriculavam só o mais “danadinho”, principalmente do sexo masculino, pois acreditavam que o CIEP serviria para disciplinar as crianças. Hoje, acreditam, segundo vários depoimentos e comentários, que a escola oferece boa educação e todos os filhos devem aproveitá-la.

Pode-se presenciar filas de espera na porta da escola nos meses de janeiro e fevereiro. Mesmo durante o ano, pais se dirigem à escola e cadastram seus alunos para possíveis chamadas.

É em 1997, o prefeito Waldemar Tebaldi, ao retornar à administração municipal, recebeu uma avaliação muito negativa dos CIEPs através de seus contatos políticos e com a população. Na época, o CIEP Zanaga tinha 502 alunos freqüentes. No período integral havia 299 alunos matriculados, o restante estava freqüentando o curso noturno de 5ª a 8ª séries. Portanto, o CIEP Zanaga, que foi construído com capacidade para atender 600 alunos no período integral, estava praticamente com metade deste número e envolto em inúmeras críticas.

Transformações no Projeto: Os Centros Integrados de Educação Pública

O retorno da administração Tebaldi (PDT) coincidiu com mudanças na Educação, principalmente com a vigência da nova LDB. Aproveitando estas mudanças legislativas, a Secretaria de Educação de Americana proporcionou alterações que se enquadravam na nova LDB e satisfaziam educadores nos ajustes do novo projeto para os CIEPs da cidade. Entre estas mudanças estava a criação de um sistema próprio de ensino e a desvinculação

definitiva da Diretoria de Ensino Estadual tornando o município autônomo no direcionamento e supervisão de sua rede escolar.

A Secretaria de Educação também extinguiu a seriação dos alunos, substituindo-a por ciclos de progressão continuada, aumentando a escolarização em mais um ano nas escolas de ensino fundamental. Com a autonomia oferecida pela criação do Sistema Municipal de Ensino, previsto na LDB 9394/96, a administração municipal adotou o regime de ciclos, mas o fez diferentemente do governo estadual. As escolas estaduais possuem 8 anos de escolaridade divididos em dois ciclos: o primeiro vai da 1ª à 4ª série e o segundo, da 5ª à 8ª série. Não há reprovação entre os anos do primeiro e do segundo ciclos e sim, nos últimos anos do primeiro e do segundo ciclo. Já o Sistema Municipal está assim definido: 9 anos de escolaridade divididos em 3 ciclos de 3 anos cada, sendo o primeiro ciclo de 6 a 8 anos ou, no sistema seriado, pré escola, 1ª e 2ª séries. O segundo ciclo de 9 a 11 anos ou, no sistema seriado, 3ª, 4ª e 5ª séries. Tanto o primeiro como o segundo ciclo são oferecidos em período integral nos CIEPs e parcial nas EMEFs. O terceiro ciclo, de 12 a 14 anos ou, no sistema seriado, 6ª, 7ª e 8ª séries é oferecido em período parcial nas EMEFs, nos cursos noturnos e mesmo nos CIEPs. A retenção se houver, só poderá ser realizada no último ano de cada ciclo.

A progressão automática é vista pela maioria dos professores, tanto da rede municipal como estadual como uma medida adotada pelos governos para “tapar o sol com a peneira”. Entretanto, reconhece-se que a principal mudança ocorrida no sistema foi a adequação da idade do aluno com o ano freqüentado. Ou seja, deixaram de existir alunos na 1ª série com 14 anos de idade, quando o previsto é sete anos.

A administração municipal efetivou a diminuição da idade escolar mínima para freqüentar as escolas municipais de ensino fundamental. Ou seja, a escolarização se iniciaria agora com seis anos e não mais sete como tradicionalmente ocorria. Para a administração municipal essa medida ia ao encontro de três condições favoráveis: primeiro, a de que havia falta de espaço nas escolas de educação infantil para suprir a demanda de alunos, pois eles ficavam nas EMElS até completarem 7 anos haveria a necessidade de investimentos; segundo, os CIEPs, estavam com poucos alunos e a procura pela escola não preenchia as vagas existentes; e terceiro, o repasse de verbas, principalmente o FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, é destinado às escolas de ensino fundamental. Portanto, esta medida liberaria vagas nas escolas de educação infantil, estabilizaria os CIEPs

e traria mais recursos financeiros para a administração municipal. Apesar deste direcionamento administrativo ignorado pelos professores dos CIEPs, estes profissionais apoiaram a idéia, pois viram nela a possibilidade de trabalhar mais os alunos, já que eles dariam início à escolarização um ano antes do habitual e solucionariam um problema antigo, cuidando de preparar desde cedo os alunos para a alfabetização. As crianças se adaptaram muito bem às escolas, e tanto os professores como os funcionários se empenharam para que esse projeto desse certo. Hoje, ampliou-se este atendimento também para as escolas de período parcial do município e as escolas estaduais, há dois anos, matriculam crianças com seis anos para iniciar a escolarização. A única diferença é que as escolas estaduais não possuem um projeto diferenciado para atender e adaptar estes alunos ao processo de escolarização. Já os iniciam como se estivessem na 1ª série. Nas escolas municipais, o trabalho é gradativo, pois a criança começa a se alfabetizar no segundo semestre, quando o professor direciona atividades para este fim.

Já nesta 2ª fase, e devido à legislação, o pedagogo exerce 8 horas de atividades diárias na escola. Dentista exercem 4 horas de atividades diárias, mas são funcionalmente ligados à Secretaria de Saúde. Psicólogos, médicos e assistentes sociais atendem em suas respectivas secretarias através de encaminhamentos da escola ou iniciativas dos próprios pais dos alunos.

Os CIEPs foram ampliados e reformados, pois a administração anterior não demonstrou interesse em manter essas escolas. O CIEP Zanaga foi o que mais sofreu com a falta de manutenção neste período devido a inúmeras deficiências da própria construção.

No decorrer dos anos, reformas e novas construções foram necessárias para atender a procura pela escola e também no intuito de resolver problemas estruturais que comprometiam a segurança dos alunos.

Hoje, a escola está linda, grande e com jardins bem cuidados e árvores frondosas que irradiam sombra por toda sua extensão. É considerada pelos moradores um cartão de visita do bairro. Mas ela tem uma história de luta, de mudança de imagem e perseverança gravada em sua memória.



Fig. 34. CIEP Zanaga I. Em primeiro plano, caminho de acesso às novas salas de aulas construídas. Fonte: In Revista **CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania**. Prefeitura Municipal de Americana, 2002. p. 3.



Fig.35. CIEP Zanaga II. Frente e lateral do bloco principal da escola. Fonte: In Revista **CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania**. Prefeitura Municipal de Americana, 2002. p. 5.



Fig. 36. Vista aérea do CIEP Zanaga. Reparar as novas estruturas construídas no decorrer dos anos, e a vegetação, abundante. Foto do ano de 2003. Fonte: acervo da escola.

O horário do período integral foi reduzido – passou a ser das 7h30min às 15h50min, e, conseqüentemente, sua grade curricular sofreu mudanças.

A Rede Municipal de Americana foi ampliada com a criação de 3 novas unidades escolares de ensino fundamental, construídas para funcionarem em regime parcial de atividades. A administração municipal afirma que estas unidades escolares foram implantadas para atender parte da população que não precisa do período integral. Na realidade, uma das queixas da população com relação aos CIEPs, era a de que não tinham a opção de seus filhos estudarem em regime de período parcial de atividades, a não ser nas escolas estaduais. Neste sentido, os governantes municipais decidiram criar dois sistemas de atendimento às crianças no ensino fundamental: período parcial nas EMEFs e integral, nos CIEPs.

O uniforme escolar mudou duas vezes. Na primeira, misturou as cores, amarelo claro e azul com o emblema criado pela Secretaria de Educação em 1991. O modelo mais recente, é constituído por camisetas brancas com o emblema criado para os CIEPs do Rio de Janeiro (PEE – criado por Darcy Ribeiro e visto no capítulo I) e bermudas azul marinho²¹⁷. Este

²¹⁷ Waldemar Tebaldi foi reeleito para o seu quarto mandato municipal em 2000 e, até o momento, os indícios apontam que este é o período em que os CIEPs mais se assemelham ou procuram assemelhar-se aos dos originais criados no Rio de Janeiro. As hipóteses caminham na direção de: 1. O secretário de Educação, Herb

uniforme é cedido aos alunos que não possuem condições de comprá-los. O uniforme dos alunos das EMEFs é igual aos do CIEPs, diferenciando-se somente no emblema da camiseta – apresenta o emblema o criado em 1991 pela Secretaria de Educação de Americana para os CIEPs.



Fig.37. Logotipo dos CIEPs de Americana. Oficialmente a partir de 2003. Como o das EMEFs, visto anteriormente, será aplicado nos uniformes de alunos e funcionários. Este logotipo é o mesmo criado por Darcy Ribeiro e representava o 1º e o 2º PEE do governo de Leonel Brizola. Se observarmos os CIEPs do Rio de Janeiro, muitos os têm gravado nas suas estruturas ou muros externos. Caracteriza um lápis e representava o combate ao analfabetismo. Fonte: acervo da escola.

Inovações no Projeto Pedagógico

Com o correr dos anos, a proposta pedagógica dos CIEPs sofreu alterações, principalmente no seu eixo norteador. A área que faz o elo de ligação entre todos os componentes curriculares do período integral passou a ser somente a da Linguagem. Paralelamente, a comunidade atendida pelos CIEPs começou a cobrar uma educação mais eficiente no que tange à rapidez em alfabetizar as crianças. Os próprios professores se questionavam sobre a necessidade de se evidenciar muito mais a disciplinas de Português do que as outras. Tornava-se mais urgente resolver a questão da alfabetização do aluno do que “transformá-lo num cidadão”, como previa a proposta original.

Esta discussão sobre a aquisição da escrita – tempo, metodologia, eficiência - parece não permear apenas as discussões nos CIEPs, mas na escola pública brasileira em geral.

Carlini, que esteve à frente desta pasta em todos os mandatos do prefeito Tebaldi, identifica-se e muito admira o Professor Darcy Ribeiro. Portanto, tudo faz para divulgar suas idéias; 2. Este último mandato (prefeito está em idade avançada e não mais pode exercer cargos públicos) consolidou uma linha diretiva na educação da cidade e agora, embora não divulguem, a Secretaria de Educação mantém alguns indícios das diretrizes do PDT, mas já possui vida própria há muito tempo.

Com isso, os CIEPs de Americana, atualmente, priorizam a leitura e escrita de seus alunos. A maioria de suas atividades curriculares focaliza esta finalidade, embora a dinâmica interna e o conjunto das disciplinas favoreçam a socialização dos alunos.

Apesar de todas as mudanças físicas, organizacionais e curriculares serem definidas por professores, funcionários e a comunidade como positivas, é possível observar certo saudosismo dos professores com relação aos primeiros anos de funcionamento dessas escolas.

Maria Estela Deltrégia, ex-professora de Educação Física do CIEP do Zanaga e que foi membro deste grupo iniciante dos CIEPs em Americana afirma: *Apesar de todo o sofrimento e que sei que hoje estamos no paraíso, nada se compara ao primeiro ano. Éramos animados... unidos... tinha-se um problema, sentava-se e tentávamos resolver em conjunto... não que não fazemos isso hoje, mas é diferente....*

Não obstante a queixa da professora, o seu grupo de Educação Física é considerado o mais unido da Rede Municipal. Diferentemente do grupo de Educação Artística, que também iniciou os CIEPs e possui um número maior de professores que ainda permanecem na Rede Municipal, mas que não se uniram nos mesmos ideais.

O número de professores do grupo iniciante nos dois primeiros CIEPs de Americana, Zanaga e São Jerônimo, que permanecem na rede municipal é relativamente baixo, como mostra a tabela a seguir.

Tabela II: Número de professores III²¹⁸ convocados pelo primeiro concurso, por especificidade e que permanece na Rede Municipal.

Ano	Port.	Mat.	Ciências	História	Geografia	Ed.Art.	Ed.Fís.	Música	Inglês
1991	18	12	9	10	6	16	16	2	2
2002	1	2	2	0	1	5	7	0	0

Os professores de Educação Física criaram e organizam os Jogos Municipais dos CIEPs, CAIC e EMEFs (hoje em parceria com a Secretaria de Esportes) organizam desfiles, e participam de grupos de estudos e seminários para o desenvolvimento de sua área.

Recentemente, a professora Estela transferiu-se do CIEP Zanaga para uma escola municipal de período parcial alegando mudança de endereço e cansaço, mas comentou:

²¹⁸ PI – Professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

PIII – Professor das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Hoje não faço nada do que fazia no CIEP... Vou até a escola, dou minha aula e volto para casa... É tão diferente... Tive vontade de voltar várias vezes... Mas apesar do trabalho fascinar e ser mais dinâmico... É muito cansativo.

Esta dinâmica nas atividades aparece em todas as conversas com antigos professores de CIEP. No início deste trabalho, a hipótese era que somente a estrutura organizacional dos CIEPs era o veículo que beneficiava as atividades constantes e diferentes com os alunos. Para confirmar esta hipótese foi necessário comparar as atividades dos CIEPs com as das escolas municipais de período parcial. Observou-se que o fato do aluno e o professor ficarem o dia todo na escola propicia a integração de todos os envolvidos no processo educacional e cria momentos para desenvolver atividades diferenciadas que não se restringem somente às salas de aulas. Mas ao examinar as escolas mais dinâmicas de período parcial, percebeu-se que possuem na direção professores que pertenceram às equipes dos CIEPs, principalmente dos primeiros anos de funcionamento. Este é o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire que, como se verá mais à frente, detêm maior número de professores que foram de CIEP e possui na direção uma ex-diretora de CIEP. Portanto, a dinâmica das atividades é mais rica e volumosa em uma escola de tempo integral, mas podem ter o mesmo perfil (talvez com menos volume), em uma escola de período parcial, se os professores tiverem concepções pedagógicas diferentes da tradicional.

Observar a tabela.

Tabela IIII: Número de professores I e III²¹⁹ ingressantes e que permanecem nos CIEPs

Ano	CIEP Zanaga	CIEP São Jerônimo
1991	PI – 27 PIII - 12	PI – 25 PIII - 15
2002	PI - 1 PIII - 3	PI – 1 PIII - 3
Índice de permanência	PI – 3,7% PIII – 25%	PI – 4% PIII – 20%

Ano	CIEP São Vito	CIEP Cidade Jardim
1992	PI* - 23 PIII* - 12	PI - 23 PIII - 12
2002	PI - 3 PIII - 6	PI – 3 PIII - 3
Índice de permanência	PI – 13% PIII – 50%	PI – 13% PIII – 25%

²¹⁹ PI – Professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental

Segundo dados colhidos em todos os CIEPs de Americana, poucos professores I e III, iniciantes dos anos de 1991 e 1992, permanecem nas unidades em que ingressaram.

A quase totalidade optou, no decorrer dos anos, por uma escola de período parcial.

Os motivos alegados por eles são diversos:

- Consideram cansativa a dinâmica geral das escolas em tempo integral, além dos vários projetos oriundos da *Secretaria de Educação* que tem de executar.
- Falta de valorização do professor das escolas em período integral. Professores querem diferenciação salarial por trabalhar nos CIEPS. Comparam a dinâmica das escolas de período parcial com os CIEPs, juntamente com os alunos destes dois tipos de escolas e acreditam que o professor de CIEP trabalha mais.²²⁰
- Consideram que os alunos são muito difíceis: agressivos e apresentam dificuldades de aprendizagem. Apesar de muitos terem se identificado com as necessidades dos alunos, assumem a dificuldade deste trabalho.
- A estrutura do período integral faz estas escolas muito barulhentas. Muitas trocas de aulas e atividades diversas durante o dia, associado ao número de alunos e construção escolar inadequada, principalmente do CIEP Zanaga, são os argumentos usados pelos professores.
- A localização das novas escolas mais próximas de suas residências. Quando os dois primeiros CIEPs foram construídos, estavam localizados em regiões afastadas do centro de Americana e também da maioria das residências dos professores. A partir do momento que outras opções de escolas próximas às suas casas foram surgindo, segundo eles, era a oportunidade de mudança. Gastariam menos com transporte e tempo de locomoção trabalho/casa.

PIII – Professor das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

²²⁰ Recentemente, o vereador de Americana, Diego Denadai, visitou os CIEPs e conversou com funcionários. O motivo era verificar a possibilidade de se elaborar um projeto a ser enviado a Câmara Municipal, que justificaria uma gratificação salarial para todos os funcionários que trabalham em CIEP. A pauta de

Segundo a administração municipal, essa evasão de professores é atribuída às seguintes causas: proximidade da residência e a exaustiva carga horária semanal de 40 horas cumpridas, com aluno, no período inicial dos CIEPs. Hoje há divisões deste período com atividades de reforço, sala de aula e hora de estudo, sendo que algumas dessas atividades, não exigem a presença constante do professor.

Ver tabela seguinte.

Tabela IV: Número de professores das EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental e que foram professores da rede de CIEPs.

Nº de professores – EMEF Paulo Freire	Nº de professores que foram de CIEP	Nº de professores que dobram a carga horária
PI – 20	PI – 19	PI – 1
PIII - 12	PIII - 11	PIII - 3
Diferença %		PI – 5% PIII – 25%
Nº de professores – EMEF Florestan Fernandes	Nº de professores que foram de CIEP	Nº de professores que dobram a carga horária
PI - 27	PI – 8	PI – 1
PIII -	PIII-	PIII -
Diferença %		PI – 4 % PIII – 0%
Nº de professores – EMEF Darcy Ribeiro	Nº de professores que foram de CIEP	Nº de professores que dobram a carga horária
PI – 36	PI – 1	PI – 1
PIII -13	PIII -	PIII -
Diferença %		PI – 3% PIII – 0%

Mesmo com a carga horária semanal dividida a partir de 1999, de forma a não serem obrigados a permanecerem com o aluno 40 horas semanais, continuou havendo evasão de professores do período integral para o parcial, à medida que novas escolas de período parcial iam sendo inauguradas. Recentemente, em dezembro de 2003, período no qual é realizada a remoção de professores, no CIEP do bairro Cidade Jardim, todos os professores do primeiro e segundo ciclos (1ª a 4ª séries) se removeram para a EMEF Paulo Freire. Esta escola de período parcial é considerada pelos professores como a que possui alunos de melhor poder aquisitivo de toda a Rede Municipal.

reivindicações, juntamente com a descrição dos trabalhos dos funcionários, foi encaminhada ao vereador e

Note na tabela V, que a EMEF Darcy Ribeiro, a primeira escola municipal de período parcial, e também, a que se localiza em bairro mais distante do centro da cidade, praticamente não conta com professores provenientes dos CIEPs. Além disso, pode-se verificar que é pequeno o número de professores removidos e que completam sua jornada de trabalho em outras unidades escolares.

Analisando os motivos apresentados pelos professores para sua transferência dos CIEPs para as EMEFs, pode-se pensar nos motivos isoladamente associados:

- Que os professores não se adaptaram à sistemática de uma escola em tempo integral. Ainda preferem o esquema tradicional de escola: alunos dentro das salas, participando das aulas, fazendo atividades calmas e silenciosas.
- Que a possibilidade de se trabalhar próximo à residência seja o atrativo principal em vista dos gastos com tempo e dinheiro para a locomoção. Este seria um dos motivos que levariam os professores a pedirem uma diferenciação salarial por trabalharem nos CIEPs, pois estas escolas, normalmente, estão construídas em bairros periféricos da cidade.

Mas na realidade, uma razão possível para esses deslocamentos de professores, reside na dificuldade de se trabalhar o dia todo em uma escola tão complexa. Com a implantação de escolas em tempo parcial mantidas pelo município, ficou evidente a possibilidade de um trabalho mais tranquilo, com praticamente o mesmo valor salarial, se levarmos em conta a carga horária. Nos CIEPs, o professor trabalha 40 horas semanais e nas EMEFs, 30 horas, conseguindo, possivelmente, outra fonte de renda com o tempo restante.

Há necessidade de ressaltar que entre os professores que ingressaram na Prefeitura a partir de 1999, foram os jovens que optaram pelos CIEPs. Os mais velhos, em idade e profissão, preferiram as EMEFs. Os jovens sensibilizaram-se pelo trabalho realizado nestas escolas e muito têm contribuído para o seu desenvolvimento pedagógico.

Conversando com diretores destas escolas a fala é uma só: *os professores jovens renovaram o ânimo do grupo de professores e do CIEP em geral. Mesmo perdendo a experiência dos mais antigos, ganhamos mais com os novos.*

Arroyo talvez tenha parte da resposta com relação à queixa da professora Maria Estela Deltrégia, da Educação Física:

*Há um clima propício à maior radicalidade na inovação educativa do que muitas propostas tímidas, prudentes estão propondo. Um clima que foi se criando desde o final dos anos 70 com o movimento social, cívico, com o avanço da consciência dos direitos, com a organização dos trabalhadores em educação e com a produção de um pensamento progressista tão fecundo nos cursos de graduação e pós-graduação. Esse movimento educativo, social e cultural entrou na segunda parte dos anos 90 em aparente paz, até recesso. As reformas prudentes, a modernização conservadora do sistema escolar são expressões dessa paz aparente. A segurança parecia estar de volta nos órgãos centrais, nos quintais da escola, nas cidades e campos e também na cultura escolar e profissional. As mesmas lógicas, valores e certezas dos tempos autoritários apenas modernizados. O mesmo perfil de docente apenas atualizado, reciclado.*²²¹

É comum na Rede Municipal de Americana, comentários assim:

- *Aquele é professor de CIEP!* : Quando este sabe da vida do aluno e procura meios para ajuda-lo na sua aprendizagem.

- *Só pode ser professor de CIEP:* Quando algum projeto se destaca na rede municipal.

- *Ah!... Professor de CIEP, bem!* : Participa de todas as atividades extras da escola estimulando seus alunos para estes momentos.

- *Como? Ah se ele estivesse num CIEP!* : Quando um professor se mostra apático ou fazendo sempre as mesmas coisas com seus alunos.

Estes comentários demonstram o empenho e o envolvimento dos professores de escolas em tempo integral. Ou seja, mesmo sem uma formação específica, a convivência em escolas de um único turno faz o professor “pensar diferente”, “olhar diferente” o aluno e a educação. Estar com o aluno o dia todo, acompanhando atividades de higiene, alimentação e vestuário, evidencia muito a sua condição social. O professor deixa de ser somente professor e passa a ser um educador para seus alunos e suas famílias.

Os atuais professores que estão nos CIEPs defendem-no e dedicam-se constantemente a estudos e planejamento para melhorar o seu trabalho, pois, o grande desafio, durante estes anos de funcionamento dos CIEPs em Americana, foi mudar a sua imagem.

Os eixos pedagógicos continuaram os mesmos, sofrendo nova escrituração em 2002 para cumprir exigência da elaboração de um *Plano Municipal de Ensino*. Com novos ajustes os eixos do Projeto Pedagógico Municipal foram elaborados e definidos como seguem abaixo:

²²¹ ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre – imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.178 - 179.

- **Gestão democrática:**

Descentralizando a direção e articulando-a com as instituições auxiliares da escola como o Conselho-Escola-Comunidade (CEC) e o Grêmio Estudantil, de modo que, a tomada de decisões seja colegiada, inserindo a escola no contexto mais amplo de redemocratização do país.

- **Adequação da escolarização ao universo infantil/juvenil:**

Adequando os currículos e metodologias de ensino às especificidades cognitivas, afetivas e sócio-culturais do processo de aprendizagem/desenvolvimento do educando.

- **Essencialização/problematização dos conteúdos escolares e da mídia:**

Reorganizando e problematizando os conteúdos de ensino segundo o critério de relevância sócio-política dos mesmos, e igualmente problematizando os conteúdos presentes na mídia, a escola garantirá ao educando uma formação apropriada para interpretar criticamente as ideologias contidas neles, desse modo contribuindo efetivamente para a formação do cidadão.

- **A valorização da cultura popular:**

Incluindo efetivamente os estudos da diversidade cultural e considerando as manifestações da cultura popular além da sua dimensão estética, chega-se às suas raízes políticas e sociais, ou seja, supera-se a visão estereotipada que as reduz apenas a condição de folclore, de algo exótico destinado ao entretenimento. Essa valorização também considera a cultura popular como testemunho das relações de opressão/submissão e de resistência à exclusão social, construídas e reconstruídas dentro da história.

- **A transdisciplinaridade:**

A superação do ensino fragmentado e supostamente neutro do conhecimento, próprio da disciplinaridade, e superado parcialmente com a interdisciplinaridade, tem na abordagem transdisciplinar uma resposta pedagógica consistente. Nesta, os Temas Geradores ou Transversais reordenam e resignificam os conteúdos, de maneira que estes, rompem com os objetivos e os sequenciamentos individuais das disciplinas.

- **Valorização das disciplinas de linguagem e de ciências sociais (humanas) como disciplinas integradoras do currículo:**

As áreas de ciências exatas e de ciências físicas e biológicas não constituem em si mesmas, mas sim ferramentas, meios para se compreender e agir sobre o mundo social, político, econômico e cultural, universos estes, que o aluno - cidadão se apropria especificamente através da linguagem e das ciências sociais.

Interessante observar que nesta nova escrituração da proposta pedagógica da Rede Municipal de Americana, que anteriormente era composta somente pelos CIEPs, há a inserção de mais uma área no eixo norteador das escolas: a área de ciências exatas, físicas e biológicas.

Em 1991, a área de Estudos Sociais fazia parte, junto com a da Linguagem, das disciplinas de ligação entre as outras do currículo. Este eixo norteador da proposta pedagógica dos CIEPs estava mais próximo do Ginásio Vocacional do que do próprio CIEP, pois a proposta do Rio de Janeiro não tinha a mesma característica descrita como a de Americana. Esta área, coincidentemente, é a mesma do relator dos eixos norteadores dos CIEPs em 1991.

Já no ano de 2002, uma nova área foi inserida na proposta pedagógica destas escolas em tempo integral e se tornou um elo de ligação com as outras disciplinas do currículo. E esta área não apareceu nem em 1991, nos de Americana, nem nos eixos norteadores do Rio de Janeiro. Trata-se da área de ciências exatas, físicas e biológicas, justamente aquela cujo relator do *Plano Municipal de Ensino* é professor titular da rede estadual e municipal há vários anos.

As evidências levam a crer que o relator da proposta pedagógica das escolas municipais de Americana, em 1991, incorporou o eixo norteador do Ginásio Vocacional e, que, ambos os relatores da proposta pedagógica, a de 1991 e a de 2002, incluíram as suas áreas de formação profissional na redação final ou penderam pelas suas áreas de interesse. Sem discussões e nem conhecimento dos professores, a proposta pedagógica das escolas municipais foram tendenciosas.

Em 2002, o direcionamento das escolas municipais ficou assim definido no *Plano Municipal de Educação de Americana*.

A orientação pedagógica do Plano municipal de Educação tem como referência a proposta pedagógica dos CIEPs do Rio de Janeiro e esta, por sua vez, faz uma combinação entre a pedagogia da escola nova, representada sobretudo por Anísio Teixeira, discípulo de Dewey, e a pedagogia Freiriana, formulada por Paulo Freire, inicialmente no Brasil depois no Chile, Estados Unidos, África, Ásia, Oceania e parte da Europa. Somam-se a esta proposta as contribuições de Piaget e dos neopiagetianos (com destaque para Emília Ferrero), sempre permeadas pelas reflexões de Darcy Ribeiro...O projeto pedagógico municipal valoriza sobremaneira que a escola ofereça uma sólida formação sobre a história local, ou seja, de Americana, bem como sobre a geografia (humana, política, física...) sempre articulando com a história mais ampla. Desse modo busca-se a formação de uma consciência histórica do educando. Dado o alto grau de complexidade da dinâmica social e do fenômeno educativo, o projeto pedagógico municipal, também incorporou as valiosas contribuições de Vygotsky, Freinet, Freud, Adorno e Gramsci. Esses psicólogos, pedagogos, sociólogos, filósofos, formularam visões de mundo e projetos educacionais explícitos ou implícitos voltados para a emancipação humana, para democracia, para a igualdade social, enfim, para a ruptura com modelos sociais excludentes, segregacionistas. Dentre outras contribuições destes pensadores...

Já sem uma diretriz objetivando a educação popular, a nova proposta pedagógica dos CIEPs estende-se e se mistura com a das escolas em período parcial. Não há trabalho diferenciado entre EMEFs, CIEPs e CAIC. A única diferença entre as escolas da rede municipal passou a ser a ampliação do período para alunos e a dedicação exclusiva de professores dos CIEPs e CAIC. Não há treinamentos, cursos ou salários diferenciados com relação as escolas em tempo parcial. Ao inserir os CIEPs em uma proposta única de escolarização para o município, abandonando uma proposta originalmente diferenciada, deixa-se de fortalecer e enriquecer as escolas em tempo integral, pois não há discussões específicas. Por outro lado, corrobora com a idéia de ensino igualitário para todos.

A proposta pedagógica atual constante no *Plano Municipal de Ensino* se compõe de idéias gerais sobre educação e escolarização, o que guarda certa indefinição, ao mesmo tempo em que permite as mais diversas experiências dentro do sistema.

As disciplinas que compõem a grade curricular nesta fase sofreram alteração apenas na sua parte diversificada. Disciplinas como: Horticultura, Desenho Geométrico, Leitura e Redação e Arte Musical foram extintas e formaram-se oficinas - escolhidas a critério de cada unidade escolar. Portanto, hoje, nos CIEPs de Americana, há oficinas de jogos e brincadeiras, xadrez, inglês, arte de contar história, tramas e fios e jogos de alfabetização.

O lazer, tão controverso e discutido tanto no Rio de Janeiro como em Americana, teve, nesta fase, o seu objetivo mais definido, tornando-se um “lazer dirigido”, ou seja, contrário aos originais que deixavam as crianças livres e sem atividades. Por último, como recurso e ferramenta pedagógica, a Informática foi implantada nos CIEPs.

No final de 2002, os alunos das escolas municipais (CIEPs, CAIC e EMEFs), foram avaliados. O resultado levou os dirigentes municipais da Secretaria de Educação a promover um novo projeto de formação dos professores municipais. As avaliações realizadas com os alunos apontaram dificuldades de domínio nos componentes curriculares da Parte Comum: português, matemática, história, geografia e ciências. Não houve diferença significativa entre EMEFs, CIEPs e CAIC. Muitas das oscilações de melhor desempenho apontaram para os CIEPs, contrariamente ao que esperavam os professores, pois estes acreditavam que a Parte Diversificada do currículo misturada à da Parte Comum, já discutida neste trabalho, dificulta a aprendizagem do aluno.

As reuniões de formação foram feitas no horário de reunião de professores, o que provocou forte descontentamento. Os professores queixaram-se que perderam seu espaço de

discussão e se sentiram acusados pela administração municipal de não estarem desempenhando bem suas funções. Na realidade, a postura da Secretaria de Educação de formar o professor a todo custo, considera que somente ele é o responsável pelo desempenho da educação. Não vejo assim. Acredito que o professor deva ter conhecimento de técnicas e teorias pedagógicas, bem como deva ser um pesquisador. Mas não deve ser apontado como o único responsável pelo desempenho do aluno. Tal concepção desconsidera o caráter social da escola perpassado por todas as contradições que atravessa o mundo social.

Muito avanço na aplicação da proposta pedagógica foi feito durante estes anos no interior dos CIEPs, no sentido de melhorar a qualidade da educação. Esta qualidade baseia-se na convicção de que a educação é um dos fortes instrumentos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida. O grande desafio é o de fazer uma educação que represente os anseios do cidadão desse tempo.

O novo direcionamento político dos CIEPs

Partiu da própria Administração Municipal, quando retornou em 1997 à prefeitura Waldemar Tebaldi, através da Secretaria de Educação, exercida novamente pelo professor Herb Carlini, direcionar e tornar os CIEPs (como quando de sua implantação) o carro-chefe de seu governo.

Logo após assumir novamente a Prefeitura, declarações em jornais demonstram sutilmente a nova linha de atendimento à comunidade estipulada pelo governo municipal.

O secretário de Educação e Cultura de Americana, Herb Carlini, quer recuperar a proposta pedagógica original do Centro Integrado de educação Pública (CIEP)... “O objetivo desta escola é, através do ensino integrado, suprir as necessidades das crianças das camadas populares para que elas possam ter igualdade de condições com as da classe média”, observou... Apesar desse direcionamento dos CIEPs, Carlini frisa que a escola não é exclusiva para as camadas populares. “Outras crianças que optarem pelo ensino integrado, vão encontrar todas as condições de ensino. O CIEP não é uma escola restrita”, garante, “ela, apenas, não ignora a questão da desigualdade existente no país”, explica.²²²

²²² **Secretaria da Educação reforça proposta pedagógica dos CIEPs.** O Liberal. Americana. 11 de junho de 1997. p. 9.

Diversas reuniões foram realizadas com os diretores dos CIEPs na intenção de planejar o trabalho de fortalecimento destas escolas frente à comunidade por eles atendida. A idéia que permeou as discussões foi a de que os CIEPs deveriam “acolher todos” os alunos, isto é, não restringir suas matrículas à classe pobre de Americana. Dessa forma, a estrutura física e pedagógica oferecida pelos CIEPs deveria ser oferecida a todas as crianças e famílias que precisassem ou quisessem dispor de uma escola de tempo integral. Um outro argumento foi que a diversidade de alunos propicia o crescimento de todos, devido à aprendizagem através da troca de conhecimentos. Fica difícil precisar se a idéia foi originária do próprio professor Herb Carlini, Secretário de Educação, ou dos profissionais da educação municipal. O certo é que, nestas reuniões, não houve nenhum diretor de CIEP que combatesse esses argumentos e o novo direcionamento da política educacional do município. Na realidade, eles foram ao encontro das idéias e experiências vividas no interior dos CIEPs por estes profissionais.

Recentemente, uma professora, coordenadora de EMEI do município e que fora aluna do extinto GEVA²²³ da cidade, relatou o seguinte:

Quando o Herb falou que ia implantar CIEP em Americana, eu cheguei e perguntei para ele:

- Herb, você tem certeza que juntar todos os alunos pretensamente iguais vai ser bom?! Falo isso porque o que entusiasmava a gente no Vocacional era justamente estar misturado pobre com rico... Gente de vários lugares da cidade... A gente crescia com esta diversidade... E todo mundo convivia bem...

Fora isso, os professores ficavam em São Paulo seis meses fazendo curso só para dar aula pra gente...

O Herb não soube me responder, implantou os CIEPs e olha o que deu...

Assim, começaram reuniões com as coordenadoras de EMEIs e com a comunidade em épocas próximas às matrículas. Nas EMEIs, as coordenadoras incumbiam-se de organizar reuniões com os pais de seus alunos para falar sobre o CIEP, reuniões estas que contavam com a presença do diretor desta escola. Com o tempo, visitas dos pais aos CIEPs para conhecer a escola foram incorporadas nesta programação.

As idéias foram acatadas de imediato pelos diretores, inclusive porque muitas partiram deles, que não conseguiam entender como uma escola que oferece tudo estava com poucos

²²³ Ginásio Estadual Vocacional de Americana, escola em tempo integral para alunos de 5ª à 8ª séries. Ver capítulo II deste trabalho.

alunos e com fama tão ruim. Nesta época, todos os CIEPs estavam com o número de alunos matriculados abaixo da capacidade de atendimento da escola.

No CIEP do Zanaga, já estava em prática o procedimento de divulgação das propostas da escola nas EMEIs da região e em outros bairros, como o da Praia Azul e o Sobrado Velho²²⁴, antes da administração municipal adotá-lo.

Além da intenção de divulgar a proposta pedagógica e o atendimento oferecido pelos CIEPs, as reuniões com os pais dos alunos das escolas de educação infantil, trouxeram à tona muita das queixas sobre os CIEPs. As discussões sobre estes assuntos e as sugestões dos pais colaboraram para organiza-lo internamente, na intenção de atender às queixas com relação à escola.

A principal escola de educação infantil do bairro Antonio Zanaga era a EMEI Urupê²²⁵. Naquele período, era a maior, em número de alunos e área entre quatro existentes na região e foi nela que as reuniões com os pais tiveram maior resultado. Sua coordenadora, Aparecida Sanches, é uma pessoa muito dinâmica e assumiu de imediato o trabalho de divulgação do Ciep.

A relação do CIEP Zanaga com a EMEI Urupê, além das reuniões já descritas, vem do fato de ter tido por alguns anos, esta escola de educação infantil, classes de período integral. Nestas classes, a quase totalidade de seus alunos vinha da creche ao lado, que também possui o mesmo período.

O CIEP, na lógica dos administradores municipais, deveria, primeiramente, buscar cativar os pais das crianças matriculadas nesta EMEI. Simplesmente por acreditarem que

²²⁴ A partir de 1998 alunos do bairro das Praias Azul e Namorado começaram a fazer parte do CIEP do Zanaga até o ano de 2002. Em 2003 esses alunos foram para o CIEP construído entre 2002 e 2003. Este CIEP é o 5º na cidade. Já o do bairro Sobrado Velho foi considerado até o ano de 2002 o único localizado em zona rural da cidade de Americana. Seus moradores eram trabalhadores da Usina Éster de Cosmópolis que dispensou a todos. Suas casas estavam sendo demolidas até que a Prefeitura de Americana interviu e tombou o referido bairro. Alguns poucos moradores retornaram – 4 ou 5 famílias. Desde 1997 as crianças destas famílias estudam no CIEP Zanaga.

²²⁵ A EMEI Urupê distinguia-se das outras do bairro Zanaga por ter classes em tempo integral desde a segunda gestão de Waldemar Tebaldi (PDT) 1989 – 1992. Em 1992, no último ano deste mandato, a cidade contava com 11 escolas de educação infantil em período integral. Hoje, somente uma EMEI o possui, e não é a Urupê. A justificativa apresentada pela administração municipal, embora governada pelas mesmas pessoas, é de que a demanda está muito grande e como não está prevista construção de EMEI na cidade, a solução é diminuir o período de frequência das crianças. Na realidade, a administração municipal percebeu que com pequenas unidades que comportam 4 a 6 classes, que é o caso das EMEI, há o mesmo gasto se comportasse três vezes mais, referindo-se a funcionários e manutenção. Algumas EMEIs de Americana estão virando Casa da Criança – comporta creche e educação infantil, embora a Casa da Criança seja uma proposta do PDT Nacional, foi a solução encontrada por Americana para baratear os custos.

seria mais fácil a adaptação destas crianças ao CIEP, já que estavam acostumadas com o tempo integral e notadamente tinham a necessidade dele.

Aparecida categoricamente afirmou que os pais gostavam do período integral oferecido para as crianças na EMEI e não havia nenhuma rejeição, ao contrário: os pais queriam, reivindicavam este período, pois eles ficavam mais tranquilos para trabalhar. Este era o critério principal para matricularem seus filhos nestas unidades, além de morar no bairro, porque as vagas eram poucas.

Quando comecei aqui a gente já estava com a questão das crianças que completavam 6 anos²²⁶ e iam para a 1ª série. Quando falavam de CIEP, os pais moravam na frente do CIEP e tinham certa resistência, eles não aceitavam a idéia do filho estudar no CIEP. Toda vez que a gente fazia uma reunião de pais em época de matrícula em que as crianças iam deixar a EMEI Urupê e ir para o CIEP ou Estado, os argumentos eram o seguinte: a escola CIEP é uma escola perigosa, lá desce escada, lá os portões ficam abertos, não tem segurança... falavam que tinha muita briga.

Eles tinham certo preconceito com as crianças do CIEP, eles vão para lá e ficam briguentos.. Que o CIEP não tinha estrutura...

Numa reunião dessas de final de ano eu questionei os pais: E se não tiver vaga suficiente nas escolas estaduais? Uma mãe me respondeu? Meu filho fica sem escola...Então preferiam deixar o filho até sem escola a mandar para o CIEP.

Essa mãe que falou que não colocaria seu filho de forma alguma no CIEP... Ela não voltou aqui, mas eu sei que seus filhos estão no CIEP”.

Chamaram a gente (coordenadoras de EMEIs) para estarmos divulgando o trabalho do CIEP... Os pais com o passar do tempo criaram esta resistência e não queriam nem conhecer... Então a proposta era estar mostrando, divulgando...²²⁷

Uma outra medida adotada pela Administração Municipal e que contou com o apoio dos professores foram os desfiles de sete de setembro – Dia da Independência.

²²⁶ Antes de 1998, as crianças das EMEIs de Americana nela permaneciam até completar 7 anos de onde saíam para cursar a 1ª série. A partir deste ano, não se sabe ao certo as razões, as crianças de seis anos começariam no ensino fundamental, no caso os CIEPs, pois o Estado somente os acolheria algum tempo depois. A demanda foi atendida, mas houve resistência das famílias, que procuraram pelo Conselho Tutelar e pelos jornais, tornando-se necessário, mais uma vez, um trabalho de convencimento junto aos pais. Muitas crianças retornaram para as EMEIs. No CIEP, foi desenvolvida e criada nova proposta para acolhimento destas crianças que se tornaram o “xodozinho” da escola. Até os alunos se preocupavam com eles e cuidavam. Era comum ver pelo pátio alunos maiores de mãos dadas com os pequeninos. Todos os professores do CIEP estão convencidos de que esta medida foi acertada. Quanto ao FUNDEF, somente neste ano de 2002 é que o Estado admitiu as classes de seis anos da Prefeitura, pois os alunos desta idade absorvidos pelas escolas estaduais, entravam diretamente nas classes de 1ª série. Já na Prefeitura de Americana, criou-se um ano a mais de escolaridade. Faz-se necessário lembrar que este artifício de antecipar a escolaridade do ensino fundamental, já havia sido proposto e começada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, quando Brizola era governador do Estado. Ver Capítulo I.

²²⁷ Depoimento de Aparecida Sanches, coordenadora da EMEI Urupê do bairro Antonio Zanaga em 2002.

Há muitos anos, na cidade de Americana, não ocorriam desfiles que atraíssem grande número de pessoas, com a participação de muitas escolas e entidades. Os desfiles das escolas municipais, no decorrer dos anos, resultaram, com o crescimento da rede e a regularidade de suas aparições, na volta dos desfiles apreciados por grande número de pessoas. Também esta regularidade dos desfiles fez despertar o interesse de outras escolas, ainda timidamente, e de várias entidades para manifestações neste dia.

Como o CIEP tinha sua história marcada pelo compromisso com as mudanças na sociedade, inovação educacional e combate à repressão, os desfiles nunca foram realizados com os alunos marchando. Os professores, após reuniões com os administradores municipais, aceitaram o desafio de desfilar na avenida principal da cidade. Mas queriam mostrar, segundo suas concepções, as atividades realizadas e os temas trabalhados dentro do CIEP com os alunos. Dessa forma, a riqueza do nosso folclore, das brincadeiras infantis, da paz, da beleza e do resgate da cidadania eram assuntos constantes nos desfiles, tornando-os manifestações temáticas marcadas pela descontração, música, alegria e coreografias. Os professores organizadores dos desfiles do Dia da Pátria inicialmente eram os dos componentes curriculares de História, Educação Física e Artística e os chamados animadores culturais. Já há alguns anos, professores de História deixaram de fazer parte desta organização e os animadores culturais foram substituídos por instrutores de teatro ou professores que assumiram a função de desenvolver atividades culturais nas escolas, já que oficialmente esta função não mais existe.

A Secretaria de Educação sempre arcou com todos os gastos relacionados aos desfiles como materiais para confecção de fantasias, bonecos e adereços – inicialmente feitos por professores e alunos. Com o tempo, os professores e alunos deixaram de confeccionar os materiais usados para desfilar, bem como, as coreografias.

Os professores organizam o desfile com um tema único que se subdivide por escola, por exemplo: tema folclore – cada escola retrata algo que o compõe: lendas, danças, músicas.

Existem algumas queixas desses professores com relação às mudanças ocorridas, com o passar dos anos, nos desfiles das escolas municipais para comemorar o Dia da Pátria, em Americana. Entre elas estão a retirada das coreografias dos alunos durante a trajetória – a Secretaria de Cultura, organizadora do evento, afirma que cada escola tem um tempo

determinado para desfilar. Os professores reclamam que a atividade trabalhosa, que na escola requer um processo demorado, na avenida não chega a trinta minutos de desfile.

O grande momento dos desfiles, na realidade, acontece dentro da escola, afirma Odair Demarchi, instrutor de teatro do CIEP Zanaga e antigo animador cultural. Acrescenta que a preparação e a discussão do tema com professores, funcionários e alunos, transformam este momento em *uma grande festa. E toda festa é alegre*.

Os primeiros desfiles chocaram um pouco o público presente na avenida. Imaginem as pessoas esperando alunos que participariam de uma comemoração cívica. Elas contavam com, no mínimo, alunos uniformizados, marchando e prestando reverência à nossa Bandeira Nacional. No entanto, depararam-se com danças ou brincadeiras folclóricas e alunos fantasiados, cantando, dançando, indo de um lado a outro da avenida e sem a Bandeira Nacional.²²⁸

Mesmo depois de alguns anos seguindo este estilo nos desfiles das escolas municipais, há dúvidas e queixas quanto à forma de apresentação das crianças na avenida. Professores e funcionários, bem como a população da cidade, comentam e discutem todas as vezes, após os desfiles, a nova forma de demonstração de patriotismo civil representada pelas escolas municipais de Americana. Entretanto, todos os anos, após o desfile, artigos de jornais enaltecem a forma como desfilaram as escolas municipais.

As opiniões divergem: de um lado há os que aplaudem a alegria e o colorido²²⁹, de outro, aqueles que preferem algo mais solene e que respeite mais o momento histórico com menos “carnaval”.

O certo é que as crianças gostam, participam ativamente e empenham-se muito na hora do desfile. A ansiedade é tal, que chegam bem antes do horário estipulado e mal se alimentam. Os professores do CIEP Zanaga comentam, *que as crianças adoram se*

²²⁸ Lembro-me de ter ouvido enquanto acompanhava o primeiro desfile do CIEP e caminhava entre as pessoas.

“ Meu Deus! O que é isso?!...
Não estou entendendo...
Hoje é carnaval?...
O que são estes bonecos?..

²²⁹ A Secretaria de Educação de Americana investe nos desfiles através de suas escolas municipais. Na avenida principal da cidade fica nítida a diferença com relação às Estaduais. Além do estilo já comentado, a diferença está na riqueza da criatividade e principalmente das roupas e materiais usados. Mesmo, quando às vezes, desfilam escolas particulares, a diferença também se faz muito presente neste sentido.

fantasiar, elas vivem uma personagem. Percebia isso com o teatro, mas vejo que no desfile é a mesma coisa. Eles se vestem de rei, bailarina, capitão... tudo é mágico para elas.

Da Matta²³⁰, entende que o Dia da Pátria é um rito histórico de passagem, pois objetiva recriar um momento glorioso do passado, da ruptura do período colonial com o mundo da liberdade, e, portanto, os seus personagens são tidos como heróis nacionais oficiais. Por outro lado, o carnaval é cósmico e cíclico e o seu contexto está fora do brasileiro, remetendo-se ao mundo do sagrado, do divino ou do sobrenatural. No Dia da Pátria, a organização do ritual cabe aos poderes constituídos; já no carnaval, os desfiles são organizados por grupos privados, que reúnem pessoas das camadas mais baixas e marginalizadas da sociedade local.

Em sua reflexão sobre estes dois momentos brasileiros, este autor afirma que os rituais populares são ritos que objetivam o encontro e não a separação, pois o Dia da Pátria focaliza muito as autoridades e os símbolos nacionais, e o carnaval, o estado de ser pobre e destituído.

Os professores dos CIEPs, trabalhando com a classe pobre da população, numa linha de igualdade social e de valorização de todas as manifestações culturais, principalmente das classes populares, usaram os desfiles para mostrar a cultura popular. Assim o dinamismo, a criatividade e as fantasias²³¹ entraram na avenida em meio à formalidade.

Segundo Da Matta: *O mundo dos personagens do carnaval é, pois, o mundo da periferia, do passado e das fronteiras da sociedade brasileira. Seu foco é ilícito, o que está completamente fora do sistema, ou que está nos interstícios desse sistema.*²³²

Os desfiles do Dia da Pátria também sofreram mudanças no decorrer dos anos. A linha de manifestações populares que enfatizava muito o folclore brasileiro foi se diluindo. Hoje, a idéia é fazer um desfile mais simples: temático e representativo, mas menos trabalhoso.

Atualmente, os professores, além de não se empenharem tanto com os desfiles alegando ser muito cansativo e desgastante, há dificuldades em convencê-los para esta tarefa. A principal queixa, diferentemente das apresentadas neste texto, a saber, a retirada das coreografias e o tempo gasto no processo dentro da escola, é que sentem que agora estão

²³⁰ DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 272 p.

²³¹ O autor faz uma distinção entre os uniformes usados no Dia da Pátria e as fantasias, no Carnaval. O uniforme torna todos os homens iguais em nível de sua posição; já a fantasia, distingue e revela, atribuindo às vestimentas coerência com os gestos e comportamentos de cada ritual.

fazendo propaganda da administração municipal. Diferentemente de anos anteriores, quando viam no Desfile da Pátria, a oportunidade de fazerem a propaganda de seus trabalhos, de sua escola – CIEP.



Fig.38. Apresentação do CIEP Zanaga em 7 de setembro de 2001.

O tema deste ano foi a comemoração dos 10 anos de funcionamento dos CIEPs em Americana. Cada escola representou uma atividade desenvolvida com seus alunos. Fonte: acervo da escola.



Fig. 39. Apresentação de uma EMEF em 7 de setembro de 2001. Nesta foto observar o palanque de autoridades, à esquerda. Representando a alimentação oferecida nos CIEPs, as crianças vestiram-se com os uniformes das cozinheiras e carregaram as bandejas nas quais os alunos se alimentam. Fonte: acervo do CIEP Zanaga.



Fig. 40. Professora Telma Miriam Mesgrawis, Diretora da Unidade de Ensino Fundamental e Médio. Desfile de 7 de setembro de 2001. Fonte: acervo do CIEP Zanaga.



Fig. 41. Professor Herb Carlini, Secretário de Educação e Cultura de Americana. Desfile de 7 de setembro de 2001. Fonte: acervo do CIEP Zanaga.



Fig. 42. Apresentação do CIEP São Jerônimo em 7 de setembro de 1997. Fantasias feitas pelos professores e alunos do CIEP São Jerônimo. Fonte: acervo do CIEP Zanaga.



Fig. 43. Desfile do CIEP Zanaga em 7 de setembro de 1998. Globo feito pelos professores e alunos deste CIEP. Fonte: acervo da escola.

Paralelamente à mudança de postura no direcionamento dos CIEPs, a Secretaria de Educação divulgava projetos das escolas e estatísticas favoráveis do atendimento dos alunos pelo Governo Municipal. Notadamente o CIEP Zanaga foi o mais divulgado, não pelo governo municipal, mas pela própria escola. Em virtude até dos problemas enfrentados pelo CIEP, ou seja, a sua rejeição pela comunidade, as divulgações dos projetos realizados pela escola sempre tiveram uma repercussão muito boa na cidade e na própria administração municipal. Isso levou a uma maior confiança do trabalho desenvolvido pelo CIEP, tanto da população como do Governo Municipal, embora o objetivo da divulgação dos projetos e atividades do CIEP Zanaga tenha sido fortalecer o moral dos seus professores e alunos. Apesar de ser declaradamente opositor da administração municipal, o jornal O Liberal dificilmente negava a divulgação de um projeto, fato que ocorria com outras escolas e Secretarias municipais.

A mudança de imagem dos CIEPs, realizada no decorrer dos anos, em Americana, também contou com o redirecionamento político da administração municipal para ajudar as crianças em situação de risco. Educadores de rua foram recrutados e incentivou-se a criação de casas especializadas para recolhimento e orientação dessas crianças. Entretanto, Mas mesmo estando os CIEPs com um novo perfil de escola (que valoriza a cultura, transmite conhecimentos historicamente reconhecidos e que prepara o aluno para a vida em sociedade), ele ainda é visto, por grande parte das autoridades políticas, jurídicas e educacionais, como uma escola que deve amparar somente o menor pobre e infrator.

Ofícios enviados aos CIEPs com pedidos para matrículas de alunos feitos pelo Conselho Tutelar da cidade, são todos de crianças desamparadas pelos familiares ou em situação de extrema miséria e violência social. Tentando cumprir a sua função de amparo à criança e ao menor infrator, seus conselheiros vêm na escola a alternativa mais rápida e eficaz de solucionar os problemas a ele encaminhado.

A escola de tempo integral, segundo suas concepções, possui o perfil ideal para resolver grande parte dos problemas familiares, como a falta de orientação, cuidados e instrução da criança, função que é atribuída a este tipo de escola.

As políticas públicas têm demonstrado muita dificuldade em atacar o complexo mundo da violência infantil, principalmente quando estas políticas necessitam de um trabalho articulado com vários setores ou departamentos públicos. Fica mais fácil concentrar sua situação em um único setor. Neste caso, a educação atuaria com a estratégia da expansão da carga horária das escolas.

CIEP Zanaga em imagens



Fig. 44. Horário de almoço



Fig. 45. Tratamento dentário.



Fig. 46. Biblioteca.



Fig. 47. Sala de brinquedos.

Fonte: In Revista CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania. Prefeitura Municipal de Americana. 2001. p. 1-6.



Fig. 48. Horta da escola em 1993.
Neste local, hoje existem salas de aulas, uma quadra, um viveiro de plantas e a zeladoria.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 49. Aula de Educação Física.
Ano de 2003. Mesmo local da foto ao lado.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 50. Alfabetização em sala de aula I, 1999.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 51. Alfabetização em sala de aula II, 1999.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 52. Oficina de Artes, 2000. Fonte: acervo da escola.
Atividades em sala de aulas. Ano de 2002. Fotos: acervo da escola.



Fig. 53. Atividades em sala de aula, 1996.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 54. Atividades em sala de aula, 2001.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 55. Atividades em sala de aula, 2002.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 56. Atividades de reforço, 2002.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 57. Oficina de xadrez, 2001.



Fig. 58. Oficina de flauta, 2001.

Fonte: In Revista CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania. Prefeitura Municipal de Americana, 2001. p. 1.



Fig. 59. Coral da Oficina de Inglês, 2001.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 60. Coral em comemoração ao Natal, 2001.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 61. Fanfarra em 7 de setembro, 2003.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 62. Fanfarra em apresentação no CIEP, 2003.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 63. Dentistas na Semana Bucal, 2003.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 64. Instrutor de teatro no Dia do Circo, 2003.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 65. Professores de Ed. Física no Dia da Páscoa, 2003. Fonte: acervo da escola.



Fig. 66. Visita ao Parque Ecológico de Americana, 2002. Fonte: acervo da escola.



Fig. 67. Visita à EPTV Campinas. Após ganhar Concurso de redação, 2002. Fonte: acervo da escola.



Fig. 68. Jogos Municipais. Centro Cívico, 2000.
Fonte: acervo da escola.



Fig. 69. Laboratório.

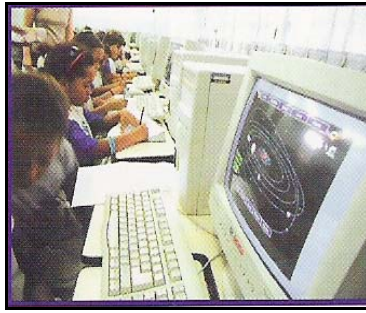


Fig. 70. Sala de informática.



Fig. 71. Oficina de tramas e fios.

Fonte: In Revista CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania. Prefeitura Municipal de Americana. 2001. p. 6 – 7.



Fig. 72. Lazer, 2003. Fonte: acervo da escola.

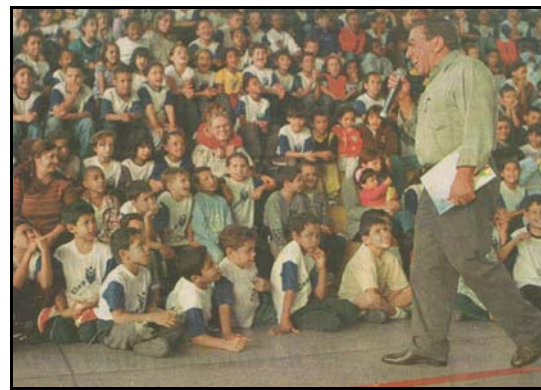


Fig. 73. Maurício de Souza. Fonte: **Programa quer conscientizar 32,5 mil alunos.** Americana. O Liberal, 20 de junho de 2001. p. 4.



Fig. 74. Brincadeiras nos intervalos I.



Fig. 75. Brincadeiras nos intervalos II.

Fonte: In Revista CIEP – Educação Integral: 10 anos construindo a cidadania. Prefeitura Municipal de Americana. 2001. p. 6 – 7.



Fig. 76. Dança indígena, 1997. Apresentação Em frente à Biblioteca Municipal de Americana. Fonte: acervo da escola.



Fig. 77. Peça Morte e Vida Severina, 1997. Apresentação no CIEP Zanaga. Fonte: acervo Da escola.



Fig. 78. Peça Nos Tempos da Repressão, 1992. Apresentada no Teatro Municipal de Americana. Fonte: acervo da escola.



Fig. 79. Dança africana, 1996. Apresentada no CIEP Zanaga. Fonte: acervo da escola.



Fig. 80. Peça Fábulas, 2003. Apresentada no CIEP Zanaga. Fonte: acervo da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, foram criados nos ideais progressistas de educação e concebidos para realizar uma educação transformadora da sociedade. Para isso, deveriam ser uma nova escola, diferente da tradicional escola pública brasileira.

O momento social que os gerou pedia medidas que combatessem a fome, a desnutrição infantil, a ociosidade dos meninos de rua, o analfabetismo, a evasão e repetência escolar e a delinquência e marginalidade infantil, principalmente nos centros urbanos.

Baseados em estudos acadêmicos e estatísticos, foram construídos para atender estas questões. Por isso, a forte tendência para prestar assistência social ao aluno e suas famílias: criança o dia todo na escola e fora da rua, alimentação balanceada e completa, atendimento odontológico e médico preventivo, alunos residentes na escola, concessão de material e uniforme escolar para as crianças matriculadas.

Implantados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, políticos do Partido Democrático Trabalhista – PDT, os CIEPs transformaram-se em carro-chefe dos governos de Brizola no Estado do Rio de Janeiro, mas também o foram de outros partidos que pretendiam vencer as eleições neste Estado. Assim, o projeto dos CIEPs foi outdoor político.

Orientado por Darcy Ribeiro, um intelectual dentro de um partido que contava com poucos intelectuais, este projeto educacional foi adotado pelo PDT. Houve uma área ligada à educação que esteve envolvida com o projeto e a criação dos CIEPs deu-se por uma equipe de quase 200 professores, a maioria deles acadêmicos com vários anos de experiência no magistério. Por isso, a razão de serem as linhas pedagógicas adotadas pelos CIEPs na época, das mais atuais.

A educação oferecida pelos CIEPs propunha a contextualização do saber universal sistematizado e a cultura popular do aluno, com enfoque na educação democrática e cidadã. Nesta proposta, o papel da escola seria o de oferecer oportunidades e iguais condições a todas as crianças, sem reproduzir a estratificação da sociedade. Para tanto, os menos favorecidos deveriam ter prioridade.

A questão de priorizar o atendimento dos CIEPs para a camada pobre e marginalizada da população, da forma como foi executada, foi o deflagrador da grande resistência observada neste trabalho. O discurso que exaltava a educação das camadas populares e sua relevância social, reproduziu o estigma contra o pobre e reforçou sua marginalização.

Apesar de seus dirigentes e implantadores afirmarem que a rejeição não foi pelas escolas, mas sim, pela simples oposição política a Brizola e proveniente de acadêmicos que viram nas críticas uma oportunidade de projeção, os CIEPs foram rejeitados e difamados muitas vezes pela própria população. Mães não queriam seus filhos estigmatizados de marginais, nem tão pouco de pobres que não tinham o que comer. O nome CIEP passou a ser sinônimo de crianças desamparadas, desnutridas, delinqüentes, pobres e negras.

A rejeição tomou volume quando problemas internos nas escolas começaram a comprometer a sua eficiência: a nova proposta pedagógica, opositora à escola tradicional, era de prática confusa para os professores e o período integral era desconhecido para alunos e professores.

O atual momento dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro é de tentar, pela terceira vez, reconstruí-los. Chego à conclusão de que o principal fator das oscilações dos CIEPs neste Estado é a falta de reconhecimento da comunidade por este projeto de escola e não a descontinuidade administrativa por ele sofrida.

Comparando a implantação do projeto dos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro com a dos de Americana, percebe-se que sofreram semelhantes resistências e críticas.

Na realidade, a oposição aos CIEPs em Americana foi bem mais branda, pois a proporção de escolas construídas era bem menor (Americana implantou quatro unidades e o Rio de Janeiro, 500) e, portanto, incomodou menor número de pessoas. Apesar da rejeição inicial, em Americana percebe-se o reconhecimento da comunidade. A procura por vagas tem aumentado ano a ano e as escolas tornaram-se referência na região onde estão estabelecidas, justamente pela mudança da imagem original e pelas transformações no projeto do Rio de Janeiro.

As transformações ocorridas na proposta original e nas estruturas físicas e organizacionais dos CIEPs em Americana, levam a crer que houve reflexões por parte dos dirigentes municipais e professores acerca dos objetivos da educação em tempo integral e da real necessidade da comunidade por eles atendida. Para este direcionamento, foi necessário

corrigir erros de implantação e funcionamento dessas escolas e ignorar os preconceitos da sociedade, fato que não ocorreu no estado do Rio de Janeiro. A principal mudança ocorrida nos CIEPs é que já não mais objetivavam desenvolver uma educação transformadora da sociedade, e sim, atingir a intenção primeira de *ensinar a ler, escrever e contar*.

Com este direcionamento, a comunidade passou a depositar mais confiança na escola, pois ela foi ao encontro de suas expectativas. Os pais ou os responsáveis pelos alunos não queriam ou não viam a necessidade de uma educação crítica e cidadã, e sim, que as crianças conseguissem conviver em sociedade. Para tanto, saber ler e escrever, ter conhecimentos científicos generalizados e comportar-se adequadamente era o necessário para as famílias.

Dessa forma, os CIEPs de Americana só conseguiram a valorização da comunidade quando foi sentida a sua necessidade, quando assumiram a velha e conhecida função da escola. Neste sentido, ao aproximar-se da escola tradicional, os CIEPs estariam cumprindo o papel da escolarização: preservar a sociedade e seus costumes. Por outro lado, ao deixar para um segundo plano os conceitos originais do CIEP como a educação transformadora da sociedade e a linguagem como elo de ligação entre os componentes curriculares, não estariam sendo rejeitados pela população. Embora os CIEPs de Americana não tenham deixado de promover atividades culturais, observa-se que os professores também, valorizam mais o sistema tradicional de ensino do que as atividades de enriquecimento cultural. Entretanto, a sistematização de atividades foi necessária para atingir este objetivo, visto que, no início dos CIEPs o termo “não tem receita pronta” e o professor tem que “usar o que o aluno traz de casa”, difundidos pela administração municipal, trouxe confusão na aplicação de sua proposta pedagógica.

Apesar de toda a polêmica levantada com a implantação dessas escolas de tempo integral, não se pode deixar de afirmar que, como iniciativa na área pública, não existiu projeto igual. A construção de centenas de escolas em curto espaço de tempo, que ofereciam oito horas diárias de atividades com os alunos e eram mantidas pelo poder público, mexeu com milhares de pessoas, alterou rotinas e concepções e criou uma possibilidade real, após anos, de um outro sistema público de escolas. E isso, é um fato social.

Hoje, percebe-se uma tendência ao aumento da permanência diária do aluno na escola, principalmente nas particulares, mas também existem iniciativas de governos municipais que já estão implantando o tempo integral na suas redes escolares. Talvez, a tendência do momento seja a de revitalizar a função social da escola: pais precisam trabalhar e não têm

onde deixar seus filhos e, para isso, a escola cumpriria a função de formá-los completamente, em substituição à própria família.

Defendo e acredito na idéia de implantar-se escolas públicas em tempo integral. Estas escolas devem ter um ambiente agradável para todos os envolvidos no processo educativo, além de ter uma estrutura física compatível com o que prega a sua proposta pedagógica. Esta escola deve objetivar ensinar o aluno a ler e escrever e a adquirir os conhecimentos historicamente reconhecidos, procurando ser dinâmica e rica em atividades culturais. E seus dirigentes e professores têm que organizar o tempo, o espaço e a articulação do trabalho pedagógico de forma que garanta o equilíbrio entre as atividades e o aproveitamento escolar do aluno. Mas não acredito no uso das escolas em tempo integral para conter a violência ou mesmo a contenção da marginalidade urbana, pois, é a inoperância de outros órgãos ou segmentos sociais, que acaba empurrando para a educação a solução destes problemas.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre – imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 308 p.

BAETA, Coelho da Rocha; BRANDÃO, Zaia. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2ª edição. RJ: Dois Pontos, 1986.

BERTAGLIA, Antonio. **Recordações de Carioba – Álbum de memórias**. Americana, SP: Caminho Editorial, 1999. 174 p.

BRANDÃO, Zaia. **A escola de 1. grau em tempo integral: “as lições da prática”**. In: Revista Educação e Sociedade nº 32. São Paulo: Cortez, abril de 1989. p. 116-129.

BREJON, Moysés. (org.). **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus – Leituras**. 22ª edição. SP: Pioneira, 1991. 333 p.

CADERNO TEMÁTICO – Jornal da Unicamp. Campinas, março/abril de 2002. 4 p.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (organizadoras). **Educação Brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 236 p.

CORREA, Viriato. **Cazuza**. 26ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978. 188 p.

CORREIO POPULAR DE CAMPINAS. Jornal - pesquisa 1991 e 1992.

CUBEROS Palayo, Teresa. **As propostas Pedagógicas dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e da orientação educacional contextualizada: um estudo comparativo**. (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 229 p.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995. 495 p.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 272 p.

DURKHEIM, Emílio. **La Educacion Moral**. México, DF: Colofon S.A – Morena 425 – A – 03100, ISBN 968 – 867 – 016 – 2.

_____ **As Regras do Método Sociológico.** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 165 p.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de Educação Integral - Centro Educacional Carneiro Ribeiro.** 4ª edição. RJ: Gryphus, 2000. 96 p.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – Uma história dos Costumes.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994, v. 1.

FARIA, Lia Ciomar. **Quem tem medo dos CIEPs?** In: V CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1988. Brasília. 12 p.

FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas.** Lisboa: Portugalia Editora/ Livraria Martins Fonte, 1966. 502 p.

GATTI, Bernardete. **Testes e avaliação do ensino no Brasil** - Educação e Seleção, 16. RJ: Fundação Carlos Chagas, 1987.

GIOVANNI, Geraldo di; SOUZA, aparecida Néri. **Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança.** In: Revista Educação e Sociedade nº 67. ISSN 0101-7330 – versão impressa.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da Educação.** SP: Cortez editora, 1990. 240 p.

GOBBO, Célia, et al. **Preservando nossa História.** Americana, SP: Copyright autores, 1999. 150 p.

GOFFMAN, Erving. (tradução: LEITE, Dante Moreira). **Manicômios, prisões e conventos.** SP: Perspectiva, 1996. 312 p.

_____ **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** (tradução: NUNES, Márcia Bandeira de Mello Leite). Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 158 p.

HAUCK, João Fagundes, et al. **História da Igreja no Brasil – Ensaio e interpretação a partir do povo – Segunda época.** 3ª edição. Petrópolis, RJ: Edições Paulinas/ Vozes, 1985, tomo II/2. 322 p.

JACOBUECCI, Ary Meirelles. **Revolucionou e acabou? Breve etnografia do Ginásio Estadual Vocacional de Americana: GEVA.** São Carlos, SP: Editora Compacta, 2002. 180 p.

JONES, Judith Mac Knight; BRYAN, Abílio Serra. **Americana – SP – Brasil – Edição Histórica.** Americana, SP: Editorial Focus LTDA, 1975. 110 p.

KENSKI, Rafael. **Vencendo na raça**. In: Revista SUPER Interessante. Edição 187. São Paulo: Editora Abril, abril de 2003. p. 42-50.

KEPP, Michael. **A face dissimulada do preconceito**. São Paulo. Jornal Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1996, Caderno Mais!. P.3.

LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE AMERICANA

- AMERICANA. Lei 455, de 31 de outubro de 1961. **Dispõe sobre proposições que objetivem dar nomes a vias públicas ou conceder títulos de cidadãos.**
- AMERICANA. Lei nº 2501, de 29 de abril de 1991. **Denomina os Centros Integrados de educação Pública – CIEps e dá outras providências** que menciona e dá outras providências. Oniva de moura Brizola – CIEP do bairro Antonio Zanaga e Anísio Spínola Teixeira – CIEP do bairro São Jerônimo. Juntas a esta Lei há 10 páginas da Biografia de Oniva e Anísio.
- AMERICANA. Lei nº 3398, de 13 de março de 2000. **Dispõe sobre denominações de vias, praça, logradouros, estabelecimento de ensino e próprios públicos municipais e dá outras providências.**
- AMERICANA. Lei nº3439, de 27 de junho de 2000. **Altera a Lei 3398, de 13 de março de 2000.**
- AMERICANA. Decreto 5312, de 20 de agosto de 2001. **Aprova o Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Americana.**
- Plano Municipal de Ensino – projeto em tramitação na Câmara Municipal
- Lei Orgânica do Município

MACHADO, Cristiane. **A Influência da Família na Socialização da Criança Institucionalizada**. Campinas, SP: Unicamp/FE, dissertação de mestrado, 1995. 126 p.

MATARAZZO, Claudia. **Etiqueta sem frescura**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995.

MENESES, João Gualberto de Carvalho, et ali. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica – Leituras**. SP: Pioneira, 1998. 402 p.

O LIBERAL. Jornal - pesquisa 1990 a 1992. Suplemento Especial de 1º de junho e 27 de agosto de 2002, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2ª edição. SP: Edições Loyola, 1983. 368 p.

PARO, Vitor Henrique, et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. SP: Autores Associados, 1988. 232 p.

PRADO JUNIOR, Bento, et ali. **Descaminhos da Educação: Pós-68**. São Paulo: Brasiliense, Série Debate 8, 1980. 87 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. In: Revista **CIEP – educação integral: 10 anos construindo a cidadania**. Americana, SP. 11 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA –
Secretaria de Educação e Cultura
Secretaria de Planejamento
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. RJ: Bloch Editores S.A, 1986. 152 p.

_____. **Carta’: falas, reflexões, memórias n.15 - O Novo Livro dos CIEPs** / Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, Brasília : Gabinete do senador Darcy Ribeiro, 1995. 300 p.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. SP: Cortez: Instituto de estudos Especiais, 1998. 127 p.

SANTOS, Edígenes Aragão; MONTEIRO, Regina Maria. **O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bonfim: A construção política de uma identidade nacional através do ensino**. In: Revista Pro-Posição nº 2 (38). Campinas, SP: FE /Unicamp, vol.13, maio/agosto, 2000. p. 21-33.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **As diferentes formas de ocupação dos morros cariocas**. Disponível em: www.rio.rj.gov.br ou www.multirio.rj.gov.br Acesso em: 2 setembro 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização – A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. SP: Editora da Unesp, 1998. 302 p.

TEBALDI, Waldemar. **Uma outra história**. Americana, SP: Edição do autor, 1992. 120 p.

_____. **Entre a cela e o céu: confissões de um médico na prisão**. Americana, SP: Edições Burity, 1984. 123 p.

_____. **“meus sonhos em prosa e verso”**. Americana, SP: Edições Burity, 1980. 140 p.

TODODIA. Jornal – pesquisa ano 2002. Suplemento Especial de 27 de agosto de 2002, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A escola no Brasil**. SP: FTD, 1994. 304 p.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. SP: Editora Ática S.A, 1994. 304 p.

SITES para consulta (sugestões):

www.rio.rj.gov.br - oficial do município do Rio de Janeiro

www.pdt.org.br - oficial do PDT – Partido Democrático Trabalhista

www.fundar.org.br - Fundação Darcy Ribeiro

www.americana.sp.gov.br - oficial da Prefeitura de Americana

www.escolaciepzanaga.hpg.ig.com.br - CIEP.Zanaga

Referências Bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **Nasce uma nova instituição educacional**. In: Revista Intermeio (revista do mestrado em educação). Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998, p.7 - 16.

_____. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001. 288 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** SP: Brasiliense – Coleção Primeiros Passos, vol.9, 1980.

COLLARES, Cecília A. L; MOISÉS, Maria Aparecida. **Preconceitos no cotidiano escolar – ensino e medicalização**. São Paulo, Cortez: Campinas: Unicamp: Faculdade de Educação: Faculdade de Ciências Médicas, 1996. 257 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal** - pesquisa no ano de 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em W. Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 114 p.

LIMA, Marco Aurélio. **A Banda e seus desafios: levantamento e análise das táticas que a mantêm em cena**. (dissertação de mestrado). São Paulo, Campinas: Unicamp/FE. 2000.

MONARCHA, Carlos (org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org.). **Família & Escola – trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. **Expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. Cadernos Cedes 52 – Cultura escolar: história, práticas e representações. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação – A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola**. 6ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 173 p.

VÁRIOS AUTORES. **Educação no Brasil: história e historiografia/Sociedade Brasileira de História da Educação, (organizadora)**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001. (Coleção memória da educação). 234 p.

Anexo I - Entrevistas

Entrevista: Laurinda Barbosa. Gravada em fita cassete em 21 de maio de 2002.

Professora do município do Rio de Janeiro e da UERJ, aposentada em ambos.

Trabalhou no 1º. PEE do governo Brizola na Secretaria Municipal de Educação e no 2º. PEE na Secretaria Extraordinária de Programas Especiais sendo responsável pela implantação dos chamados Ginásios Públicos.

Como foi a experiência dos CIEPs?

R: Olha...A pessoa que levou adiante, a que começou com esta idéia foi o Brizola. Existiam as escolas de turno único, eram as particulares. As escolas públicas nos meados do século XX na medida em que foi aumentando a demanda do campo para a cidade, a falta vaga foi resolvida com o aumento de turno. Então escolas começaram a aparecer escolas com dois turnos, três turnos. A permanência destas crianças estava em 3 horas e meia ou no máximo 4 horas por turno de escola. Isto foi provocando, realmente, uma crise educacional bastante grande, porque as crianças não tinham tempo necessário para que elas pudessem realizar uma aprendizagem proveitosa. Ao mesmo tempo, a formação dos professores deixou de ser prioridade do estado. As escolas normais que foram criadas ao final do século XIX aí em Niterói, e aqui, no Rio de Janeiro, e já na época de 29 e 30, o Instituto Normal e/ou Instituto de Educação, tinham a influência de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira. Mas fora essas escolas públicas começaram a abrir também a possibilidade de escolas normais de iniciativa privada e começaram a surgir escolas em todos os lugares, escolas com nenhuma preocupação com a melhor qualidade de formação de professores. Também o professor que era necessário a essa escola que se ampliava não em novos prédios, mas em números de turnos, começou uma formação que não era adequada para que ele pudesse desempenhar bem seu trabalho. Isto foi criando um problema sério com a educação brasileira e chegamos na década de 80 (século XX) com uma situação calamitosa. Porque era um dado geral do Brasil que as crianças que entravam na 1.série, 50% destas crianças eram reprovadas. Portanto, crianças que permaneciam nas escolas. Então o número de vagas que a escola oferecia diminuía, porque as salas escondiam...Quer dizer...Então, o número de vagas diminuía, a reprovação aumenta e o número de vagas oferecidas diminuía. Então há uma demanda crescente e um número de ofertas de vagas decrescente. Como resultado dessa reprovação em massa. E na década de 80, reprovação e evasão (resultado de reprovações sucessivas) e das crianças que entravam na primeira, 13% das crianças chegavam na 8.série. Era um fato gritante. Quando chegam no ensino médio você tem uma reprovação clara da 1. para a 2. de 40% a 45%. Então, realmente você repara como a escola, tanto a Maria Yeda Linhares que foi secretária do Rio de Janeiro, dizia com muita graça...Até, que peneiravam tanto...Tanto que aqueles que chegassem seria prêmio Nobel.

E realmente é a casta, esta elite, seria uma elite tão fantástica que realmente esta reprovação representasse uma perversão formal. Assim se instala uma cultura. Uma cultura do país da reprovação. Com esta situação que Darcy Ribeiro descreve até muito bem, na 1. página no Livro dos CIEPs ele coloca a situação da educação no Brasil e na Carta'15, como a educação deu no que deu, o que aconteceu, a sua preocupação com a educação pública.

Quando se implantou a escola de horário integral, 1984, a 1ª. escola de horário integral, tinha um projeto de 300, depois 500 pelo estado todo do Rio de Janeiro. Qual era a idéia, o que foi que impulsionou tudo isso? É dar às crianças e esses adolescentes uma escola de período inteiro, de possibilidades reais de aprendizagem para essas crianças e adolescentes pudessem chegar na aprendizagem em condições de realmente disputar com as outras crianças.

Não foi uma escola criada para pobres embora nós saibamos que no Brasil o que acontece é que essa criança não tem outra oferta senão a escola.

E veja só... Onde os CIEPs foram construídos; a idéia inicial foi nos grandes centros urbanos, onde a pressão da demanda era maior, onde a pressão não só da demanda e como as condições de vida mais difícil das famílias de classe média ou média baixa. As famílias pobres não tinham outras possibilidades de educar seus filhos que não fossem na escola pública. Estas escolas foram grande parte delas construídas justamente nestas áreas onde, a demanda era bem maior, população de maior densidade demográfica que ficava nas regiões das periferias a maioria delas nas periferias das cidades. Há poucas escolas em tempo integral que ficam nos centros urbanos onde prevalece uma classe média, média baixa ou média alta. Mas elas existem. Na rua do Catete, Copacabana, Ipanema, não era exatamente para pobre, era uma escola pública, daquela concepção francesa da escola...Da escola pública.

A escola de horário integral foi uma idéia já iniciada na década de 20 do século passado formada por intelectuais que se destacaram com o movimento da Escola Nova. Que trazia uma influência forte norte-americana, que era uma escola realmente que oferecia maior possibilidade de qualidade, e que as crianças e adolescentes tinham uma expressão e um lugar nesta escola.

O próprio Anísio Teixeira quando secretário da Bahia criou as escolas-parque, que as crianças completavam o horário integral, com laboratório, educação física, expressão da arte, vivência da arte e da comunidade.

Os CIEPs tinham uma visão de Anísio.

Darcy colocou os animadores culturais, primeiro a pessoa tem que ter a consciência da cultura que convive para poder alargar os olhos para uma cultura universal. Você não é capaz de ver o que está a seu lado, também não é capaz de ver o que está longe de você. Darcy é uma pessoa da cultura, do meio ambiente. Lutou pela preservação de uma área imensa no Rio de Janeiro, lutou pelo mico-leão dourado...O Rio de Janeiro é uma cidade metropolitana de cultura bem diversificada. Esta é a idéia que nos moveu.

Se formos ver vários autores na década de 70, a ditadura militar, voltado para a escola pública, a ditadura militar tem um projeto de educação simples, não é o que aprovamos, é um projeto voltado para a elite. Um projeto já pela época, a competição, etc...Vários autores faziam denúncias... O que eu sempre digo...Vou dar um ponto de vista meu o que aconteceu....Darcy vinha com uma experiência de convívio com Anísio no Inep, ele foi o criador da Universidade de Brasília, ele foi ministro da educação por isso tem uma história na educação, conhecia educação bem, portanto, ele estava 'atenado' com uma série de situações do que deveria fazer, apontando caminho.

A confluência dessas idéias junto com aquelas pessoas que tem um projeto de Brasil diferente daquele que a ditadura militar procurava impingir encontrou nestas pessoas aliados para desenvolver estas idéias e um governador de Estado que tinha clareza delas, ele construiu uma série de escolas no Rio Grande do Sul.

Horário Integral no Rio Grande do Sul?

Não porque temos que ter uma visão de época e isso não estava em cogitação naqueles anos. Então Darcy conseguiu isso. Arrumou uma equipe coesa. A secretária da Educação do Estado do Rio de Janeiro foi uma pessoa escolhida por ele, pessoa tradicionalmente trabalhista, foi PT, PTB e PDT. Na secretaria Municipal de Educação bota Maria Yeda Leite Linhares que era uma pessoa que já trabalhara com ele antes, desde a criação da Universidade de Brasília, porque ela foi uma das intelectuais brasileiras que junto com ele, implantou as estratégias da UnB, ficou na secretaria municipal.

Estas pessoas continuam trabalhando?

A Yara Vargas sim; e Yeda Linhares sim, é uma senhora de 80 anos mas continua na Universidade e é orientadora de doutorado. Continua trabalhando Tatiana Memória...eu...na verdade compôs pessoas ligadas à parte pedagógica, na constituição da obra. Niemeyer foi chamado, homem que fez uma história na arquitetura brasileira, um homem notadamente de esquerda.

Como era essa equipe?

Os velhos de mente jovem passaram para os jovens de idade a mudança da educação, para eles fazerem...Mas havia muitos jovens com mentes mais conservadoras do que a nossa...aí começou a resistência...Quem fez a proposta pedagógica do período integral eram todos professores, nenhum político elaborou ou optou por essa ou aquela...a maioria eram acadêmicos e até hoje trabalham com isso apesar de aposentados. Houve realmente esta junção, aí nós começamos a implantar os CIEPs no Rio de Janeiro e outra equipe no Estado.

O PEE tinha vários projetos, a parte pedagógica, o núcleo de saúde que oferecia o atendimento médico preventivo para as crianças nos CIEPs com médicos e enfermeiros, havia a equipe dos esportes, na área de educação física principalmente, havia a animação cultural, a equipe das bibliotecas (todos tem biblioteca), sala de leitura não, Darcy tinha uma concepção clara do que era uma biblioteca. Ah! Eu acho uma coisa fantástica, que são os alunos-residentes. Nos CIEPs tinham as residências, no prédio ocupavam no último pavimento. Dependendo do tamanho do terreno escolhido. A residência das meninas e a residência dos meninos. Quem são esses meninos e quem são essas meninas? São crianças que fora da escola estavam vivendo uma situação complicada, doença...Qualquer coisa...Mãe desempregada sem pai. Essas crianças ficavam nas residências e havia todo um trabalho com a família, porque a idéia não era que a criança ficasse internada no CIEP, ela ficava durante a semana, e no final de semana voltavam para a família.

Estas crianças ficavam até 14 anos aqui. Não era um internato, saíam no final de semana e voltavam na segunda-feira. Porque o vínculo familiar é muito importante. Essas crianças ficavam com o casal social. No 1º. PEE este casal era tinha algum elemento que era bombeiros ou da polícia militar, então as mulheres destes policiais militares ficavam cuidando das crianças como a mãe cuida. Ficavam junto às outras crianças. Tinham uma residência com o quarto das crianças, tudo arrumado e esse casal morava lá. Eles eram preparados para esse trabalho.

Como acabou?

Quando chegou aqui no Rio de Janeiro, Marcelo Alencar como governador... Essas pessoas não eram funcionários do Estado. Claro que não iam fazer concurso pai e mãe social, eram pessoas que não recebiam, não tinham trabalho funcional, estatutário. Como não tinham vínculo, foi se acabando.

De certa maneira ele manteve este trabalho, com os bombeiros e os oficiais militares, mas estava refazendo com a secretaria do Desenvolvimento Social que são a guarda municipal do município do Rio de Janeiro. Com dificuldade, há uma resistência, coisas assim...

Porque da resistência dos CIEPs?

Para mim tem duas vertentes. Uma coisa que eu acho que é tradicional na sociedade brasileira é que é extremamente conservadora. Tudo a amedronta. Tudo o que é novo, revolucionário é tratado com profunda desconfiança. Eu acho que o Brasil foi criando, a sociedade foi criando cada vez mais uma visão muito corporativa na profissão. Ele não tem uma visão do todo, tem uma visão do seu. Sentiram-se ameaçados, talvez porque tinham que mudar a postura, professor mais "antenado", estudar mais, ao mesmo tempo, o salário dos professores foi perdendo seu status social, aí o crescimento cultural de oportunidades, diminuiu. Passa também por essas questões: tudo o que eu fiz até agora não vale nada. Existe às vezes um descompasso muito grande entre agora eu tenho que ser outra coisa.

Há diferença entre as visões da secretaria e dos professores dentro da escola. Como eu vivenciei as duas esferas posso falar sobre isso.

Na escola você desconhece que os níveis regionais centrais pretendem para o professor da escola em si. O nível central e regional desconhece as experiências das escolas. E a escola cria uma série de mitos com relação à equipe central. Não faz nada, só toma cafezinho, trabalha no ar condicionado, não sabe nada. Eu acho que essas coisas influenciam muito, porque que eu acho....

Quando Darcy levou essas teses para todos, todos os professores, todas as escolas, eles fizeram representantes, delegados, foi algo que chegou, foi discutido.

Mas estas discussões não foram suficientes...Foi o que alegaram. Quem trabalhou nos CIEPs, isto é uma coisa interessantíssima, os professores que trabalharam até hoje, esses professores tem

uma visão diferente devido à experiência de vida, são professores alguns nas escolas, outras em nível regional outros central, tanto do município como do Estado do Rio de Janeiro. Você percebe que esta experiência de vida vivida por eles, foi uma experiência que despertou uma consciência.

Aqueles professores que resistiram, o PT com um monte de intelectuais que resistiram muito, classificaram como Instituição Total e era justamente o oposto do que os CIEPs pregavam. A educação salvacionista (Vanilda Paiva), que educação salva..não diria a você que também não seria isso, mas que a educação tem uma grande contribuição para dar. Mas tanto Brizola como Darcy tinham uma visão diferente...

Aquela coisa de você se sentir desprestigiado, porque o que fizeram até então não servia para nada. Outra, na medida, que você permanece com a criança oito horas você não vai poder ignorar uma série de acontecimentos, porque a criança está lá com você. Há uma série de coisas que para alguns numa sociedade conservadora como a nossa como: ver despertado sua sexualidade. Você não vai poder ignorar as relações conflituosas dentro da escola, que é um reflexo da sociedade, que na realidade a escola começa a conviver com a vida.

A questão da avaliação continuada, não é uma promoção automática, é você acompanhar efetivamente todo o processo com registros, não vai avaliar pela prova, pelo que ela não sabe.

Uma outra coisa que era importantíssima na escola de horário integral era o estudo dirigido. O que era esse estudo dirigido, na medida que ela estava tendo dificuldade em determinado conceito, tinha a criança à oportunidade de com outras metodologias, adquiri-los. A famosa recuperação paralela que nunca se efetivou na escola e tinha toda aquela fantasia de recuperação do final do ano. Todas estas coisas eram o novo que estávamos implantando. Toda essa equipe. Essa equipe era formada por quem na verdade, todos professores, todos nós, nossa origem era a sala de aula, era mais ou menos duzentas pessoas e nenhuma dessas pessoas, homens ou mulheres, tinham vindo de outro lugar que não fosse a escola. Nenhum tinha outra profissão que não fosse a de professor.

Na questão da gestão escolar democrática...a política partidária elege a diretora com o mesmo espírito com que se elege o prefeito, o presidente. Só isso, não torna a escola democrática.

A diretora diz que faz isso...Mas basicamente é o trabalho em equipe, hoje não há condição de fazer nenhum trabalho sozinho.

Nós criamos um material didático próprio, havia uma equipe só para isso, nestas linhas das mais atuais.

Havia uma preocupação muito grande com a biblioteca.

Também com os chamados vídeos educadores, professores com desenvolvimento dentro da área. Havia na televisão a formação continuada e programas de vídeo, discussões, críticas.

Quanto ao que o município do Rio de Janeiro faz não é uma escola com projeto especial. Ela é uma escola como as outras, uma demanda menor em período integral. É muito comum que as escolas atendam de 1ª. à 8ª. série- separadas ou 1.ª à 4.ª integral, 5ª. à 8ª. separadas e tem educação infantil. Quer dizer não há um projeto próprio, não há a procura de um horário integral.

Por que os CIEPs não conseguiram se manter?

O Estado do Rio de Janeiro é o que tem maior número de crianças em horário integral.

Eu acho que foi uma falha nossa...Uma escola mais efetiva com a comunidade, com um trabalho mais social.

Há um certo distanciamento crítico que nós poderíamos...Ter mais sucesso com o desenvolvimento e a aproximação com a academia.

Eu acredito que tivemos duas falhas...Não. Não é bem falha...Acredito que deixamos de trabalhar dois segmentos que hoje vejo de muita importância: o meio acadêmico e a comunidade onde os CIEPs estavam.

Continuação – resposta por e-mail – 22/07/02

1. A educação pública brasileira não tem uma tradição de escolas de horário integral. Havia escolas públicas até os anos 40 do século passado com turno único de 5 horas diárias. A partir dos

anos 50, o êxodo rural acelerado provocou um significativo aumento da população urbana nos grandes centros e a solução para atender a grande demanda de matrículas foi a implantação de 2 ou mais turnos nas escolas públicas. A implantação de um amplo programa de implantação de escolas de horário integral no Rio de Janeiro no início dos anos oitenta, representou uma transformação tão profunda na concepção de educação pública e das rotinas escolares que ameaçou o “status quo”.

2. Os professores tiveram medo de serem compelidos a trabalhar mais sem uma remuneração compatível e/ou desprestigiada a tarefa docente que vinham realizando nas escolas convencionais. Viram ameaçados seus direitos no que eram estimulados pela visão corporativista que dominava os movimentos sindicais.

3. Para os intelectuais de esquerda uma escola pública de horário integral, como iniciativa de governo poderia representar uma intervenção perigosa do Estado na esfera das escolhas individuais. Funcionaria como uma instituição total. O CIEP representava uma visão salvacionista de escola com profundo viés populista. Tão arraigada foi a oposição que o Instituto Carlos Chagas convidado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais para realizar a avaliação externa em 1993, recusou-se a fazê-lo. Em 1998, este mesmo Instituto reuniu vários estudiosos de educação como Victor Paro, Vanilda Paiva, entre outros, e patrocinou uma pesquisa dos resultados dos CIEP, quando verdadeiramente o programa por inteiro já fora desfeito pela administração que assumira o governo do Estado do Rio de Janeiro.

4. Para os que defendiam posições conservadoras uma escola pública de qualidade social poderia por em risco a hierarquia social, cujo topo era ocupado por uma elite consolidada pela ignorância e manipulação dos mais pobres e inviabilizaria a ocupação de certos postos de trabalho que não exigiam especialização específica. Houve até aqueles que não se vexavam em proclamar os CIEP como centros de formação de futuros guerrilheiros!

5. As reações de todos os tipos e matizes eram estimuladas de um lado pela ideologia acadêmica e por outro pelos meios de comunicação que apresentavam os CIEP como um gueto de pobres. Em certos lugares, principalmente no interior do estado, a influência da mídia e das classes sociais formadoras de opinião foi tão forte que as famílias pobres recusavam matricular seus filhos nos CIEP por se tratar de uma escola para crianças delinquentes, famintas ou abandonadas. “Elas mães podiam alimentar e cuidar de seus filhos!”.

6. Nas administrações centrais houve uma surda oposição às vantagens que eram oferecidas às escolas CIEP: material de consumo, material didático, professores, equipes administrativas e de apoio, etc. A idéia de rede paralela difundiu-se de tal modo que obscureceu todas as medidas que foram tomadas que beneficiaram o conjunto das escolas da rede pública estadual e municipal (Rio de Janeiro): reformas, ampliações, concursos para professores, reformulação das propostas curriculares consentâneas com os parâmetros das escolas de horário integral, como uma meta a atingir na totalidade das escolas, atendidas as especificidades locais de demanda.

A questão das bibliotecas nos CIEP:

1. O Professor Darcy Ribeiro sempre entendeu a biblioteca como deve ser uma biblioteca: local de leitura, de pesquisa e estudo, empréstimo de livros e periódicos. Cada Biblioteca foi montada com um acervo de 1.000 títulos de literatura universal e brasileira, entre clássicos e modernos, literatura específica sobre educação, literatura juvenil e infantil, revistas, etc.. Foi organizada de acordo com os parâmetros exigidos. As primeiras discordâncias começaram a surgir desde a implantação quando começou a ser discutida a agilização do espaço: local para contadores de história, brincadeiras e jogos dramáticos, etc.: uma Sala de Leitura. Se uma Biblioteca deveria ser orientada por bibliotecários. Se Sala de Leitura por professores.

2. Prevaleceu a idéia de Darcy Ribeiro e assim sendo abriu-se concurso para bibliotecários e não havendo profissionais em quantidade suficiente para ocupação dos cargos que foram criados, as vagas foram ocupadas por auxiliares de biblioteca. Nos finais de semana a Biblioteca era aberta para a comunidade para leitura e os livros disponíveis para empréstimo.

O papel do PT

Houve oposição partidária à iniciativa de Brizola e Darcy Ribeiro como presidente e membro do PDT. Oposição ideológica no sentido que procurei explicitar acima. Oposição pura e simples como concorrente à mesma faixa de eleitorado.

Os professores nos CIEP

1. Quando foram implantados os primeiros CIEP, em 1983 foi realizado um concurso público específico para as escolas de horário integral. A expansão do número de CIEP criou um sistema misto de professores quanto a sua origem: professores já estatutários e os novos egressos ao serviço público. Com a retomada do 2º. Programa Especial de Educação, em 1992, e a instalação da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais, os novos CIEPs implantados começaram a funcionar com professores bolsistas. Para os CIEPs que atendiam as crianças da Classe de Alfabetização a 4ª. série – CIEPs de Ciclo Básico, bolsistas eram normalistas recém-formadas que após o recrutamento eram selecionadas por meio de prova de redação e entrevista. Para os CIEPs Ginásios Públicos, bolsistas eram alunos do último período dos cursos de licenciatura ou recém-formados submetidos à seleção para obterem a bolsa. As bolsas eram oferecidas pela UERJ, em convênio celebrado com o governo do Estado e remuneradas por repasse de recursos financeiros do Estado para o CEPUERJ, unidade da UERJ. Os bolsistas eram acompanhados e supervisionados pela Diretoria de Capacitação do Magistério e pela Diretoria dos Ginásios Públicos da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais. Em 1993, o Estado promoveu um concurso público para professores de 40 horas que seriam lotados nos CIEPs. Ao certificado de bolsistas foram conferidos pontos para o concurso de títulos. Hoje, com os governos que se sucederam, os professores de 40 horas estão lotados em diferentes unidades escolares de horário parcial e até em cursos noturnos que impossibilitam o exercício deste regime de trabalho. A carga semanal de 40 horas, durante a vigência do Programa Especial de Educação foi distribuída em 60% para o exercício da docência e 40% para planejamento, centros de estudos e cursos de formação continuada. Hoje não há mais concurso para professores de 40 horas específicos para os CIEPs.

Os prédios

Ao se iniciar o programa especial de educação foram construídos os prédios, cujo projeto arquitetônico é de Oscar Niemeyer e já começaram a ser estudados prédios escolares que com as adaptações em reformas necessárias poderiam ser adequados ao horário integral: refeitório, quadra de esportes, biblioteca, salas de multimídia / vídeo-educação. Poucas escolas ofereciam as condições necessárias, porque são comuns as escolas de poucas salas e situadas em terrenos de pequenas dimensões e naquelas que tinham as condições previstas, não houve tempo hábil para iniciar o programa de ampliação e reforma. Os governos que se seguiram não deram continuidade e mesmo contribuíram para inviabilizar as ações administrativas e pedagógicas: faltaram os recursos financeiros e materiais e pessoal para o trabalho. Mesmo assim foi implantado o horário integral em 5 escolas cujas condições de espaço físico permitiam e as direções se mostraram receptíveis. Hoje, a reação contra as escolas de horário integral está sensivelmente diminuída. Quarenta e seis escolas da rede estadual de escolas do Rio de Janeiro estão inclusas entre aquelas que estão em processo de implantação do horário integral com a visão correta de uma educação integral como objetivo.

Situação atual dos Centros Integrados de Educação Pública

2. Sob a administração do governo do Estado do Rio de Janeiro há 351 Centros Integrados que teoricamente funcionam em horário integral. Algumas atendem apenas de Educação Infantil a quarta série, com algumas turmas em horário integral ou todas as turmas, dependendo do número de professores que dispõem, assim como de pessoal de apoio como merendeiras, serventes, etc. E também da disponibilidade de recursos para as refeições oferecidas aos alunos. Outras tantas

atendem da educação infantil ao ensino médio em dois turnos e ainda cursos noturnos para jovens e adultos. Os 68 CIEPs que foram implantados como Ginásios Públicos funcionam, em sua maioria, de 5ª. a 8ª. séries e ensino médio. Poucos têm condições de oferecer aos alunos a opção de permanecer na escola com oficinas de aprofundamento funcionando. Tem havido um esforço considerável de uma equipe de implementadores na SEE e de professores nas escolas que em contrato de prestação de serviço com a Fundação Darcy Ribeiro vêm desenvolvendo Ciclos de Estudos num processo de formação continuada em serviço dinamizado por professores contratados pela Fundação. Darcy Ribeiro não teve possibilidade de manter na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a concepção que viabilizou a implantação dos Ginásios Públicos nos anos de 1992 a 1994.

3. Administrados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro há 91 CIEPs, que foram repassados do Estado para a Prefeitura em 1986, quando o Município estava com um governo do PDT. Algumas dessas escolas tem horário integral porém na verdade funcionam sem os recursos humanos e materiais para desenvolver um trabalho de qualidade social. Situados em bairros mais pobres a concepção predominante é que violência se combate com repressão: estão gradeados externa e internamente, pichados e mal cuidados em sua grande maioria.

Entrevista com Albertina, diretora do CIEP Presidente Agostinho Neto. Gravada em fita de vídeo-VHS.

Após visita de comitiva de Americana para conhecer os CIEPs do município do Rio de Janeiro em 16 maio de 2000. Fazia parte de grupo de visita: Prof. Herb Carlini (secretário do município de Americana), professora Telma M. Mesgrawis (diretora do ensino fundamental e médio), Aparecida Marques (coordenadora técnica pedagógica), Olga Bastos Tardelli (diretora Ciep de Americana) e Suzete de Cássia Volpato Stock (diretora Ciep Zanaga). Também estava presente o pai de aluno, Cláudio, do Morro D. Marta, membro do conselho da escola.

1. Os CIEPs são todos estaduais?

R. Eles eram todos estaduais..., Quando mudou a política houve uma divisão aí...Foi uma época super difícil...Vamos dizer assim...Era opção do horário integral, quem quisesse ficar...Podia continuar...Eu nunca deixei de ser horário integral, ta?!

Batalhou e ficou firme (comentário Prof. Telma).

2. Quanto tempo está aqui? (Prof. Olga)

R. Estou a onze anos aqui.

3. Quando foi inaugurado este CIEP? (Prof. Suzete)

R. Ele foi inaugurado em 87. Eu não estava aqui na inauguração não, eu vim um ano depois. Eu dirigia uma escola na Gávea que tinha cinco salas.

Você ficou firme com o período integral (comentário Prof. Telma)

R. Eu e algumas outras...né?

4. *Como foi esta mudança? (Prof. Suzete)*

R. *Não era obrigado, eu...Fazia uma opção com os pais...Metade ficava...Metade não ficava...Ficou muito complicado.*

5. *Quando começou os CIEPs? (prof. Suzete)*

R. *Este CIEP é da segunda “leva”, tá. Foram inaugurados dois anos antes em 85. Todos eram estaduais e pertenciam a uma Secretaria Especial, só para CIEPs. Esta secretaria só organizava CIEP.*

6. *Não existe mais? (Prof. Suzete)*

R. *Não. Nós somos ligados à rede normal.*

7. *Municipal? Todos foram municipalizados? (Prof. Olga)*

R. *Nós sim. Todos não. Existe os do Estado.*

8. *O Estado continuou com o período integral também? (Prof. Telma)*

R. *Em alguns...Também.*

9. *E qual a diferença? (Prof. Olga)*

R. *Olha...Eu não sei como está a situação do Estado. A gente não tem muito acesso ao Estado.*

10. *Não tem um encontro de vez em quando? (prof. Olga)*

R. *Não tem porque o nosso é muito complicado. Aumento de 33 escolas no município...Nós somos 118 escolas...CIEPs no município...Mas eu posso conferir esse número exatamente. No Estado eu não sei quantos tem.*

11. *Tem diferenciação nos salários, Albertina, entre o parcial e o integral? (Prof. Suzete)*

R. *Não. Tem diferenciação entre o estado e o Município. Aí é diferente.*

12. *Mas em termos de dedicação do integral? (Prof. Suzete)*

R. *Não. Não existe mais dedicação exclusiva. Eles acabaram com isso. Tinha dedicação de 40 horas aqui. Duas horas de estudo. Eu tenho aqui, o professor que dobra, ta...Manhã/tarde como se fosse em qualquer escola. Professor que vem de outra escola dobrar aqui; ou professor que só trabalha aqui e o que trabalha em outra escola, entende!Tenho todas as coisas!*

13. *Não é o professor dedicado a uma escola só? (prof. Telma)*

R. *Não. Eu tenho acho...Uns 12 que são dedicados aqui porque ou eles tem duas matrículas ou eles dobram. Podia dobrar outro professor, mas ele dobra. Se ele quiser mais horas ou ele tem duas matrículas ou dobram. Pra gente é um contrato por um ano. No final do ano acaba a DR. Se ele quiser ganhar completo, por 40 ele faz outro concurso. O que na verdade é garantido a ele são 22 horas. Se ele fez dois concursos, tem duas matrículas. Ou então dobra...Existe a DR para substituir a falta do professor. O dia que não faltar professor não vai acontecer este contrato.*

14. *Você tem muito professor? (prof. Olga)*

R. *Tenho 21 turmas este ano e corresponde a 42 professores.*

15. *É de 1.à 4. série?*

R. *É a partir do jardim. Parque infantil.*

Seria interessante uma educação infantil dentro do CIEP. (comentário Telma)

16. Quando começou? (prof. Olga)

R. Desde o terceiro ano, que eu estava aqui, que começamos a brigar pela educação infantil. Acho, que melhora muito a alfabetização. Agora que a gente tá começando a ver a diferença.

17. Quantas classes de educação infantil? (Prof. Suzete)

R. Quatro.

Entrevista – D.Estela (servente do CIEP – Zanaga)

A sra é moradora antiga do Zanaga?

R. Sou e de Carioba também.

Também D.Estela?!

R. Também...Tempos difíceis àqueles passados em Carioba.

Por que?

R. A gente tinha tudo lá, trabalhava na fábrica, tinha casa, uma comunidade...

O que aconteceu que acabou tudo isso?

R. A crise...A fábrica ia mal...Os donos não pagavam os impostos para a prefeitura...Começamos a fazer greve. Não recebíamos. As mães que trabalhavam na fábrica e tinham filhos recém-nascidos não tinham nem o que comer. Batiam no liquidificador um pouco de capim, sal e farinha para poder comer e aí alimentar seus filhos.

Eu e mais algumas pessoas organizamos o movimento para a gente ir a São Paulo para não acabarem com Carioba.

Aquele para fazer o tombamento de Carioba? Foram até a Assembléia Legislativa?

R. Fomos. Arrumamos um ônibus e fomos para São Paulo. Deu dó. Tava todo mundo nervoso. Teve muita cadeirada, discussão e choraram muito. Mas não conseguimos. Voltamos tão mal. Foi uma tristeza só. Mas a gente falou que não iria sair de Carioba assim mesmo.

Antes nós trouxemos o Maluf para ver a poluição da Ripasa, aquele cheiro horrível...Para colocar filtro na torre. Ele veio em Carioba...

Aí começou a pressão. Vinha tropa de choque no bairro. Ficou por duas semanas.

Primeiro iam à minha casa...Depois pegavam os outros...

Tinha um avião que voava baixo em Carioba. O povo se escondia em casa, fechava as portas e ficavam falando que iam bombardear o bairro.

Vinha fiscal entregar mandato de desapropriação, mas eu não tinha para onde ir, sem dinheiro, pobre, sem terreno...Tinha que ficar, mas conseguimos deixar a igreja em pé.

O Tebaldi sempre segurava este papel. Chegava o papel e nós corríamos com ele e ele segurava.

Falava sempre pra gente que estava providenciando um lugar que ia ter casas populares. Pra gente ter calma e se inscrever...

E por que acabaram com Carioba, D.Estela?

R. Vou contar uma coisa, mas que fique somente entre nós. Quando eu fui naquela reunião com o proprietário de Carioba, ele me olhou e falou assim pra mim: 'D.Estela, eles roubaram meu pai porque ele era bobo, mas a mim não vão enganar não. Vou colocar todos para fora dali'.

O povo falava que caminhão de tecidos sumia da fábrica...Fios...Tinha gente que estava ficando rica...Mas teve funcionário que ajudou o dono a nos colocar para fora e também ficou rico...

Então D.Estela foi vingança?

R. Foi Suzete. Ele não queria mais ninguém naquelas terras.

Pra nós o Zanaga era tudo...Quando eu cheguei aqui em cima do caminhão de mudanças, a primeira coisa que vi foi um pé de ipê amarelo.

Só tinha ele?

R. Tinha as casas, muito terreno descampado...

Vem ver Suzete, eu vou te mostrar, daqui da escola dá pra ver...

Ali está...Olha o ipê amarelo.

Foram dias difíceis aqueles passados em Carioba e o Zanaga para mim era um verdadeiro alívio e sossego.

Eu sempre falei que não deixo o CIEP por nada deste mundo e se você precisar pode me chamar, mesmo depois que eu me aposentar.

Entrevista Rogéria – assistente de diretor do CIEP Zanaga

Vi o seu nome junto dos outros que compõem o abaixo-assinado que foi anexado ao processo que denomina este CIEP, você se lembra como foi esse movimento?

R. Olha...Minha participação foi só em assinar. Não participei do movimento.Eu trabalhava na escola Prefeito Antonio Zanaga e me lembro que me pediram para assinar e eu assinei.

Não me lembro direito como foi. Provavelmente porque foi um pedido do prefeito e eu, e todo mundo do bairro, fez o mesmo, acredito. Eu gosto muito do vinho.

Conhece mais alguém desta lista?

R. Não porque são todos moradores das ruas próximas ao CIEP. Eu moro do outro lado do bairro. Acho que pediram minha assinatura porque eu trabalho perto do CIEP.

Entrevista Aparecida Sanches – Coordenadora da EMEI Urupê e há 12 anos trabalha no bairro Antonio Zanaga. Gravada em fita cassete.

Na EMEI Urupê funcionou algumas classes de período integral por dez anos e faz 2 que acabou por motivo de demanda, para poder atender outras crianças. Quem implantou o tempo integral nas EMEIs da cidade foi o prefeito Waldemar Tebaldi.

Os pais gostavam do período integral, além de ser um espaço a mais, era um lugar para as crianças ficarem e poderem os pais trabalhar mais tranquilos. As crianças só ficavam em período integral se seus pais trabalhassem. Existiam alguns critérios como trabalhar e morar no bairro para que as crianças pudessem frequentar o período integral, porque eram poucas vagas.

Quando cheguei nesta unidade já havia o período integral e não havia nenhuma rejeição a ele, pelo contrário, os pais até queriam, reivindicavam. Era uma solicitação até da comunidade em estar pedindo o período integral.

Quando comecei aqui a gente já estava com a questão das crianças que completavam 6 anos e iam para a primeira série – CIEP.

Quando falavam de CIEP, os pais tinham certa resistência, eles não aceitavam a idéia do filho estudar no CIEP. Toda vez que a gente fazia uma reunião de pais em época de matrícula em que as crianças iam deixar a EMEI Urupê e ir para o CIEP ou Estado os argumentos eram o seguinte: a escola CIEP é uma escola perigosa, lá desce escada, lá fica aberto os portões, não tem segurança, falavam que tinham muitas brigas, eles tinham certo preconceito com as crianças do CIEP, eles falavam que vai pra lá e ficam briguentos, então, até com relação às crianças que iam para o CIEP..., Eles argumentavam que a escola não tinha estrutura e em certa reunião de pais em final de ano que nós fizemos e eu questionei se acaso não tivesse vaga em uma outra escola do Estado para todos. Uma mãe me respondeu: _ Meu filho fica sem escola. Então preferiam até deixar sem escola a mandar para o CIEP.

Nesta reunião junto com a Telma e o pessoal da educação, mais a Helly, que estavam divulgando CIEP que a mãe falou isso. Essa mãe não colocaria o filho no CIEP de forma alguma, hoje esta mãe está com o filho no CIEP. Ela não voltou aqui, mas eu sei que seus filhos estão no CIEP. Quer dizer, ela não conhecia.

Chamaram a gente (coordenadora de EMEIs) para estarmos divulgando o trabalho do CIEP. Eles já tinham o propósito de fazer este trabalho com a comunidade tanto é que eles propuseram fazer uma reunião aqui com estes pais. Onde apresentaram toda aquela resistência dos pais, pais das crianças que iam para a primeira série. Eles com o passar do tempo criaram esta resistência e não queriam nem conhecer então a proposta era estar mostrando, divulgando.

Eu acho que hoje com relação ao que era o CIEP antes, foi a vontade, a perseverança em querer mudar a imagem do CIEP e eu acho que a sua postura Suzete foi muito importante de estar abrindo a escola para a comunidade e estar buscando as soluções para aquela problemática toda que tinha. Eu acho que a sua postura foi fundamental em estar abrindo as portas para a comunidade e de fazer um trabalho de integração com as EMEIs do bairro. Fortaleceu muito e existe um vínculo entre as unidades. Esse trabalho a gente também faz no Zanaga entre as EMEIs porque elas estão muito próximas, e as vezes, a gente tem um aluno que estuda aqui e outro em outra unidade, a gente já faz um trabalho integrado e o CIEP também.

O bairro aqui é grande e é de pais trabalhadores e o que aconteceu com o CIEP foi uma consequência de uma coisa que não estava estruturada mesmo, desorganizada, e a comunidade não tinha confiança. O que estava faltando era conquistar esta confiança.

Você... Tem a coisa errada então vamos estar consertando, e você querendo estar mudando a problemática com o apoio da comunidade então deu certo. Você os conquistou e foi abrindo as portas, mostrando o trabalho.

Hoje não preciso mais fazer reunião. Foi um trabalho árduo, que a gente quase apanhava quando falava em CIEP. As pessoas questionavam se eu colocaria minha filha no CIEP...

Hoje minha filha está no CIEP. Além de ser um ensino de qualidade eu acho que os pais estão enxergando isso mesmo. É uma escola bonita aconchegante e faz bem aos olhos de qualquer pai. O que é belo é muito bom.

Inclusive nesta última visita que nós fizemos ao CIEP Zanaga... CIEP Zanaga ficou marcado né, não é CIEP Zanaga, mas ficou né?!

Pai que era de outro estado ele comentou que era uma escola muito bonita, aconchegante, parecia uma escola particular.

Ele tem como padrão de qualidade escola particular, o bom é só particular... E o que estamos vendo aí é que a rede municipal é muito boa, tanto na educação infantil como na fundamental.

Eles gostaram da escola... Bom Suzete, a escola realmente está muito bonita.

Estas reformas e mudanças que foram feitas... Além da equipe que você tem.

Hoje muitas pessoas optaram em 2003 a maioria pelo CIEP, algum optaram pelo Bento (Estadual) porque _ Ah! Não quero que fique o dia todo. Estes dias uma mãe que disse que não queria que o filho ficasse o dia todo me procurou e falou: _ Cida eu queria mudar minha opção, quero CIEP e constantemente tem mãe... _ Ah! Eu gostaria de por no CIEP.

Então aquela resistência de não querer CIEP agora é o contrário a maioria quer CIEP. Agora vem o problema de que não dá para atender todo mundo. Em todas as faixas. Inclusive conversando com outras coordenadoras a maioria quer CIEP e isso não acontecia em anos anteriores.

Eu tinha caso de mãe morar na frente da escola e levava seu filho em outra mais longe e hoje brigam que querem vaga no CIEP.

Antigamente as crianças ficavam nas EMEIs até completar 7 anos, hoje 6. No começo houve uma certa resistência dos pais, deu Conselho Tutelar, saiu no jornal, não aceitavam, ficavam muito bravos, que não estavam preparados para a primeira série. Hoje eles aceitam tranquilamente. Fizemos um trabalho com os pais. A notícia que a gente tem das crianças é que estão acompanhando. Parece que tudo tem que ser com briga... né?!

Quero falar de minha filha que está no CIEP... Todos os professores são ótimos, ela gosta de todos e do CIEP. Ela desenvolveu de uma tal maneira que foi surpreendente.

Entrevista Odair Jorge Demarchi – instrutor de teatro do CIEP Zanaga desde 1992. Gravada em fita cassete.

Quando iniciei meu trabalho no CIEP senti muita dificuldade em trabalhar com teatro. A prefeitura na época chamou um animador cultural para cada escola, mas hoje só tem dois desde o começo do Ciep. Com isso, cada escola acabou trabalhando de um jeito, tem professor que trabalha numa linguagem mais teatral, na formação do ator mesmo e eu acho que não é isso. O que mais pega no meu trabalho... Eu penso assim... É na alfabetização. Eu busco auxiliar o alfabetizar, então eu vejo desde conteúdo nestas reuniões de sexta-feira, em que eu ajudo os professores a bolarem situações que levem o aluno a pensar de forma diferente. Então é o crescimento do aluno como um todo, eu acho que a arte tem que ver o crescimento do aluno como um todo.

Por isso, que eu falo que hoje eu trabalho com uma forma de cultura e não com o teatro, porque o teatro está envolvido com a formação do ator... A gente desenvolve o teatro, mas ele vem junto com o processo pedagógico, não é só ensaiar e apresentar uma peça.

Sobre o desenvolvimento do trabalho eu vejo que alguns conteúdos a gente leva em conta a parte cognitiva, as dificuldades, a disciplina do aluno, o que esse aluno precisa melhorar, se ele é muito fechado, a gente vai trabalhar outra relação com ele.

*Neste sentido trabalho 50% e os outros 50% é valorizado muito o lado emocional da criança, a sua auto-estima (principalmente na nossa clientela). **A gente** (seria os animadores culturais – grifo meu) ficou um pouco trabalhando na busca do que fazer na época em que a escola começou... Deixaram a gente... Foi assim: agora você não vai mais dar aula e não tem mais horário e aí a gente teve que buscar caminhos. E no meu caso eu auxiliei e apoiei o professor. **Tem outro** (está se referindo a outro instrutor de teatro e conseqüentemente a outro CIEP – grifo meu) que trabalham de outra forma, mas é outra realidade também.*

Hoje o trabalho envolve o processo de arte de contar histórias de teatro, eles contarem as histórias, escreverem e montarem a história. Trabalhar com o grupo, com a língua portuguesa e a questão corporal é muito importante. Trabalhar com o grupo, a auto-estima, a afetividade, da união da disciplina do respeito. São estas questões que norteiam meu trabalho hoje.

Anexo II – Legislação Municipal

Lei 3398, enviada à Câmara Municipal pelo Poder Executivo – prefeito Waldemar Tebaldi que em 13 de março de 2000 e que “Dispõe sobre denominações de vias, praças, logradouros, estabelecimentos de ensino e próprios públicos municipais, e dá outras providências”.

“artigo 1. – Para as denominações de vias, praças, logradouros, estabelecimentos de ensino e próprios públicos municipais, deverão ser utilizados:

I – nomes que se reportem a datas ou fatos históricos do Município ou do País;

II – nomes de Cidades, Estados e Países;

III – nomes que tendem a preservar aspectos da história e da tradição do Município ou do País;

IV – nomes que encerrem estados da alma ou virtudes;

V – nomes de astros e planetas;

VI – nomes de cidadãos que se destacaram nas mais diversas comunidades, indicado por iniciativa popular acompanhada por, no mínimo 300(trezentas) assinaturas;

VII – nomes relacionados ao meio ambiente e elementos naturais;

VIII – outros nomes, com a devida justificativa.

Artigo 2. – Para os fins do disposto no artigo anterior, toda proposição que vise homenagear pessoas deverá:

I – estar acompanhada de biografia onde fique demonstrado que o homenageado:

a) Tenha se destacado, de modo excepcional e por méritos próprios, na política ou no campo das ciências, artes ou esportes;

b) Tenha prestado relevantes serviços à coletividade, praticando atos de filantropia;

c) Tenha contribuído, com seu trabalho, conduta pessoal ou espírito público, para o progresso e o engrandecimento de Americana;

d) Possuía ou possui importante vínculo com o local objeto da denominação;

II – estar acompanhada de fotografia do homenageado, salvo impossibilidade devidamente justificada;

III – referir-se a pessoa já falecida ou que tenha mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

IV – estar instruída com parecer favorável subscrito por Comissão nomeada pelo prefeito municipal, constituída por:

A).3 representantes do Poder Executivo, sendo:

1 – um representante da Secretaria de Planejamento;

2 – um representante da Secretaria de Educação e Cultura;

3 – um representante da Secretaria de Administração;

B).três representantes indicados pelo Poder Legislativo;

C). um representante indicado pelos diretores de escolas públicas do Município, com formação em história.

Artigo 3. – Compete à Comissão prevista no artigo anterior:

I – analisar as proposições, verificando se estão sendo observados os requisitos estabelecidos para as denominações;

II – emitir parecer favorável ou desfavorável a denominação proposta, tomando-se por base a observância ou inobservância dos requisitos estabelecidos.

Parágrafo único – o mandato dos membros da Comissão será de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Artigo 4. – São vedadas:

I – a repetição de denominação já atribuída anteriormente a qualquer rua, praça, logradouro, estabelecimento de ensino ou próprio público municipal;

II – a substituição de denominação, salvo se demonstrada maior coerência do nome proposto em relação ao anterior;

III – a atribuição, em vias que se complementam em continuidade de outras já existentes, de nome diverso do atribuído em trecho anterior, mesmo que integrantes de loteamentos distintos.

Artigo 5. – Para concessão de títulos de cidadania, deverão ser observados os critérios previstos no artigo 2., incisos I e II, da presente lei.

Artigo 6. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente:

I – a Lei n.455, de 31 de outubro de 1961;

II – a Lei n. 1.899, de 28 de outubro de 1983;

III – a Lei n. 2.546, de 05 de novembro de 1991;

IV – a Lei n.3.212, de 17 de setembro de 1998.

Anexo III – Mapas do Rio de Janeiro

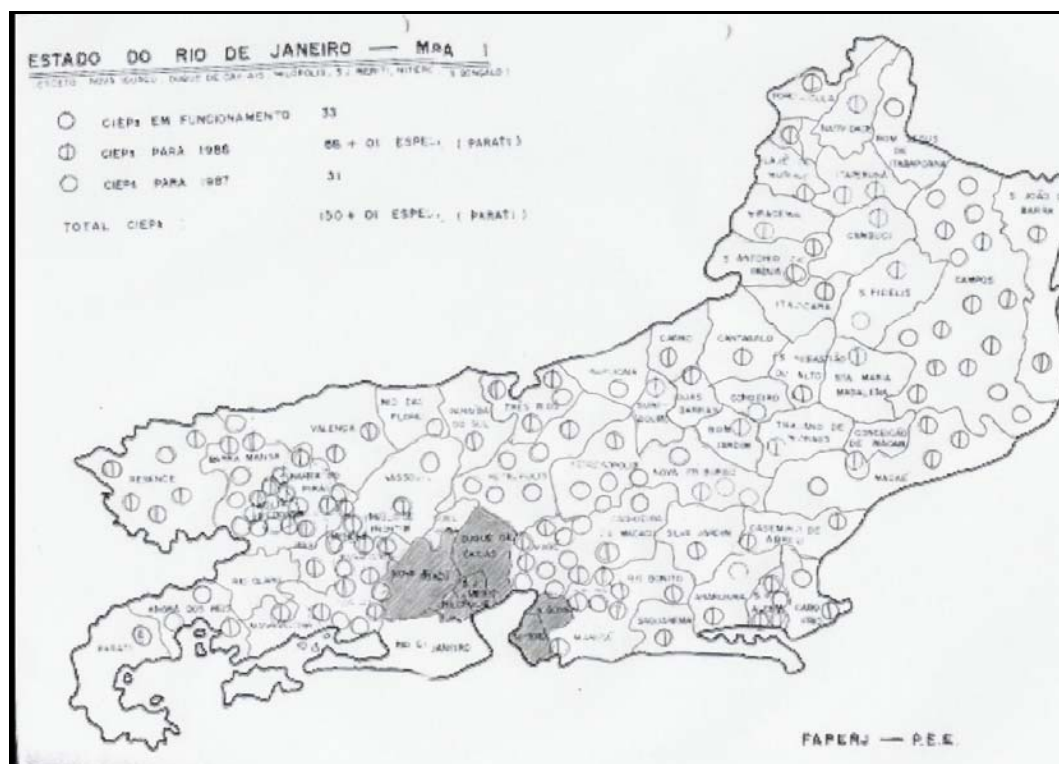


Fig. 81. Mapa de localização dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro - 1º PEE.

Fonte: Fundação Darcy Ribeiro/Revista Viva Escola – Escola Viva.

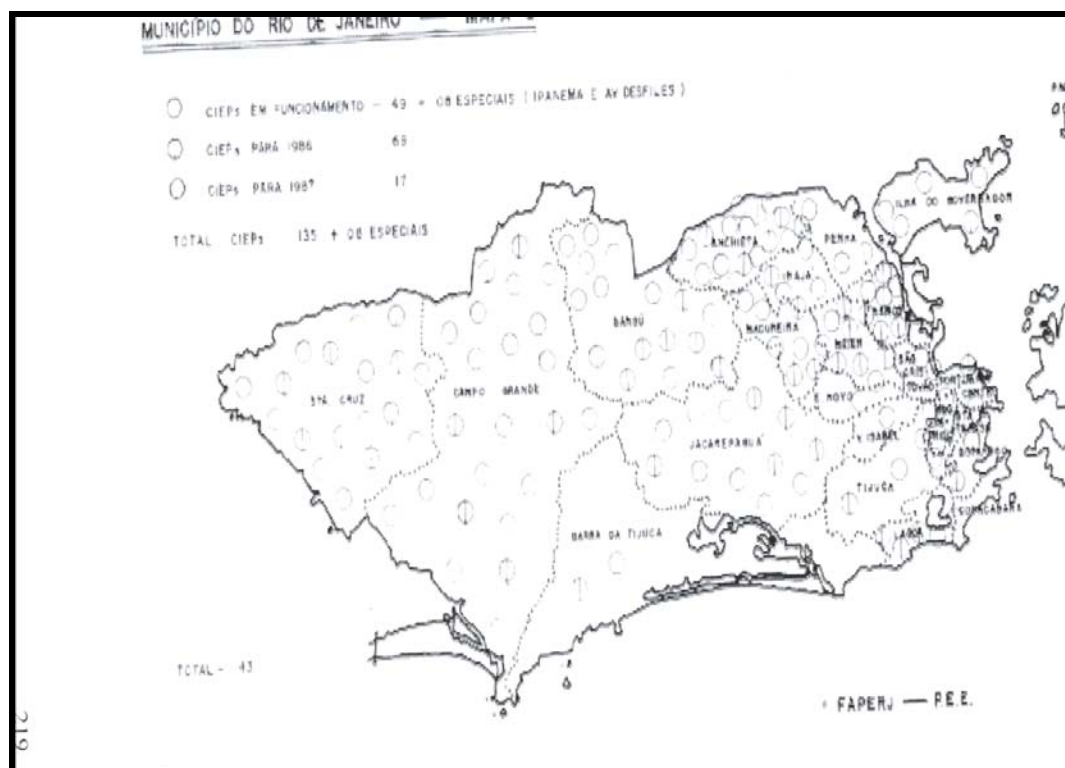


Fig. 82. Mapa de localização dos CIEPs no município do Rio de Janeiro – 1º PEE.

Fonte: Fundação Darcy Ribeiro/Revista Viva Escola – Escola Viva.

Anexo IV - Poema

“ Os deveres do escolar

Os deveres do escolar
Já sabe você quais são?
Vou dizer-lhes um a um
Preste, pois, muita atenção:

Compareça sempre à escola
Antes do horário marcado,
Levando tudo o que o mestre
Lhe tenha solicitado

Entre logo em sua fila
Assim que o sinal for dado,
Sem conversas e sem gritos,
Conservando-se alinhado.

Em aula preste atenção
Naquilo que o mestre ensina,
Não converse e não gracieje,
Não perturbe a disciplina.

Se você faltar às aulas,
Seja por forte razão;
Neste caso, não se esqueça,
Leve a justificção.

As correrias e gritos
Precisam ser evitados
E os brinquedos perigosos
Não devem ser praticados.

Só se retire da classe
Por extrema precisão
Quem procede desta forma
Não interrompe a lição.

Não escreva nas carteiras
Nem jogue papel no chão,
Estes atos só demonstram
A falta de educação.

Trate com zelo e carinho
Do material escolar,
Quem não cuida do que é seu
Do alheio vai precisar.

Leve depois do assinado,
Bem limpinho o boletim;
É caprichosa a criança
que procede sempre assim.

Lápis, caderno, borracha,
Tudo aquilo que encontrar.
Você deve incontinenti
Ao professor entregar.

Ao terminarem as aulas
Evite brigas e farras
Vá direto para casa
Sem praticar algazaras.

As plantas e os animais
São obras do criador.
É dever de gratidão
Protege-las com amor

Agora quero lembrar
Um dever de honestidade;
Nunca deixe que a mentira
Tome o lugar da verdade.

O nome de sua escola
É patrimônio sagrado,
É dever de todo aluno
Mantê-lo sempre elevado.

Não precisa o bom aluno
Quem vigie os atos seus,
Sabe ele que em toda parte
Está a presença de Deus.

Walter Niegle de Freitas, Simplicidade,
EDICEL